

Ata n.º 1/2017
do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 11 de janeiro de 2017, pelas 15h15, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Elsa Dias Oliveira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Acta da sessão anterior.
2. Distribuição de serviço docente
3. Pessoal.
4. Período experimental
5. Mestrados e doutoramentos.
6. Conselho Consultivo.
7. Centro de Arbitragem.
8. Equivalências.
9. Cooperação jurídica.
10. Relações internacionais.
11. Outros assuntos e informações.

Estiveram presentes, para além do Presidente e da Secretária, os Professores António Menezes Cordeiro, Miguel Teixeira de Sousa, Vasco Pereira da Silva, Manuel Januário da Costa Gomes, Maria João Estorninho, Jorge Duarte Pinheiro, Ana Paula Dourado, Margarida Salema, Fernando Loureiro Bastos, Rui Guerra da Fonseca, Jaime Valle, Nuno Cunha Rodrigues, Miriam Afonso Brigas e Helena Morão. O Professor Eduardo Paz Ferreira foi substituído pela Professora Nazaré Costa Cabral, a Professora Maria Fernanda Palma foi substituída pela Professora Sílvia Alves, o Professor Dário Moura Vicente foi substituído pela Professora Elsa Dias Oliveira, o Professor Carlos Blanco de Moraes foi substituído pelo Professor Miguel Nogueira de Brito, o Professor David Duarte foi substituído pela Professora Inês Ferreira Leite e a Professora Maria de Lurdes Pereira foi substituída pela Professora Isabel Alexandre. O Professor Gustavo Courinha justificou a sua ausência

Ata n.º 19/2016
do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 11 de janeiro de 2017, pelas 15h15, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Elsa Dias Oliveira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Acta da sessão anterior.
2. Distribuição de serviço docente
3. Pessoal.
4. Período experimental
5. Mestrados e doutoramentos.
6. Conselho Consultivo.
7. Centro de Arbitragem.
8. Equivalências.
9. Cooperação jurídica.
10. Relações internacionais.
11. Outros assuntos e informações.

Estiveram presentes, para além do Presidente e da Secretária, os Professores António Menezes Cordeiro, Miguel Teixeira de Sousa, Vasco Pereira da Silva, Manuel Januário da Costa Gomes, Maria João Estorninho, Jorge Duarte Pinheiro, Ana Paula Dourado, Margarida Salema, Fernando Loureiro Bastos, Rui Guerra da Fonseca, Jaime Valle, Nuno Cunha Rodrigues, Miriam Afonso Brigas e Helena Morão. O Professor Eduardo Paz Ferreira foi substituído pela Professora Nazaré Costa Cabral, a Professora Maria Fernanda Palma foi substituída pela Professora Sílvia Alves, o Professor Dário Moura Vicente foi substituído pela Professora Elsa Dias Oliveira, o Professor Carlos Blanco de Moraes foi substituído pelo Professor Miguel Nogueira de Brito, o Professor David Duarte foi substituído pela Professora Inês Ferreira Leite e a Professora Maria de Lurdes Pereira foi substituída pela Professora Isabel Alexandre. O Professor Gustavo Courinha justificou a sua ausência

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

por razões de saúde.

Esteve também presente o Professor Pedro Romano Martinez na qualidade de Diretor.

1. Ponto 1 (Ata da sessão anterior).

A ata da sessão do Conselho Científico de 14 de dezembro de 2016 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2. Ponto 2 (Distribuição de serviço docente)

O Presidente do Conselho Científico salientou a necessidade de, em cada Grupo Científico, serem indicadas as regências das UC's de doutoramentos, mestrados e licenciatura para o ano letivo de 2017/2018, com vista à sua divulgação atempada, solicitando-se que essa distribuição fosse entregue ao Conselho Científico com a maior brevidade possível.

3. Ponto 3 (Pessoal).

3.1. Estando ausentes da reunião os Professores Auxiliares, foi dado conhecimento da apresentação de um pedido de licença sabática pelo Professor Jorge Duarte Pinheiro para o ano letivo de 2017/2018. O Conselho manifestou por unanimidade concordância com o pedido.

3.2. Foi dado conhecimento da apresentação de um pedido de licença sabática pelo Professor Luís Morais para o primeiro semestre do ano letivo de 2017/2018. O Conselho manifestou por unanimidade concordância com o pedido.

3.3. Foi dado conhecimento da apresentação de um pedido de licença sabática pelo Professor Fernando Loureiro Bastos para o ano letivo de 2017/2018. O Conselho manifestou por unanimidade concordância com o pedido.

3.4. No que respeita à renovação dos contratos dos Professores Auxiliares convidados, sob proposta do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas, foi aprovada por unanimidade a renovação do contrato da Professora Maria Eduarda Azevedo.

3.5. No que respeita à renovação dos contratos dos Professores Auxiliares convidados, sob proposta do Grupo de Ciências Jurídicas, foi aprovada por unanimidade a renovação do contrato do Professor António Barreto Menezes Cordeiro.

3.6. Foi dado conhecimento ao Conselho do pedido para acumulação de funções docentes com a Universidade Lusíada, apresentado pelo Professor Diogo Neves Duarte. O Conselho entendeu por unanimidade nada ter a opor, na condição de daí não resultar prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3.7. Foi dado conhecimento ao Conselho do pedido para acumulação de funções docentes com o Centro de Estudos Judiciários (4.º Curso de Formação de Juízes dos Tribunais Administrativos e Fiscais e 31.º Curso de Formação de Magistrados Judiciais), apresentado pelo Professor Rui Guerra da Fonseca. O Conselho entendeu por unanimidade nada ter a opor, na condição de daí não resultar prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3.8. Foi dado conhecimento ao Conselho do pedido para acumulação de funções docentes com a Direcção-Geral da Política de Justiça, apresentado pelo docente Pedro Bugalho de Lacerda. O Conselho entendeu por unanimidade nada ter a opor, na condição de daí não resultar prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

4. Ponto 4 (Período experimental)

Foi apreciado o período experimental do Professor Auxiliar Miguel Carlos Teixeira Patrício, sendo lidos os pareceres dos Professores Eduardo Paz Ferreira e Fernando Araújo. Tendo em conta o sentido favorável de ambos os pareceres, o Conselho pronunciou-se por unanimidade no sentido da sua nomeação definitiva.

5. Ponto 5 (Mestrados e Doutoramentos)

5.1. No que concerne ao Mestrado em Direito

5.1.1. O Conselho aprovou por unanimidade os pedidos de alteração de tema de dissertação de Mestrado apresentados por Maria Helena Ramos Paz Gomes Magno, Rafael José Esteves Atalaio, Sara Teresa Barros Pinto, Celina Isabel Dias Videira e Pedro Félix Lima de Almeida (documento 1).

5.1.2. O Conselho aprovou por unanimidade as seguintes propostas de composição de júris de Mestrado em Direito:

a) Em Direito Constitucional (Mestrado Científico), de Gabriel Cassuia, conforme indicado no documento 2 em anexo.

b) Em Direito Administrativo (Mestrado Científico), de Daniel Pereira de Franco, Luís Filipe Duarte Brás, Renato Lima Martins de Castro e Bruna Alexandra



Marques Duarte, conforme indicado no documento 2 em anexo.

c) Em Direitos Fundamentais (Mestrado Científico), de Raquel Santana Rebelo e Vitor Mathias Santos, conforme indicado no documento 2 em anexo.

d) Em Direito Internacional e Relações Internacionais (Mestrado Profissionalizante), de Ana Maria Nascimento da Silva Coelho de Alvarenga, conforme indicado no documento 2 em anexo.

e) Em Ciências Jurídico-Ambientais (Mestrado Científico), de Maria Beatriz Brandão Cavalcanti Sarney, conforme indicado no documento 2 em anexo.

f) Em Finanças Públicas e Privadas (Mestrado Científico), de Suzana Violeta Caielo Martelo, conforme indicado no documento 3 em anexo.

g) Em Ciências Jurídico-Financeiras (Mestrado Profissionalizante), de Silvano Junirelson Gomes Epalanga, conforme indicado no documento 3 em anexo.

h) Em Ciências Jurídicas (Mestrado Científico), de Gorki da Silva Salvador, conforme indicado no documento 4 em anexo.

i) Em Ciências Jurídico-Laborais (Mestrado Científico), de Beatriz Eusébio da Costa e Gabriel Alexandre Fonseca Mendes, conforme indicado no documento 4 em anexo.

j) Em Ciências Jurídico-Empresariais (Mestrado Profissionalizante), de Joana Madaleno de Assunção Duarte, conforme indicado no documento 4 em anexo.

l) Em Direito Intelectual (Mestrado Científico), de Juliana Beck da Silva Marcondes, conforme indicado no documento 4 em anexo.

m) Em Direito Comercial (Mestrado Científico), de Milena Angélica Drumond Moraes Diz, conforme indicado no documento 4 em anexo.

n) Em Ciências Jurídico-Forenses (Mestrado Profissionalizante), de Inês Maria Franco Duarte Medeira Ramos, conforme indicado no documento 4 em anexo.

o) Em Ciências Jurídico-Criminais (Mestrado Científico), de Lei Un San, conforme indicado no documento 4 em anexo.

5.1.3. Foram aprovados por unanimidade os temas de dissertação e Professores Orientadores dos candidatos à segunda fase do Mestrado Profissionalizante que concluíram a parte escolar no segundo semestre do ano letivo de 2015/2016, conforme melhor identificados no documento 5 em anexo.

5.2. Foram aprovadas por unanimidade as correções dos quadros de

correspondências entre unidades curriculares dos mestrados e doutoramentos extintos e unidades curriculares dos novos mestrados e doutoramentos, conforme identificadas no documento 6 em anexo.

5.3. No que respeita ao Doutoramento em Direito

5.3.1. Foi aprovado por unanimidade o júri de doutoramento de Raúl Carlos de Freitas Rodrigues, conforme indicado no documento 7.

5.3.2. Foi aprovado por unanimidade o júri de doutoramento de Paula Cristina Meira Lourenço, conforme indicado no documento 8.

5.3.2. Foi aprovado por unanimidade o pedido de prorrogação do prazo de entrega da dissertação apresentado por Paulo Vestim Grande e por Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz (documento 9).

5.3.3. Foi aprovado por unanimidade o pedido de alteração do título da tese de doutoramento apresentado por João Paulo de Oliveira Geraldês (documento 10).

5.3.4. Foi aprovado por unanimidade o pedido extemporâneo de inscrição na 2.^a fase do doutoramento apresentado por Valéria Féres Borges (documento 11). O pedido de Talita Fonseca Arruda foi adiado para melhores esclarecimentos (documento 12).

5.3.5. O pedido de admissão à preparação da tese de doutoramento (2.^a fase) com dispensa da parte curricular apresentado por Luciana Pereira Gomes Browne foi adiado para a próxima sessão do Conselho, no sentido de o Prof. Barbas Homem poder estar presente para informar melhor dos fundamentos.

Foram discutidos os critérios para dispensa da parte curricular, tendo participado os Professores Jaime Valle, Miguel Teixeira de Sousa, Manuel Januário da Costa Gomes, António Menezes Cordeiro, Vasco Pereira da Silva e o Presidente do Conselho.

6. Ponto 6 (Conselho Consultivo)

Foram aprovados por unanimidade para serem indicados como membros do Conselho Consultivo o Presidente do Tribunal Constitucional, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o Procurador-Geral da República, o Provedor de Justiça e o Bastonário da Ordem dos Advogados.

7. Ponto 7 (Centro de Arbitragem)

O Presidente do Conselho Científico deu conhecimento de que o Professor Luís de Lima Pinheiro não podia estar presente na reunião do Conselho, por participar, no mesmo dia e hora, em provas de doutoramento na Universidade Nova. O ponto da OT foi adiado para próxima reunião.

8. Ponto 8 (Equivalências)

8.1. O Conselho foi informado de que Comissão de Equivalências deliberara: não atribuir a equivalência ao grau de licenciado aos candidatos André de Paula Turella Carpenelli, Laura Maria Faccio Figueiroa, Karina Chaves Pena e Camila Franco de Souza Reis Pinto. O Conselho homologou as deliberações.

8.2. O Presidente do Conselho deu conhecimento de que o Professor Fernando Loureiro Bastos já havia enviado um primeiro documento com o estudo relativo às equivalências. Este Professor deu a conhecer, em linhas gerais, as conclusões a que chegou nesse estudo. Houve um debate acerca das linhas orientadoras em matéria de equivalências, tendo participado os Professores Fernando Loureiro Bastos, Vasco Pereira da Silva e o Presidente do Conselho, que disse ainda que este estudo seria enviado aos membros do Conselho, para ser discutido na próxima reunião.

9. Ponto 9 (Cooperação jurídica)

8. O Professor Fernando Loureiro Bastos deu conhecimento de que o Professor Dário Moura Vicente se encontrava em Goa, na abertura do 10.º Curso em Civil Law, e que o Primeiro Ministro de Portugal também estaria nesta cerimónia, sendo este um facto importante porque revelador do reconhecimento da Cooperação da Faculdade com a Índia.

10. Ponto 10 (Relações Internacionais)

O Professor Vasco Pereira da Silva apresentou o relatório de atividades do Gabinete Erasmus e Relações Internacionais relativo ao ano de 2015/2016 (documento 13) que havia sido previamente enviado aos membros do Conselho. Salientou o número de alunos recebido e enviados para o estrangeiro, a escolha pelos nossos alunos de boas universidades, a participação dos Professores da Faculdade no estrangeiro, os cursos intensivos, as reuniões internacionais realizadas na Faculdade e

no estrangeiro. O relatório foi aprovado por unanimidade.

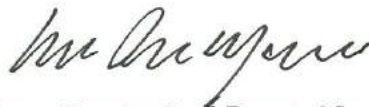
O Professor Vasco Pereira da Silva esclareceu ainda o estado do processo respeitante à acreditação do Mestrado Erasmus Mundus.

11. Ponto 11 (Outros assuntos e informações)

No que respeita à avaliação de desempenho dos docentes, o Presidente informou que a Faculdade recebera um ofício da Reitoria insistindo na implementação desta avaliação. O Professor Rui Guerra da Fonseca, Presidente da Comissão de avaliação de desempenho dos docentes, informou que os membros da Comissão já tinham fixado a metodologia a adotar no âmbito destes trabalhos e que trabalharão o mais rapidamente possível no sentido de preparar o respetivo Projecto de Regulamento.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas 16:40. Ficou marcada a próxima reunião para 1 de fevereiro de 2017.

O Presidente do Conselho Científico



Professor Doutor José Duarte Nogueira

A Secretária do Conselho Científico



Professor Doutora Elsa Dias Oliveira



Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 11 de janeiro de 2017

- Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
MARIA HELENA RAMOS PAZ GOMES MAGNO (n.º 21211) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS (2014-2015)	14.12.2016	A desconsideração da personalidade tributária na Lei Fiscal. O caso das sociedades transparentes	Transparência Fiscal - Um estudo centrado no sujeito passivo	Prof. Doutor Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Sim
RAFAEL JOSÉ ESTEVES ATALAIÓ (n.º 19819) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (2013-2014)	14.12.2016	Da Adoção Internacional	A Adoção Internacional e o Superior Interesse da Criança	Prof.ª Doutora Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Sim
SARA TERESA BARROS PINTO (n.º 25695) - MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS (2014-2015)	19.12.2016	A responsabilidade nas Sociedades por Quotas	A responsabilidade dos sócios perante a subcapitalização nas sociedades por quotas	Prof. Doutor José João Montes Ferreira Gomes	Sim
CELINA ISABEL DIAS VIDEIRA (n.º 20374) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL (2014-2015)	30.12.2016	A resolução incondicional em benefício da massa insolvente	Da (In)subsistência da garantia prestada pelos avalistas em caso de insolvência	Prof.ª Doutora Maria Lurdes Viegas Marques Pereira	Sim

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
PEDRO FÉLIX LIMA DE ALMEIDA (n.º 14087) - MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA (2014-2015)	02.01.2017	Os conceitos de origem e residência na economia digital	O regime de tributação dos organismos de investimento coletivo - Perspetiva dos participantes pessoas singulares	Prof.ª Doutora Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Sim



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO – PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Gabriel Cassuia N.º 12346581 12/10/2016	“Influência do poder político de Angola nas organizações Regionais de África Austral (SADC) e Central (CEEAC). Constituição Multilível e o papel dos Ente-Regionais	Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho	Prof.ª Doutora Ana Maria Martins (Presidente) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (orientador) Prof. Doutor Loureiro Bastos Prof. Doutor Rui Lanceiro (arguente)

1. Constituição de júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Daniel Pereira de Franco N.º 12346233 28/10/2016	"Informação, Atividades de comunicação Social e o Estado Democrático de Direito: Um estudo com base na Sociedade de Informação"	Prof. Doutor Paulo Otero	Prof. Doutor Paulo Otero (Presidente) Profª. Doutora Ana Neves Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (Arguente) Prof. Doutor Kaft Costa
Luis Filipe Duarte Brás N.º 19965 25/10/2016	"Contributo para Estudo das Federações Desportivas e a sua atuação Administrativa"	Prof. Doutor Miguel Prata Roque	Prof. Doutor Jorge Novais (Presidente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues Prof. Doutor João Miranda Prof. Doutor Domingos Farinho (Arguente)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Renato Lima Martins de Castro N.º 12346217 28/10/2016	"Procedimentalização, Participação e Administração Pública Digital. Uma contribuição à operatividade da participação administrativa procedimental através das TIC no ordenamento Brasileiro."	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor David Duarte (Presidente) Prof. Doutor Carla Amado Gomes Prof. Doutor Miguel Raimundo Prof. Doutor Francisco Paes Marques (Arguente)
Bruna Alexandra Marques Duarte N.º 12346263 28/10/2016	"Descentralização Administrativa. Novos Modelos. Novas Realidades"	Prof.ª Doutora Alexandra Leitão	Profª. Doutora Maria João Estorninho (Presidente) Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (Arguente) Profª. Doutora Alexandra Leitão (Orientadora) Profª. Doutora Raquel Alexandra

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Raquel Santana Rebelo N.º12346285 28/10/2016	"Biografia: Os limites da liberdade de expressão."	Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro	Prof. Doutor Melo Alexandrino (Presidente) Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro (Orientador) Prof. Doutor Fernández Sánchez (Arguente)
Vitor Mathias Santos N.º12346527 27/10/2016	"A liberdade de reunião na Constituição Federal de 1988."	Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro	Prof. Doutor Correia Baptista (Presidente) Prof. Doutor Jaime Valle Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro (Orientador) Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes (Arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Maria Nascimento da Silva Coelho de Alvarenga N.º12346567 28/10/2016	"Jogos sociais do Estado: uma análise jus-internacionalista e comunitária."	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas	Profª. Doutora Maria Luísa Duarte (Presidente) Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas (Orientador) Prof. Doutor Domingos Farinho Profª. Doutora Cláudia Monge (Arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Maria Beatriz Brandão Cavalcanti Sarney N.º1234232 28/10/2016	Ensaio sobre a Proteção da água Doce: Do Direito Internacional ao Novo Constitucionalismo Sul- Americano	Prof. Doutor João Miranda	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas Prof. Doutor João Miranda (Orientador) Prof.ª, Doutora Ana Gouveia Martins (Arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Suzana Violeta Caielo Martelo N.º 12345742 17/09/2016	"A supervisão do Mercado financeiro Angolano"	Prof.ª Doutora Rute Saraiva	Prof. Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof. Doutora Rute Saraiva (Orientadora) Prof. Doutor Marco Capitão Ferreira (Arguente) Prof. Doutor José Ferreira Gomes (Vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Silvano Junirelson Gomes Epalanga N.º 22558 18/11/2016	"Regulação e Supervisão do Mercado dos Valores Mobiliários Angolano"	Prof.ª Doutora Rute Saraiva	Prof. Doutora Paula Vaz Freire (Presidente) Prof. Doutora Rute Saraiva (Orientadora) Prof. Doutor Marco Capitão Ferreira (Arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Gorki da Silva Salvador N.º 12346492 28/10/2016	"A Sociedade Unipessoal de Direito Angolano"	Prof. Doutor João Noronha	Prof. Doutor Januário Gomes Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves Prof. Doutor J. Marques Martins (arg.)

1. Constituição de júri sugerida no dia
2. Proposta de Constituição de júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Beatriz Eusébio da Costa N.º 19518 25/10/2016	"Contributo para o estudo do contrato de trabalho marítimo. O Trabalho a Bordo de Navios da Marinha Comercial"	Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho	Prof.ª Doutora Maria do Rosário P. Ramalho Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito Prof. Doutor Rui Fonseca Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno (arg.)
Gabriel Alexandre Fonseca Mendes N.º 12346356 28/10/2016	"Aspectos jurídicos da opção do empregado nas participações dos <i>stock options plans</i> oferecidos pelo empregador e suas implicações no contrato de trabalho"	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão Prof.ª Doutora Ana Fernanda Neves Prof. Doutor Gonçalves da Silva (arg.) Prof. Doutor José Ferreira Gomes

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Joana Madaleno de Assunção Duarte N.º14362 25/10/2016	"A comissão de serviço e os cargos de administração e a problemática da cessação"	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez Prof.ª Doutora Margarida Seixas Prof. Doutor Guilherme Dray (arg.) Prof. Doutor A. Barreto M. Cordeiro

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Juliana Beck da Silva Marcondes N.º12346426 28/10/2016	"Cópia Privada em Perspectiva"	Prof. Doutor José Alberto Vieira	Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro Prof.ª Doutora Catarina Pires (arg.)

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

MESTRADO EM DIREITO – PERFIL: DIREITO COMERCIAL (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Milena Angélica Drumond Moraes Diz N.º 12345798 14/09/2016	“Cláusulas contratuais gerais e contratos assimétricos”	Prof. Doutor Januário Gomes	Prof. Doutor Januário Gomes Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (arg.)

1. Constituição de júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (MESTRADO PROFISSIONALIZANTE)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Inês Maria Franco Duarte Medeira Ramos N.º 20765 19/09/2016	"A insolvência e as garantias reais"	Prof. Doutor Rui Pinto	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão Prof. Doutor Rui Pinto Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte (arg.)

1. Constituição de Júri sugerida no dia _____.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS (MESTRADO CIENTÍFICO)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Lei Un San N.º12346494 22/10/2016	"A Garantia do Arguido na Declarações Para Memória Futura: numa perspetiva do Regime Jurídico de Macau."	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutora Maria Fernanda Palma(Presidente) Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes(orientador) Prof. Doutor Augusto Silva Dias Prof. Doutor Rui Soares Pereira(arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de _____. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia _____, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Profissionalizante - preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico janeiro 2017)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
20832	ANA CRISTINA AGUIAR DE FREITAS MARTINS	A discricionariiedade da Administração Pública no exercício do poder disciplinar	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
21891	LUÍS FILIPE MOTA ALMEIDA	O Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
20909	MARIA INÊS PONSECA VAZ PEREIRA ALVES	O efeito suspensivo automático da Impugnação dos atos de adjudicação no contencioso pré-contratual	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
27124	BEATRIZ MAGALHÃES GALINDO	Convenções Processuais para Suprimir Recursos	ANA PAULA MOTA COSTA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25216	DIOGO MIGUEL ALÇAÇARENHO ROSA	A Responsabilidade Civil das Administrações dos Hospitais E.P.E	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25069	JOÃO TIAGO CAVACO SILVA	Financiamento Colaborativo em Portugal	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
27186	MARTA GIGA MATIAS	Isenção de custas no âmbito do processo de insolvência e no processo especial de revitalização - O Artigo 4º, n.º1, Alínea u) do Regulamento das Custas Processuais e sua aplicabilidade ao PER	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19921	ANA RITA CORREIA BRANCO SALDANHA	Internet Surveillance	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21815	ANTÓNIO FERNANDES GOMES DA SILVA	POR UMA REPARAÇÃO JUSTA NO ÂMBITO DO REGIME DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL DO ESTADO E DE MAIS ENTIDADES PÚBLICAS - Quando a conduta do lesado esconde o abuso de direito	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
27033	CECÍLIA BEATRIZ ALVES CRUZ FERREIRA	A eventual necessidade de uma Lei da Arbitragem Administrativa	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
27384	SARA MARIA DE ALMEIDA ASSUNÇÃO	A dignidade no Direito Animal: uma condição juridicamente inexistente?	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27562	ADRIANA FILIPA FARIA MOREIRA	Dedutibilidade das Tributação Autónomas	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
27264	AGOSTINHO ANTONIO MENDONÇA	A incidência do imposto do selo no sistema fiscal Guineense: Fundamentos e limites	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
22030	BEATRIZ MACHADO DA CRUZ PEREIRA	Impostos Ambientais: a sua Caracterização Atual contra o entendimento Pigouviano	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
25050	CATARINA ISABEL GUERREIRO RAMOS	Questão Ambiental da Tributação dos Furos de Água Privados	CARLOS MANUEL BATISTA LOBO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
27537	JULIA GABRIELA DE SENA COSTA	A concretização dos standards tratamento justo e equitativo e expropriação na arbitragem de investimento	CATARINA LUÍSA MONTEIRO PIRES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19654	JOANA LEAL DE OLIVEIRA GERALDO DIAS	"A Deliberação sobre a Composição dos Quinhões Hereditários à Luz do Princípio da Intangibilidade da Legítima Qualitativa no Regime Jurídico do Processo de Inventário (Lei n.º 23/2013, de 25 de Março)"	DANIEL DE BETTENCOURT RODRIGUES SILVA MORAIS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
22513	FANNY MANUELA MBIYA	Responsabilidade Civil pelo Conteúdo do Prospecto de Oferta Pública	DIOGO MANUEL COSTA GONÇALVES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346033	HÉLIO ANTÓNIO NHANTUMBO	O Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas na Ordem Jurídica Moçambicana	DIOGO NEVES PEREIRA DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
27135	CÁTIA SOFIA GUERREIRO DIONÍSIO	Responsabilidade Internacional dos Estados e Operações Cibernéticas	EDUARDO AUGUSTO ALVES VERA-CRUZ PINTO	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
22141	ANDRÉ ORTEGA BAPTISTA PESTANA DA COSTA	Protecção da Crítica Religiosa - Blasfémia e Discurso Anti-Religioso na Convenção Europeia dos Direitos do Homem	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
26852	ANA MARIA FRAGA DE SÁ	ARBITRAGEM NO ÂMBITO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25244	DIANA DUARTE DA SILVA SOARES CRAVEIRO	A composição amigável na arbitragem voluntária	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
26888	JESSICA MARGARIDA SOUSA DA VEIGA	Os 3os aparentes na convenção arbitral	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
26919	LÚCIA CAROLINA ASCENSÃO BRITO	A alteração das circunstâncias no Contrato de Compra e Venda Internacional	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Profissionalizante - preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico janeiro 2017)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
21998	PATRÍCIA SOFIA FERREIRA VALENTE	A autonomia dos árbitros e a relevância da lex mercatoria na arbitragem internacional	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
26990	MARINA DE JESUS OLIVEIRA NINI	Responsabilidade civil médica	FERNANDO JOSE BORGES CORREIA ARAUJO	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
27139	ADELSIA MARIA ASSUNÇÃO COELHO DA SILVA	À Procurar da Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas de Timor-Leste	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
26878	AELSON AIRES VIEIRA JUNIOR	O regime internacional da protecção atmosférica	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27461	ALEX NOGUEIRA DA TRINDADE	A exploração de recursos naturais na plataforma continental - incluindo a questão do aproveitamento conjunto de petróleo e de gás natural por dois (ou mais) Estados	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27106	AMANDA DE OLIVEIRA FERNANDES	Regime jurídico de enquadramento ambiental das parcerias público-privadas no âmbito das actividades industriais	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
26967	ANDRÉ RIBEIRO DOMINGUES	A exploração de recursos minerais nos fundos marinhos	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27155	CARLOTA VARELA RODRIGUES GONÇALVES DE JESUS	A Exploração de Energia na Zona Económica Exclusiva	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
21040	FILIPA RAQUEL PACHECO NORONHA GODINHO	A responsabilidade dos Estados Membros da UE por violações de Direitos Humanos cometidos por empresas europeias no estrangeiro - o problema da extraterritorialidade	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
26964	FREDERICO DE ANDRADE REGO HILLE	Uma aproximação jurídica-internacional à globalização	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
17321	INES TENREIRO TADEU DE SOUSA	Responsabilidade do Estado Português na defesa e segurança do seu espaço marítimo em parceria com a OTAN	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27110	MANUELA BOCAYUVA CARVALHO	Os meios para a solução de controvérsias previstos na Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
20529	ORLANDO JOSÉ COSTA MARTINS	Redescobrimo o Mar	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
22158	PEDRO EMANUEL DOS REIS SANTOS	Áreas Marinhas Protegidas Fora de Jurisdição Nacional	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27253	THICIANE GAARMAN MENDONÇA LAGE WELLING	CITES: a convenção e a fiscalização do comércio de espécies ameaçadas de extinção	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
21188	VANESSA DE JESUS TEIXEIRA MARTINS	Os efeitos da declaração de insolvência nas acções (declarativas e executivas) para cobrança de dívida	FRANCISCO LOURENÇO FONSECA MENDES CORREIA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27142	DIONÍSIA DA PURIFICAÇÃO MARCIAL VITORINO	VALORAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DO ARGUIDO NO PROCESSO PENAL PORTUGUÊS E ANGOLANO	FRANCISCO MANUEL FONSECA AGUILAR	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
26909	BRUNA ALEXANDRA GOLIAS NOGA	Mediação e Arbitragem: Soluções Extrajudiciais para conflitos no trabalho	GUILHERME MACHADO DRAY	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
27208	LEILA JOANA CARRIÇO DE JESUS BRÁS	Acidente de trabalho - a negligência grosseira como elemento de descaracterização	GUILHERME MACHADO DRAY	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12345746	MANUEL SOARES ABRANTES	A impugnação dos actos destacáveis no Processo Tributário. As garantias impugnatorias do sujeito passivo	GUILHERME WALDEMAR GOULÃO DOS REIS DE OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20669	ANA RITA CORDEIRO HENRIQUES	Tributação Internacional de Dividendos	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS
27213	ANA SOFIA GOMES BAPTISTA	O CAAD: Regime das competências da Arbitragem Tributária	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27212	ANDRÉ MILHEIRO GIL MORAIS AMARAL	O processo tributário: Os recursos	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19573	DAVID MANUEL DA SILVA RODRIGUES	Regime Fiscal dos Navios	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS
26856	INÊS FILIPA CAEIRO SARAIVA GASPAR	Planeamento Fiscal por via do Estabelecimento Estável - BEPS Action 7	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS
26956	MARIA JOÃO FÊO E TORRES TRANSMONTANO	A tributação dos Trusts no ordenamento jurídico português	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Profissionalizante – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico janeiro 2017)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
21799	SANDRA PATRÍCIA DOMINGUES MATEUS	Evasão Fiscal	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
27004	SOFIA ISABEL MONTEIRO DA SILVA MOURISCA	O Regime do "Patent Box"	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25684	VIKTORIJA OKSENIUK	Convenção entre a República Portuguesa e a Ucrânia para evitar a dupla tributação	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
20818	ANDREIA FILIPA ADERNEIRA PONTÍFICE SOUSA	Direito à não auto-incriminação e cibercrime: colaboração do arguido no acesso a dados informáticos	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21004	DELFINA INÁCIO PEREIRA	Responsabilidade Criminal das Pessoas Colectivas Públicas - Âmbito e Limites	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
22134	JOANA DE CASTILHO DUARTE GATO	Unidade e Pluralidade de Infração nos Crimes de Violência Doméstica e Abuso Sexual	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
26989	LUIS ANTONIO PAXE	O problema do Alarme público como fundamento da prisão preventiva	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21904	PATRÍCIA FILIPA MARQUES DE FIGUEIREDO	Os exemplo-padrão do homicídio qualificado e a dicotomia tipos de culpa e tipos de ilicitude	HELENA MARISA PINHEIRO DA COSTA MORÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
12346288	JOANA MARGARIDA REIS VIVEIROS SILVA	O uso da força pelos órgãos de Polícia criminal	INÊS VIEIRA DA SILVA FERREIRA LEITE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27324	JOANA RIJO PEDROSA CABRAL	Declarações de parte no Direito Processual Civil	ISABEL MARIA GROSSO ELIAS DE OLIVEIRA ALEXANDRE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25723	PAULO JORGE DA PONTE FERREIRA	Apadrinhamento Civil	ISABEL MARIA GROSSO ELIAS DE OLIVEIRA ALEXANDRE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27138	ÁLVARO FILIPE DA SILVA MAURÍCIO	A Atuação dos Sistemas de Proteção de Direitos Humanos na Defesa da Comunidade LGBT	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27274	GILDO GRACIANO DADA ADELINO	As sentenças intermédias no constitucionalismo angolano	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27470	ISAURA DE FÁTIMA TULA LIBERAL NUNO	A proibição do casamento infantil como defesa dos Direitos Humanos	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27101	JOANA FIGUEIREDO GÓIS COSME DE OLIVEIRA	A revisão constitucional e a tutela de princípios fundamentais: considerações sobre os limites materiais do poder de revisão	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20414	LUÍS PEDRO DA CONCEIÇÃO MONTEIRO	DA FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE: A produção de efeitos jurídicos por normas declaradas inconstitucionais	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27267	MARIA EDUARDA OTONI CAFÉ	A Ineficácia dos princípios do primeiro país de asilo e do país terceiro seguro na proteção dos direitos dos refugiados	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27400	DANIELA CRISTINA TEIXEIRA DE MAGALHÃES	A Operação Acordeão no Ordenamento Jus-Comercial Português	JOÃO MANUEL CARDÃO DO ESPÍRITO SANTO NORONHA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25255	MARLENE PATRÍCIA FERNANDES MATIAS	Grupos de sociedades comerciais à luz do direito Angolano	JOÃO MANUEL CARDÃO DO ESPÍRITO SANTO NORONHA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25265	WEZA BENILDE DA CONCEIÇÃO ADÃO	Sociedade unipessoal em Angola	JOÃO MANUEL CARDÃO DO ESPÍRITO SANTO NORONHA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
21921	ANA CATARINA DOS SANTOS MELÍCIA	A repristinação de normas administrativas	JOÃO PEDRO OLIVEIRA MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
22201	CARLA VANESSA TIMÓTEO E GAVIZ	O Bullying e a Forma como o Direito dos Menores Responde a esta Nova Realidade	JORGE ALBERTO CARAS ALTAS DUARTE PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27419	INÊS MARIA MARTINS SANTOS	O Abuso de Direito no Direito das Sucessões	JORGE ALBERTO CARAS ALTAS DUARTE PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21956	SARA PATRÍCIA FERREIRA MARQUES	Autonomia do Menor sujeito às Responsabilidades Parentais	JORGE ALBERTO CARAS ALTAS DUARTE PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27454	SÓNIA RAQUEL DA CRUZ LOPES	O direito da criança ao convívio com pessoas com quem tenha especial relação afetiva	JORGE ALBERTO CARAS ALTAS DUARTE PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
17785	ANA CLÁUDIA NEVES VIEIRA	A garantia da Proteção jurídica nos Contratos de Seguro de Responsabilidade Civil	JOSÉ ALBERTO COELHO VIEIRA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Profissionalizante – preparação da dissertação
Mestrados que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico janeiro 2017)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
27375	INDIRA FLORENÇA LEONARDO VIELA	Os atos legislativos do Presidente da Republica à luz do ordenamento jurídico-constitucional angolano	JOSE ALBERTO MELO ALEXANDRINO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
26988	MARIA ISABEL GONÇALVES DE MIRANDA	Os limites jurisdicionais do Tribunal Constitucional: a criação de direito pelos juizes constitucionais	JOSÉ ALEXANDRE GUIMARÃES DE SOUSA PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27358	MARTA ISABEL PAULO CÂNCIO	O Direito ao Esquecimento no Novo Paradigma do Regulamento Geral de Protecção de Dados Pessoais	JOSÉ ALEXANDRE GUIMARÃES DE SOUSA PINHEIRO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
27119	WU UN TAT	Os poderes e os limites do Tribunal Constitucional à luz do artº 282/4 C.R.P.	JOSÉ ALEXANDRE GUIMARÃES DE SOUSA PINHEIRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
26958	DANIEL GONÇALINHO RASTEIRO	Vinculação da Sociedade a actos praticados pelos seus sócios	JOSÉ JOÃO MONTES FERREIRA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
21893	RÚBEN FILIPE DOS SANTOS DOMINGUES	Conflito de interesses na aprovação de relatório sobre a OPA pela administração da sociedade visada: Responsabilidade civil	JOSÉ JOÃO MONTES FERREIRA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25163	ANA CAROLINA NERY DA SILVA BORGES DE BARROS	A responsabilização civil por danos ambientais, observando os complexos empreendimentos empresariais denominados joint ventures, como é o caso da empresa de mineração Samarco, bem como a responsabilização solidária das empresas que controlam a referida sociedade, diante da tragédia ambiental ocorrida no dia 05 de novembro de 2015, na região Central de Minas Gerais – Brasil	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
27002	RUTE CRISTINA ALMEIDA FIGUEIREDO	Instituto da Usucapião e Registo	JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21958	MARTA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DE ALMEIDA DO CANTO E CASTRO	A adjudicação das parcerias para a inovação	LOURENÇO BANDEIRA MANOEL VILHENA DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
22013	ANA FILIPA BAPTISTA BORGES	As cláusulas de rescisão e opção no contrato de trabalho do praticante desportivo	LUÍS ARTUR ALMEIDA DA ROCHA GONÇALVES DA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346164	ANA MARGARIDA FIUZA HENRIQUES	Whistleblowing e as Relações Laborais	LUÍS ARTUR ALMEIDA DA ROCHA GONÇALVES DA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
12346163	RAQUEL ANDREIA NAVE DE JESUS	As cláusulas de rescisão no contrato de trabalho entre clubes e jogadores profissionais	LUÍS ARTUR ALMEIDA DA ROCHA GONÇALVES DA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
27129	JUSTIANA STELLA DE VASCONCELOS DOMINGUES	Mercados Informais em Luanda, a falta de regulação e o impacto na Economia	LUIS DOMINGOS SILVA MORAIS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS
20814	RENATO MIGUEL DA SILVA PIRES	A tutela dos direitos de propriedade industrial e intelectual no Direito da Concorrência	LUIS DOMINGOS SILVA MORAIS	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS
26858	BÁRBARA RAFAELA GOMES MACHADO	O Regime de Resolução Bancária	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25379	BRUNO EMANUEL NASCIMENTO SARAIVA BARATA PEREIRA	Legitimidade da Pessoa Singular no Plano Especial de Revitalização (PER), por contraposição ao SIREVE, ao plano de Insolvência e ao plano de pagamentos, procurando uma solução mais adequada dos meios judiciais e extrajudiciais de recuperação do Devedor	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27065	FLÁVIO PEREIRA MOUTA MENDES	Graduação de créditos em processo de insolvência	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
25475	LAURA POPA	Vinculação das Sociedades por Quotas: Estrutura organizatoria e Interesse da sociedade nas Deliberações sociais	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
22303	LILIANA FILIPA CASADO MOURATO	Garantia de conservação patrimonial na insolvência: a resolução em benefício da massa	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
27545	IGOR VIEIRA RIOS AMORIM FARIAS	O regime da complementaridade no Tribunal Penal Internacional	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27425	MARIANA DOS SANTOS FERNANDES ARCANJO RODRIGUES	Alienação Parental	MARIA MARGARIDA COSTA SILVA PEREIRA TAVEIRA SOUSA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21976	ANA RITA RAMALHO DIAS	Fundamento e sentido das alterações aos Critérios de Decretamento das Providências Cautelares na Reforma de 2015 do Contencioso Administrativo: uma análise crítica	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
20681	BÁRBARA MIRIAM DO AMARAL CORREIA	Tutela ressarcitória do adjudicatário pela não concessão de visto do Tribunal de Contas	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM DIREITO ADMINISTRATIVO
20889	DIOGO LOURENÇO FRANCISCO	O controlo de concentrações no Direito da Concorrência	MIGUEL DE SOUSA FERRO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS
16313	ANA ISABEL RODRIGUES GOMES BIDARRA	Big Data - As suas implicações no direito da concorrência	MIGUEL JOSE PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURIDICO-FINANCEIRAS

**Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Profissionalizante – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico janeiro 2017)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
27049	DÉBORA SOFIA ROSA FERREIRA DA SILVA	O Abuso de Posição Dominante por esmagamento de margens no direito comunitário e no caso português: uma análise prática	MIGUEL JOSE PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
27497	IVAN ELIZANDRO SEBASTIÃO MATEUS	Regulação e Concorrência No Mercado da Energia Elétrica em Angola	MIGUEL JOSE PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
20887	PATRÍCIA SOFIA FERREIRA DE MORAIS	"O critério do concorrente igualmente eficiente nos abusos por descontos de fidelização ou exclusividade (com especial destaque para o atual caso Intel e o acórdão Post Danmark II)	MIGUEL JOSE PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25543	RÚBEN ANDRÉ DUARTE MAURÍCIO	A União Bancária europeia e a recapitalização do sector financeiro português	NAZARÉ SALDANHA POVOAS COSTA CABRAL	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
26921	ANA MARGARIDA CARVALHO SILVA	Insolvência das Empresas Municipais	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
21830	DIOGO ANDRÉ GONÇALVES GOMES	Contratação Pública Ecológica em Portugal	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA
19418	MARIANA ANTUNES DA SILVA	A regulação sectorial do contrato de seguro de crédito à habitação	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
20955	RICARDO MANUEL RAPOSO SOBRAL	A influência da New Public Management na delegação de competência na Educação	NUNO FILIPE ABRANTES LEAL DA CUNHA RODRIGUES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
16371	PEDRO ALEXANDRE MARQUES FERREIRA	O alargamento da tutela cautelar ao contencioso tributário – Novas perspectivas; ou Da tributação em sede de IUC – Novo paradigma: A (in)eficácia da crescente desconsideração legislativa de um imposto sobre o património multifacetado	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27171	JOÃO PAULO DOS SANTOS RODRIGUES PITORRA	A Corrupção e o Cargo Público: a relação entre a oferta de vantagem e as características do cargo	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
22789	LEONOR CACAES PALÁCIO DA SILVA	A obtenção de provas em smartphones protegidos através da biometria e senhas numéricas e o princípio da não auto-incriminação	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21500	LÍGIA NORONHA ROCHA	O Regime da Obtenção de Provas através de Intervenção Corporal não consentida	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21036	MARIA LEONOR BETTENCOURT SENA CARVALHO	A fronteira entre a liberdade de expressão e o crime de difamação	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20687	MARIA LUÍSA CALAÇA BAUTO FERNANDES	O ónus da prova a cargo do arguido em sede de pedido de indemnização por por privação da liberdade ilegal ou injustificada. Possível violação ao princípio da presunção de inocência?	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27489	MIGUEL ANGELO DE CASTRO MOURA	Do Agente Infiltrado. Legitimidade e Admissibilidade no Cibercrime	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27013	PATRÍCIA GONÇALVES DIAS CARNEIRO	O princípio nemo tenetur se ipsum accusare e a recusa do possuidor de revelar a senha alfanumérica e/ou facultar a impressão digital de telemóvel encriptado	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21906	DIOGO ANDRADE NUNES DE SOUSA	A empresa na contratação pública em Portugal	PEDRO BRITO VEIGA MONIZ LOPES	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
21202	CÉLIA CRISTINA SAFOEIRO RODRIGUES CORDEIRO	As garantias de defesa do trabalhador na fase de instrução do procedimento disciplinar	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
19583	DIOGO GUERRA SIMÕES DIAS	Trabalho Médico	PEDRO MANUEL ALMEIDA MADEIRA BRITO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
27068	ANA CATARINA AMARAL TEIXEIRA	Análise à luz do Direito do posicionamento do Reino Unido relativamente à Europa	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
20605	JOÃO AUGUSTO GOMES RAMOS	A evolução das relações internacionais de 1918 a 1945 e a sua importância para o actual quadro geopolítico Mundial – Do estatuto jurídico da SDN ao da actual ONU	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
26982	THALES GOMES DE LIMA	Governança e Globalização	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
21423	CINTHIA SOUZA CAMARGOS	Processo Especial de Revitalização e a execução de terceiros garantistas	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27426	DANIELA SOFIA RAIMUNDO MARTINS	Princípio da Igualdade dos Credores	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21918	HELENA ISABEL INÁCIO CARDANA	A Composição Definitiva do Litígio na Inversão do Contencioso Cautelar	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20826	JOÃO MIGUEL BATISTA DA CONCEIÇÃO	A Tutela Cautelar no Contencioso Tributário	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Profissionalizante – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2015-2016
(Conselho Científico janeiro 2017)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
17412	MADALENA DE ALMEIDA RAÍNHA MONTEIRO	Da reapreciação da matéria de facto em sede de recurso de apelação	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27436	MARCO FÁBIO DOS REIS SANTOS	Prova por presunção em processo civil : Ónus e poderes de cognição subjacentes	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27238	MARINA SOFIA LÁZARO DIONÍSIO MARCELO	Repercussões da Declaração de Insolvência nos Contratos de Trabalho	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
27363	RUTE REGINA AMARAL MOTA SANTOS	Exoneração do Passivo Restante - Os Efeitos sobre os Credores Não Intervinentes	RUI CARLOS GONÇALVES PINTO	MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS
20851	BRUNO FILIPE QUELHO GIRÃO	O ADN e a Investigação Criminal	RUI FILIPE SOARES PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
26848	JOSÉ GABRIEL TRAVANCA BASTOS	Acordos sobre a sentença em Processo Penal	RUI FILIPE SOARES PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21452	RAQUEL SOFIA RAMOS MONTEIRO	Geolocalização por GPS	RUI FILIPE SOARES PEREIRA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20595	ANA CARINA DIAS DE SOUSA	A igualdade de acesso e de direitos laborais entre homens e mulheres	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27157	LEIDYS DEL CARMEN ALVAREZ MAGUIN	O REGIME DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DETERMINADAS PELA CORTE INTER-AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
27145	MARCELA CAROLINE VAZ GIRONI	Tráfico Internacional de Pessoas e o Regime Internacional de Combate	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
21870	SARA CARVALHO DE OLIVEIRA	A protecção dos direitos humanos no TPI: o direito de acesso à justiça por parte das vítimas	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
25199	ADILSON CLÁUDIO CHAVES SARAIVA	Banco Nacional de Angola como Supervisor no Sistema Bancário Angolano	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
17301	GUILHERME FILIPE BENTO DA SILVA	Os resultados eleitorais e os Mercados Financeiros	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
27010	HUGO RAFAEL DE ALMEIDA SOUSA MARTINS	Regulação das Bitcoins/Criptomoedas	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
25234	JOÃO MANUEL DE AGUILAR PEREIRA DELGADO	Auto Regulação Bancária e seus Efeitos nos Direitos do Consumidor Bancário. Perspectiva Luso Brasileira	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
27028	NETO GOMES	Direitos dos mercados financeiros e a Supervisão Financeiros	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
20938	RITA SOFIA DE SOUSA CORTES MAIA	Sharing Economy e Financiamento Colaborativo	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS
21403	ANA CATARINA MARTINS MARQUES	Relevância dos mecanismos Compliance na aferição da culpa da pessoa coletiva	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
19575	DÉBORA MARISA OLIVEIRA DA CRUZ	A EUTANÁSIA NO DIREITO PENAL PORTUGUÊS	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25552	JOÃO ANTÓNIO ALENCASTRE DE MATOS RAMOS	A denúncia no ordenamento jurídico português: proteção de denunciante no âmbito do combate à corrupção	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
18197	JOÃO NUNO ALVES MONTEIRO GONÇALVES CASQUINHO	Responsabilidade e dever de cooperação das pessoas colectivas no Direito sancionatório das autoridades reguladoras	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
20841	MARIA JOÃO DA SILVA ALMEIDA SEMEDO	Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Imputação Subjectiva	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
22492	MARINA RAQUEL COSTA GOMES	A aplicação de medidas de coacção às Pessoas Colectivas	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
21458	MARISA ALEXANDRA DE BRITO GONÇALVES	A responsabilidade jurídico-penal em grupos de empresas	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
25089	NELSON PEDRO LOPES DA SILVA	Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas	TERESA MARIA QUINTELA DE BRITO PRAZERES DA SILVA	MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico
Professor Doutor José Artur Duarte Nogueira

Exmo. Senhor Coordenador da Comissão de Estudos
Pós-Graduados
Professor Doutor M. Januário da Costa Gomes

O quadro de correspondências entre unidades curriculares dos mestrados e doutoramentos extintos e unidades curriculares dos novos mestrados e doutoramentos, apreciado pelo Conselho Científico na sua reunião de 22 de junho de 2016, apresentava algumas incorreções, que importa retificar.

Assim, solicita-se a apreciação pelo Conselho Científico das seguintes correspondências entre unidades curriculares dos ciclos de estudos extintos e dos novos ciclos de estudos:

MESTRADO EM DIREITO

PERFIL CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Unidade curricular a extinguir	Créditos	Unidade curricular equivalente	Créditos
Direito Privado da Concorrência I	10	Direito da Concorrência (desde que realizadas as uc's I e II equivalidas)	18
Direito Privado da Concorrência II	10		
Regulação Económica I	10	Direito da Regulação (desde que realizadas as uc's I e II equivalidas)	18
Regulação Económica II	10		

PERFIL DIREITO FISCAL

Unidade curricular a extinguir	Créditos	Unidade curricular equivalente	Créditos
Direito Fiscal Europeu I	10	Direito Fiscal Europeu (desde que realizadas as uc's I e II equivalidas)	18
Direito Fiscal Europeu II	10		

PERFIL DIREITO COMERCIAL

Unidade curricular a extinguir	Créditos	Unidade curricular equivalente	Créditos
Direito Comercial I	10	Direito Comercial I (desde que realizadas as uc's I e II equivalidas)	18
Direito Comercial II	10		
Direito das Sociedades Comerciais I	10	Direito das Sociedades Comerciais I (desde que realizadas as uc's I e II equivalidas)	18
Direito das Sociedades Comerciais II	10		

DOUTORAMENTO EM DIREITO

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS

Unidade curricular a extinguir	Créditos	Unidade curricular equivalente	Créditos
Direito Civil C – I	7,5	Seminário de Investigação de Direito Civil III (desde que realizadas as uc's I e II equivalidas)	18
Direito Civil C – II	7,5		



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Sem outro assunto, apresento os meus melhores cumprimentos.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 5 de janeiro de 2017

O Diretor,

(Prof. Doutor Pedro Romano Martinez)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Divisão Académica

DOCTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS
(Constituição de Júri)

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
Raúl Carlos de Freitas Rodrigues (Aluno nº 12346148) Entrega da tese de doutoramento em 14/03/2016	"O Direito Fundiário de Angola".	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão	Prof. Doutor António Santos Justo Prof. Doutor Luís Couto Gonçalves Prof. Doutor Luís Menezes Leitão Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof. Doutor José de Melo Alexandrino



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Divisão Académica

DOCTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS
(Constituição de Júri)

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
Paula Cristina Meira Lourenço (Aluna nº 5895) Entrega da tese de doutoramento em 29.07.2016	<i>"As Garantias do Processo Equitativo na Execução Patrimonial".</i>	Prof. ^ª Doutora Paula Costa e Silva	Prof. ^ª Doutora Elizabeth Fernandez Prof. ^ª Doutora Maria José Capelo Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa Prof. Doutor Paula Costa e Silva (orientadora) Prof. Doutor António Reis Novais Prof. Doutor Rui Pinto

Divisão Académica

-PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO	PROFESSOR ORIENTADOR/CO-ORIENTADOR DESIGNADO(S)	CONCORDÂNCIA/RECOMENDAÇÃO DO(S) ORIENTADOR(ES)
PAULO VESTIM GRANDE (ALUNO Nº 21545) DOUTORAMENTO EM DIREITO- ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	9.12.2016	12.12.2012	Até 12.06.2017	Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão	Sim.
LÍVIA MARIA SANTANA E SANT'ANNA VAZ (ALUNA Nº 18857) DOUTORAMENTO EM DIREITO- ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	20.10.2016	21.04.2010	Até 21.04.2017	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim.

Versão atualizada em 5.01.2017

SRF



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

-PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO TÍTULO DA TESE DE DOUTORAMENTO

Identificação do Doutorando	Data do Requerimento	Título da Tese anteriormente aprovado	Novo Título da Tese Proposto	Concordância do Professor Orientador designado
JOÃO PAULO DE OLIVEIRA GERALDES (ALUNO Nº 7115) DOUTORAMENTO EM DIREITO- ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	5.01.2017	<i>"Autonomia privada e incerteza jurídica - da vinculação condicional ao acerto jurídico-privado"</i>	<i>"Autonomia privada e incerteza jurídica: contributo para o estudo da promessa unilateral".</i>	Prof ^ª Doutora Paula Costa e Silva Sim.

Versão atualizada 5.01.2017

SRF

Divisão Académica

- Pedido extemporâneo de inscrição na 2.ª fase do curso de doutoramento/preparação da tese - Doutoranda com fase curricular concluída no ano letivo 2014-2015.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Título da Tese Proposto	Professor Orientador/ Carta de Aceitação	Especialidade	Prazo normal de inscrição na fase da tese	Prazo de entrega da tese proposto
VALÉRIA FÉRES BORGES (ALUNA Nº 12346037) DOUTORAMENTO EM DIREITO	8.12.2016	<i>"A Reformulação das Funções do Capital Social das Sociedades Anónimas de Capital Fechado, sob as Perspetivas dos Credores e do Mercado Financeiro".</i>	Profª Doutora Maria de Lurdes Marques Pereira Sim.	ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	22.06.2016	1.07.2019

Informação:

O prazo de entrega da tese para os doutorandos que concluíram a fase escolar em 2014-2015, foi fixado em reunião do Conselho Científico realizada a 22.06.2015. Assim, sugere-se que para a contagem do prazo de entrega da tese de doutoramento da aluna seja determinado o mesmo prazo aprovado para os alunos do mesmo grupo e ano letivo: **1.07.2019**.

Divisão Académica

- *Pedido extemporâneo de inscrição na 2.ª fase do curso de doutoramento/preparação da tese - Doutoranda com fase curricular concluída no ano letivo 2012-2013.

Identificação do Doutorando	Data do requerimento	Título da Tese Proposto	Professor Orientador/Aceitação	Especialidade	Prazo normal de inscrição na fase da tese	Prazo de entrega da tese proposto
TALITA DA FONSECA ARRUDA (ALUNA Nº 12345759) DOUTORAMENTO EM DIREITO	20.12.2016	<i>“O inconsciente coletivo feminino como forma de justificativa para a violência doméstica e as possibilidades de resolução dos conflitos pela via da justiça restaurativa”.</i>	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem	ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	18.06.2014	18.06.2017

*Condiciona até à apresentação da carta de aceitação.

Informação:

O prazo de entrega da tese para os doutorandos que concluíram a fase escolar em 2012-2013, foi fixado em reunião do Conselho Científico realizada a 18.06.2014. Assim, sugere-se que para a contagem do prazo de entrega da tese de doutoramento do aluno seja determinado o mesmo prazo aprovado para os alunos do mesmo grupo e ano letivo: **18.06.2017**.

Versão atualizada em 5.01.2017

SRF

Gabinete Erasmus e Relações Internacionais

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Ano lectivo 2015-2016



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
ACTIVIDADES 2015-2016.....	5
I. Programas e redes:.....	5
II. Protocolos:.....	7
III. Intercâmbio de estudantes:.....	21
ESTUDANTES RECEBIDOS	21
PROGRAMA ERASMUS.....	21
PARCEIROS INTERNACIONAIS (NÃO PERTENCENTES AO PROGRAMA ERASMUS +).....	26
PROGRAMA ALMEIDA GARRET.....	28
ESTUDANTES ENVIADOS.....	29
PROGRAMA ERASMUS ESTÁGIOS ERASMUS MAIS.....	29
PARCEIROS INTERNACIONAIS (NÃO PERTENCENTES AO PROGRAMA ERASMUS +).....	32
PROGRAMA ALMEIDA GARRET.....	34
IV. Intercâmbio de docentes.....	35
DOCENTES RECEBIDOS.....	35
DOCENTES ENVIADOS - Programa Erasmus +	38
V. Mestrado Erasmus Mundus.....	39
ESTUDANTES ENVIADOS.....	41

ESTUDANTES RECEBIDOS.....	42
VI. Cursos intensivos e professores visitantes:.....	42
VII. Representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em eventos internacionais.....	51
VIII. Reunião Rede ELPIS 2016.....	54
IX. Mestrado Lisboa - Loyola	61
X. Programa INnetCAMPUS	62
XI. Anexos	64

INTRODUÇÃO

O presente relatório regista as actividades desenvolvidas pelo Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) no ano lectivo de 2015-2016, então integrado pela seguinte equipa:

- Presidente: Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (Coordenador)
- Grupo de Ciências Jurídicas:
Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos
Professor Doutor José Ferreira Gomes
- Grupo de Ciências Jurídico-políticas:
Professor Doutor Miguel Raimundo
Professor Doutor Rui Guerra da Fonseca
- Grupo de Ciências Jurídico-Económicas:
Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues
Professora Doutora Rute Saraiva
- Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas:
Professora Doutora Sílvia Alves
Professora Doutora Isabel Graes
- Outros membros da equipa:
Mestre Eduarda Camilo
Licenciada Ana Paula Rodrigues Nazário (mobilidade interna)
- Alunos colaboradores:
Valquíria Avelar
Amanda Schefer
Sérgio Alves

- Bolseiros Técnicos de Investigação
Rafaela Santos
- Representante da Associação Académica
Francisco Matias

O registo das actividades obedece à seguinte sistematização:

I. Programas e redes;

II. Protocolos;

III. Intercâmbio de estudantes;

IV. Intercâmbio de docentes;

V. Mestrado Erasmus Mundus;

VI. Cursos intensivos e professores visitantes;

VII. Representação da Faculdade de Direito de Lisboa em eventos internacionais;

VIII. Reunião Rede ELPIS 2016;

IX. Mestrado Lisboa-Loyola.

ACTIVIDADES 2015-2016

I. Programas e redes

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) tem-se empenhado na internacionalização do seu plano de estudos, de forma a proporcionar aos alunos da Faculdade e aos alunos visitantes de Faculdades estrangeiras uma experiência académica o mais internacional possível.

A fim de prosseguir esse objectivo, a FDUL é membra da associação ELFA (European Law Faculties Association) e das redes ELPIS, EuropePolis, Rotterdam Law Network e Rede de Nanterre, que passamos a descrever abaixo.

Igualmente a fim de internacionalizar a oferta de ensino aos seus alunos, a FDUL celebrou a 4 de Janeiro de 2016, um protocolo com a Loyola University New Orleans College of Law, em Nova Orleães, E.U.A, estabelecendo um Mestrado com um programa comum (LLM), com foco em Direito do Comércio Internacional e/ou Direito Comparado, composto por dois semestres, um na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e outro na New Orleans College of Law da Loyola University. Disponibilizamos mais informação sobre este Mestrado conjunto no ponto IX. do presente Relatório.

Os programas, redes de cooperação e intercâmbios que a FDUL acompanhou no ano lectivo 2015-2016, foram os seguintes:

- **ELFA (European Law Faculties Association)**

Associação fundada em 1995 em Leuven, Bélgica, actualmente composta por mais de 180 de Faculdades de Direito e destinada a constituir um fórum para a discussão de assuntos relacionados com o ensino do Direito. A rede é responsável pela publicação do European Journal of Legal Education.

- **Rede ELPIS**

Rede fundada pela Universidade Leibniz de Hannover, actualmente composta por 36 universidades europeias e que se destina à promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários assim como à promoção e organização de estudos, cursos e publicações, em especial, nos domínios do Direito Europeu e Direito Comparado.

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa foi nomeada coordenadora da rede em 2015 e em 2016 organizou e foi anfitriã da sua reunião anual.

- **Rede EuropePolis**

Rede fundada em Março de 2011, pela Sapienza - Università di Roma, composta por 19 universidades e centros europeus, com o objectivo de incentivar o ensino do direito europeu em todas as disciplinas. A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é membra fundadora desta rede.

- **Rede de Direito de Roterdão (Rotterdam Law Network)**

Rede fundada pela Erasmus Universiteit Rotterdam, actualmente composta por 30 universidades europeias e que se destina à promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários.

Em anexo a este Relatório, consta uma súmula dos trabalhos realizados na reunião desta rede no passado dia 8 de Abril de 2016, na Konstanz Universität, na Alemanha.

- **Rede de Nanterre (Nanterre Network)**

Rede de cooperação universitária em ciências jurídicas, coordenada pela Universidade de Université Paris-Ouest Nanterre La Défense, da qual a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é membra desde Maio de 2011.

II. PROTOCOLOS

I. Protocolos

Acompanhamento da participação da FDUL nos seguintes protocolos:

- Parceiros do Programa Erasmus Mais
- Parceiros internacionais (não pertencentes ao Programa Erasmus +)
- Programa Almeida Garrett

Parceiros do Programa Erasmus Mais

Universidade	País
Bucerius Law School (Protocolo novo)	Alemanha
Ernst-Moritz-Arndt_Universität Greifswald	Alemanha
Freie Universität Berlin	Alemanha
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover	Alemanha
Hamburg University	Alemanha
Humboldt-Universität zu Berlin	Alemanha
Humboldtite Universität zu Berlin	Alemanha

Universidade	País
Justus Liebig Universität Giessen	Alemanha
Leibniz Universität Hannover	Alemanha
Ludwig Maximilian University of Munich	Alemanha
Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität	Alemanha
Technische Universität Dresden	Alemanha
University Augsburg	Alemanha
Universität Bonn	Alemanha
Universität Hamburg	Alemanha
Universität Konstanz	Alemanha
Universität Leipzig	Alemanha
Universität zu Köln	Alemanha
University of Bayreuth	Alemanha
Westfälische Wilhelms-Universität Munster	Alemanha
N.º total de Universidades alemãs (Protocolos novos: 2)	18
Innsbruck University	Áustria
Faculty of Law - University of Salzburg; Paris Lodron Universität Salzburg (Protocolo novo)	Austria
Johannes Kepler Universität Linz	Áustria
N.º total de Universidades Austríacas (Protocolos novos: 2)	3
Université Catholique de Louvain	Bélgica

Universidade	País
Université Libré de Bruxelles	Bélgica
N.º total de Universidades Belgas	2
University of Sophia - St. Kliment Ohridski	Bulgária
N.º total de Universidades Búlgaras	1
University of Zagreb	Croácia
N.º total de Universidades Croatas	1
University of Edinburgh	Escócia
N.º total de Universidades Escocesas (Protocolos Novos: 1)	1
Comenius University in Bratislava	Eslováquia
Pan European University (Bratislava School of Law)	Eslováquia
N.º total de Universidades Eslovacas	2
University of Ljubjana	Eslovénia
Maribor University	Eslovénia
N.º total de Universidades Eslovenas	2
Colégio Universitário de Estudos Financeiros (CUNEF) - Universidad Complutense de Madrid	Espanha
Universidad de Granada	Espanha
Universidad Autónoma de Madrid	Espanha
Universidad Carlos III de Madrid	Espanha
Universidad Castilla-la-Mancha	Espanha
Universidad Complutense de Madrid	Espanha
Universidad de A Coruña	Espanha
Universidad de Alicante	Espanha
Universidad de Barcelona	Espanha
Universidad de Burgos	Espanha
Universidad de Cadiz	Espanha
Universidad de Girona	Espanha

Universidade	País
Universidad de Granada	Espanha
Universidad de León (Protocolo Novo)	Espanha
Universidad de Málaga	Espanha
Universidad de Murcia	Espanha
Universidad de Navarra	Espanha
Universidad de Oviedo	Espanha
Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibersitatea (UPV/EHU)	Espanha
Universidad de Salamanca	Espanha
Universidad de Santiago de Compostela	Espanha
Universidad de Valencia	Espanha
Universidad de Valladolid	Espanha
Universidad de Zaragoza	Espanha
Universidad Internacional de Andalucía	Espanha
Universidad Las Palmas Gran Canaria	Espanha
Universidad Nacional de Educación a Distancia (Protocolo Novo)	Espanha
Universidad Pablo de Olavide	Espanha
Universidad Rey Juan Carlos (Protocolo Novo)	Espanha
N.º total de Universidades Espanholas (Protocolos Novos: 3)	30
University of Turku (Protocolo Novo)	Finlândia
N.º total de Universidades Finlandesas (Protocolos Novos: 1)	1
Université de Bourgogne - Dijon	França
Université de Cergy Pontoise	França
Université Pierre-Mendès France	França

Universidade	País
Université du Le Havre	França
Université Paris 13	França
Université Paris Descartes - (Paris 5)	França
Université Paris Ouest Nanterre la Défense	França
Université de Rouen	França
Université de Strasbourg	França
Université Toulouse 1 Capitole	França
N.º total de Universidades Francesas	11
University of Macedonia	Grécia
N.º total de Universidades Gregas	1
Erasmus University Rotterdam	Holanda
Radboud University Nijmegen	Holanda
Universiteit Van Amsterdam	Holanda
University of Groningen	Holanda
University of Maastricht	Holanda
Windesheim University of Applied Sciences	Holanda
N.º total de Universidades Holandesas	6
Eötvös Loránd University	Hungria
N.º total de Universidades Húngaras	1
Alma Mater Studiorum - Università di Bologna	Itália
Sapienza - Università di Roma (Protocolo Novo)	Itália
Seconda Università degli Studi di Napoli	Itália
University Bar-Ilan (Protocolo Novo)	Itália
Università di Messina	Itália
Università degli Studi "G. d'Annunzio" Chieti- Pescara	Itália
Università degli Studi del Piemonte Orientale "Amedeo Avogadro"	Itália

Universidade	País
Università degli Studi di Bari Aldo Moro	Itália
Università degli Studi di Génova	Itália
Università Degli Studi di Enna "Kore"	Itália
Università degli studi di Milano - Bicocca	Itália
Seconda Università degli Studi di Napoli	Itália
Università degli studi di Napoli "Federico II"	Itália
Università degli studi di Napoli "Parthenope"	Itália
Università degli Studi di Perugia	Itália
Università degli studi di Roma "Tor Vergata"	Itália
Università degli Studi di Roma - "La Sapienza"	Itália
Università degli Studi di Roma - "Torvergata"	Itália
Università degli studi di Salerno	Itália
Università degli Studi di Sassari	Itália
Università degli studi di Teramo	Itália
Università degli Studi di Trento (Protocolo Novo)	Itália
Università degli Studi di Trieste	Itália
Università degli studi Magna Graecia di Catanzaro	Itália
Università degli Studi Roma Tre (Protocolo Novo)	Itália
Università degli Studi del Piemonte Orientale (Protocolo Novo)	Itália
Università di Messina	Itália
Universidade de Pádova (Protocolo Novo)	Itália
Università di Pisa	Itália
Università Europea (Protocolo Novo)	Itália
N.º total de Universidades Italianas (Protocolos Novos: 10)	32

Universidade	País
University of Latvia	Letónia
N.º total de Universidades Letãs	1
Mykolo Romerio Universitetas	Lituânia
Vilnius University	Lituânia
N.º total de Universidades Lituãs	2
University of Bergen	Noruega
N.º total de Universidades Norueguesas	1
Andrzej Frycz Modrzewski Krakow University; Faculty of Law, Administration and International Relations (Protocolo Novo)	Polónia
Jagiellonian University	Polónia
Kozminski University	Polónia
University of Lodz	Polónia
University of Szczecin	Polónia
University of Wroclaw	Polónia
University of Rzeszów (Protocolo Novo)	Polónia
Uniwersytet Warmińsko-Mazurskie w Olsztynie (Protocolo Novo)	Polónia
University of Zielona Góra (Protocolo Novo)	Polónia
Warsaw University	Polónia
Wroclaw University	Polónia
N.º total de Universidades Polacas (Protocolos Novos: 4)	11
Charles University in Prague	Rep. Checa
Masaryk University	Rep. Checa
Bucarest University	Roménia

Universidade	País
N.º total de Universidades Romenas	1
University of Fribourg	Suíça
University of Zurich	Suíça
N.º total de Universidades Suíças	2
Anadolu University	Turquia
ÇaG University (Protocolo Novo)	Turquia
Beykent University Istanbul (Protocolo Novo)	Turquia
Koç University	Turquia
MEF University of Law (Protocolo Novo)	Turquia
Okan University Law Faculty (Protocolo Novo)	Turquia
Yeditepe University	Turquia
N.º total de Universidades Turcas (Protocolos Novos: 4)	7
N.º total de Parceiros	28

Parceiros Internacionais (não pertencentes ao Programa Erasmus +)

Universidade	País
Loyola University New Orleans	USA (Nova Orleães)
N.º parceiros Americanos	1
N.º de Parceiros Angolanos	1
Universidad de Buenos Aires, Facultad de Derecho	Argentina
N.º de Parceiros Argentinos	1
Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS) - Escola da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios (ESMADF), Brasília - Distrito Federal	Brasil
Centro Universitário de Barra Mansa (UBM) - Rio de Janeiro	Brasil
Centro Universitário de Brasília, Brasília - Distrito Federal	Brasil
Centro Universitário Franciscano, Santa Maria - Rio Grande do Sul (Convénio com a ULisboa)	Brasil
Centro Universitário de Maringá, Maringá - Paraná (Termo Aditivo)	Brasil
Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Natal - Rio Grande do Norte	Brasil
Centro Universitário São Camilo, Vitória - Espírito Santo	Brasil
Colégio de Directores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil, Bela Vista - São Paulo (2006)	Brasil

Universidade	País
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro / Fundação da Escola Superior da Defensoria Pública do Rio de Janeiro / Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Brasil
Escola da Advocacia-Geral da União, Brasília - Distrito Federal	Brasil
Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Botafogo - Rio de Janeiro	Brasil
Fundação Getúlio Vargas, Botafogo - Rio de Janeiro (Convénio com a ULisboa)	Brasil
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Brasil
Escola da Magistratura Federal da 5.ª Região, Recife - Pernambuco	Brasil
Escola da Magistratura do Paraná, Curitiba - Paraná (2011)	Brasil
Escola Nacional da Magistratura (Associação dos Magistrados Brasileiros) - Brasília	Brasil
Escola Paulista da Magistratura, São Paulo	Brasil
Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes, Salvador - Bahia	Brasil
Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte - Minas Gerais	Brasil
Faculdade de Direito de Curitiba, Curitiba - Paraná	Brasil

Universidade	País
Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre	Brasil
Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima - Belo Horizonte - Minas Gerais (2001)	Brasil
Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima - Belo Horizonte - Minas Gerais (2015)	Brasil
Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo	Brasil
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (Convénio com a Antiga Universidade de Lisboa)	Brasil
Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília, Brasília - Distrito Federal	Brasil
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - Ceará	Brasil
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - Ceará (Convénio com a Ulisboa)	Brasil
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará e a Fundação Paulo Bonavides, Fortaleza - Ceará	Brasil
Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói - Rio de Janeiro	Brasil
Universidade Federal Fluminense, Niterói - Rio de Janeiro (Convénio com a U Lisboia)	Brasil
Faculdade de Direito de Vitória - Espírito Santo	Brasil

Universidade	País
Faculdade Internacional Signorelli, Rio de Janeiro	Brasil
Faculdade Marista de Recife - Pernambuco	Brasil
Faculdade Maurício Nassau, Natal - Rio Grande do Norte	Brasil
Faculdade Meridional (IMED), FDL/IDB - Passo Fundo, Rio Grande do Sul	Brasil
Faculdade Sete de Setembro (FA7), Fortaleza - Ceará	Brasil
Faculdade Sete de Setembro (FA7), Fortaleza - Ceará (Convénio com a ULisboa)	Brasil
Faculdades Integradas Barros Melo, Olinda - Pernambuco	Brasil
Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba - Paraná	Brasil
Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba - Paraná (Convénio com a ULisboa)	Brasil
Faculdades Integradas do Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro - São Paulo	Brasil
Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro - São Paulo (Convénio com a ULisboa)	Brasil
Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo	Brasil
Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha - Centro Universitário de Marília, São Paulo - Brasil	Brasil
Fundação Universidade de Brasília (Convénio com a ULisboa)	Brasil

Universidade	País
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina - Florianópolis (Convénio com a ULisboa)	Brasil
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina - Florianópolis (Convénio com a ULisboa) - Termo Aditivo	Brasil
Instituto Rui Barbosa, Belo Horizonte - Minas Gerais	Brasil
Instituto Silvío Meira, Belém - Pará	Brasil
Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Belém - Pará	Brasil
Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Vitória - Espírito Santo (2001)	Brasil
Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte - Minas Gerais	Brasil
N.º de Parceiros Brasileiros	66
Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC - Chile)	Chile
Universidad Tecnológica Metropolitana	Chile
N.º de Parceiros Chilenos	2
Universidade de Macau, Faculdade de Direito	China
N.º de Parceiros Chineses	1
Universidad de la República	Uruguai
N.º de Parceiros Uruguaios	1

Universidade	País
N.º Total de Parceiros	74

III. INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES

ESTUDANTES RECEBIDOS

Total de estudantes recebidos: 311

Programas em cujo âmbito os estudantes foram recebidos:

- Programa Erasmus +: 222 estudantes
- Parceiros internacionais (não pertencentes ao Programa Erasmus +): 88 estudantes
- Programa Almeida Garrett: 1 estudante

PROGRAMA ERASMUS MAIS

(222 estudantes)

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
85	138

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
Alemanha	24
Bélgica	5
Croácia	4
Eslovénia	13

Espanha	29
França	8
Grécia	2
Holanda	4
Hungria	1
Itália	37
Letónia	2
Noruega	2
Polónia	10
República checa	4

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Alemanha	Bayreuth University - D BAYREUTH 01	1
Alemanha	Hamburg University - D HAMBURG 01	2
Alemanha	Leibniz Universität Hannover	4
Alemanha	Justus Liebig University Giessen - D GIESSEN 01	1
Alemanha	Ludwig-Maximilians-Universität München	2
Alemanha	Technische Universität Dresden	2
Alemanha	Universität Augsburg	1
Alemanha	Universität Leipzig	2
Alemanha	Westfälische Wilhelms-Universität Münster D MUENSTER01	4
Alemanha	Humboldt-Universität zu Berlin	2
Bélgica	Université Libre de Bruxelles	1
Eslovénia	University of Ljubljana, Faculty of Law - SI LJUBLJA01	3
Eslovénia	University of Maribor - Faculty of Law	2
Espanha	Universidad Autónoma de Madrid - E MADRID04	2
Espanha	Universidad Carlos III de Madrid	2

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Espanha	University of Las Palmas de Gran Canaria	2
Espanha	Uníversidad de León	1
Espanha	Universidad del País Vasco E BILBAO 01	1
Espanha	Universidad Pablo de Olavide - E SEVILLA03	2
Espanha	Universidade da Coruña - E LA-CORU01	1
Espanha	Universidade de Malaga - E MALAGA 01	3
Espanha	Universidade de Murcia - E MURCIA01	1
Espanha	Universidade de Valência - E VALENCI 01	1
França	Faculté de droit et criminologie	5
Grécia	University of Macedonia-G THESSAL 02	2
Holanda	Erasmus University Rotterdam	2
Hungria	Eötvös Loránd University	3
Holanda	University of Amsterdam - NL AMSTERD01	1
Holanda	Radboud University Nijmegen	1
Itália	Università degli studi di Bari	1
Itália	Università degli studi di Genova	2
Itália	Università degli Studi di Messina	3

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Itália	Università degli Studi di Milano	3
Itália	Seconda Università degli studi di Napoli - I NAPOLI 09	4
Itália	Università di Napoli Parthenope	5
Itália	Università degli Studi di Perugia	2
Itália	Università de Pisa - I PISA01	2
Itália	Universidad de La Republica - UCEAM	1
Itália	Università degli Studi Magna Græcia di Catanzaro - I CATANZA02	1
Itália	Università di Roma "La Sapienza"- I ROMA01	3
Itália	University of Naples Federico II - I NAPOLI 01	2
Látvia	University of Latvia LV RIGA01	1
Lituânia	Mykolas Romeris University	2
Noruega	University of Bergen	1
Polónia	Jagiellonian University - PL KRAKOW01	2
Polónia	University of Rzeszow	1
Polónia	Universidade de Varsóvia - PL WARSZAW01	2
Polónia	University of Warmia and Mazury	2
República Checa	Charles University, Prague	1

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
República Checa	Masaryk University - CZ BRNO 05	2
Roménia	University of Bucharest	1

Parceiros Internacionais (não pertencentes ao Programa Erasmus +)

(88 estudantes)

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
39	49

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
Brasil	82
Chile	2
China	3
Uruguai	1
Total	88

PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Brasil	Centro Universitário Curitiba	12
Brasil	Centro Universitário Franciscano	6
Brasil	FACULDADE 7 DE SETEMBRO	5
Brasil	Faculdade Baiana de Direito	13
Brasil	Fundação Escola Superior do Ministério Público	3
Brasil	FUMEC	1
Brasil	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	3
Brasil	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	6
Brasil	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	4
Brasil	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	6
Brasil	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	5
Brasil	UniBrasil	1
Brasil	UniCuritiba	1
Brasil	Universidade Cândido Mendes	1
Brasil	Universidade Católica de Brasília	1
Brasil	Universidade de Brasília (UnB)	3
Brasil	Universidade Católica de Petrópolis	1
Brasil	Universidade Federal de Juiz de Fora	3
Brasil	Universidade de Passo Fundo	3

Brasil	Universidade Luterana do Brasil	1
Brasil	Universidade de S.Camilo	1
Brasil	Universidade Tiradentes	4
Brasil	Universidade Tuiuti do Paraná	1
China	Universidade de Macau	3
Uruguai	Universidad de La Republica - UCEAM	1

PROGRAMA ALMEIDA GARRETT

(1 estudante)

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
1	0

POR UNIVERSIDADE	
UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Universidade de Coimbra	1

ESTUDANTES ENVIADOS

Total de candidaturas apreciadas: 93

Total de estudantes enviados: 89

Programas em cujo âmbito os estudantes foram enviados:

- Programa Erasmus Mais: 43 estudantes
- Parceiros Internacionais (não integrados no Programa Erasmus +): 43 estudantes
- Programa Almeida Garrett: 3 estudantes

PROGRAMA ERASMUS MAIS

(43 estudantes)

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
Alemanha	7
Bélgica	1
Eslovénia	3
Espanha	20
França	10
Holanda	3
Hungria	3
Itália	19
Polónia	1
Portugal - MNE	2
República Checa	1

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Alemanha	Humboldt-Universität zu Berlin - D BERLIN 13	1
Alemanha	Ludwig Maximilian University of Munich	2
Alemanha	Univeristät Hamburg - D HAMBURG 01	1
Bélgica	Université Libre de Bruxelles - B BRUXEL 04	2
Espanha	Universidad de Barcelona - E BARCELO 01	1
Espanha	Universidad Carlos III de Madrid - E MADRID 14	2
Espanha	Universidad de Las Palmas de Gran Canaria - E LAS-PAL 01	1
Espanha	Universidad Pablo de Olavide - ES SEVILLA 03	1
Espanha	Universidade Internacional de Andalucía - SEVILLA 05	1
Espanha	Universidad Autónoma de Madrid - E MADRID 04	1
Espanha	Universidade Internacional de Andalucía - SEVILLA 05	1
Espanha	Universidad de Malaga - E MALAGA 01	1

França	Université Paris 13 - F PARIS 13	2
França	Université René Descartes - Paris 5 - F PARIS 005	1
França	Université Paris 13 - F PARIS 13	1
França	Université René Descartes - Paris 5 - F PARIS 005	3
Holanda	Erasmus University Rotterdam - NL ROTTERD 01	1
Holanda	Universiteit van Amsterdam - NL AMSTERD 01	2
Holanda	University of Maastricht - NL MAASTRI 01	1
Hungria	Eötvös Loránd University	2
Itália	Alma Mater Studiorum - Università di Bologna	1
Itália	Università degli Studi di Génova	3
Itália	Università degli Studi di Milano Bicocca	2
Itália	Università degli Studi di Milano - I MILANO 01	2
Itália	Università di Pisa - I PISA 01	1
Itália	Università degli Studi di Roma - "La Sapienza"	2
Itália	Università degli Studi di Roma	1

	- "Torvergata" - I ROMA 02	
República Checa	Charles University in Prague - CZ PRAHA 07	1
República Checa	Masaryk University - CZ BRNO 05	1
Suíça	Université de Fribourg - CH FRIBOUR 01	1
Turquia	Koç University - TR ISTANBU 17	1

PARCEIROS INTERNACIONAIS (NÃO INTEGRADOS NO PROGRAMA ERASMUS +)

(43 estudantes)

POR NACIONALIDADE	
PAIS	NÚMERO DE ALUNOS
Argentina	1
Brasil	34
China	5

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Argentina	Universidade de Buenos Aires	2
Brasil	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	5
Brasil	Universidade de Brasília	1
Brasil	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1
Brasil	Universidade Federal de Pernambuco	4
Brasil	Universidade Federal do Rio de Janeiro	5
Brasil	Universidade Estadual de Londrina	2
Brasil	Universidade Federal de Pernambuco	2
Brasil	Universidade Federal Fluminense	1
Brasil	Universidade Federal do Rio de Janeiro	3
Brasil	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1

Brasil	Faculdade Damas da Instrução Cristã	2
Brasil	Fundação Getúlio Vargas - Direito GV - Escola de Direito do Rio de Janeiro	1
Brasil	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	5
Brasil	Universidade de Brasília	1
China	Universidade de Macau	5

PROGRAMA ALMEIDA GARRETT

(3 estudantes)

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
2	1

POR UNIVERSIDADE	
UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Universidade Católica de Lisboa	1
Universidade Nova de Lisboa	2

IV. INTERCÂMBIO DE DOCENTES

DOCENTES RECEBIDOS

- Erasmus University Rotterdam - 4 a 8 de Abril de 2016
Professor Dr. Jaap de Zwaan
- Hannover University - 28 de Março a 1 de Abril de 2016
Professor Dr. Bernd Oppermann
- Loyola University (E.U.A.) - 28 de Setembro a 2 de Outubro de 2016
Professor Dr. Patrick Ryan Hugg
- Mykolas Romeris University (Lituânia) - 26 a 30 de Outubro de 2015
Professora Dra. Regina Valutytė
- Université Cergy - Pontoise (França) - 14 a 18 e Dezembro de 2015
Professor Dr. Pierre-Henri Prélot
- Universität Augsburg (Alemanha) - 05 de Janeiro a 08 de Outubro em 2015
Professor Dr. Raphael Koch
- Universidad de Alicante (Espanha) - 23 a 27 de Novembro de 2015
Professor Dr. Millan Requena Casanova
- Universidad de Granada (Espanha) - 14 a 18 de Setembro
Professor Dr. Balaguer Callejón
- Universidade de Louisville (E.U.A.) - 16 a 20 de maio de 2016
Professor Doutor Russel Weaver

- Universidad de Málaga (Espanha) - 12 a 16 de Outubro
Professor Dr. Octavio Garcia Perez
- Université de Rouen (França) - 15 a 19 de Fevereiro de 2016
Professora Dra. Marine Toullier
- Universtité de la Rochelle (França) - 9 a 13 de Novembro de 2015
Professor Dr. Stéphane Pinon
- Universidad de Santiago de Compostela (Espanha) - 11 a 15 de Abril de 2016
Professor Dr. Vicente Sanjurjo Rivo
- Università degli Studi di Enna “Kore”- 18 a 22 de Abril de 2016
Professor Dr. Fausto Vecchio
- Università degli Studi di Roma Tor Vergata - 2 a 6 de Maio de 2016
Professor Doutor Antonio D’Atena
- Università di Foggia (Itália) - 11 a 15 de Abril de 2016
Professora Valentina Vincenza Cuocci
- Università di Milano - Bicocca (Itália)- 14 a 18 de Junho de 2016
Professor Dr. Carlo Ruga Riva
- Università di Milano - Bicocca (Itália) - de 21 a 25 de Setembro de 2015
e Abril de 2016
Professora Dra. Mariagrazia Rizzi
- Università di Pavia (Itália) - 21 a 25 de Março de 2016
Professor Dr. Jacques Ziller

- **Università di Perugia (Itália)**
Professora Dra. Annalisa Giusti

- **University of Ljubljana (Eslovénia) - 14 a 18 de Março de 2016**
Professor Dr. Janez Kranjc

- **University of Yale (E.U.A.) - 21 a 23 de Setembro de 2016**
Professor Dr. Peter Kirchschläger

- **University of Paris - Ouest - Nanterre - La Defense - 7 a 11 de Março de 2016**
Professor Dr. Seul Otmar

- **University of Catanzaro (Itália) - 23 a 27 de Maio de 2016**
Professor Dr. Massimo de la Torre

- **University of Innsbruck (Áustria) - 23 a 25 de Maio de 2016**
Professor Dr. Andreas Schwartz

- **Universität Rosenberg (Alemanha) - 19 a 23 de Outubro de 2015**
Professor Dr. Rainer Arnold

- **Universidade de Ljubljana (Eslovénia) - 14 a 18 de Março de 2016**
Professor Dr. Janez Kranjc

DOCENTES ENVIADOS - Programa Erasmus +

- Professora Doutora Isabel Maria dos Santos Graes, frequentou a Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madrid, em Espanha, no período de 4 a 6 de Maio de 2016;
- Professora Doutora Maria do Rosário Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho, frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Turim, em Itália, no período de 4 a 6 de Maio de 2016;
- Professora Doutora Rute Neto Cabrita e Gil Saraiva, frequentou a Vilnius University Faculty of Law, na Lituânia, no período de 15 a 18 de Setembro de 2016;

V. MESTRADO ERASMUS MUNDUS

O Mestrado Erasmus Mundus é um consórcio integrado pelas Faculdades de Direito da Universidade Leibniz de Hanôver, da Universidade de Le Havre, da Universidade de Lisboa e da Universidade de Ruão em cujo âmbito se desenvolve um curso de Mestrado em Direito - European Legal Practice (LL. M. Eur.), do qual a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é instituição coordenadora.

No âmbito do Mestrado Conjunto Erasmus Mundus, em 2015/2016, 4 alunos defenderam, com aproveitamento, a tese de mestrado em “European Legal Practice: foram eles os Mestres Marcelo Santiago de Moraes Afonso, Rafael José Freitas Gomes, Lucía López Zurita e Arthur Henrique Farias dos Santos.

O Mestre Marcelo Santiago de Moraes Afonso, aluno proveniente da Faculdade Damas da Instrução Cristã, defendeu a tese denominada “O Princípio contra a Auto-incriminação e a obrigação de sujeição a exames no Brasil e na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem” e teve como orientador o Professor Doutor Augusto Silva Dias.

O Mestre Rafael José Freitas Gomes, aluno proveniente da Faculdade Damas da Instrução Cristã, defendeu a tese denominada “A Arbitragem e o Tribunal Estadual - A intervenção do tribunal estadual no processo arbitral no Brasil e em Portugal: um estudo comparado” e teve como orientadora a Professora Doutora Elsa Dias Oliveira.

A Mestre Lucía López Zurita defendeu a tese denominada “EU public procurement: between the principle of competition and horizontal policies” e teve como orientador o Professor Doutor Bernd Oppermann.

O Mestre Arthur Henrique Farias dos Santos, defendeu a tese denominada “A aplicação de princípios processuais internacionais pelos Principais órgãos da ONU de protecção dos direitos humanos” e teve como orientador o Professor Doutor Rui Guerra da Fonseca.

O júri avaliador da tese de mestrado do então Licenciado Marcelo Santiago de Moraes Afonso foi composto pelos seguintes membros:

- Presidente: Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Professor Orientador: Professor Doutor Augusto Silva Dias, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Arguente: Professora Doutora Sílvia Alves, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Professor Doutor Bernd Oppermann, da Leibniz Universität Hannover

O júri avaliador da tese de mestrado do então Licenciado Rafael José Freitas Gomes foi composto pelos seguintes membros:

- Presidente: Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Professora Orientadora: Professora Doutora Elsa Dias Oliveira, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Arguente: Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Professor Doutor Bernd Oppermann, da Leibniz Universität Hannover

O júri avaliador da tese de mestrado da então licenciada Lucía López Zurita foi composto pelos seguintes membros:

- Presidente: Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Arguente: Professor Doutor Miguel Raimundo, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Professor Orientador: Professor Doutor Bernd Oppermann, da Leibniz Universität Hannover

O júri avaliador da tese de mestrado do então Licenciado Arthur Henrique Farias dos Santos foi composto pelos seguintes membros:

- Presidente: Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Professora Orientadora: Professora Doutora Elsa Dias Oliveira, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Arguente: Professor Doutor Luís Pereira Coutinho, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Professor Doutor Bernd Oppermann da Leibniz Universität Hannover, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

ESTUDANTES ENVIADOS

O mestrado Erasmus Mundus distribui-se por dois anos lectivos.

No ano lectivo 2015-2016, houve 3 pessoas interessadas que não chegaram a formalizar candidatura, pelo neste ano lectivo não tivemos estudantes enviados ao abrigo do primeiro ano do mestrado Erasmus Mundus.

No que diz respeito aos alunos do segundo ano do mestrado Erasmus Mundus, houve 2 alunos enviados, ambos para a Université de Rouen, em França.

ESTUDANTES RECEBIDOS

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
0	1

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
Brasil	1

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
BRASIL	Faculdade de Direito da Universidade de Fortaleza	1

VI. CURSOS INTENSIVOS E PROFESSORES VISITANTES

No ano lectivo de 2015-2016, o Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais ocupou-se da organização, promoção e acompanhamento dos seguintes cursos intensivos:

- Curso intensivo “Direito Constitucional Europeu: Crise Económica e Globalização” (3ª edição), leccionado pelo Professor Doutor Francisco Balaguer Calléjon - Universidade de Granada, de 14 a 18 de Setembro de 2015;
- Curso intensivo “Direitos Humanos”, leccionado pelo Professor Doutor Peter Kirchsläger, da University of Yale, de 21 a 23 de Setembro de 2015;
- Curso intensivo Introdução ao Direito Norte-Americano (5ª edição), leccionado pelo Professor Doutor Patrick Ryan Hugg, da Loyola University, em New Orleans, de 28 de Setembro a 2 de Outubro de 2015;
- Curso intensivo “Convenção das Nações Unidas sobre Contratos para a Venda Internacional de Mercadorias, em comparação com a Lei alemã”, leccionado pelo Professor Doutor Raphael Koch, da University of Augsburg, de 05 a 08 de Outubro de 2015;
- Curso intensivo “Delinquência Juvenil e Sistema de responsabilidade penal: uma visão comparada hispano-portuguesa”: uma visão comparada hispano-portuguesa”, leccionado pelo Professor Doutor Octavio Garcia Perez, da Universidad de Málaga, de 12 a 16 de Outubro de 2015;

- Curso intensivo “Direito Comportamental e Economia”, leccionado pela Professora Doutora Rute Saraiva, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, realiza-se 13 a 16 de Outubro de 2015;
- Curso intensivo “Protecção de Minorias no Direito Nacional, Supranacional e Internacional - Aspectos Básicos e Últimos Desenvolvimentos”, leccionado pelo Professor Doutor Rainer Arnold, da Universität Regensburg, de 19 a 23 Outubro de 2015;
- Curso intensivo “Direito Internacional de Aviação”, leccionado pelo Professora Doutora Regina Valutytė, da Mykolas Romeris University, de 26 a 30 de Outubro de 2015;
- Curso intensivo “Teoria e Prática da Democracia no Espaço Europeu”, leccionado pelo Professor Doutor Stephane Pinon, da Université de la Rochelle, de 09 a 13 de Novembro de 2015;
- Curso intensivo de “Arbitragem no Direito Económico Internacional”, leccionado pelo Professor Doutor Millán Requena Casanova, da Universidad de Alicante, de 23 a 27 de Novembro de 2015;
- Curso intensivo “Globalização e protecção internacional dos Direitos Humanos”, leccionado pelo Professora Doutora Marine Toulhier, da University of Rouen, de 15 a 19 de Fevereiro de 2016;
- Curso intensivo “Cooperação da Justiça e dos Assuntos Internos da União Europeia”, leccionado pelo Professor Doutor Jaap de Zwaan, da Erasmus University Rotterdam, de 22 a 26 de Fevereiro de 2016;
- Curso intensivo “Direito e Economia Social”, leccionado pelo Professora Doutora Rute Saraiva, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 29 de Fevereiro a 3 de março de 2016;

- Curso intensivo “Local de Trabalho e Representação ao nível da Administração: Standards mínimos Europeus para participação dos trabalhadores na tomada de decisão (Direitos de informação e consulta nos Estados-Membro da EU)”, leccionado pelo Professor Doutor Seul Otmar, da University of Paris Ouest-Nanterre-La Defense, de 7 a 11 de Março de 2016;
- Curso intensivo “ A corrupção como um problema da nossa sociedade”, leccionado pelo Professor Doutor Janez Kranjc, da University of Ljubljana, de 14 a 18 de Março de 2016;
- Curso intensivo “ Direito Administrativo Europeu: Fundações e questões actuais”, leccionado pelo Professor Doutor Jacques Ziller, de 21 a 23 de Março de 2016;
- Curso intensivo “ Direito da Concorrência Europeu I: a Lei da Estrutura de Mercado”, leccionado pelo Professor Doutor Bernd Oppermann, da Hannover University, de 28 de Março a 1 de Abril de 2016;
- Curso intensivo de “ Direitos da Personalidade”, leccionado pelo Professor Doutor Sílvio Beltrão, da Universidade Federal de Pernambuco, de 4 a 8 de Abril de 2016;
- Curso intensivo de “Teoria Geral do Federalismo. Problemas e desafios. Especial referência a Espanha e ao problema Catalão”, leccionado pelo Professor Doutor Vicente A. Sanjurjo Rivo, da Universidade de Santiago de Compostela, de 12 a 15 de Abril de 2016;
- Curso intensivo “Bioética”, leccionado pelo Professor Doutor Pierre-Henri Prélôt, da Université Cergy-Pontoise, de 11 a 15 de Abril de 2016;

- Curso intensivo “Direito Constitucional Europeu”, leccionado pelo Professor Doutor Fausto Vecchio, da Università degli Studi di Enna “Kore”, de 18 a 22 de Abril 2016;
- Curso intensivo “História da Teoria do Crime: da formação da dogmática ao Direito Constitucional Penal”, leccionado pelo Professor Doutor Cláudio Brandão, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, de 26 a 29 de Abril de 2016;
- Curso intensivo “Princípios de Direito Constitucional”, leccionado pelo Professor Doutor Antonio D’Atena, da Università degli Studi di Roma Tor Vergata, de 2 a 6 de Maio de 2016;
- Curso intensivo “Introdução ao Direito Privado Europeu”, leccionado pelo Professor Doutor Andreas Schwartz, da University of Innsbruck, de 16 a 20 de maio de 2016;

Os cursos intensivos tiveram um total de 1158 inscrições, distribuídos da seguinte forma:

Nome do Curso	Data do curso (mês/ano)	N.º de participantes (Total)	N.º de Alunos que frequentaram (Total)
Curso intensivo “Direito Constitucional Europeu: Crise Económica e Globalização” (3ª edição)	14 a 18 de Setembro de 2015	53	45
Curso intensivo “Direitos Humanos	21 a 23 de Setembro de 2015	75	31
Curso intensivo Introdução ao Direito Norte-Americano (5ª edição)	28 de Setembro a 2 de Outubro de 2015	57	25
Curso intensivo “Convenção das Nações Unidas sobre Contratos para a Venda Internacional de Mercadorias, em comparação com a Lei alemã	05 a 08 de Outubro de 2015	56	38
Curso intensivo “Delinquência Juvenil e Sistema de responsabilidade penal:	12 a 16 de Outubro de 2015	28	28

Nome do Curso	Data do curso (mês/ano)	N.º de participantes (Total)	N.º de Alunos que frequentaram (Total)
uma visão comparada hispano-portuguesa“: uma visão comparada hispano-portuguesa			
Curso intensivo “Direito Comportamental e Economia”	13 a 16 de Outubro de 2015	32	32
Curso intensivo “Protecção de Minorias no Direito Nacional, Supranacional e Internacional - Aspectos Básicos e Últimos Desenvolvimentos	19 a 23 Outubro de 2015	61	54
Curso intensivo “Direito Internacional de Aviação”	26 a 30 de Outubro de 2015	66	45
Curso intensivo “Teoria e Prática da Democracia no Espaço Europeu”	09 a 13 de Novembro de 2015	44	14
Curso intensivo de “Arbitragem no Direito Económico Internacional”	23 a 27 de Novembro de 2015	49	37

Nome do Curso	Data do curso (mês/ano)	N.º de participantes (Total)	N.º de Alunos que frequentaram (Total)
Curso intensivo "Globalização e protecção internacional dos Direitos Humanos"	15 a 19 de Fevereiro de 2016	29	29
Curso intensivo "Cooperação da Justiça e dos Assuntos Internos da União Europeia"	22 a 26 de Fevereiro de 2016	14	14
Curso intensivo "Direito e Economia Social"	29 de Fevereiro a 3 de Março de 2016	62	32
Curso intensivo "Local de Trabalho e Representação ao nível da Administração: Standards mínimos Europeus para participação dos trabalhadores na tomada de decisão (Direitos de informação e consulta nos Estados-Membro da EU)"	7 a 11 de Março de 2016	41	15
Curso intensivo " A	14 a 18 de	62	42

Nome do Curso	Data do curso (mês/ano)	N.º de participantes (Total)	N.º de Alunos que frequentaram (Total)
corrupção como um problema da nossa sociedade”	Março de 2016		
Curso intensivo “Direito Administrativo Europeu: Fundações e questões actuais”	21 A 23 de Março de 2016	48	27
Curso intensivo “Direito da Concorrência Europeu I: a Lei da Estrutura de Mercado”	28 De Março a 1 de Abril de 2016	57	29
Curso intensivo de “Direitos da Personalidade”	4 A 8 de Abril de 2016	48	48
Curso intensivo de “Teoria Geral do Federalismo. Problemas e desafios. Especial referência a Espanha e ao problema Catalão”	12 A 15 de Abril de 2016	21	21
Curso intensivo “Bioética”	11 A 15 de Abril de 2016	46	27
Curso intensivo “Princípios de Direito Constitucional”	2 A 6 de Maio de 2016	8	8

Nome do Curso	Data do curso (mês/ano)	N.º de participantes (Total)	N.º de Alunos que frequentaram (Total)
Curso intensivo “Introdução ao Direito Privado Europeu”	16 A 20 de Maio de 2016	56	56
Curso intensivo de “Introdução à Constituição Norte-Americana”	16 A 20 de Maio de 2016	57	57
Total Global	-	1158	833

Resumo estatístico dos cursos intensivos:

N.º Total de Cursos	25
N.º Total de Inscrições	1158
N.º Total de Pessoas Inscritas	755

VII. REPRESENTAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA EM
EVENTOS INTERNACIONAIS

- Representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) no encontro anual da Rotterdam Law Network, dia 8 de Abril de 2016, na Konstanz Universität, na Alemanha, pelos Professores Doutores Vasco Pereira da Silva e Pedro Pais de Vasconcelos (ver mais informação no anexo do Relatório);
- Representação da FDUL na reunião geral anual de 2016 e conferência sobre “Direito Sustentável e Educação jurídica sustentável” da Rede European Law Faculties Association (ELFA) de 13 a 15 de Abril 2016 em Groningen, na Holanda, pelos Professores Doutores Vasco Pereira da Silva e Sílvia Alves;
- Representação da FDUL na reunião do Grupo EuropePólis, de 12 a 13 de Maio de 2016, pelo Professor Doutor Vasco Pereira da Silva.

No âmbito desta reunião, foi realizado um Seminário Internacional “Direito e debates constitucionais no romance e no teatro”, dia 14 de Maio de 2016, em Sainte-Eulalie-de-Cernon, França, com o seguinte Programa:

10:00 - Direito e literatura: considerações metodológicas, por Philippe SÉGUR, Professor na Université de Perpignan

10:30 - Os juristas contam a sua experiência como leitores:

- O Direito como desespero, por Massimo La Torre, Professor na Universidade de Catanzaro e leitor do romance de Charles Dickens, A Casa do Vento Amargo

- A questão da liberdade de imprensa, por Vasco Pereira da Silva, Professor Doutor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e leitor do romance de Umberto Eco, Numero zero
- Quem encontrou a chave?, por Dominique Rousseau, Professor na Université Paris I-Panthéon-Sorbonne e leitor do romance de José Carlos Somoza, A caverna das ideias
- Julgar sem o direito, por Michel Troper, Professor emérito na Université de Paris-Ouest-Nanterre-La Défense e leitor da peça de pièce Bertolt Brecht, O círculo de giz caucasiano
- A transcendência republicana em questão, por Alexandre VIALA, Professor na Université de Montpellier e leitor do romance de Michel Houellebecq, Submissão

13:00 - Almoço campestre

14:00 - Epílogo para cinéfilos:

- O problema da verdade na transição constitucional alemã, por Francisco Balaguer Callejon, Professor na Université de Grenade e espectador do filme de Wolfgang Becker, Good bye Lenin!
- Vichy e a justiça de excepção, por Peter Haberke, Professor na Université de Bayreuth et espectador do filme de Costa Gavras, Secção especial

15:00 - Encerramento do seminário e visita à comendadoria

- o Representação da FDUL na 21ª reunião anual dos representantes de Erasmus, Rede Nanterre, de 25 a 27 de Maio de 2016, em Bialystok, na Polónia, pelos Professores Doutores Vasco Pereira da Silva e Rute Saraíva;

- o Representação da FDUL na reunião anual da rede ELPIS na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 4 a 6 de Junho de 2016
(mais informação no ponto VIII. Do Relatório);
- o Representação da FDUL na Reunião de Bucareste e Conferência Migração: Novos desafios para a Europa, para a soberania dos Estados e para o Estado de Direito e Estado Social, de 30 de Junho a 1 de Julho de 2016, pelo Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, que aqui foi reeleito, por unanimidade, para um novo mandato como Vice-presidente do SIPE.

VIII. REUNIÃO REDE ELPIS 2016

A Rede ELPIS reúne Professores de Direito, representantes de Faculdades de Direito de todo o mundo, a fim de coordenar o funcionamento do Programa Erasmus+ e o funcionamento de outros programas de mobilidade e intercâmbio de alunos, docentes, investigadores e não docentes.

No ano de 2016, coube à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, enquanto coordenadora da Rede ELPIS, a organização do encontro anual da rede, nos dias 2 a 4 de Junho, em Lisboa. Neste encontro participaram 35 professores oriundos de Portugal, Áustria, Alemanha, Brasil, Chipre, Eslováquia, Espanha, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Lituânia, Noruega, Países Baixos, Polónia, Suíça e Turquia.





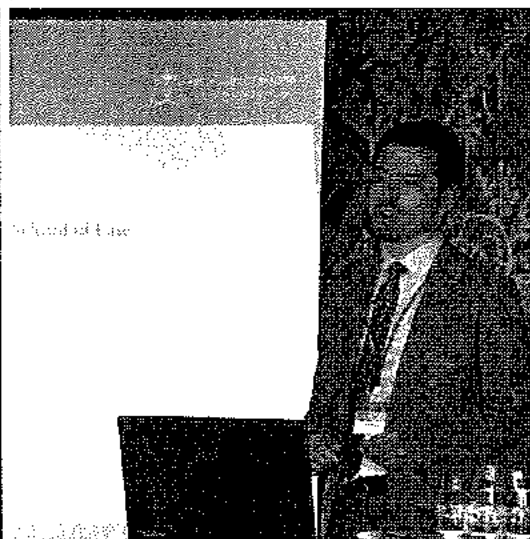
Os membros da rede foram recebidos pelo Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, na sua residência oficial, no Palácio de Belém.



No encontro anual de 2016 da Rede ELPIS, realizaram-se várias actividades de cariz académico.



A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa foi representada nesta reunião pelos Professores Doutores Vasco Pereira da Silva, José Artur Duarte Nogueira, Guilherme W. d'Oliveira Martins, José Ferreira Fomes e Pedro Pais de Vasconcelos. Na reunião foi feita uma apresentação institucional da Faculdade de Direito, com foco na internacionalização da mesma e os seguintes docentes fizeram igualmente apresentações: o Professor Doutor Guilherme W. d'Oliveira Martins, Secretário de Estado das Infra-Estruturas, o Professor Doutor Pedro Barbas Homem, sobre “Os Novos Desafios do Ensino do Direito e respectiva aprendizagem na Europa” e os Professores Doutores José Ferreira Fomes e Pedro Pais de Vasconcelos.



Foi ainda organizado um jantar de gala, uma tarde de fados e uma visita ao Castelo de São Jorge.



Programa da Reunião da Rede ELPIS 2016



2 de Junho (Quinta-feira)

17h45 Ponto de Encontro: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL)

18h00 Partida da FDUL

19h00 Recepção no Palácio de Belém pelo Senhor Presidente da República Portuguesa, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, Residência Oficial do Presidente da República Portuguesa

3 de Junho (Sexta-feira)

9h15 Inscrição

9h30 Apresentação sobre a internacionalização da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

9h40 Apresentação pelo Professor Doutor Guilherme de Oliveira Martins, Secretário de Estado das Infra-Estruturas

10h00 Apresentação pelo Professor Doutor Pedro Barbas Homem “Os Novos Desafios do Ensino do Direito e respectiva aprendizagem na Europa”

10h30 Discussão e Debate

11h00 Coffee-break

11h30 Presentation by new Members and Associate Members

13h00 Lunch Break

14h30 Themes presented by the Members

Professor Fernando Galindo, Universidad de Zaragoza

16h00 Coffee-break

16h30 Boas Práticas

18h00 Encerramento

20h00 Partida da FDUL

20h30 Jantar no Círculo Eça de Queiroz

4 de Junho (Sábado)

9h15 Ponto de Encontro: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

9h30 Partida da FDUL

13h30 Almoço Grupo Sportivo Adicense

IX. MESTRADO LISBOA-LOYOLA

A 4 de Janeiro de 2016, foi celebrado um protocolo entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Loyola University New Orleans College of Law, a fim de cooperarem na disponibilização, aos seus estudantes, de oportunidades de ensino a nível internacional, designadamente através do estabelecimento de um Mestrado com um programa comum (LLM), com foco em Direito do Comércio Internacional e/ou Direito Comparado, composto por dois semestres, um na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e outro na New Orleans College of Law da Loyola University.

Cada parceiro responsabiliza-se pela:

- Promoção, divulgação e prestação de informações sobre o LLM aos alunos de ambas as Faculdades envolvidas;
- Disponibilização de pessoal das faculdades que dêem suporte aos alunos do LLM fora do meio universitário;
- Organização e promoção de visitas dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa à na New Orleans College of Law da Loyola University e vice-versa;
- Considerando a diferença no valor das propinas, a Loyola University New Orleans College of Law propõe-se atribuir bolsas de estudo parciais aos alunos do LLM da Faculdade de Direito da Universidade de Direito.

X. PROGRAMA INnetCAMPUS

O programa INnetCAMPUS, criado no âmbito do programa Erasmus+ e financiado pelo mesmo, é organizado conjuntamente pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Fundação ONCE, a Faculdade Artesis Plantijn da Universidade de Antuérpia (Bélgica) e a Universidade de Granada (Espanha). Este programa pretende proporcionar uma experiência em ambiente universitário a jovens estudantes com necessidades educativas especiais, provenientes do ensino secundário ou equivalente e é financiado pelo Programa Erasmus+ da União Europeia.

O programa INnetCAMPUS oferece aos alunos a possibilidade de realizarem intensivamente actividades académicas, culturais, desportivas e de lazer, entre outras, de natureza inclusiva. Visa-se, deste modo, aproximar os jovens com necessidades educativas especiais à Universidade, proporcionando-lhes um primeiro contacto e conhecimento da vida académica e das oportunidades de desenvolvimento profissional.

Os alunos seleccionados irão passar cinco dias no campus universitário de uma das três universidades parceiras deste projecto (Portugal, Espanha ou Bélgica).

Em cada um dos campus inclusivos, os alunos portugueses vivem, durante uma semana, com 10 estudantes com necessidades educativas especiais de outras nacionalidades (5 espanhóis e 5 belgas), em regime de pensão completa em ambiente universitário.

Todo o apoio e material de suporte, incluindo assistência pessoal e supervisão são providenciados por cada uma das Universidades ou Faculdades de acolhimento. As despesas com o alojamento, viagens e alimentação são cobertas pelo Programa.

O programa INnetCAMPUS tem como objectivos gerais:

- Promover o acesso universitário a alunos com necessidades educativas especiais;
- Prevenir a desistência escolar precoce de alunos com necessidades educativas especiais;
- Fomentar a mobilidade internacional destes estudantes;
- Facilitar às universidades europeias que participam no programa a identificação de possíveis melhoramentos dos seus campus, em especial para a sua melhor adequação a uma educação inclusiva que garanta a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

XI. ANEXOS

Representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) no encontro anual da Rotterdam Law Network, dia 8 de Abril de 2016, na Konstanz Universität, na Alemanha

(Ponto VII. do Relatório de Actividades do GERI 2015/2016)

Na reunião da rede “Rotterdam Law Network”, participaram 33 docentes de várias universidades europeias e, após um dia de trabalhos, chegaram às seguintes conclusões:

- 50% da mobilidade de estudantes é feita no âmbito do programa da rede “Rotterdam Law Network”;
- É prioritário investir na mobilidade de pessoal docente e administrativo;
- É prioritário investir em cursos intensivos de curta duração para incentivar a mobilidade de pessoal docente e estudante;
- Foram feitas apresentações pelo Professor Dr. Jochen Glöckner, da Universität Konstanz (Alemanha), sobre o ensino jurídico académico e profissional e pelos Professores Doutores Declan J. Walsh da University College Cork (Irlanda) e John Finlay da University of Glasgow (Escócia), sobre boas práticas relacionadas com a empregabilidade;
- Estabeleceu-se o local e data das próximas reuniões da rede “Rotterdam Law Network”:
 - no ano de 2017: dias 20 a 22 de Abril, na Erasmus School of Law, na Holanda;
 - no ano de 2018: na University of Bergen, na Noruega.



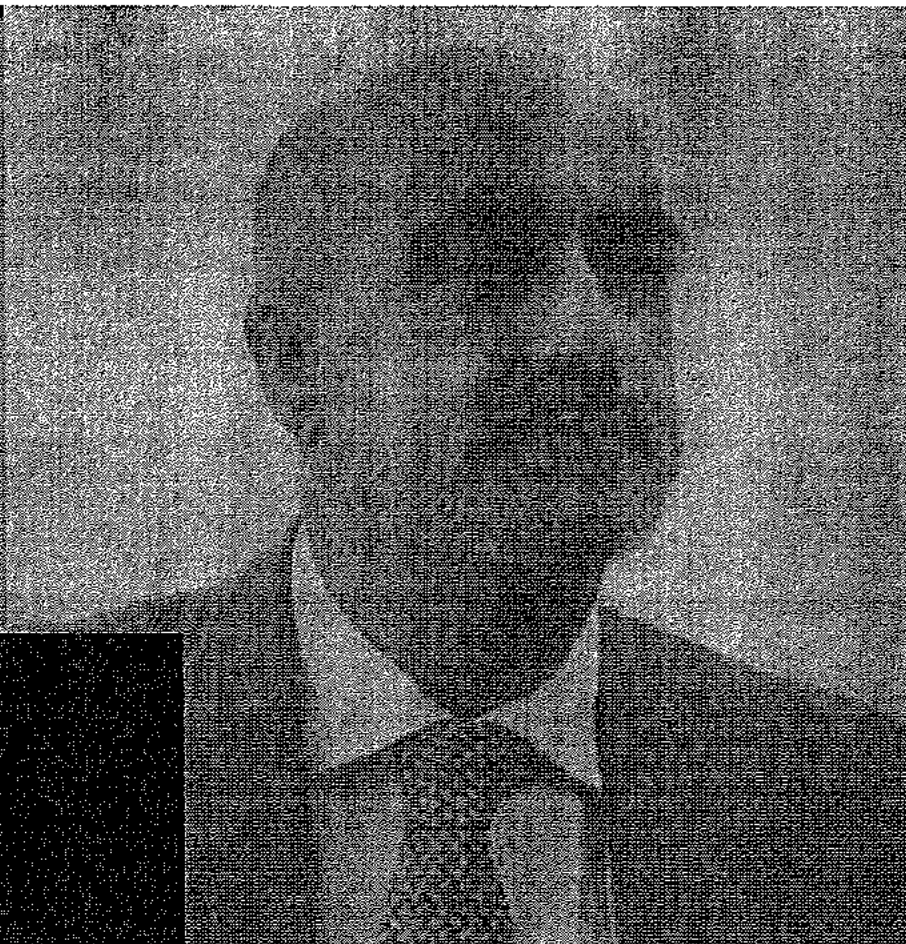
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2015

Professor Doutor

Balaguer Callejón

Universidade
de Granada



DIREITO CONSTITUCIONAL EUROPEU CRISE ECONÓMICA E GLOBALIZAÇÃO

EUROPEAN CONSTITUTIONAL LAW
ECONOMIC CRISIS AND GLOBALIZATION

Idioma: Espanhol

(3ª EDIÇÃO)

**14 A 18
DE SETEMBRO 2015**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



GERI



Erasmus+

Derecho Constitucional Europeo, crisis económica y globalización.

Francisco Balaguer Callejón. Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada y Catedrático Jean Monnet "ad personam" de Derecho Constitucional Europeo y Globalización.

Duración: 10 horas

Idioma: Español

Objetivos del curso:

Este curso ofrece una formación básica en los grandes temas que plantea actualmente el Derecho Constitucional Europeo, con especial referencia a la crisis económica y a su repercusión sobre la Unión Europea y los Estados miembros desde una perspectiva constitucional. En primer lugar, se expondrán las características esenciales del Derecho Constitucional Europeo como disciplina académica. Se analizará también la proyección global del Derecho Constitucional y la configuración de un Derecho Constitucional supranacional como respuesta a la globalización, cuyo principal exponente es el Derecho Constitucional Europeo. Por último, se estudiará la incidencia del proceso de globalización sobre el proceso de integración europea y se valorarán los últimos desarrollos derivados de la crisis económica y de la insuficiente respuesta europea a la crisis.

Se tendrá en cuenta la evolución del proceso de constitucionalización de la Unión Europea a partir de la elaboración y proclamación de la Carta de Derechos Fundamentales, la Convención que elabora el Tratado Constitucional, la crisis derivada del fracaso del proceso de ratificación del Tratado Constitucional y la elaboración del Tratado de Lisboa, suscrito el 13 de diciembre de 2007, que entró en vigor el 1 de diciembre de 2009. Aunque el Tratado de Lisboa elimina el término *Constitución*, ha incorporado casi íntegramente el contenido del Tratado Constitucional, desarrollando así la cualidad constitucional del Derecho Fundamental de la Unión Europea (Tratado de la Unión Europea, Tratado de Funcionamiento de la Unión Europea y Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea).

La perspectiva metodológica que se asume se basa en la inserción del Derecho constitucional de la Unión Europea dentro de una pluralidad de espacios constitucionales. El Derecho Constitucional Europeo es una nueva disciplina que no analiza el nivel constitucional de la Unión Europea como una esfera radicalmente separada de los sistemas constitucionales nacionales. Por el contrario, la interacción entre el espacio constitucional de la Unión Europea y los espacios constitucionales de los Estados miembros es una perspectiva metodológica específica del Derecho constitucional europeo.

Desde ese estatuto metodológico se valorará la respuesta europea a la crisis económica tanto por lo que se refiere a las insuficiencias del actual sistema jurídico de la Unión Europea y los problemas que esas limitaciones están provocando en la capacidad de intervención de las instituciones europeas, cuanto por lo que atañe a la incidencia que la crisis está teniendo sobre los ordenamientos constitucionales de los Estados miembros.

Bibliografía Básica

Todas las referencias bibliográficas que se indican a continuación (y las que puedan recomendarse posteriormente porque estén disponibles a lo largo del curso) son de acceso gratuito a través de Internet:

-Azpitarte Sánchez, Miguel: <<Las relaciones entre el Derecho de la Unión y el Derecho del Estado a la luz de la Constitución Europea>>, ReDCE, nº 1, Enero-Junio de 2004. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Balaguer Callejón, Francisco: <<Derecho y Justicia en el ordenamiento constitucional europeo>>, Revista de Derecho Constitucional Europeo, nº. 16, Julio-Diciembre de 2011. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Balaguer Callejón, Francisco: <<Una interpretación constitucional de la crisis económica>>, Revista de Derecho Constitucional Europeo, nº. 19, Enero-Junio de 2013. <http://www.ugr.es/~redce/>

-De Grauwe, Paul: <<The Governance of a Fragile Eurozone>>, April 2011: http://www.econ.kuleuven.be/ew/academic/intecon/Degrauwe/PDG-papers/Discussion_papers/Governance-fragile-eurozone_s.pdf

-Guillén López, Enrique: <<La crisis económica y la dirección política: reflexiones sobre los conceptos de necesidad y de elección en la teoría constitucional>>, ReDCE núm. 20. Julio-Diciembre de 2013.

-Häberle, Peter: <<Derecho constitucional común europeo>>, REP 79, 1993. En: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_079_016.pdf

-Häberle, Peter: <<El Estado constitucional Europeo>>, CC, n. 2, 2000. En: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/cconst/cont/2/art/art4.pdf>

-Häberle, Peter: <<El Tratado de Reforma de Lisboa de 2007>>, ReDCE, nº9, 2008. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter <<¿Tienen España y Europa una Constitución?>> ReDCE, nº12, 2009. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter: <<La regresiva "sentencia Lisboa" como Maastricht-II anquilosada>>, ReDCE, nº12, 2009. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter: <<Algunas tesis sobre el presente y el futuro de Europa: una aportación al debate>>, ReDCE, nº18, Julio-Diciembre de 2012. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Krugman, Paul: <<El prisionero español>>, El País, 29 de noviembre de 2010: http://economia.elpais.com/economia/2010/11/29/actualidad/1291019575_850215.html



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2015

Professor Doutor

Peter Kirchsläger

University
of Yale



DIREITOS HUMANOS — HUMAN RIGHTS

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**21 A 23
DE SETEMBRO 2015**

Horário:
14h30 às 16h30

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



Intensive Course at the Law Faculty of the University of Lisbon

September 2015

The Ethical Dimension of Human Rights

PD Dr. Peter G. Kirchschlaeger, Visiting Fellow at Yale University, USA; Private Lecturer at the Faculty of Theology at the University of Fribourg; Fellow at the Raoul Wallenberg Institute of Human Rights and Humanitarian Law, Sweden; Research Fellow at the University of the Free State, Bloemfontein, South Africa

Summary

The course is designed to give students a comprehensive introduction to the ethical dimension of human rights. The idea and concept of human rights, and the philosophical foundation of human rights will be discussed. Furthermore, different approaches to justify human rights will be analyzed. Beyond that, the relation between the claim of universality of human rights and cultural diversity will be addressed. Finally the corresponding duties, and the responsibilities of state- and nonstate-actors (e.g. companies, religions, ...) for the realization of human rights will be elaborated.

Objectives of the Course

- The students know the main features of the ethical dimension and the philosophical foundation of human rights.
- The students are able to discuss different approaches to justify human rights.
- The students know about the duties corresponding to human rights.
- The students can identify the responsibilities of state- and non-state-actors for the realization of human rights.
- The students are able to discuss the relation between the claim of universality of human rights and cultural diversity.

Peter G. Kirchsclaeger

Peter G. Kirchsclaeger (born 1977) is since 2003 co-founder and co-director of the International Human Rights Forum Lucerne (IHRF) at the University of Teacher Education Lucerne. The IHRF welcomed so far among others as participants the Dalai Lama, UN-High Commissioner for Human Rights Bertrand Ramcharan, Nobel Prize Laureate Shirin Ebadi, Swiss Federal Councillor Micheline Calmy-Rey, Peter Brabeck-Letmathe (CEO of Nestlé), Ivan Levy (CEO of The Body Shop Switzerland), Irene Khan (Secretary-General of Amnesty International), and former child-soldier China Keitetsi.



Since 2007 he is lecturer and co-founder and co-director of the Centre of Human Rights Education (ZMRB) at the University of Teacher Education Lucerne. Since 2004 he is lecturer at different universities in Switzerland and abroad (among others at Harvard University, Columbia University, Selcuk University Konya, University of St. Petersburg, Universitat Pompeu Fabra Barcelona, University of Frankfurt, University of Vienna, Henry Dunant University of Geneva).

Since 2010 he is founder and study director of the international study program "Certificate of Advanced Studies CAS Human Rights Education" at the University of Teacher Education Lucerne. Since 2011 he is chair ad interim and since 2013 dean of research at the Chur University of Theology. Since 2012 he is private lecturer in Ethics at the Faculty of Theology of the University of Fribourg. In 2013 he was visiting scholar at the University of Technology Sydney, and 2013-2014 guest-professor at the University of Leuven. Since 2013 he is a fellow at the Raoul Wallenberg Institute of Human Rights and Humanitarian Law, Lund, Sweden, since 2014 a research fellow at the University of the Free State, Bloemfontein, South Africa, and since 2015 visiting fellow at Yale University, USA.

Peter G. Kirchsclaeger is member of the Board of the Swiss Centre of Expertise in Human Rights, and consultative expert in ethics and in the field of human rights for international and national organizations, e.g. the UN, the UNESCO, the OSCE, the European Union, the Council of Europe, companies, cooperation and development agencies, and NGOs (e.g. Amnesty International). Among others, he was consultative expert in the conception- and preparation-process of the UN Declaration on Human Rights Education and Training which was adopted without a vote by the UN General Assembly on December 19, 2011, and he is lecturer in the in-service-training for the staff of the Council of Europe.

He is member of several academic organizations, academic director of the "Freedom Flowers Foundation", and member of the Jury of the Swiss Ethics Award, of the Board of the NPO "Water for Water", of the Board of Advisory of the NPO "euforia", and of the Board of Advisory of the NPO "Play for Rights".

His studies (2001: Master "summa cum laude" in Theology and Judaism at the University of Lucerne; 2003: Master "summa cum laude" in Philosophy, Religious Studies and Political Science at the University of Zurich; 2008: PhD at the Faculty of Theology of the University of Zurich with his research project fostered by the Swiss National Science Foundation) led him to Lucerne, Rome (Pontifical Gregorian University), Jerusalem (Hebrew University), and Zurich. 2005-2006 he spent with a Research-Scholarship from the Swiss National Science Foundation, the Swiss Study Foundation and the "Otto-Herz-Studienstiftung" at the University of Chicago Divinity School. 2012 he received his Habilitation in Ethics at the Faculty of Theology of the University of Fribourg (Wie können Menschenrechte begründet werden? Ein für religiöse und säkulare Menschenrechtskonzeptionen anschlussfähiger Ansatz, Religions Recht im Dialog Bd. 15, Muenster 2013).

1997 and 2004 he received the "Wings of Excellence ISC Award" at the University of St Gallen. 2002 he received the NETS (New Entrepreneurs)-Award from the Gebert Ruef-Foundation which included an intense training in entrepreneurship at Babson College, USA. 2003 he was awarded by the City of Lucerne. From 2000-2008 he was a member of the Swiss Study Foundation. 2014 he was selected to participate in the "Alpbach in Motion – The Alpbach Summit of Emerging Leaders 2014" and in the Alpbach Economic Symposium 2014.

Social-Entrepreneurship-projects by students have a high standing in his teaching. Since more than ten years every year 20-25 students engage in volunteering for human rights-projects at the Centre of Human Rights Education (ZMRB) (among others for the IHRF) based on his entrepreneurial-learning-approach. Beyond that, several social-entrepreneurial activities resulted out of his courses, among others so far a human rights-centre in Nepal, the first human rights-education program in India (Roshni Nilaya), the NPO "Water for Water", and the NPO "Play for Rights".



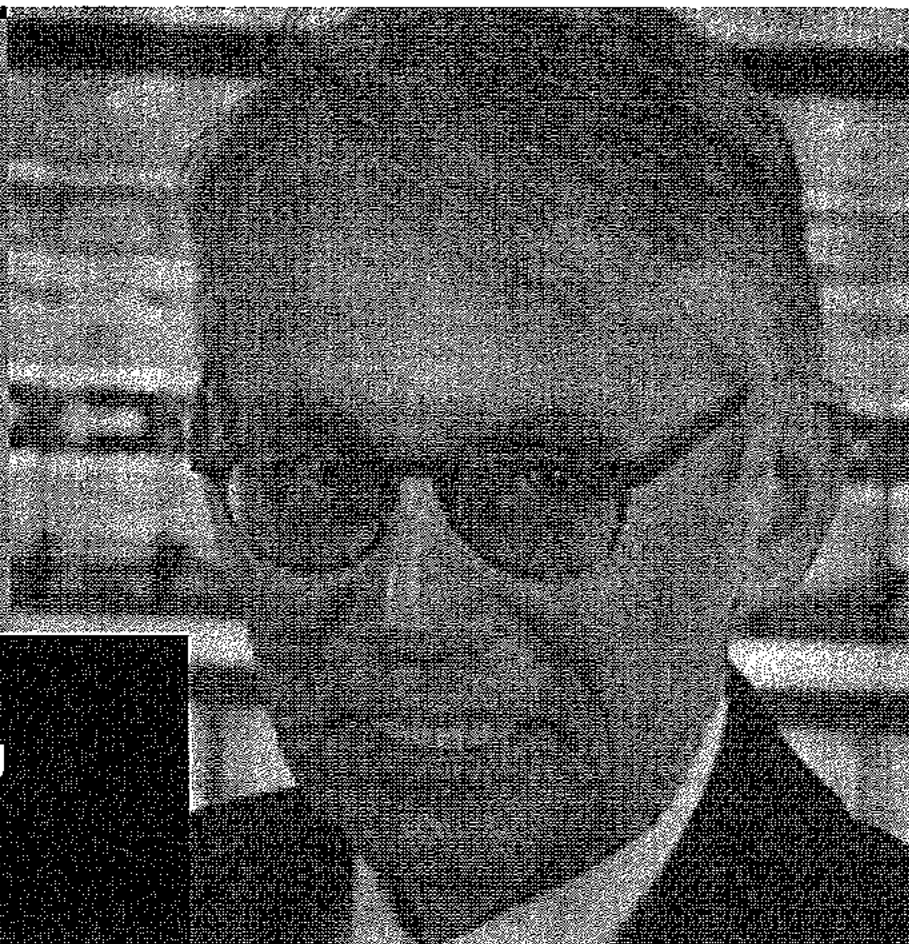
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2015

Professor Doutor

Patrick Ryan Hugg

Loyola
University



INTRODUÇÃO AO DIREITO NORTE-AMERICANO

INTRODUCTION TO THE LAW OF THE
UNITED STATES

Idioma: Inglês

(5.ª EDIÇÃO)

**28 DE SET.
A 02 DE OUT. 2015**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



Seminar Syllabus

Introduction to the Law of the United States

Professor Patrick R. Hugg
John J. McAulay Professor of Law
Loyola University School of Law

One Credit

University of Lisbon
Faculty of Law

September 28 – October 2, 2015

SYLLABUS

Seminar Objectives: This seminar will introduce students to the basic structure and primary distinguishing features of the law and legal system of the United States of America. As the **Seminar Schedule** below illustrates, the seminar will explore the many non-European aspects of U.S. law and especially the common law tradition and the federal nature of governance between the central government in Washington D.C. and the fifty U.S. States. Students will examine the controversial differences in the common law and civil law traditions, as each system attempts to impose order and promote prosperity in its jurisdiction. In particular, students of this seminar will enjoy learning about and discussing the different U.S. methods for finding justice through adversarial trial processes, the U.S. approach to protecting fundamental rights, and other current topics.

Because the U.S. legal system is often dramatically different from most European legal systems, the seminar will be presented in the lecture – discussion format, in hopes of promoting a lively interchange regarding the rationality and functionalism of the varying institutions, mechanisms, and rules of law. Some aspects of the U.S. legal system make little sense except in the context of their historical development. Some parts of the U.S. legal system work poorly; others work well. To offer the students a thoughtful and provocative learning experience, these very different and very non-European aspects of U.S. law will be explored.

Expected Student Learning Outcomes: First and foremost, students completing this seminar can expect to understand the unique nature of this polity called the United States. This is significant because the U.S. is complex and significantly different from the governments in continental Europe. Its organization and institutions do not compare well with counterparts in the EU. Second, students can expect to become familiar with the political and governmental functioning of the U.S., its processes, and vernacular. Finally, students can expect to gain an understanding of the revolutionary development of the U.S. as a significant evolution of legal systems and legal science in the late 18th century, and how that has succeeded, or not, to the present day.

Text and Other Resources: Selected seminar readings have been prepared and will be distributed prior to the course. Students will also be given a small pamphlet containing the U.S. Constitution (it is surprisingly short). Further, we will resort to other available electronic resources for current news illustrating U.S. law.

Seminar Schedule: The seminar will meet for five sessions, starting Monday, September 28 through Friday, October 2, 2015, in two hour seminar meetings. The seminar will conclude with a short analytical paper, to be written privately by each student after the seminar in a time convenient to the student. See **Course Format and Expectations** below for more details regarding this final paper.

Daily Topical Schedule:

Monday, September 28	Historical Development of U.S. Law – the different national experience and mentality: Rugged Individualism; Legal Sources, Common Law, Presidential Democracy
Tuesday, September 29	Public Law – Constitutional Law, Legal Process, Judicial Review, Fundamental Rights, the Death Penalty
Wednesday, September 30	The U.S. Judicial System – Civil and Criminal Procedure, Trial Process, the Jury, State and Federal Courts
Thursday, October 1	Private Law – Contracts, Torts, Property, Punitive Damages, Class Actions, Contingent Fees
Friday, October 2	The U.S. Law School Experience, Legal Professions: Lawyers and Judges

Class Attendance: Students are expected to attend a minimum of four of the five classes offered.

Course Format and Expectations: The class will be presented in the lecture-discussion format, including the traditional Socratic and case methods. Our discussions will take us beyond the relevant descriptive information about U.S. law. Particular emphasis will be placed on inquiry into the coherence and philosophical underpinnings of the governmental and legal institutions, processes, and values advanced by the U.S. system. Students are encouraged to participate in the class presentations with informed questions and comments. Students are also encouraged to prepare for class by reading the assigned materials prior to each class. Because class participation is valued as a teaching tool, it will be included in the final grades (see Course Grading below).

The course will conclude with the students writing a brief paper on a topic of their choice, in agreement with the Professor, relating to the seminar instruction and discussions. The paper will be evaluated for its analytical merit and substantive content, not its length. We are all too busy for that. The paper may not exceed five typewritten pages, or if handwritten, may not exceed 1250 words.

Course Grading: Students' grades will be administered according to the traditional system in place at the University of Lisbon. Final grades in the course will be computed on the following basis: Class participation 15%, final paper 75%.

Office Hours: Prof. Hugg will maintain office hours each Monday - Friday afternoon from 2 p.m. until 3:30 p.m. in the offices assigned to him in the law faculty, and he will be available at other times by appointment. Prof. Hugg may be contacted most easily via e-mail at hugg@loyno.edu. Students are encouraged to e-mail, call, or visit at any time to discuss the course, the paper, and any related topics of interest.

United States Early History Time Line

1430	<i>Portuguese start voyages down the west coast of Africa</i>
1492	Columbus arrives in Western Hemisphere
1607	First English settlement founded at Jamestown Virginia
1619	First group of blacks brought to Virginia First legislative assembly meets in Virginia
1620	Pilgrims establish 2d English colony in Plymouth, Massachusetts
1622	Indian attacks in Virginia
1629	Great Puritan migration to Massachusetts Bay
1636	Harvard College founded
1700	250,000 settlers in English colonies
1720s	Colonial economic life quickens
1756-1763	French and Indian War (France v. England in America)
1764-1765	Sugar Act and Stamp Act Controversies
1770	Boston Massacre
1773	Boston Tea Party
1774	Coercive Acts, First Continental Congress convenes
1775	American Revolution begins with fighting at Lexington and Concord, MA
1776	Declaration of Independence

1778	French join the war against the British
1781	Battle of Yorktown, VA (last land battle –defeat of Brits) Articles of Confederation ratified
1783	Peace signed in Paris
1784-1787	Northwest Ordinance
1787	Constitutional Convention
1788	<i>Federalist Papers</i> written U.S. Constitution ratified
1789	George Washington inaugurated as 1 st President of the United States French Revolution begins
1790	U.S. Capital placed on the Potomac River
1795	Jay Treaty, Pinckney Treaty
1798	Un-declared war with France Kentucky and Virginia Resolutions
1800	Jefferson elected 2d U.S. President
1803	Louisiana Purchase
1812	War of 1812 with England
1820	Missouri Compromise
1823	Monroe Doctrine
1828	Andrew Jackson elected (beginning of “Jacksonian Democracy”)
1830s	Railroad era begins
1835	Texas Revolution, Republic of Texas established
1840s	Manifest Destiny Telegraph and railroads create a communications revolution
1846	Mexican War begins
1848	U. S. wins - acquires California and territory of present-day Nevada, Utah, Arizona, New Mexico, and part of Colorado.

1849	Gold discovered in California
1850	California admitted to the union
1853	Gadsden Purchase
1860	Abraham Lincoln elected 16th President of the United States Lower South secedes
1861	Confederate States of America formed Civil War begins at Fort Sumter Upper South secedes
1862	Battle of Antietam Emancipation Proclamation issued (effective January 1, 1863)
1864	Sherman takes Atlanta, Sherman's "March to the Sea"
1865	Lee surrenders at Appomattox Court House Thirteenth Amendment abolishes slavery Lincoln assassinated Andrew Johnson becomes President KKK formed
1867	First Reconstruction Act launches Radical Reconstruction Alaska purchased
1868	Fourteenth Amendment guarantees Civil Rights President Johnson impeached, but not convicted
1870	Fifteenth Amendment forbids denial of vote on racial grounds
1870s	Terrorism against blacks in South
1876	End of Reconstruction
1879	Standard Oil Trust formed
1880s	Big Business emerges
1890	Sherman Anti-Trust Act
1890-1920	Fifteen million "new" immigrants

1898	War with Spain, Hawaii annexed
1899	Peace with Spain, U. S. receives Philippines, Samoa, Guam, and Puerto Rico
1901	Theodore Roosevelt becomes President
1904-1914	Panama Canal built
1906	Pure Food and Drug Act
1912	Election of Woodrow Wilson
1914	World War 1 begins

Three Basic Types of Democracy

Any form of *democracy* tries in its own way to ascertain the *will of the people* and to bring public affairs into line with it. Theoretically this can be achieved by *direct participation* of all citizens (*Direct Democracy*) or by a body of elected representatives (*Representative Democracy*). Within the group of *Representative Democracies* the focus may be on a strong president (*Presidential Democracy*) or on a strong parliament (*Parliamentary Democracy*). As already mentioned, the question is not whether there exist some forms of direct participation or of representation but rather on how *much importance* they are given in a certain system.

Direct Democracy	Presidential Democracy	Parliamentary Democracy
Example: Switzerland	Examples: USA, France	Examples: UK, Germany, Spain, Italy
Head of State Any member of government in turn (for one year), no practical importance	The President is head of state <i>and</i> leader of the government	Head of State is a different function than prime minister, it may be a monarch (queen/king) or an elected person
Government: members with equal rights, elected by the parliament, representing all major parties (not really unanimous, but	President elected by the people nominates the ministers (members of government)	Government elected by the parliament based on a majority, may be dismissed by the parliament (especially when based on a

extremely stable)		
Parliament elected for a fixed legislative period, no dissolution; changing coalitions, sometimes even extreme right and extreme left together against the center (though for different reasons)	Parliament elected for a fixed legislative period clear <i>institutional</i> separation of parliament and government (but the officials may cooperate as closely as in the other systems, if they like to do so)	coalition of several parties) Parliament elected for a legislative period, dissolution and early new elections possible if a clear majority cannot be established
Government members <i>need not</i> be members of parliament	Government members <i>need not</i> be members of parliament	Government members <i>must</i> be elected members of parliament
Strong position of the people (frequent referendums on single laws)	Strong position of the president (veto)	Strong position of the political parties
Laws are created in four steps: 1. Draft by the administration 2. Consultation of federal states, political parties, entrepreneurs, unions and other interested groups 3. Parliamentary debate and final version passed 4. Possibility of a referendum If a strong party or lobby threatens to call for a referendum, the parliament might be inclined to a compromise, the formal consultation process gives the public a clear view of the critical aspects and the pros and cons already at an early stage	Laws are debated and passed by the parliament; lobbyists do not have a formal right to be heard, but do exercise some influence on members of parliament in reality; the president may block a law by veto; as the president is elected as a personality (not only as a party leader) by the people (not by the parliament), he may or may not rely on a majority of the parliament (in practice there have been some periods with a president forced to cooperate with a majority of oppositional members of parliament)	Laws are proposed by the government (being the leaders of the coalition of parties) laws are debated and passed by parliament; lobbyists do not have a formal right to be heard, but do exercise some influence on members of parliament in reality; if there is a solid majority, compromises are sought within the coalition (and may sometimes represent tactics rather than conviction), the opposition may be ignored until the next elections but then laws may be revoked or changed by a new majority
The process of making laws is rather slow, which may be a handicap with more technically oriented laws (regulating questions of broad public interest but addressing a small number of professionals). Laws concerning everybody's everyday's actions, however, may get more attention and acceptance by the public and therefore be more effective due to the intense public debate	A strong president may act immediately - but there is a certain risk that he rushes to conclusions he may hardly be willing to withdraw from even if they prove to be unwise from a later point of view.	If there are many small parties in a country, the close dependence of the government on a parliamentary majority may undermine the stability of the government.
History shows that from time to time the Swiss people does correct decisions of parliament and government that	The separation of powers - though it might seem very clear in theory - does not automatically provide more effective <i>checks and balances</i> between	If there are only two relevant parties and one has a comfortable majority, the parliamentary system offers

give in too much to lobby-pressure, so *Direct Democracy* seems to offer effective *checks and balances*. But sometimes it just takes a long time (decades, not years) until a new idea is finally broadly accepted.

parliament and government than in a *Parliamentary Democracy*.

few effective *checks and balances*.

Conclusion

Though there are remarkable formal and institutional differences between the systems of *Direct*, *Presidential* and *Parliamentary Democracy*, there are more or less successful examples for any of these systems.

Therefore the practical results - measurable by different factors such as national wealth (both mean income and distribution of wealth), accessibility and standards of education, life expectancy, infant mortality, corruption and so on - tend to depend less on the choice of one system or another but rather on what might be called an "established culture of democracy", consisting of both *know-how* (experience how the system once chosen works in practice) and *trust* that it works and it pays - for the society as a whole as well as for the individuals.

What is a Presidential Democracy?

A presidential democracy is a system of government in which the executive branch is separate from the legislature.

A presidential system, also called a congressional system, is a system of government where an executive branch exists and *presides* (hence the term) separately from the legislature, to which it is not accountable and which cannot in normal circumstances dismiss it.

It owes its origins to the medieval monarchies of France, England and Scotland in which executive authority was vested in the Crown, not in meetings of the estates of the realm (i.e. parliament): the Estates-General of France, the Parliament of England or the Estates of Scotland. The concept of separate spheres of influence of the executive and legislature was copied in the Constitution of the United States, with the creation of the office of President of the United States. Perhaps ironically, in England and Scotland (since 1707 as the Kingdom of Great Britain, and since 1801 as the United Kingdom) the power of a separate executive waned to a ceremonial role and a new executive, answerable to parliament, evolved while the power of the USA's separated executive

increased. This has given rise to criticism of the United States presidency as an "imperial presidency" though some analysts dispute the existence of an absolute separation, referring to the concept of "separate institutions sharing power". Although not exclusive to republics, and applied in the case of absolute monarchies, the term is often associated with republican systems in the Americas.

Republican presidential systems

The defining characteristic of a republican presidential government is how the executive is elected, but nearly all presidential systems share the following features:

- The president is both head of state and head of government.
- The president may not have the ability to legislate directly. He is not a voting member, and may not be allowed to introduce bills. However, in systems such as that of the United States, the president has the power to veto acts of the legislature and, in turn, a supermajority of legislators may act to override the veto. This practice is derived from the British tradition of royal assent in which an act of parliament cannot come into effect without the assent of the monarch.

The president has a fixed term of office. Elections are held at scheduled times, and cannot be triggered by a vote of confidence or other such parliamentary procedures. However, many presidential systems incorporate provisions for the president's trial and subsequent removal from office by the legislature if he or she is found to have committed a crime.

- The executive branch is unipersonal. Members of the cabinet serve at the pleasure of the president and must carry out the policies of the executive and legislative branches. However, presidential systems frequently require legislative approval of presidential nominations to the cabinet as well as various governmental posts such as judges. A president generally has power to direct members of the cabinet, military or any officer or employee of the executive branch, but generally has no power to dismiss or give orders to judges.
- A power to pardon or commute sentences of convicted criminals is often exercised by heads of states in governments with a separation of power between legislative and executive branches of government.
- The term *presidential system* is often used in contrast to cabinet government which is usually a feature of parliamentarism. There also exists a kind of intermediate the semi-presidential system.
- Countries with congressional and presidential systems include the United States, Indonesia, the Philippines, Mexico, South Korea and most countries in South America, as well as much of Africa and the Central Asian Republics. The widespread use of presidentialism in the Americas has caused political scientists to dub the Americas as "the continent of presidentialism".

The US system also features Montesquieu's separation of powers and "checks and balances."

The drafters of the U.S. Constitution, the so-called "Founding Fathers," and most especially James Madison, drew upon French philosopher Montesquieu's theory of the separation of powers when drafting the Constitution. Montesquieu argued that the best way to secure liberty and prevent a government from becoming corrupted was to divide the powers of government among different actors who would check each other.

For example, Montesquieu warned that "Were the executive power not to have a right of restraining the encroachments of the legislative body, the latter would become despotic; for as it might arrogate to itself what authority it pleased, it would soon destroy all the other powers."

Madison and the Founding Fathers took heed of Montesquieu's warning by establishing an independent executive (the President), legislative (the Congress), and judiciary (the Supreme Court) in the federal Constitution. Madison masterfully protected the separation of powers by establishing a thorough system of checks and balances as well.

Separation of Powers - As stated previously, the US Government is divided into three branches so that no one branch has all the power. Each branch has its own purpose: to make the laws, execute the laws, and interpret the laws.

Checks and Balances - In order to further protect the citizens, the constitution set up a system of checks and balances. Basically, each branch of government has a certain number of checks it can use to ensure the other branches do not become too powerful. For example, the president can veto legislation, the Supreme Court can declare acts of Congress unconstitutional, and the Senate must approve treaties and presidential appointments.

Checks and Balances of the Legislative Branch

The Legislative Branch is given the powers to make the laws. It has the following checks over the **Executive Branch**:

- May override presidential vetoes with a two-thirds vote
- Has the power over the purse strings to actually fund any executive actions
- May remove the president through impeachment
- Senate approves treaties
- Senate approves presidential appointments

The Legislative Branch has the following checks over the **Judicial Branch**:

- Creates lower courts

- May remove judges through impeachment
- Senate approves appointments of judges

Checks and Balances of the Executive Branch

The **Executive Branch** is given the power to carry out the laws. It has the following checks over the **Legislative Branch**:

- Veto power
- Ability to call special sessions of Congress
- Can recommend legislation
- Can appeal to the people concerning legislation and more

The **Executive Branch** has the following checks over the **Judicial Branch**:

- President appoints Supreme Court and other federal judges

Checks and Balances of the Judicial Branch

The **Judicial Branch** is given the power to interpret the laws. It has the following checks over the **Executive Branch**:

- Judges, once appointed for life, are free from controls from the executive branch
Courts can judge executive actions to be unconstitutional through the power of judicial review.

The **Judicial Branch** has the following checks over the **Legislative Branch**:

- Courts can judge legislative acts to be unconstitutional.

Judicial Review - This is a power that allows the Supreme Court to decide whether acts and laws are unconstitutional. This was established with *Marbury v. Madison* in 1803.

Federalism – the dual axis of state and national governments sharing power - One of the most complicated foundations of the US is the principle of federalism. This is the idea that the central government does not control all the power in the nation. States also have powers reserved to them. This division of powers does overlap and sometimes leads to problems such as what happened with the response to Hurricane Katrina between the state and federal governments.

Constitution of the United States

The following Introduction is taken from the official U.S. Constitution web site:

The Federal Convention convened in the State House (Independence Hall) in Philadelphia on May 14, 1787, to revise the Articles of Confederation. Because the delegations from only two states were at first present, the members adjourned from day to day until a quorum of seven states was obtained on May 25. Through discussion and debate it became clear by mid-June that, rather than amend the existing Articles, the Convention would draft an entirely new frame of government. All through the summer, in closed sessions, the delegates debated, and redrafted the articles of the new Constitution. Among the chief points at issue were how much power to allow the central government, how many representatives in Congress to allow each state, and how these representatives should be elected—directly by the people or by the state legislators. The work of many minds, the Constitution stands as a model of cooperative statesmanship and the art of compromise.

The following excerpts from the U.S. Constitution
set forth the more relevant design features
of the system of U.S. governance.



(Preamble)

We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defence, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America.

Article I

Section 1

All legislative Powers herein granted shall be vested in a Congress of the United States, which shall consist of a Senate and House of Representatives.

Section 2

1: The House of Representatives shall be composed of Members chosen every second Year by the People of the several States, . . .

Section 3

1: The Senate of the United States shall be composed of two Senators from each State, . . . for six Years; and each Senator shall have one Vote.

4: The Vice President of the United States shall be President of the Senate, but shall have no Vote, unless they be equally divided.

6: The Senate shall have the sole Power to try all Impeachments.

Section 7

1: All Bills for raising Revenue shall originate in the House of Representatives; . . .

2: Every Bill which shall have passed the House of Representatives and the Senate, shall, before it become a Law, be presented to the President of the United States; If he approve he shall sign it, but if not he shall return it, with his Objections to that House in which it shall have originated, who shall enter the Objections at large on their Journal, and proceed to reconsider it. If after such Reconsideration two thirds of that House shall agree to pass the Bill, it shall be sent, together with the Objections, to the other House, by which it shall likewise be reconsidered, and if approved by two thirds of that House, it shall become a Law. . . . If any Bill shall not be returned by the President within ten Days (Sundays excepted) after it shall have been presented to him, the Same shall be a Law, in like Manner as if he had signed it, unless the Congress by their Adjournment prevent its Return, in which Case it shall not be a Law.

Section 8

1: The Congress shall have Power To lay and collect Taxes, Duties, Imposts and Excises, to pay the Debts and provide for the common Defence and general Welfare of the United States; but all Duties, Imposts and Excises shall be uniform throughout the United States;

2: To borrow Money on the credit of the United States;

- 3: To regulate Commerce with foreign Nations, and among the several States, and with the Indian Tribes;
- 4: To establish an uniform Rule of Naturalization, and uniform Laws on the subject of Bankruptcies throughout the United States;
- 5: To coin Money, regulate the Value thereof, and of foreign Coin, and fix the Standard of Weights and Measures;
- 6: To provide for the Punishment of counterfeiting the Securities and current Coin of the United States;
- 7: To establish Post Offices and post Roads;
- 8: To promote the Progress of Science and useful Arts, by securing for limited Times to Authors and Inventors the exclusive Right to their respective Writings and Discoveries;
- 9: To constitute Tribunals inferior to the supreme Court;
- 10: To define and punish Piracies and Felonies committed on the high Seas, and Offences against the Law of Nations;
- 11: To declare War, grant Letters of Marque and Reprisal, and make Rules concerning Captures on Land and Water;
- 12: To raise and support Armies, but no Appropriation of Money to that Use shall be for a longer Term than two Years;
- 13: To provide and maintain a Navy;
- 18: To make all Laws which shall be necessary and proper for carrying into Execution the foregoing Powers, . . .

Section 9

- 2: The Privilege of the Writ of Habeas Corpus shall not be suspended, unless when in Cases of Rebellion or Invasion the public Safety may require it.
- 8: No Bill of Attainder or ex post facto Law shall be passed.

Section 10

- 1: No State shall enter into any Treaty, Alliance, or Confederation; grant Letters of Marque and Reprisal; coin Money; emit Bills of Credit; make any Thing but gold and silver Coin a Tender in Payment of Debts; pass any Bill of Attainder, ex post facto Law,

or Law impairing the Obligation of Contracts, or grant any Title of Nobility.

2: No State shall, without the Consent of the Congress, lay any Imposts or Duties on Imports or Exports, except what may be absolutely necessary for executing it's inspection Laws: and the net Produce of all Duties and Imposts, laid by any State on Imports or Exports, shall be for the Use of the Treasury of the United States; . . .

Article II

Section 1

1: The executive Power shall be vested in a President of the United States of America. He shall hold his Office during the Term of four Years, and, together with the Vice President, chosen for the same Term, . . .

Section 2

1: The President shall be Commander in Chief of the Army and Navy of the United States, and of the Militia of the several States, . . . and he shall have Power to grant Reprieves and Pardons for Offences against the United States, except in Cases of Impeachment.

2: He shall have Power, by and with the Advice and Consent of the Senate, to make Treaties, provided two thirds of the Senators present concur; and he shall nominate, and by and with the Advice and Consent of the Senate, shall appoint Ambassadors, other public Ministers and Consuls, Judges of the supreme Court, and all other Officers of the United States, . . .

3: The President shall have Power to fill up all Vacancies that may happen during the Recess of the Senate, by granting Commissions which shall expire at the End of their next Session.

Section 4

The President, Vice President and all civil Officers of the United States, shall be removed from Office on Impeachment for, and Conviction of, Treason, Bribery, or other high Crimes and Misdemeanors.

Article III

Section 1

The judicial Power of the United States, shall be vested in one supreme Court, and in such inferior Courts as the Congress may from time to time ordain and establish. The Judges, both of the supreme and inferior Courts, shall hold their Offices during good Behaviour, and shall, at stated Times, receive for their Services, a Compensation, which shall not be diminished during their Continuance in Office.

Section 2

1: The judicial Power shall extend to all Cases, in Law and Equity, arising under this Constitution, the Laws of the United States, and Treaties made, or which shall be made, under their Authority;—to all Cases affecting Ambassadors, other public Ministers and Consuls;—to all Cases of admiralty and maritime Jurisdiction;—to Controversies to which the United States shall be a Party;—to Controversies between two or more States; . . . — between Citizens of different States, . . .

3: The Trial of all Crimes, except in Cases of Impeachment, shall be by Jury; and such Trial shall be held in the State where the said Crimes shall have been committed; . . .

Article IV

Section 1

Full Faith and Credit shall be given in each State to the public Acts, Records, and judicial Proceedings of every other State. . . .

Section 2

1: The Citizens of each State shall be entitled to all Privileges and Immunities of Citizens in the several States.

Article V

The Congress, whenever two thirds of both Houses shall deem it necessary, shall propose Amendments to this Constitution, or, on the Application of the Legislatures of two thirds of the several States, shall call a Convention for proposing Amendments, which, in either Case, shall be valid to all Intents and Purposes, as Part of this Constitution, when ratified by the Legislatures of three fourths of the several States, or by Conventions in three fourths thereof, as the one or the other Mode of Ratification may be proposed by the Congress; . . .

Article VI

2: This Constitution, and the Laws of the United States which shall be made in Pursuance thereof; and all Treaties made, or which shall be made, under the Authority of the United States, shall be the supreme Law of the Land; and the Judges in every State shall be bound thereby, . . .

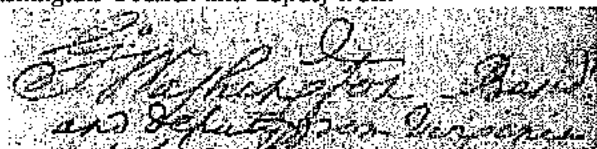
3: The Senators and Representatives before mentioned, and the Members of the several State Legislatures, and all executive and judicial Officers, both of the United States and of the several States, shall be bound by Oath or Affirmation, to support this Constitution; . .

done in Convention by
the Unanimous Consent
of the States present
the Seventeenth Day of
September in the Year of
our Lord one thousand
seven hundred and Eighty
seven and of the
Independence of the
United States of America
the Twelfth In
witness whereof We have
hereunto subscribed our
Names,

Attest William Jackson Secretary

G^o: Washington -Presid'. and deputy from

Virginia



The First Ten Amendments

(The Bill of Rights)

Article [I]

Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances.

Article [III]

A well regulated Militia, being necessary to the security of a free State, the right of the people to keep and bear Arms, shall not be infringed.

Article [III]

No Soldier shall, in time of peace be quartered in any house, without the consent of the Owner, nor in time of war, but in a manner to be prescribed by law.

Article [IV]

The right of the people to be secure in their persons, houses, papers, and effects, against unreasonable searches and seizures, shall not be violated, and no Warrants shall issue, but upon probable cause, supported by Oath or affirmation, and particularly describing the place to be searched, and the persons or things to be seized.

Article [V]

No person shall be held to answer for a capital, or otherwise infamous crime, unless on a presentment or indictment of a Grand Jury, except in cases arising in the land or naval forces, or in the Militia, when in actual service in time of War or public danger; nor shall any person be subject for the same offence to be twice put in jeopardy of life or limb; nor shall be compelled in any criminal case to be a witness against himself, nor be deprived of life, liberty, or property, without due process of law; nor shall private property be taken for public use, without just compensation.

Article [VI]

In all criminal prosecutions, the accused shall enjoy the right to a speedy and public trial, by an impartial jury of the State and district wherein the crime shall have been committed, which district shall have been previously ascertained by law, and to be informed of the nature and cause of the accusation; to be confronted with the witnesses against him; to have compulsory process for obtaining witnesses in his favor, and to have the Assistance of Counsel for his defence.

Article [VII]

In Suits at common law, where the value in controversy shall exceed twenty dollars, the right of trial by jury shall be preserved, and no fact tried by a jury, shall be otherwise re-examined in any Court of the United States, than according to the rules of the common

law.

Article [VIII]

Excessive bail shall not be required, nor excessive fines imposed, nor cruel and unusual punishments inflicted.

Article [IX]

The enumeration in the Constitution of certain rights, shall not be construed to deny or disparage others retained by the people.

Article [X]

The powers not delegated to the United States by the Constitution, nor prohibited by it to the States, are reserved to the States respectively, or to the people.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2015

Professor Doutor

Raphael Koch

University
of Augsburg



CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRATOS PARA A VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS, EM COMPARAÇÃO COM A LEI ALEMÃ

UNITED NATIONS CONVENTION ON CONTRACTS FOR
THE INTERNATIONAL SALE OF GOODS IN COMPARISON
TO GERMAN LAW

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**05 A 08
DE OUTUBRO 2015**

Horário:
11h00 às 13h30

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



Lecture

**United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)
in comparison to German Law**

University of Lisbon, School of Law

October 2015

Abstract

The lecture is on the United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG) in comparison to German Law. The CISG is a sales law treaty with acceptance on a worldwide scale. Globalisation of markets demands international unification of the law of sales contracts. Disparities in national laws governing international trade create obstacles to the flow of trade. The CISG can provide legal certainty for contract parties and predictability of legal decisions.

The 21st century can be regarded as the era of globalisation. It first of all means the international integration of markets and economies. Meanwhile globalisation has also generated its own legal aspects. As a consequence of the economic changes over the last years, globalisation has led to a competition of legal systems. This competition does not only concern the competition between two national legal systems but also the competition between national and international legal systems.

This lecture will deal with such a competition in the latter sense. The compared legal systems shall be the United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG) and the sales law under the German Civil Code (Bürgerliches Gesetzbuch; BGB). First of all, the scope of application will be explained. Afterwards, the CISG and the German domestic law will be compared in different areas. Finally, recent developments in consumer law and its impact on German sales law have to be analysed.

The aim of this lecture is to acquaint the students with the CISG on the one hand and the German sales law on the other hand. Students are supposed to learn how CISG and German sales law regulate the international sale of goods.

Lecture
United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG)
in comparison to German Law
University of Lisbon, School of Law
October 2015

Contents

§ 1 Introduction

- I. Overview on the CISG/ BGB
- II. When does the CISG/ BGB apply (Overview)?
- III. History and background: CISG/ BGB
- IV. Structure of the CISG/ BGB

§ 2 Scope of application of the Convention

- I. Contract of sale of goods
- II. Internationality
- III. Connection to a contracting state
- IV. Temporal scope of application
- V. Party autonomy

§ 3 General provisions

- I. Interpretation of the Convention/ BGB
- II. Gap filling
- III. Interpretation of declarations of parties
- IV. Interpretation of the contract
- V. Usages and trade practices
- VI. Form requirements

§ 4 Formation of the contract

- I. Offer
- II. Acceptance
- III. Specific issues
- IV. Modification of the contract

§ 5 Obligations of the parties/ Comparison

- I. General provisions
- II. Obligations of the seller
- III. Obligations of the buyer

§ 6 Breach of contract/ Comparison

- I. Rights of the buyer
- II. Rights of the seller
- III. Passing of risk
- IV. Provisions common to the obligations of the seller and of the buyer

§ 7 Recent developments: Consumer law and its impact on German sales law

Curriculum Vitae

Professor Raphael Koch studied law at the University of Muenster and completed his legal studies in 2003 with the First Legal State Examination. In 2005 he obtained a Doctorate at the University of Muenster. His doctoral thesis covers a topic of Takeover Law ("The Impact of the Securities Acquisition and Takeover Act on the Purchase of own Shares"). From 2005 to 2007, he worked as a legal clerk in Duesseldorf, Cologne and New York and passed the Second Legal State Examination (Bar Exam equivalent) in 2007.

Professor Koch holds a LL.M. Degree of the University of Cambridge (2005) and obtained an EMBA (Executive Master of Business Administration) at the University of Muenster in 2009. From 2007 to 2012, he was Senior Research Fellow (Habilitand) at the Institute of International Business Law (Chair of Civil Law, Law of Civil Procedure and Corporate Law) at the University of Muenster. During this time, he wrote his thesis in the field of German Civil Procedural Law ("Responsibility for Participation in Civil Proceedings") leading him to acquire his post-doctorate degree (Habilitation) in 2012.

Since 2012, Raphael Koch is Professor of Law at the University of Augsburg and holds the Chair of Civil Law, Law of Civil Procedure, Corporate Law, European Private and International Procedural Law. His main areas of research are Civil Law, Law of Civil Procedure, German and European Corporate and Company Law, Takeover Law and International Sales Law (CISG).

Professor Koch was guest lecturer at Oxford University (2008), at the German Law School in Lodz/Poland (2011) and at the German Law School in Krakow/Poland (2014). Since 2009 he regularly lectured in several EMBA and LL.M. programmes at the School of Tax and Business Law in Muenster.

(July 2015)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2015

Professor Doutor

Octavio Garcia Perez

Universidade
de Málaga



DELINQUÊNCIA JUVENIL E SISTEMA DE RESPONSABILIDADE PENAL: UMA VISÃO COMPARADA HISPANO-PORTUGUESA

JUVENILE DELINQUENCY AND CRIMINAL LIABILITY SYSTEM:
SPANISH-PORTUGUESE COMPARED VISION

Idioma: Espanhol

(1ª EDIÇÃO)

**12 A 16
DE OUTUBRO 2015**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Salas:
A indicar

Inscrições online



Syllabus
“La delincuencia juvenil y el sistema de responsabilidad penal: Español-Portugués visión comparada”
12 a 16 de octubre
Professor Octavio García Pérez

- 1) La delincuencia juvenil: estadísticas oficiales y estudios de cifra negra. Notas distintivas: normalidad, ubicuidad y carácter episódico.
- 2) Los modelos de justicia juvenil y las directrices internacionales.
- 3) Las bases del Derecho penal juvenil. Ámbito objetivo y subjetivo de aplicación del Derecho penal juvenil. El catálogo de sanciones.
Criterios para la determinación de las sanciones. Estudios sobre su eficacia 4. El proceso penal de menores: principios básicos. Los sujetos intervinientes en el proceso penal de menores. La evitación del proceso:
medidas desjudicializadoras (diversión): archivo del proceso y sobreseimiento por mediación.
Medias cautelares. La justicia negociada.
Recursos. Aspectos prácticos: duración de los procedimientos. Desigualdad en la aplicación de las medidas.
5. La ejecución de las medidas: sistema mixto público-privado. Bases para la ejecución de las medidas. El papel de las Comunidades Autónomas.
Especial consideración de la ejecución de las medidas privativas de libertad.



MINISTERIO
DE EDUCACIÓN,
CULTURA Y DEPORTE

SECRETARÍA DE ESTADO DE EDUCACIÓN
Y UNIVERSIDADES

DIRECCIÓN GENERAL
DE UNIVERSIDADES

COMISIÓN NACIONAL EVALUADORA
DE LA ACTIVIDAD INVESTIGADORA

Currículum vitae Impreso normalizado

Número de hojas que contiene: _____

Nombre: Octavio García Pérez

Fecha: 13 de julio de 2015

Firma:

El arriba firmante declara que son ciertos los datos que figuran en este currículum, asumiendo en caso contrario las responsabilidades que pudieran derivarse de las inexactitudes que consten en el mismo.

No olvide que es necesario firmar al margen cada una de las hojas

Este currículum no excluye que en el proceso de evaluación se le requiera para ampliar la información aquí contenida.

APELLIDOS: *García Pérez*

NOMBRE: *Octavio*

SEXO: *Varón*

DNI: *25062337L*

FECHA DE NACIMIENTO: *9/2/1964*

Nº FUNCIONARIO: *2506233768*0504*

DIRECCION PARTICULAR: *Cl. Don Diego de Miranda 11, 5º 1ª*

CIUDAD: *Málaga*

CODIGO POSTAL: *29017*

TELEFONO: *952296642*

ESPECIALIZACIÓN : *Derecho penal*

FORMACIÓN ACADEMICA

LICENCIATURA/INGENIERIA *Derecho*
de Málaga

CENTRO *Facultad de Derecho de la Universidad*
de Málaga

FECHA
1987

DOCTORADO

Doctor en Derecho/ Facultad de Derecho. Universidad de Málaga. 22/4/1996

DIRECTOR DE TESIS:

José Luis Díez Ripollés

SITUACIÓN PROFESIONAL ACTUAL

ORGANISMO: *Universidad de Málaga*

FACULTAD, ESCUELA o INSTITUTO DEL C.S.I.C.: *Facultad de Derecho*

DEPT./SECC./ UNIDAD ESTR.: *Derecho Público*

CATEGORIA PROFESIONAL Y FECHA DE INICIO: *Profesor titular de*
Universidad(23/4/1999)

DIRECCION POSTAL: *Campus de Teatinos s/n. Málaga-29071*

TELEFONO (indicar prefijo, número y extensión): *952132331*

ACTIVIDADES ANTERIORES DE CARACTER CIENTIFICO O PROFESIONAL

FECHAS	PUESTO	INSTITUCION
<i>1/1/88-31/12/91</i>	<i>Becario MEC</i>	<i>Facultad de Derecho. Univ. de Málaga</i>
<i>24/3/92-30/9/94</i>	<i>Ayudante de Facultad</i>	<i>Facultad de Derecho. Univ. de Málaga</i>
<i>1/10/94-30/4/98</i>	<i>Profesor Asociado TC</i>	<i>Facultad de Derecho. Univ. de Málaga</i>
<i>1/5/98-22/04/99</i>	<i>Profesor titular interino</i>	<i>Facultad de Derecho. Univ. de Málaga</i>

IDIOMAS DE INTERES CIENTIFICO (R=regular,B=bien,C=correctamente)

<i>IDIOMA</i>	<i>HABLA</i>	<i>LEE</i>	<i>ESCRIBE</i>
Alemán	C	C	C
Italiano	R	C	R
Inglés	R	R	R

PARTICIPACION EN PROYECTOS DE INVESTIGACION FINANCIADOS

TITULO DEL PROYECTO: Los delitos contra la libertad y seguridad. PS89-0142

ENTIDAD FINANCIADORA: DGCT. Programa sectorial de promoción general del conocimiento

DURACION DESDE: 4/10/1990

HASTA:4/10/1992

INVESTIGADOR PRINCIPAL: José Luis Díez Ripollés

TITULO DEL PROYECTO: Tasas de victimización en la provincia de Málaga. PB91-0411

ENTIDAD FINANCIADORA: DGCT. Programa sectorial de promoción general del conocimiento

DURACION DESDE: 3/7/1992

HASTA:3/7/1994

INVESTIGADOR PRINCIPAL: José Luis Díez Ripollés

TITULO DEL PROYECTO: La expansión del concepto de peligro en Derecho penal. PS93-0146

ENTIDAD FINANCIADORA: DGCT. Programa sectorial de promoción general del conocimiento

DURACION DESDE: 27/7/94

HASTA: 27/7/96

INVESTIGADOR PRINCIPAL: José Luis Díez Ripollés

TITULO DEL PROYECTO: Conductas irregulares en la Administración Pública. Algunos aspectos penales y criminológicos de la corrupción administrativa. PB98-1400

ENTIDAD FINANCIADORA: DGCYT. Programa sectorial de promoción general del conocimiento

DURACION DESDE: 30/12/99 HASTA: 30/12/02

INVESTIGADOR PRINCIPAL: José Luis Díez Ripollés

TITULO DEL PROYECTO: Técnica y teoría de la legislación penal. MCYT BJU2003-05722.

ENTIDAD FINANCIADORA: CICYT. Programa sectorial de Promoción general del conocimiento

DURACION DESDE: 1/12/2003 HASTA: 30/11/2006

INVESTIGADOR PRINCIPAL: José Luis Díez Ripollés

TITULO DEL PROYECTO: La seguridad ciudadana como criterio inspirador de la intervención penal. SEJ2006-07242/JUR1

ENTIDAD FINANCIADORA: Ministerio de Educación y Ciencia

DURACION DESDE: 31/12/2006 HASTA: 31/12/2009

INVESTIGADOR PRINCIPAL: José Luis Díez Ripollés

TITULO DEL PROYECTO: Los costes del enfoque punitivo para reducir la violencia sobre la mujer pareja P08-SEJ-04161

ENTIDAD FINANCIADORA: Proyecto de excelencia de la Junta de Andalucía

DURACION DESDE: 2009 HASTA: 2011

INVESTIGADOR PRINCIPAL: José Luis Díez Ripollés

- *Título del proyecto:* La política criminal securitaria: indicadores, sesgos, instrumentos y difusión internacional. DER2009-08888.
- *Entidad financiadora:* MICIIN.
- *Duración:* diciembre de 2009 a diciembre de 2012.- *Investigador responsable:* José Luis Díez Ripollés

1. Investigador del equipo de investigación que participa en el proyecto/contrato (nombre y apellidos): Octavio García Pérez

Referencia del proyecto: SEJ 1489

Título: Delincuencia de los inmigrantes asentados en España

Investigador principal (nombre y apellidos): José Luis Díez Ripollés

Entidad financiadora: Junta de Andalucía

Duración (fecha inicio - fecha fin, en formato DD/MM/AAAA):

Financiación recibida (en euros): 88.650 euros

Relación con el proyecto que se presenta: algo relacionado

Estado del proyecto o contrato: concedido

2. Investigador del equipo de investigación que participa en el proyecto/contrato (nombre y apellidos): Octavio García Pérez, Ana María Prieto del Pino, Deborah García Magna, María José Benítez Jiménez

Referencia del proyecto: DER2012-32070

Título: La evolución de la política criminal occidental en un mundo de progresiva exclusión social

Investigador principal (nombre y apellidos): José Luis Díez Ripollés

Entidad financiadora: Ministerio de Economía y Competitividad

Duración (fecha inicio - fecha fin, en formato DD/MM/AAAA): 01/01/2013 a 31/12/2015

Financiación recibida (en euros): 12.870 euros

Relación con el proyecto que se presenta: muy relacionado

Estado del proyecto o contrato: concedido

PUBLICACIONES

(CLAVE: L = libro completo, CL = capítulo de libro, A = artículo, R = "review", E = editor, S = Documento Científico-Técnico restringido.)

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: Delitos de sospecha: principio de culpabilidad y derecho a la presunción de inocencia. Los artículos 483 y 485 CP

Ref. ☒ revista : ADPCP

☐ Libro

Clave: A

Volumen: XLVI

Páginas, inicial: 629

final: 678

Fecha: 1993

Editorial (si libro):

Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: La punibilidad en el Derecho penal

Ref. ☐ revista:

x Libro

Clave: L Volumen: Páginas, inicial: 1 final: 433 Fecha: 1997
Editorial (si libro): Aranzadi
Lugar de publicación: Pamplona

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: Los actuales principios rectores del Derecho penal juvenil: un análisis crítico

Ref. ☒ revista: Derecho penal y Criminología ☐ Libro
Clave: A Volumen: 3 Páginas, inicial: 33 final: 76 Fecha: 1999
Editorial (si libro):

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: La evolución del sistema de justicia penal juvenil. La Ley de Responsabilidad Penal del Menor de 2000 a la luz de las directrices internacionales

Ref. ☒ revista: Actualidad Penal ☐ Libro
Clave: A Volumen: 32 Páginas, inicial: 673 final: 696 Fecha: 2000
Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: La competencia de los órganos de la administración de Justicia de menores y las bases de la responsabilidad penal de estos y el Derecho supletorio

Ref. ☐ revista: ☒ Libro
Clave: C Volumen: Páginas, inicial: 45 final: 80 Páginas, inicial: 445 final: 446 y Páginas, inicial: 503 final: 503 Fecha: 2001
Editorial (si libro): CGPJ
Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: Las prevenciones específicas de los arts. 320 y 329

Ref. ☒ revista: Cuadernos de Gestión Local ☐ Libro
Clave: A Volumen: Páginas, inicial: 120 final: 131 Fecha: 2001
Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Málaga

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: El delito de acoso sexual: estructura típica y problemas concursales

Ref. ☐ revista: ☒ Libro
Clave: C Volumen: Páginas, inicial: 335 final: 353 Fecha: 2001
Editorial (si libro): Facultad de Derecho de Málaga
Lugar de publicación: Málaga

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: Los delitos relativos a la prostitución. Un análisis de los artículos 187 y 188 del CP

Ref. ☒ revista: Actualidad Penal ☐ Libro
Clave: A Volumen: 46 Páginas, inicial: 1091 final: 1124 Fecha: 2001
Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: Algunas reflexiones sobre la denominada prevención específica del artículo 320 del Código penal

Ref. ☐ revista: ☒ Libro
Clave: CL Volumen: Páginas, inicial: 1259 final: 1260 Fecha: 2002
Editorial (si libro): Tecnos

Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: Estudio comparativo sobre la aplicación de las leyes de responsabilidad penal del menor 4/1992 y 5/2000 (I)

Ref. X revista: Boletín Criminológico Libro

Clave: A Volumen: 69 Páginas, inicial: 1 final: 4 Fecha: 2003

Editorial (si libro):

Lugar de publicación: Málaga

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: Estudio comparativo sobre la aplicación de las leyes de responsabilidad penal del menor 4/1992 y 5/2000 (II)

Ref. X revista: Boletín Criminológico Libro

Clave: A Volumen: 70 Páginas, inicial: 1 final: 4 Fecha: 2003

Editorial (si libro):

Lugar de publicación: Málaga

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: La posición del menor y el perjudicado en el Derecho penal de menores

Ref. revista: X Libro Estudios jurídicos del Ministerio Fiscal

Clave: CL Volumen: I-2002 Páginas, inicial: 707 final: 741 Fecha: 2002

Editorial (si libro): Ministerio de Justicia-Centro de Estudios de la Administración de Justicia

Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: Los actores públicos del proceso penal de menores, el inicio de éste y las vías desjudicializadoras

Ref. revista: X Libro: F. Pérez Álvarez (ed.): *Seria. In memoriam Alexandri Baraña*

Clave: CL Volumen: Páginas, inicial: 735 final: 767 Fecha: 2004

Editorial (si libro): Ediciones Universidad de Salamanca

Lugar de publicación: Salamanca

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: Recensión a Eser/Hassemer/Burkhardt (Hrsg.): Die deutsche Strafrechtswissenschaft vor der Jahrtausendwende

Ref. X revista: Revista de Derecho penal y Criminología Libro

Clave: R Volumen: 14 Páginas, inicial: 361 final: 388 Fecha: 2004

Editorial (si libro):

Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: Arts. 187 y 188

Ref. ☐ revista: x Libro Comentarios al Código penal. Parte Especial

Clave: CL Volumen: II Páginas, inicial: 474 final: 519 Fecha: 2004

Editorial (si libro): Tirant lo blanch

Lugar de publicación: Valencia

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: Art. 184

Ref. ☐ revista: x Libro Comentarios al Código penal. Parte Especial

Clave: CL Volumen: II Páginas, inicial: 391 final: 423 Fecha: 2004

Editorial (si libro): Tirant lo blanch

Lugar de publicación: Valencia

Autores (p.o. de firma): Muñoz Sánchez/Díez Ripollés/Garrido Santos/Stangeland/García Ruiz/Valdivia Ramírez/Cerezo Domínguez/Prieto del Pino/Soto Navarro/García Pérez/García España

Título: Las drogas en la delincuencia

Ref. ☐ revista: ☒ Libro
Clave: CL Volumen: II Páginas, inicial: 1 final: 268 Fecha: 2004
Editorial (si libro): Tirant lo blanch
Lugar de publicación: Valencia

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: Art. 190

Ref. ☐ revista: ☒ Libro Comentarios al Código penal. Parte Especial
Clave: CL Volumen: II Páginas, inicial: 571 final: 573 Fecha: 2004
Editorial (si libro): Tirant lo blanch
Lugar de publicación: Valencia

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: La regulación del Derecho penal sexual español

Ref. ☐ revista: ☒ Libro Los delitos contra la libertad e indemnidad sexual
Clave: CL Volumen: Páginas, inicial: 227 final: 331 Fecha: 2005
Editorial (si libro): Jurista editores
Lugar de publicación: Lima

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: El bien jurídico protegido en el delito de encubrimiento

Ref. ☐ revista: ☒ Libro Estudios penales en homenaje al profesor Cobo del Rosal
Clave: CL Volumen: Páginas, inicial: 363 final: 382 Fecha: 2005
Editorial (si libro): Dykinson
Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: La introducción del modelo de seguridad ciudadana en la justicia de menores

Ref. ☐ revista: ☒ Libro Cuadernos de Derecho Judicial: La Ley de responsabilidad penal del menor
Clave: CL Volumen: Páginas, inicial: 346 final: 383 Fecha: 2006
Editorial (si libro): Madrid Lugar de publicación: Consejo General del Poder Judicial

También publicado: Ref. ☐ revista: ☒ Libro Derecho penal y Psicología del menor Clave: CL
Volumen: Páginas, inicial: 25 final: 57 Fecha: 2007
Editorial (si libro): Comares Lugar de publicación: Granada

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: La racionalidad de la proporcionalidad en sistemas orientados a la prevención especial

Ref. ☒ revista: ☐ libro
Clave: A Volumen: Páginas, inicial: 1 final: 24 Fecha: 2007 Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Granada

También publicado en Ref. ☐ revista: ☒ libro: Justicia penal y Estado de Derecho. Homenaje a
Francisco Castillo González.
Clave: CL Volumen: Páginas, inicial: 367 final: 387 Fecha: 2007 Editorial (si
libro): Ed. Jurídica continental
Lugar de publicación: San José (Costa Rica)

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título: Legislación penal del menor

Ref. ☐ revista: ☒ Libro
Clave: L Volumen: Páginas, inicial: final: Fecha: 2007
Editorial (si libro): Tecnos
Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez (Director), José Luis Díez Ripollés, Fátima Pérez Jiménez, Susana García Ruiz

Título: La delincuencia juvenil ante los juzgados de menores

Ref. revista : X Libro

Clave: Volumen: Páginas, inicial: 1 final: 261 Fecha: 2007

Editorial (si libro): Tirant Lo Blanch

Lugar de publicación: Valencia

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: La reforma de 2006 de la Ley de responsabilidad penal de los menores: la introducción del modelo de seguridad ciudadana

Ref. revista : X Libro Nuevo Derecho penal juvenil: una perspectiva Interdisciplinar. ¿Qué hacer con los menores delincuentes?

Clave: CL Volumen: Páginas, inicial: 23 final: 55 Fecha: 2007

Editorial (si libro): Atelier

Lugar de publicación: Barcelona

Autores (p.o. de firma): José Luis Díez Ripollés y Octavio García Pérez (coordinadores)

Título: La política legislativa penal iberoamericana en el cambio de siglo

Ref. revista : X Libro

Clave: editores Volumen: Páginas, inicial: 1 final: 554 Fecha: 2008

Editorial (si libro): Edisofer/BdeF

Lugar de publicación: Madrid/Buenos Aires/Montevideo

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: Relación de un debate sobre la política legislativa penal iberoamericana

Ref. revista : X Libro

Clave: editores Volumen: Páginas, inicial: 525 final: 546 Fecha: 2008

Editorial (si libro): Edisofer/BdeF

Lugar de publicación: Madrid/Buenos Aires/Montevideo

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: El encubrimiento y su problemática en el Código penal

Ref. revista : X Libro

Clave: L Volumen: Páginas, inicial: 1 final: 196 Fecha: 2009

Editorial (si libro): Atelier

Lugar de publicación: Barcelona

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título: La El delito de sustracción de menores y su configuración

Ref. X revista : Indret Libro

Clave: Volumen: Páginas, inicial: 1 final: 34 Fecha: 2010

Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Barcelona

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título La práctica de los juzgados de menores en la aplicación de las sanciones, su evolución y eficacia
Ref. X revista Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología Libro

Clave: Volumen:12 Páginas, inicial: 1 final: 36 Fecha: 2010
Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Granada

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título La mediación en el sistema español de justicia penal de menores
Ref. X revista Revista Criminalidad Libro

Clave: Volumen:53 nº2 Páginas, inicial: 73 final: 98 Fecha: 2011
Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Colombia

Autores (p.o. de firma): García España/García Pérez/Benítez Jiménez/Pérez Jiménez
Título: Menores reincidentes y no reincidentes en el sistema de justicia juvenil andaluz
Ref. X revista Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social
Clave: A Volumen:18 Páginas, inicial: 525 final: 546 Fecha: 2011
Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Alicante

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título La ejecución de las medidas no privativas de libertad
Ref. X revista Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid Libro
Clave: Volumen:15 Páginas, inicial: 271 final: 291 Fecha: 2011
Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Madrid

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título El delito de blanqueo de capitales en el Derecho penal español
Ref. revista X Libro
Clave: Volumen: Páginas, inicial: final: Fecha: 2012
Editorial (si libro):
Lugar de publicación: Perú

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez
Título La influencia de la doctrina del TEDH en la jurisprudencia española en materia de terrorismo y tráfico de drogas
Ref. revista X Libro Garantías constitucionales y Derecho penal europeo
Clave: Volumen: Páginas, inicial: 259 final: 277 Fecha: 2012

Editorial (si libro): Marcial Pons

Lugar de publicación: Madrid, Barcelona, Buenos Aires, Sao Paulo

Autores (p.o. de firma): Octavio García Pérez

Título Títulos cambiarios y Derecho penal

Ref. revista ☐ X Libro Derecho cambiario

Clave: Volumen: Páginas, inicial: 441 final: 472 Fecha: 2013

Editorial (si libro): Tirant Lo banch

Lugar de publicación: Valencia

**PARTICIPACION EN CONTRATOS DE INVESTIGACION DE ESPECIAL
RELEVANCIA CON EMPRESAS Y/O ADMINISTRACIONES**

Título del contrato/proyecto: Las drogas en la delincuencia: su tratamiento en la administración de justicia.

Tipo de contrato: administrativo

Empresa/Administración financiadora: Consejo general del poder judicial.

Entidades participantes:

Duración, desde: 1/10/00 hasta: 31/12/01

Investigador responsable: José Luis Díez Ripollés

Número de investigadores participantes: 9

PRECIO TOTAL DEL PROYECTO: 12.000.0000 ptas.

Título del contrato/proyecto: Estudio comparativo de la aplicación de la Ley 4/1992 y la Ley 5/2000, reguladora de la responsabilidad penal del menor

Tipo de contrato: administrativo

Empresa/Administración financiadora: CGPJ

Entidades participantes:

Duración, desde: 1/10/2001 hasta: 1/10/2002

Investigador responsable: José Luis Díez Ripollés

Número de investigadores participantes: 7

PRECIO TOTAL DEL PROYECTO: 14.000.000 ptas.

Título del contrato/proyecto: Diseño de un modelo de proyecto educativo de centro para los centros de internamiento de Andalucía 806/608.3583

Tipo de contrato: administrativo

Empresa/Administración financiadora: Dirección General de Justicia Juvenil y Servicios Judiciales de la Consejería de Gobernación y Justicia de la Junta de Andalucía

Entidades participantes:

Duración, desde: 15/12/2010 hasta: 30/06/2012

Investigador responsable: Octavio García Pérez

Número de investigadores participantes: 3

PRECIO TOTAL DEL PROYECTO: 17950 euros

Título del contrato/proyecto: Seguimiento, asesoramiento y evaluación jurídica sobre diversas cuestiones de disciplina urbanística y Derecho penal urbanístico 806/608.2344

Tipo de contrato: administrativo

Empresa/Administración financiadora: Ayuntamiento de Manilva

Entidades participantes:

Duración, desde: 9/5/2013 hasta: 9/9/2013

Investigador responsable: Octavio García Pérez y Elsa Marina Álvarez

Número de investigadores participantes: 2

PRECIO TOTAL DEL PROYECTO: 12.000 euros

PATENTES Y MODELOS DE UTILIDAD

SOLICITANTES (p.o. de firma):

TITULO:

Nº DE SOLICITUD:

PAÍS DE PRIORIDAD:

FECHA DE PRIORIDAD:

ENTIDAD TITULAR:

PAISES A LOS QUE SE HA EXTENDIDO:

EMPRESA/S QUE LA ESTÁN EXPLOTANDO:

ESTANCIAS EN CENTROS EXTRANJEROS

Centro: Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht

Localidad: Friburgo

País: Alemania

Fecha: 1990/1991

Duración (semanas): 13

Tema: La punibilidad como categoría del delito

Clave: D

Centro: Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht

Localidad: Friburgo

País: Alemania

Fecha: 1991/1992

Duración (semanas): 69

Tema: La punibilidad como categoría del delito

Clave: D

TESIS DOCTORALES DIRIGIDAS

TITULO:

DOCTORANDO:

UNIVERSIDAD:

FACULTAD/ESCUELA:

AÑO:

CALIFICACION:

GRANDES EQUIPOS QUE UTILIZA O HA UTILIZADO

CLAVE : R= responsable, UA = usuario asiduo, UO = usuario ocasional

<i>EQUIPO</i>	<i>FECHA:</i>	<i>CLAVE:</i>
---------------	---------------	---------------

OTROS MÉRITOS O ACLARACIONES QUE SE DESEE HACER CONSTAR

TRADUCCIONES:

- "Ética y Derecho médico", de Hans-Georg Koch, en Eguzkilore, nº extraordinario 5, 1992.
- "El control de natalidad y el Derecho penal", de Hans-Georg Koch, en Eguzkilore, nº extraordinario 5, 1992.
- "Una muerte digna", de Hans-Georg Koch, en Eguzkilore, nº extraordinario 5, 1992.

BECAS:

Beca predoctoral de estancias breves del Ministerio de Educación y Ciencia.

Beca del Servicio Alemán de Intercambio Académico (DAAD) de septiembre de 1991 a septiembre de 1992

DOCTORADO

Premio extraordinario de doctorado

Coordinador del programa de doctorado "Derecho penal, libertades fundamentales y Criminología", correspondiente al bienio 1999-2000

Coordinador del programa de doctorado "Modernas tendencias de la política criminal", correspondiente al bienio 2004-2006

Coordinador del programa de doctorado, verificado por la Aneca, en Derecho y Ciencias Sociales.

Miembro de la Comisión de Doctorado de la Facultad de Derecho.

MÁSTER OFICIAL

Coordinador del máster oficial interuniversitario de Criminalidad e intervención social en menores

CARGOS

Secretario de la Sección de Málaga del Instituto Andaluz Interuniversitario de Criminología desde el 1 de abril de 1995 hasta el 1 de mayo de 1998.

Secretario del Departamento de Derecho Público desde el 1 de octubre de 1998 hasta el 31 de septiembre de 2000.

Secretario General de la Asociación Grupo de Estudios de Política Criminal desde el 28 de noviembre de 2003 hasta el 13 de diciembre de 2009

Evaluador externo de la Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología

Evaluador externo de la Revista Estudios Penales y Criminológicos
Evaluador externo de la Revista Política Criminal (Chile)
Evaluador externo de Consejos Superiores del Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDECYT) (Chile)

MERITOS DOCENTES E INVESTIGADORES

3 sexenios de investigación reconocidos.

4 quinquenios reconocidos.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2015

Professora Doutora

Rute Saraiva

Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa



DIREITO COMPORTAMENTAL E ECONOMIA

BEHAVIOURAL LAW AND ECONOMICS

Idioma: Inglês

(4ª EDIÇÃO)

**13 A 16
DE OUTUBRO 2015**

Horário:
13h00 às 15h30

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online:



GERI



Erasmus+



Syllabus

Behavioral Law and Economics
An introduction

Professor Rute Saraiva

FDUL

Office: Room 22.22

Email: rutesaraiva@fd.ul.pt

Seminar Description

Behavioral economics tries to increase the explanatory power of economics by using insights from the field of psychology. These findings are then brought to the legal level to explain both the effects and content of laws. In addition, behavioral concepts help in determining how the law might be used to achieve particular goals and in assessing whether the law is achieving its stated ends.

This seminar will begin with a broad overview of the problem of irrationality in economic behavior in order to introduce its application and consequences to legal issues. Topics will include biases and heuristics, the main goal of BLE, its criticisms, and applied situations like obesity fighting, environmental law and others.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Program

Session 1: Predictable irrationality?

- (1) Camerer, Colin and George Loewenstein. 2003. Behavioral Economics: Past, Present, Future. In *Advances in Behavioral Economics*, ed. Colin Camerer, George Loewenstein and Matthew Rabin. Princeton: Princeton University Press. <http://authors.library.caltech.edu/22029/1/ribe239%3B1%5D.pdf>
- (2) Rabin, Matthew. 1998. Psychology and Economics. *Journal of Economic Literature* 36:11-46. http://www.nyu.edu/econ/user/bisina/rabin_survey.pdf
- (3) Dan Ariely. 2008. Predictably Irrational. Harper Collins. http://www.e-reading-lib.org/bookreader.php/138702/Predictably_Irrational%3B_The_Hidden_Forces_That_Shape_Our_Decisions.pdf
- (4) Richard A. Posner. 1998. Behavioral Economics and the Law. *Stanford Review*, Vol. 50. <http://kie.vse.cz/wp-content/uploads/Posner-1998.pdf>

Session 2: What is Behavioral Law and Economics?

- (1) Saraiva, Rute. 2011. Análise económico-comportamental do Direito: uma introdução, in Fernando Araújo, Paulo Otero, João Taborda da Gama (org.) *Estudos em Homenagem do Professor Doutor J. L. Saldanha Sanches*, Vol. I, Coimbra Editora.
- (2) Jolls, Christine. 2007. Behavioral Law and Economics, NBER Working Paper 12879. http://www.nber.org/papers/w12879.pdf?new_window=1
- (3) Jolls, Christine and Cass R. Sunstein. 2006. Debiasing Through Law, *Journal of Legal Studies*, 35:199-241. http://www.law.yale.edu/documents/pdf/Debiasing_Through_Law.pdf



- (2) Jeffrey J. Rachlinski. 2000. The Psychology of Global Climate Change, University of Illinois Law Review. <http://env.chass.utoronto.ca/env200y/ESSAY2001/globwarm.pdf>
- (3) Shogren, Jason F. and Laura O. Taylor. 2008. On Behavioral-Environmental Economics, Review of Environmental Economics and Policy. <http://www.uwyo.edu/shogren/decisionkursshogrentaylorfinalreep2008.pdf>
- (4) Saraiva, Rute. 2013. A abordagem comportamental do Direito e da Economia das catástrofes naturais, in Actas do Colóquio, Catástrofes Naturais: Uma realidade multidimensional, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, Lisboa.
- (5) Paul Slovic. 2008. Thinking and Deciding Rationally About Catastrophic Losses of Human Lives, The Wharton School. http://opim.wharton.upenn.edu/risk/tie3/abstracts/Slovic_Thinking.pdf
- (6) Saraiva, Rute. 2010. Uma Questão de Peso: Análise Jurídico-Económica da Obesidade, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha, Almedina.
- (7) Marlow, Michael L. and Sherzod Abdukadirov 2012. Can Behavioral Economics Combat Obesity?, Regulation, Health and Medicine. <http://object.cato.org/sites/cato.org/files/serials/files/regulation/2012/8/v35n2-2.pdf>
- (8) Saraiva, Rute. 2012. Fraude Académica em Hogwarts. Lições de análise económico-comportamental para muggles de todas as idades, Revista do Instituto de Direito Brasileiro, n.º 4. http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012_04_2301_2361.pdf



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Richard H. Thaler & Cass R. Sunstein (2009). *Nudge*, Academia do Livro.
- Robert A. Prentice (2003). *Chicago Man, K.T Man and the Future of Behavioural Law and Economics*, Vanderbilt Law Review. Vol. 56, 1671.
- José Eduardo Carvalho (2009). *Neuroeconomia. Ensaio sobre a Sociobiologia do Comportamento*, Edições Sílabo, Lisboa.
- Cass R. Sunstein (1999). *Behavioral Law and Economics: A Progress Report*, American Law and Economics Review, Vol. 1, n.º 1, 121.
- Cass R. Sunstein (2002). *Risk and Reason: Safety, Law and the Environment*, Cambridge University Press, Setembro.
- Edward L. Glaser (2006). *Paternalism and Psychology*, University of Chicago Law Review, n.º 73.
- Cass R. Sunstein (1997). *Behavioral Analysis of Law*, Chicago University, Working Paper in Law & Economics n.º 46, Chicago, 14.
- Victor Ricciardi e Helen K. Simon (2000). *What is Behavioral Finance?*, Business, Education & Technology Journal, Vol. 2, n.º 2.
- Thomas A. Lambert (2010). *Behavioral Law and Economics and the Conflicting Quirks Problem: A "Realist" Critique*, <http://truthonthemarkets.com/free-to-choose-symposium>
- David D. Friedman (2010). *Behavioral Economics: Intriguing Research Project, with Reservations*, em <http://truthonthemarkets.com/free-to-choose-symposium>
- David D. Friedman (s.d.). *Economics and Evolutionary Psychology*, http://www.daviddfriedman.com/Academic/econ_and_evol_psych/economics_and_evol_psych.html
- Henry G. Manne (2010). *Behavioral Overreach*, <http://truthonthemarkets.com/free-to-choose-symposium>
- Larry Ribstein (2010). *Free to Lose?*, <http://truthonthemarkets.com/free-to-choose-symposium>
- Thomas A. Lambert (2004). *Two Mistakes Behavioralists Make: A Response to Professors Feigensohn et al. and Professor Slovic*, Missouri Law Review, Vol. 69.
- Dan Ariely (2012). *The Honest Truth About Dishonesty: How We Lie to Everyone -Especially Ourselves*, Harper.
- Dan Ariely (2011). *O Lado Bom da Irracionalidade*, Lua de Papel.
- Jeffrey J. Rachlinski (2006). *Cognitive Errors, Individual Differences, and Paternalism*, University of Chicago Law Review, n.º 73, 207.
- Cass R. Sunstein (2005). *Irreversible or Catastrophic*, The Law School, The University of Chicago, Public Law and Legal Theory Working Paper n.º 88, Abril ou AEI-Brookings Joint Center Working Paper n.º 05-04, Março.
- Avishalom Tor (2008). *The Methodology of the Behavioral Analysis of Law*, Haifa Law Review, Vol. 4, 323.
- Douglas Glen Whitman & Mario J. Rizzo (2007). *Paternalist Slopes*, New York University Law and Economics Research Paper n.º 07-08.
- Todd Henderson (2010). *Project Behavior: What the Battle is Really About*, <http://truthonthemarkets.com/free-to-choose-symposium>
- Douglas Ginsburg e Joshua Wright (2010). *A Taxonomy of Behavioral Law and Economics Skepticism*, <http://truthonthemarkets.com/free-to-choose-symposium>
- Jonathan Klick & Gregory Mitchell (2006). *Government Regulation of Irrationality: Moral and Cognitive Hazards*, Minnesota Law Review, Vol. 90.
- Geoffrey A. Manne (2010). *Interesting doesn't necessarily mean policy relevant*, <http://truthonthemarkets.com/free-to-choose-symposium>

CURRICULUM VITAE

Rute Neto Cabrita e Gil Saraiva

Nationality: Portuguese

Contacts: rutesaraiva@fd.ul.pt +351 21 7984 600

Academic degree

- PhD in Law - Economics (University of Lisbon Law School)
- Master Degree in Law – International Law (University of Lisbon Law School)
- Post-Graduation in Environmental Law (University of Lisbon Law School)
- Post-Graduation in European Law and Economics (Paris I – Panthéon-Sorbonne)
- Graduate degree in Law - Politics (University of Lisbon Law School)

Interests

Behavioural Law and Economics, Psychology and Law, Sustainable Development/Environmental Law, International Law, Behavioural Finance, Financial Regulation, Legal Education

Academic Career and/or Relevant Professional Experience

- University of Lisbon Law School (Assistant Professor and Head of the Social Responsibility Office and Legal Clinics)
- University of Lisbon Psychology School
- Military Academy
- Lisbon Technical School – Instituto Superior Técnico
- Local Administration Studies Center – Fundação CEFA
- Authority for Economic Activity Supervision – ASAE
- Union Lawyer School - Escola da Advocacia-Geral da União, São Paulo, Brazil
- Cape Verde Social and Legal Institute - Praia, Cape Verde
- University Eduardo Mondlane Law School - Maputo, Mozambique
- University Unizambeze – Beira, Mozambique
- University 11th November Law School - Cabinda, Angola
- University Mandume Ya Ndemufayo - Lubango, Angola
- University of Guiné-Bissau Law School – Bissau, Guiné
- V. M. Salgãoocar College of Law - Pangim, Goa, India

Investigation

- Centre for the Investigation in Financial Regulation and Supervision (Portuguese Central Bank, Portuguese Securities Exchange Commission, Portuguese Insurance Authority, European Institute) (CIRSF)
- Centre for the Investigation in European, Economics, Financial and Tax Law (CIDEFF).

Publications

More than 50 publications (books, book chapters, articles, working papers, reviews).

- (2014). *Behavioural Economics Insights for International Environmental Law*, Ljubljana University-CCIEL, in Vasilka Sancin & Maša Kovič Dine (eds.) *International Environmental Law: Contemporary Concerns and Challenges in 2014*, GV Založba, Ljubljana.
- (2013). *Mediação de Conflitos e Psicologia: o caso dos Julgados de Paz. Jurisprudência terapêutica?*, (*Conflict mediation and Psychology: the Peace Courts: Therapeutical Jurisprudence?*) in Evani Zambon Marques da Silva [et al.] (coord.) *Direito e Psicologia: a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Psicologia Jurídica*, Coimbra Editora.
- (2013). *A mediação familiar como jurisprudência terapêutica em acção?*, (*Family mediation as therapeutical jurisprudence*) in Evani Zambon Marques da Silva [et al.] (coord.) *Direito e Psicologia: a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Psicologia Jurídica*, Coimbra Editora.
- (2013). *Esquecer de esquecer o que devia esquecer: Regulação das drogas que alteram a memória?*, (*The regulation of drugs that change memories*) in Evani Zambon Marques da Silva [et al.] (coord.) *Direito e Psicologia: a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Psicologia Jurídica*, Coimbra Editora.
- (2013). *A Violência contra Idosos*, (*Violence against elderly*) in Evani Zambon Marques da Silva [et al.] (coord.) *Direito e Psicologia: a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Psicologia Jurídica*, Coimbra Editora.
- (2013). *A abordagem comportamental do Direito e da Economia das catástrofes naturais* (*Behavioural law and economics of natural disasters*), in Actas do Colóquio, *Catástrofes Naturais: Uma realidade multidimensional*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, Lisboa.
http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_catastrofes_final1_isbn.pdf

Conferences

More than 30 conferences and workshops mainly in Portugal, Brazil, Angola and Cape Verde.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2015

Professor Doutor

Cláudio Brandão

Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais



HISTÓRIA DA TEORIA DO CRIME: DA FORMAÇÃO DA DOGMÁTICA AO DIREITO CONSTITUCIONAL PENAL

HISTORY OF CRIME THEORY: FORM THE DOGMA TO
THE CONSTITUTIONAL CRIMINAL LAW

Idioma: Português

(4ª EDIÇÃO)

**19 A 23
DE OUTUBRO** 2015

Horário:
11h00 às 13h00

Duração do Curso:
10 horas

Salas:
A indicar

Inscrições online:



GERI



Erasmus+

Seminário:

História da Teoria do Crime: *da formação da dogmática ao direito constitucional penal*

Professor Doutor CLAUDIO BRANDÃO

Programa:

Aula 1 – História e Trajetória do Direito Penal: *linhas mestras.*

- a) Sociedades simples e o seu Direito Penal: características e principais sanções.
- b) Direito Penal Romano.
- c) Direito Penal no Medievo. Características da alta e da baixa Idade Média. O sistema penal da inquisição. Glosadores e Comentaristas.
- d) Conclusão da aula: *Comentaristas e formação da primeira parte geral do direito penal. Elementos da trajetória penal e sua utilização hodierna.*

Aula 2 – História e Trajetória do Direito Penal: *iluminismo penal e construção conceitual da dogmática.*

- a) Características do Direito e do Direito Penal na Modernidade.
- b) O Iluminismo Penal: *postulados, princípios e formação política do princípio da legalidade.*
- c) Formação Jurídica do Princípio da Legalidade Penal.
- d) Construção da Nomenclatura da Teoria do Crime: *culpa, ilícito e tipo.*
- e) Conclusão da aula: *Consequências do iluminismo para o direito penal atual, sua face política e o papel do Princípio da Legalidade.*

Aula 3 – Tipicidade Penal e Antijuridicidade.

- a) A tipicidade como conceito equivalente ao crime e como elemento constitutivo do delito.
- b) A tipicidade como condição para os elementos da teoria do crime
- c) O tipo como continente da ação
- d) Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.
- e) Conclusão da aula: *Antinormatividade e bem jurídico.*

Aula 4 – Bem Jurídico.

- a) Nascedouro do conceito de bem jurídico: a tese de Johann Birnbaum sobre a necessidade da lesão de direitos.
- b) O bem jurídico no positivismo normativo de Binding.
- c) O bem jurídico no positivismo sociológico de von Liszt.
- d) A construção do bem jurídico a partir do neokantismo.
- e) Conclusão da aula: *A função do bem jurídico no direito penal atual.*

Aula 5 – Culpa. Aplicação Constitucional da Teoria do Crime.

- a) Trajetória da Culpa: *características do positivismo, do neokantismo e do finalismo.*
- b) Concepções Funcionalistas e Finalistas da Culpa.
- c) Método Constitucional de Aplicação da Teoria do Crime.
- d) Conclusão da aula: *Princípios e valores constitucionais e sua função na aplicação da teoria do crime.*

Bibliografia básica:

- ALVES, Sílvia. "A pena de morte no pensamento jurídico setecentista". *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva* (BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nélson; FREITAS, Ricardo, coordenadores). São Paulo:Atlas. 2012.
- BRANDÃO, Cláudio. "Culpabilidade: sua análise na dogmática penal e no direito penal brasileiro". *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Coimbra: Coimbra editora. A.15. N.2. Abril-junho, 2005.
- BRANDÃO, Cláudio. *Curso de Direito Penal*. Rio de Janeiro:Forense. 2008.
- BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nélson; FREITAS, Ricardo (coordenadores). *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva*. São Paulo:Atlas. 2012.
- BRANDÃO, Cláudio. "Inconsciência de antijuridicidade – sua visão na dogmática penal e nos tribunais brasileiros". *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Coimbra:Cimbra editora. A.XLI. N.1. 2000.
- BRANDÃO, Cláudio. "Interpretação constitucional do direito penal". *Portugal, Brasil e o Mundo do Direito*. (Vasco Pereira da Silva e Ingo Wolfgang Sarlett, organizadores). Coimbra:Almedina. 2009.
- BRANDÃO, Cláudio. *Tipicidade Penal: dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático*. Coleção: O Tempo e a Norma. Coimbra: Almedina. 2012.
- PALMA, Maria Fernanda. *Direito Constitucional Penal*. Coimbra:Almedina. 2011.

Bibliografia complementar:

- BIRNBAUM, Johann Michael Franz. "Ueber das Erfordeniss einer Rechtsverletzung zum Begriffe der Verbrechen". *Archiv des Criminalrechts*. Halle:Schwetschke und Sohn. 1934.
- DIAS, Augusto Silva. *Delicta in se e delicta mere prohibita*. Coimbra:Coimbra editora. 2008.
- FEUERBACH, Paul Johann Anselm Ritter von. *Tratado de Derecho Penal*. Buenos Aires:Hammurabi. 1989.
- JESCHESCK, Hans-Heinrich. *Lehrbuch des Strafrechts*. Berlin:Duncker und Humblot. 1988.
- KAUFMANN, Arthur. *Schuld und Strafe*. Köln:Heymann. 1983.
- LISZT, Franz von. *Lehrbuch des Deutschen Strafrechts*. Berlin u. Leipzig:VWV. 1922.
- MENDES, Paulo de Sousa. *O torto intrinsecamente culposos como condição necessária da imputação da pena*. Coimbra:Coimbra. 2007
- MEGZER, Edmund. *Strafrecht*. Berlin u. München:Duncker u. Humblot. 1949
- MERKEL, Adolf. *Lehrbuch des Deutschen Strafrechts*. Goldbach:Keip. 1996.
- MIR PUIG, Santiago. "Bien jurídico y bien jurídico penal como límites del *Ius puniendi*". *Estudios Penales y Criminológicos*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Nº14. Jan-dez. 1991.
- MIR PUIG, Santiago. *Derecho Penal. Parte General*. Barcelona:Edição do Autor. 1998.
- MOMMSEN, Theodor. *Römisches Strafrechts*. Leipzig:Duncker & Humblot. 1899.
- PALMA, Maria Fernanda. *O princípio da desculpa em direito penal*. Coimbra:Almedina. 2005.
- PETROCELLI, Biagio. *Principi di Diritto Penale*.Napoli:Eugenio Joveni. 1950.
- POLAINO NAVARRETE, Miguel. *Derecho Penal. Modernas bases dogmaticas*. Buenos Aires:Grijley. 2004.
- POLAINO NAVARRETE, Miguel. *El injusto típico en la teoría del delito*. Corrientes:Mave. 2000.
- ROXIN, Claus. *Problemas fundamentais de direito penal*. Lisboa:Vega. 1993.
- ROXIN, Claus. *Strafrecht Allgemeiner Teil*. München: Beck. 2006.
- SABADELL, Ana Lucia. *Tormenta juris permissione*. Rio de Janeiro:Revan. 2006.
- TAVARES, Juarez. *Teoria do Injusto Penal*. Belo Horizonte:Del Rey. 2000.
- WELZEL, Hans. *Das Deutsche Strafrecht. Eine systematische Darstellung*. Berlin: De Gruyter. 1958.

WELZEL, Hans. *El nuevo sistema del derecho penal*. Montevideo:BdF. 2002.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et alli*. *Derecho Penal. Parte General*. Buenos Aires:Ediar. 2002.
ZAFFARONI, Eugenio Raul. *En torno de la cuestión penal*. Buenos Aires:BdF. 2005
ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Tratado de derecho penal*. T. III. Buenos Aires:Ediar. 1981.

Professor Doutor CLÁUDIO BRANDÃO – Currículo resumido:

A) Atividades Docentes

- a.1.) Professor Catedrático da Faculdade de Direito do Recife – Universidade Federal de Pernambuco
- a.2.) Professor Catedrático e Coordenador da Faculdade de Direito Damas da Instrução Cristã
- a.3.) Professor Colaborador do Doutorado em Altos Estudos Contemporâneos – Instituto de História e Teoria das Idéias da Universidade de Coimbra
- a.4.) Professor Visitante, ao abrigo do Programa Erasmus, da Licenciatura em Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa (2007)
- a.5.) Professor Visitante, ao abrigo do Programa Erasmus, da Licenciatura em Direito da Universidade de Lisboa (2010)
- a.6.) Professor Convidado no Instituto de Filosofia e Sociologia do Direito da Universidade de Salzburg (2012)

B) Atividades de Regulação do Ensino Superior

- b.1.) Membro da Comissão de Avaliação da Área do Direito da CAPES/MEC (2005-2007)
- b.2.) Avaliador do INEP/MEC e SESu/MEC para os cursos de Direito (2001-atualmente)

C) Participação em Bancas Examinadoras de Concursos Públicos

- c.1.) Elaborador do Exame de Direito Penal e Direito Processual Penal no Concurso de Ingresso para o cargo de Juiz Federal Substituto – Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2007 -)
- c.2.) Participação em Banca de Ingresso na carreira docente na área de Direito Penal nas Universidades Federais de Pernambuco, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Alagoas.

D) Principais Publicações

- d.1.) BRANDÃO, Cláudio . Tipicidade Penal – Dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático. Coimbra:Almedina. 2012.
- d.2.) BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nelson; FREITAS, Ricardo (Organizadores). História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva. São Paulo:Atlas. 2012.
- d.3.) BRANDÃO, Cláudio. Curso de Direito Penal. Parte Geral.. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- d.4.) BRANDÃO, Cláudio (Org.) ; CAVALCANTI, Francisco (Org.) ; ADEODATO, João Maurício (Org.) . Princípio da Legalidade: da dogmática jurídica à teoria do direito. 1. ed. Rio de Janeiro:Forense, 2009. v. 1. 613 p

- d.5.) CAVALCANTI, Francisco (Org.) ; BRANDÃO, Cláudio (Org.) .
Constitucionalização do Direito Positivo: Teoria Hermenêutica e Aplicação. 1. ed.
Recife: Nossa Livraria, 2009.
- d.6.) BRANDÃO, Cláudio (Org.) ADEODATO, João Maurício (Org.). Direito ao
Extremo. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 550 p.
- d.7.) BRANDÃO, Cláudio . Teoria Jurídica do Crime. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense,
2002. 272 p
- d.8.) BRANDÃO, Cláudio . Introdução ao Direito Penal - Análise do sistema penal à
luz do Princípio da Legalidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 199 p.
- d.9.) BRANDÃO, Cláudio . Legalidade e Cristianismo: aproximação hermenêutica.
In: Brandão, Cláudio; Cavalcanti, Francisco; Adeodato, João Maurício. (Org.).
Princípio da Legalidade: da dogmática jurídica à teoria do direito. 1 ed. Rio de
Janeiro: Forense, 2009, v. 1, p. 43-54.
- d.10) BRANDÃO, Cláudio . Comentários ao art. 5º 4º da Constituição Federal. In:
Bonavides, Paulo; Miranda, Jorge; Agra, Walber. (Org.). Comentários à Constituição
Federal de 1988. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. 1, p. 339-351.
- d.11.) BRANDÃO, Cláudio . Interpretação Constitucional do Direito Penal. In:
Pereira de Silva, Vasco; Sarlet, Ingo. (Org.). Portugal, Brasil e o Mundo do Direito. 1
ed. Coimbra: Almedina, 2009, v. 1, p. 50-65.
- d.12.) BRANDÃO, Cláudio . Comentários à Vigência da Lei Penal no Espaço. In:
Gamil Föppel. (Org.). Novos Desafios do Direito Penal no Terceiro Milênio. 1 ed. Rio
de Janeiro: Lumen Juris, 2008, v. 1, p. 373-384.
- d.13.) BRANDÃO, Cláudio . Significado Político-Constitucional do Direito Penal. In:
Luiz Regis Prado. (Org.). Direito Penal Contemporâneo. 1 ed. São Paulo: Revista dos
Tribunais, 2007, v. 1, p. 120- 130.
- d.14.) BRANDÃO, Cláudio . O Homicídio na Cultura Greco-Romana e sua Posição na
Dogmática Penal. In: Claudio Brandão; João Maurício Adeodato. (Org.). Direito ao
Extremo. Rio de Janeiro: Forense, 2005.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2015

Professor Doutor

Rainer Arnold

Universität
Regensburg



PROTEÇÃO DE MINORIAS NO DIREITO NACIONAL, SUPRANACIONAL E INTERNACIONAL - ASPETOS BÁSICOS E ÚLTIMOS DESENVOLVIMENTOS

MINORITY PROTECTION IN NATIONAL, SUPRANATIONAL
AND INTERNATIONAL LAW - BASIC ASPECTS AND CURRENT
DEVELOPMENTS

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**19 A 23
DE OUTUBRO** 2015

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



Syllabus Intensive Course Prof. Dr. Rainer Arnold

« Protection of minorities in national, supranational and international law »

1. Monday, October 19, 2015

The notion of minorities, a changing concept? - Minority rights: individual or collective rights?

The main instruments of protection -an overview: the national Constitutions (selected examples), the International Covenant on Civil and Political Rights (in particular article 27), the Council of Europe Framework Convention for the Protection of National Minorities, the European Union Fundamental Rights of Charter (in particular articles 21 and 22)

2. Tuesday, October 20, 2015

Minority protection and the guarantee of human dignity, nondiscrimination and equality: minority protection as protection of human dignity - the different dimensions of the principle of equality

3. Wednesday, October 21, 2015

National constitutional law and jurisprudence on minority rights: selected issues in a comparative view - the right to keep identity - the right of cultural and political autonomy - the right of secession?

4. Thursday, October 22, 2015

The principle of self-determination of peoples - minorities in multi-ethnic states - political co-determination of minorities - the rights of indigenous peoples

5. Friday, October 23, 2015

Human rights and minority protection: common principles in national, supranational and international law

Repetition for the exam



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2015

Professora Doutora

Regina Valutytė

Mykolas Romeris
University



DIREITO INTERNACIONAL DE AVIAÇÃO

INTERNATIONAL AVIATION LAW

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**26 A 30
DE OUTUBRO** 2015

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



PROGRAMME OF THE COURSE

INTERNATIONAL AVIATION LAW

Lecturer: Assoc. prof. dr. Regina Valutyte,

Institution: Mykolas Romeris University, Vilnius, Lithuania

Duration of the course: 10 hours

Start and end of the lectures: October 26, 2015 – October 30, 2015

Place: Lisbon University

Assessment: Exam

Contact details: e-mail r.valutyte@mruni.eu

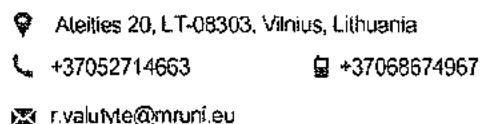
Purpose of the course unit

The general aim of the course is to provide an insight into international aviation law, to discuss legal and regulatory issues that are being faced by the airline industry emphasizing aviation security issues and protection of passengers' rights.

Main topics to be discussed:

1. The international air law-making institutions and processes
2. The legal regime of the national and international air space
3. Aviation safety
4. Aviation security
5. Airlines & passengers (carriage operations)
6. Airlines & passengers (liability issues)
7. International aviation dispute settlement procedures

Regina Valutyte



Sex Female | Date of birth 27/05/1983 | Nationality Lithuanian

100

Vice - dean for international relations and programs at the Faculty of law,
Erasmus coordinator

Mykolas Romeris University, Vilnius, Lithuania

Academic coordination of Erasmus, Nordplus, Senior lawyers programme and other study and practice mobility programmes. Representation of the Faculty in international network meetings (Rotterdam, Elpis, Nijmegen, Nordplus). Coordination of the summers schools "International protection of human rights" and "Summer School on Integrity". Creation and coordination of joint/multiple study programmes. Coordination of joint degree doctoral programme "Contemporary Russian and Chinese Economic Law".

Educational institution

Associate professor

Mykolas Romeris University, Vilnius, Lithuania

Supervision of master thesis, lectures and seminars, conceptualising master degree programmes, coordination of the double degree programme "EU law and Governance", review of Articles to be published in journals "Jurisprudence" and "Societal studies", review of doctoral thesis, member of the studies programmes committee.

Experimental procedure

Lecturer

Mykolas Romeris University, Vilnius, Lithuania

Supervision of bachelor thesis, lectures and seminars

Educational institution

Legal assistant – adviser

R. Draksas Lawyer's office, Savanorių pr. 1-7, LT-03116 Vilnius

Drafting of documents, advising clients on legal issues

Private Sector

02/2004 – 08/2004 Specialist, Section of International relations

Institute of Law, Ankštoji g. 1A, LT-01109 Vilnius

Drafting of projects, opinions on projects of legal acts, communication with specialists in foreign countries

Public sector

EDUCATION AND TRAINING

10/2006 – 05/2010 Doctor (PhD) in social sciences (law)

Mykolas Romeris University, Faculty of Law, Vilnius, Lithuania

Doctoral thesis "State liability for the acts of the final courts"

09/2001 – 06/2006 Master of Law

Vilnius University, Law Faculty, Vilnius, Lithuania

Specialization - International and EU law: International Public Law, International Humanitarian Law, International protection of human rights; International Private Law, EU Institutional Law, EU Constitutional Law, CJEU Jurisprudence, etc. Master thesis "State liability under EU law"

PERSONAL SKILLS

Mother tongue(s) Lithuanian

Other language(s)

	UNDERSTANDING		SPEAKING		WRITING
	Listening	Reading	Spoken interaction	Spoken production	
English	C2	C2	C2	C2	C2
Spanish	C1	C1	B2	B2	B1
Russian	C1	A2	A2	A2	A2
French	A2	B1	A2	A2	A2
German	A1	A1	A1	A1	A1

Levels: A1/2: Basic user - B1/2: Independent user - C1/2 Proficient user
Common European Framework of Reference for Languages

Communication skills Good communication skills gained through my experience as an Erasmus coordinator and lecturer

Organisational / managerial skills Team building and motivation, leadership, strategic planning (working as vice-dean with around 250 employees grouped in different units)

Job-related skills	Sociability, adaptability in a new environment, resolution of social problems, adaptation in multicultural environment, project management skills, organisation and coordination of events (long-term and short-term in nature) (coordination of the work of professors and mobility of students in higher education, dealing with partners, representation of the faculty in various international events)
Computer skills	Good command of MS Word, MS Excel, Internet Explorer tools
Driving licence	B

ADDITIONAL INFORMATION

- Internships
- European Parliament/Belgium, 2006 May.
 - European University institute/Italy, 2007 October.
 - University of Granada, Faculty of Political Sciences and Sociology/Spain, 2009 March.
 - University of Granada, Faculty of law/Spain, 2009 June.
 - Strasbourg University/France, 2009 October.
 - Catholic University of Buenos Aires/Argentina, 2011 June-July.

Lectures and seminars

International public law 2007 – 2012.
 International human rights protection 2007 – 2012, 2014.
 Resolution of International disputes 2009.
 International aviation law and policy 2009 – 2010.
 International air law 2010 – 2014.
 EU Foreign and security policy 2011.
 EU Foreign policy and external relations 2012-2014.

Guest lectures

- Cycle of lectures on “*International law as a source of EU law*”, “*State liability for the acts of judicial power*” ir “*In crisis for respect to privacy*”. Bordeaux University, France, 2014/10/13-17.
- Course on “*Right to life and prohibition of torture*”. Rouen University, France, 2014/09/08-12.
- Cycle of lectures on “*State liability for the acts of judicial power*”. University of Sofia, Bulgaria, 2013/04.
- Cycle of lectures on “*State liability for the acts of judicial power*”. University of Warmia and Mazury in Olsztyn, Poland, 2013/01/14-18.
- Course on “*Right to life and prohibition of torture*”. Rouen University, France, 2012/09/10 – 2012/09/14.
- Course on “*Protection of human rights in EU after Lisbon Treaty*”. Rouen University, France, 2012/04.
- Cycle of lectures on “*State responsibility in international law*” and “*Protection of*

human rights in EU law". University of Santiago de Compostela, Spain, 2011/04.

- Course on "Right to life and prohibition of torture, inhuman or degrading treatment or punishment". Rouen University, France, 2010/09/25 – 2010/09/30.
- Course on "Prohibition of torture and inhuman or degrading treatment or punishment". Le Havre University, France, 2010/09/19 – 2010/09/24.
- Lectures at International summer school on human rights on "Right to life and prohibition of torture and inhuman or degrading treatment or punishment", 2010/07/24, 2011/07, 2012/07, 2014/07.

Publications

- Bonichot, Jean-Claude; Christianos, Vassili; Valutytė, Regina; and others. *L'obligation de renvoi préjudiciel à la Cour de justice: Une obligation sanctionnée?* / Sous la direction de : Laurent Couton. Bruxelles : Bruylant, 2014. 520 p. ISBN 9782802740926.
- Cape, Ed; Namoradze, Zaza; Grovez, Yonko; Bokhashvili, Besarion; Abramavičiute, Inga; Valutytė, Regina; Hriptievschi, Nadejda; Bushchenko, Arkadiy; Tokarev, Gennadiy. *Effective criminal defence in Eastern Europe : Bulgaria, Georgia, Lithuania, Moldova, Ukraine* / Ed Cape, Zaza Namoradze. [Sofia] : Soros Foundation-Moldova, 2012. 528 p. ISBN 9789639719101.
- Vitkauskaitė-Meurice, Dalia; Valutytė, Regina; Gailiūtė, Dovilė. *Limitations of Expressing Religious Freedom in a Democratic Society : mokslo studija / Mykolo Romerio universitetas*. Vilnius : Mykolo Romerio universitetas, 2012. 155 p. ISBN 9789955194781.
- Valutytė, Regina; Gailiūtė, Dovilė. *The exercise of religious freedom in educational institutions in the light of ECtHR jurisprudence II* Wrocław review of law, administration & economics. Wrocław : University of Wrocław. ISSN 2084-1264. 2012, vol. 2, no. 2, p. 45-61. [DOAJ].
- Katuoka, Saulius; Ravluševičius, Pavelas; Žiobienė, Edita; Vaigė, Laima; Vitkauskaitė-Meurice, Dalia; Valutytė, Regina; Biekša, Laurynas; Račkauskaitė-Burneikienė, Aistė; Vyšniauskaitė-Radinskienė, Kristina; Gailiūtė, Dovilė. *Protection of ethnic minorities: international law aspects : mokslo studija / Mykolo Romerio universitetas*. Vilnius : Mykolo Romerio universitetas, 2013. 407 p. ISBN 9789955195498.
- Katuoka, Saulius; Jarašiūnas, Egidijus; Tamavičiūtė, Vitalija; Žalimas, Dainius; Mikša, Katažyna; Račkauskaitė-Burneikienė, Aistė; Vitkauskaitė-Meurice, Dalia; Valutytė, Regina; Nasutavičienė, Justina. *Transnacionalinės teisės sistemos - santykio ir sąveikos problemos : mokslo studija / Mykolo Romerio universitetas*. Vilnius : Mykolo Romerio universitetas, 2014. 371 p. ISBN 9789955196785.
- Valutytė, Regina; Drakšas, Romualdas. *The concept of torture in International law II Teisė : mokslo darbai / Vilniaus universitetas*. Vilnius : Vilniaus universiteto leidykla. ISSN 1392-1274. 2009, T. 71, p. 7-24. [Criminal Justice Abstracts with Full Text (EBSCO); TOC Premier].
- Drakšas, Romualdas; Valutytė, Regina. *The Problems of Determination and Implementation of Criminal responsibility for torture in Lithuania II Teisė : mokslo darbai / Vilniaus universitetas*. Vilnius : Vilniaus universiteto leidykla. ISSN 1392-1274. 2010, t. 74, p. 46-56. [Criminal Justice Abstracts with Full Text (EBSCO); TOC Premier].
- Valutytė, Regina. *Possible infringements of constitutional principles and the Convention of human rights while implementing the principle of state liability for the acts of the courts of last instance II Socialinių mokslų studijos = Social sciences studies : mokslo darbai / Mykolo Romerio universitetas*. Vilnius: Mykolo Romerio universiteto Leidybos centras ISSN 2029-2236. 2009, Nr. 3(3), p. 145-164. [IndexCopernicus; SocINDEX with Full Text].
- Valutytė, Regina. *Legal basis of state liability for the acts attributable to the courts*

resolutions of the UN Security Council at the international conference "Transnational legal systems – the guarantee of justice, security and protection of human rights" in Vilnius, Lithuania. March 29, 2013.

- Presentation on *"Concept and legal regime of the space"* at the national conference "Business in space and law: mystique or reality" in Vilnius, Lithuania. March 21, 2013.

- Presentation on *"State liability for decisions of constitutional courts: fantasy of reality"* at the international academic conference "Liability of Public Officers" in Plock, Poland. January 15, 2013.

- Presentation on *"Effective criminal defense rights in Eastern Europe: Lithuanian Report"* at international academic-practical conference in Brussels, Belgium. July 7, 2012.

- Presentation on *"The Tangibility of the Guarantee to the Right to Defence: From Searching to Findings"* at the international academic-practical conference "State-guaranteed Legal Aid: Problems and Solutions" in Vilnius, Lithuania. May 5, 2012.

- Presentation on *"State liability for the acts of constitutional courts under EU law"* at international conference of young scholars "Comparative aspects of recent legal research in Eastern and central Europe". Vilnius, Lithuania. May 26, 2010.

- Presentation on *"Possible infringements of the ECHR while implementing state liability for decisions of final courts under EU law"* at the national conference "Relevant questions of International law in XXI century in Vilnius, Lithuania, 17 November, 2008.

- Presentation on *"Governmental liability for damages caused by the highest courts – a guarantee or a brake?"* at international academic conference in Riga, Latvia. September 27, 2008.

Projects

- EU funded national project „Data collection and research service on fundamental rights issues – FRANET“. Role in the project – Expert. 2014/10– 2018/10 (numatoma).

- Nordplus funded international project „NordPlus law Network/2014“, No. NPHE-2014/10340. Role in the project – manager/coordinator.

- EU funded national project "Development of the Passenger Name Record System in Lithuania". Prevention of and Fight against Crime Programme (ISEC), No. HOME/2012/ISEC/AG/PNR/4000004453. Role in the project – Expert, 2014/03-2015/12 (expected).

- Nordplus funded international project „NordPlus law Network/2013“, No. NPHE-2013/10487. Role in the project – manager/coordinator.

- International studies project Erasmus IP "International protection of human rights". Role in the project – manager, 2013-2014.

- National studies project "Preparation and Implementation of Joint Study Programme" (2012-2015), No. VP1-2.2-ŠMM-07-K-02-084. Role in the project – academic. 2013.

- National studies project "Creation and Implementation of National Placement and Internship System for Students and Lecturers of Lithuanian Higher Education Institutions" (2010-2013), coordinated by UNDP. Role in the project - coordinator of academic mobility for practice. 2011-2013.

- EU funded International studies project "Erasmus Mundus Partnership for Belarus.

Ukraine, Moldova (EMP-AIM)" (2011-2015), coordinated by Mykolas Romeris University. Role in the project - coordinator of academic mobility at the Faculty of law.

- National research project "*Limitation of the Freedom of Religion in Democratic Society*". Role in the project – academic. 2011-2012.

- EU funded International studies project "*Creation of a Cross-Disciplinary Doctoral Programme in Contemporary Russian and Chinese Economic Law in a Global Economy (RUCHIN)*". Lifelong Learning Programme - Erasmus, five partner universities: The University of Lapland (Finland), Vrije Universiteit Brussel (Belgium), University of Maribor (Slovenia), Mykolas Romeris University (Lithuania) & Ural State Law Academy (Russia) with associate partner Renmin University of China (China). Role in the project – manager // academic.

- International research project „*Effective criminal defence rights in LARN Member Countries*“, Legal Aid Reformers' Network. Role in the project – academic.

- National research project "*The effectiveness of state guaranteed legal aid*". Coordinator - Human Rights Monitoring Institute. Role in the project – academic. 2009-2010.

- National research project "*Individual constitutional complaint*". Coordinator - Human Rights Monitoring Institute, role in the project – academic. 2009-2010.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2015

Professor Doutor

Stéphane Pinon

Université
de la Rochelle

TEORIA E PRÁTICA DA DEMOCRACIA NO ESPAÇO EUROPEU

THÉORIES ET PRATIQUES DE LA DÉMOCRATIE
DANS L'ESPACE EUROPÉEN

Idioma: Francês

(1ª EDIÇÃO)

**09 A 13
DE NOVEMBRO** 2015

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



UNIVERSITÉ DE LISBONNE – NOVEMBRE 2015

Cours de Stéphane Pinon

Professeur habilité à l'Université de La Rochelle
Membre du CERCOP de Montpellier 1

« Théorie et pratique de la démocratie dans l'espace européen »

Syllabus :

Le concept de « démocratie » a donné lieu de la part des juristes à de grands travaux : ceux de James Bryce, de Carl Schmitt, d'A. Kelsen, de C.J. Friedrich, d'A. Ross, plus près de nous de N. Bobbio ou de B. Ackerman. Il est aujourd'hui soumis à la concurrence, pour ne pas dire à l'hégémonie du concept d'« Etat de droit ». Un éclaircissement méthodologique s'impose, d'autant plus que l'argumentaire démocratique – le fameux « déficit démocratique » – est au cœur des attaques que subit l'Europe des vingt-huit aujourd'hui. Mieux réformer l'Europe, mieux la critiquer aussi, suppose donc d'identifier un référent commun de démocratie.

L'alternative est selon nous la suivante. Soit le concept est maintenu dans son contenu idéal, étymologique, et il faut constater que la démocratie n'existe nulle part ou qu'il n'existe désormais que des formes modernisées de « gouvernement mixte » ; soit on accepte d'adopter une vision plus empirique de la démocratie, plus réaliste, ce qui permet de rétablir le contact entre le concept et la réalité des régimes contemporains. Cette dernière hypothèse sera privilégiée. Dès lors, en évaluant le fonctionnement institutionnel de l'Union à l'aide de critères plus réalistes, en se rapportant aux standards démocratiques que les citoyens acceptent à l'échelle nationale, on aboutirait à la conclusion d'un faible déficit.

Mais pour que cette démarche soit scientifiquement valable, encore faut-il entrer de plain-pied dans une étude de droit constitutionnel comparé. Le cadre géographique des pays membres de l'Union sera pris pour champ d'investigation. Et pour mesurer le degré d'équilibre entre l'impératif de la protection des droits dans les Etats et le poids accordé au pouvoir du suffrage, ce cours orientera la comparaison en direction des différents modèles de justice constitutionnelle et les différents mécanismes de participation populaire directe (à la législation ordinaire ou constitutionnelle).

PINON Stéphane - Curriculum Vitae

Professeur habilité de droit public

Université de La Rochelle

Coordonnées professionnelles :

Université de La Rochelle

UFR Droit, 45 rue François de Vaux de Foletier,

17 024 La Rochelle cedex 01.

Mail : stephane.pinon@univ-lr.fr

Principaux titres universitaires :

- 2009 : **Habilitation à diriger des recherches**

Travaux : « Fixité et mutations de la doctrine constitutionnelle française ».

Soutenue le 30 avril 2009 à l'Université de Cergy-Pontoise.

- 2013 : **Recrutement en qualité de Maître de conférences** à l'Université de Cergy-Pontoise

- 2002 : **Doctorat en droit public**

Thèse : *Les réformistes constitutionnels des années trente. Aux origines de la V^e République.*

(Soutenue le 7 décembre 2002), Université François Rabelais de Tours, sous la direction du professeur Jean Rossetto. Prix de l'Assemblée nationale en 2003.

- 1996 : **Diplôme d'Etudes Approfondies (DEA)** de « droit public général », Université François Rabelais de Tours.

- 1995 : **Diplôme de l'« Institut d'Etudes Politiques »** de Toulouse, Université des Sciences sociales de Toulouse.

Etablissement d'affectation :

- Université de Cergy-Pontoise du 1^{er} sept. 2003 au 31 août 2009.
- Université de La Rochelle à partir du 1^{er} sept. 2009.

Groupes de recherches :

- Membre du CERCOP de l'Université de Montpellier I.
- Membre « associé » du *Centre de philosophie juridique et politique* de Cergy-Pontoise, dirigé par le professeur Carlos-Miguel Herrera.
- *Association Française de Droit Constitutionnel* : membre du « Comité scientifique » depuis janvier 2008.

Membre élu du Conseil National des Universités (CNU) en droit public, 2011-2015.

I. PRINCIPAUX ENSEIGNEMENTS

1. Droit constitutionnel

Précisions sur les différentes branches de la discipline enseignée :

- Théorie de l'Etat et de la démocratie ;
- Les « écoles » de la pensée constitutionnelle française ;
- L'histoire des régimes français de 1789 à 1958 ;
- La constitution de la V^e République ;
- Les modèles de Justice constitutionnelle ;
- Le Droit constitutionnel comparé (les régimes des 27 pays de l'Union européenne avec un accent mis sur l'Italie, l'Allemagne, l'Espagne et le Portugal) ;
- Droit constitutionnel européen et droit de la globalisation.

2. Droit des collectivités territoriales

Précisions sur les différentes branches de la discipline enseignée :

- Histoire de la décentralisation ;
- Les institutions locales (communes, départements, régions, intercommunalité) ;
- Le droit européen des collectivités locales ;

3. Droit des services publics

Précisions sur les différentes branches de la discipline enseignée :

- Droit des services publics locaux ;
- Le régime des délégations de services publics ;
- L'influence communautaire sur le droit des SP (SIG, SIEG, SSIG, service universel).

4. Droit de l'Union européenne

- Droit institutionnel de l'Union ;
- Droit du contentieux communautaire.

III. PRINCIPAUX TRAVAUX UNIVERSITAIRES

Thèse de doctorat :

Les réformistes constitutionnels des années trente.

Aux origines de la V^e République

(Soutenue le 7 décembre 2002, sous la direction du Professeur J. Rossetto)

Premier prix de l'Assemblée nationale

Thèse publiée aux éditions de la L.G.D.J en octobre 2003.

Ouvrages publiés :

4. Le droit constitutionnel européen à l'épreuve de la crise économique et démocratique de l'Europe

Editions Institut Universitaire Varenne, coll. Colloques et Essais, sept. 2015, 268 p.

(Actes du Congrès international organisé à Montpellier les 12-13 décembre 2013). Sous la direction de F. Balaguer Callejón, A. Viala et S. Pinon.

Contribution personnelle : « L'éclosion d'un "fédéralisme exécutif" au sein de l'Union. Les réponses du droit constitutionnel ».

3. Maurice Deslandres et le droit constitutionnel. Un itinéraire

Editions Universitaires de Dijon, coll. Institutions, nov. 2012, 194 p.

2. La démocratie entre multiplication des droits et contre-pouvoirs sociaux

Editions Kimé, déc. 2011, 168 p.

(Actes du colloque organisé à Cergy-Pontoise le 12 novembre 2009). Sous la dir. de C.M. Herrera et de S. Pinon.

Contribution personnelle : « La représentation parlementaire des groupes sociaux et des intérêts professionnels : une perspective à oublier ? », pp. 115-134.

1. Le droit constitutionnel d'Adhémar Esmein

Montchrestien, coll. « Les grands colloques », janvier 2009, 285 p.

(Actes du colloque organisé à l'Université de Cergy-Pontoise le 26 janvier 2006). Sous la dir. de S. Pinon et de P.-H. Prétot.

Contribution personnelle : « Adhémar Esmein et la doctrine constitutionnelle de son temps », pp. 209-227.

Ouvrage à paraître :

Les régimes constitutionnels dans l'Union européenne. Italie, Allemagne, Portugal, Espagne.
Editions Bruylant, coll. Larcier (octobre 2015).

Principaux articles publiés :

1. « La face cachée du constitutionnalisme global », in V. Pereira da Silva, F. Balaguer Callejón (dir.), *O Constitucionalismo do séc. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global. Congresso em honra de Peter Häberle* (Lisboa, 13 de maio de 2012), ebook, mai 2015, pp. 179-188 (http://www.iojp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_haberle2014_v1-1_final.pdf)

2. « Le statut du Président de la République : quelle loi organique pour l'article 68 de la Constitution ? », revue *Constitutions*, n°3 juillet-sept. 2013, pp. 358-366.

3. Traduction dans la revue *Constitutions* (n°2 avril-juin 2013, pp. 133-143) d'une étude du professeur Balaguer Callejón consacrée à la *crise du constitutionnalisme en Europe*.

4. « Crise économique européenne et crise institutionnelle à tous les étages », *Revue de l'Union Européenne*, n°567, avril 2013, pp. 218-230.

5. « Formas de gobierno en la obra de León Duguit » (Les formes de gouvernement dans l'œuvre de León Duguit), in Dr. Andry Matilla Correa, Luis Gerardo Rodríguez Lozano (dir.), *Duguit, homenaje a la luz de las problemáticas del Derecho Público*, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Mexico, éd. Porrúa (1er sem. 2013).

6. « La forma de gobierno en los Estados miembros de la Unión Europea », in *Revista de Derecho Constitucional Europeo (ReDCE)*, n°16-2011, pp. 135-171. Consultable également sur : <http://www.ugr.es/~redce/REDCE16/articulos/04SPinon.htm>.

7. « Le positivisme sociologique dans l'œuvre de León Duguit », *Revue Interdisciplinaire d'Etudes Juridiques*, n°67-2011 (reprise des Actes du colloque organisé sous la dir. d'A. Viala "Les positivismes : d'Auguste Comte au Cercle de Vienne"), pp. 69-93.

8. « Le droit constitutionnel européen, une discipline autonome ? », *Annuaire de Droit Européen*, vol. VI-2008, Bruylant, sept. 2011, pp. 61-73.

9. « Le nouveau droit constitutionnel à travers les âges », in K. Mavrias et F. Mélin-Soucramanien (dir.), *Constitution, enseignement et doctrine*, Editions Ant. N. Sakkoulas et Bruylant, janvier 2011, pp. 1-15.
10. « La interacción constitucional entre Unión Europea y los Estados miembros. El sistema constitucional de Francia », in *Revista de Derecho Constitucional Europeo (ReDCE)*, n°14-2010, pp. 17-73.
11. « Démocratie et contre-pouvoirs sociaux », in A. Delcamp, A.-M. Le Pourhiet, B. Mathieu, D. Rousseau (dir.), *Nouvelles questions sur la démocratie*, Dalloz, « Thèmes et commentaires », octobre 2010, pp. 45-55.
12. « El derecho constitucional europeo : una disciplina autónoma » in *Revista de Derecho Constitucional Europeo (ReDCE)*, n°14-2010, pp. 267-290.
13. « Le Conseil économique, social et environnemental, entre évolution et révolution », revue *Droit Administratif*, n°juillet 2010, pp. 16-20.
14. « Léon Duguit face à la doctrine constitutionnelle naissante », *Revue du Droit Public*, n°2-2010, pp. 523-548.
15. « Improbable loi organique, impossible initiative populaire », *A.J.D.A.* Numéro spécial du 2 novembre 2009 (les lois organiques suite à la révision du 23 juillet 2008), pp. 2002-2006.
16. « Vers une rationalisation du pouvoir présidentiel ». Numéro spécial de la Revue *Politeia* consacré à « La révision constitutionnelle du 23 juillet 2008 », n° 15-2009, pp. 321-347.
17. « La Constitution de 1958 vue par Sartre et Aron », *Politeia*, n°15-2009, pp. 617-626.
18. « L'encadrement des pouvoirs de nomination du Président dans la révision du 23 juillet 2008 », revue *Droit Administratif*, n° 2 février 2009, pp. 7-10.
19. « La V^e République toujours plus parlementaire », *Recueil Dalloz*, 25 décembre 2008, « Point de vue ».
20. « Note de lecture » sur l'ouvrage de S. Baume et B. Fontana, *Les usages de la séparation des pouvoirs* (éd. M. Houdiard, 2007). Publiée dans la *Revue du Droit public*, n°6-2008, pp. 1728-1738.
21. « L'effectivité de la primauté du droit communautaire sur la Constitution (regards sur la jurisprudence récente du Conseil constitutionnel et du Conseil d'Etat) », *Revue Trimestrielle de Droit Européen*, n°2-2008, pp. 263-287.
22. « Boris Mirkine-Guetzévitch et la diffusion du droit constitutionnel », *Droits. Revue française de théorie, de philosophie et de culture juridiques*, 2007, n°46, pp. 183-212.
23. « Regard critique sur les leçons d'un « maître » du droit constitutionnel : le cas Adhémar Esmein », *Revue du Droit Public*, 1^{er} numéro – 2007, pp. 193-229.
24. « La notion de démocratie dans la doctrine constitutionnelle française », *Revue Politeia*, n°10 – 2006, pp. 407-468.
25. « La pensée constitutionnelle de Boris Mirkine-Guetzévitch », in C.M. Herrera (dir.), *Les juristes face au Politique*, tome II, éditions Kimé, 2005, pp. 61-123.

26. « Le pouvoir exécutif chez Maurice Hauriou », publié à la *Revue d'Histoire des Facultés de droit et de la science juridique*, 2004, n°24, pp. 119-164.

Article à paraître :

« Le déficit démocratique de l'Union européenne : mais quel déficit ? », revue *Nomos* (Nomos-Le attualità nel diritto.it). Reprise des actes du Congrès de Rome : F. Lanchester (dir.), *Parlamenti nazionali et Unione europea nella governance multilivello* (12-13 mai 2015).

Chronique :

Responsable depuis 2010 de la chronique « Actualité bibliographique – Ouvrages et thèses » dans la revue trimestrielle *Constitutions. Revue de droit constitutionnel appliqué*. Pour les ouvrages non francophones, le travail s'effectue en collaboration avec Sébastien Platon (Professeur à l'Université de Bordeaux IV) et avec Sarah Teweleit (ATER à l'Univ. de Bordeaux IV).



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

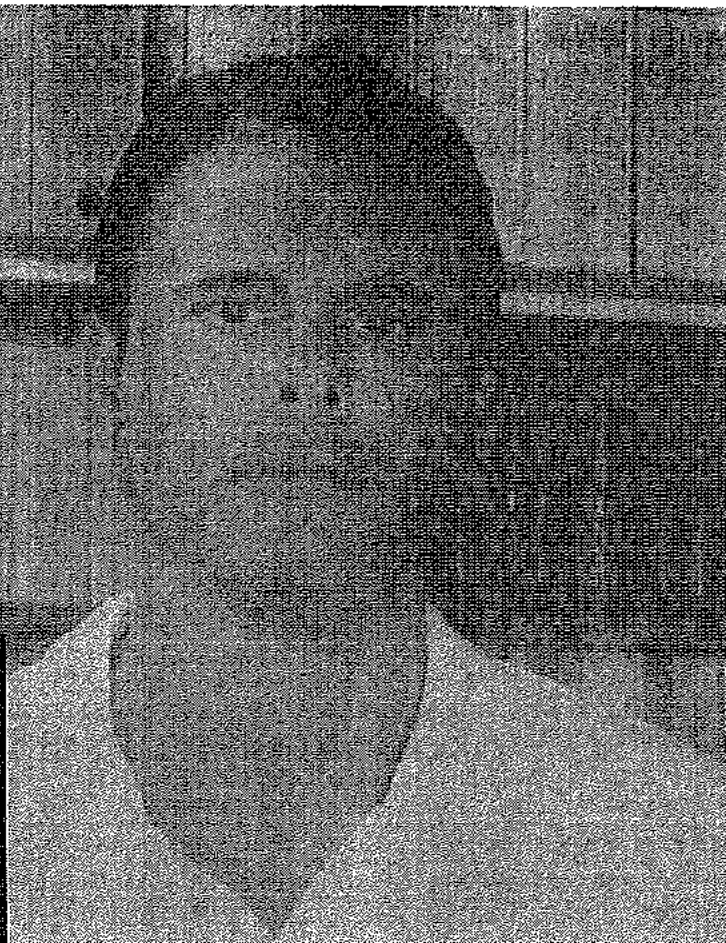
CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2015

Professor Doutor

**Millán Requena
Casanova**

Universidad de Alicante



ARBITRAGEM NO DIREITO ECONÓMICO INTERNACIONAL

LITIGATION IN ECONOMIC INTERNATIONAL LAW:
CONSENT TO INTERNATIONAL COMMERCIAL ARBITRATION
& INVESTMENT ARBITRATION

Idioma: Inglês

(2ª EDIÇÃO)

**23 A 27
DE NOVEMBRO** 2015

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



GERI



Erasmus+

Dr. Millán Requena Casanova.

Lecturer in Public International Law and International Relations.

European Union Law. University of Alicante (Spain)

(Jean Monnet Coordinator Module)

Content of the teaching programme (in ingles):

Litigation in Economic International Law:

Consent to International Commercial Arbitration & Investment Arbitration

(2nd Edition)

Course 2015/2016

Session 1: Consent in International Commercial Arbitration.

a) The arbitration agreement; b) The substantive elements of consent to International Commercial Arbitration (2 hours).

Session 2: Scope and extension of Consent to International Commercial Arbitration.

a) Writing of Arbitration clauses; b) Choice-of-Law and procedural Issues; c) Problems of recognition and enforcement of awards (2 hours).

Session 3: Consent in Investment Arbitration.

a) Conditions Prior to Consent to Arbitration; b) Requirement to exhaust local remedies (2 hours)

Session 4: Ways of expressing Consent to Investment Arbitration.

a) The main fora: the ICSID Convention; b) Substantive and procedural issues; c) Consent and Most-Favoured Nation Clauses (MFN-Clauses). (2 hours)

Session 5: Consent and Jurisdiction.

a) Consent to ICSID Arbitration: Conventional and Arbitral Practice; b) European Union and US negotiating on TTIP: investor-to-state dispute settlement (ISDS) (2 hours).

CURRÍCULUM VITAE: REQUENA CASANOVA, MILLÁN

LECTURER IN PUBLIC INTERNATIONAL LAW AND INTERNATIONAL RELATIONS. EUROPEAN UNION LAW.

UNIVERSITY OF ALICANTE (SPAIN)

Alicante, 22 de junio de 2015

Firma: Millán Requena Casanova

I. EXPERIENCIA INVESTIGADORA

1. PUBLICACIONES CIENTÍFICAS

1.1. Publicaciones científicas con proceso anónimo de revisión por pares (Autores, Nº de autores, Posición que ocupe el solicitante entre ellos, Título, Clave: A= Artículo – R= Artículo de revisión – E= Editor, Nombre de la revista, Volumen, Páginas, Editorial, País de publicación, Año de publicación, ISSN, Indicadores de calidad: a) Índice de impacto – b) posición que ocupa la revista en el área – c) nº de citas recibidas – Otros indicios)

1. REQUENA CASANOVA, M., "España ratifica el Convenio para la protección de los derechos humanos y la dignidad del ser humano con respecto a las aplicaciones de la biología y la medicina (Convenio relativo a los derechos humanos y a la biomedicina)", Clave: A. Revista Española de Derecho Internacional, Volumen LI (1999), n. 2, páginas 794-799, Madrid. ISSN: 0034-9380. c) citas recibidas: 3

2. REQUENA CASANOVA, M., "España concede a la empresa REPSOL YPF permisos de investigación de hidrocarburos en aguas situadas, en aplicación del método de la equidistancia, más allá del mar territorial de las Islas Canarias frente al litoral marroquí", Clave: A. Revista Española de Derecho Internacional, Volumen LIV (2002), n.1, páginas 501-505, Madrid. ISSN: 0034-9380. c) citas recibidas: 3

3. REQUENA CASANOVA, M., "La aplicación de la Directiva 2000/43 del Consejo, de 29 de junio, relativa a la aplicación del principio de trato de las personas independientemente de su origen racial o étnico a los nacionales de terceros Estados: un paso hacia delante en su integración en la UE", *La Unión Europea después de Niza. XIX Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*, Actas de las XIX jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, Ministerio de la Presidencia (Ed.), Madrid, 2003, pp. 141-151.

4. REQUENA CASANOVA, M., "La protección judicial efectiva de los derechos consulares: a propósito de la sentencia *Avena* (México c. Estados Unidos de América)", Clave: A. Revista Española de Derecho Internacional, Volumen LVI (2004), n. 2, Madrid, páginas 777-792. ISSN: 0034-9380 c) citas recibidas: 2

5. REQUENA CASANOVA, M., "El Consejo de Ministros aprueba la remisión a las Cortes Generales del Proyecto Ley general de navegación marítima para su tramitación parlamentaria" Clave: A. Revista Española de Derecho Internacional, Vol. LVIII (2006), n.2, Madrid, páginas 1065-1072, ISSN: 0034-9380.

6. JIMÉNEZ PIERNAS, C., y REQUENA CASANOVA, M., "El papel de España en la Conferencia de Algeciras de 1906", *La Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Ed. Fundación Tres Culturas del Mediterráneo/Junta de Andalucía, J.M. de Faramiñán Gilbert y V.L. Gutiérrez Castillo (Coords.), Sevilla, 2007, pp. 243-265.

7. JIMÉNEZ PIERNAS C., y REQUENA CASANOVA, M., "Spain's Part in the 1906 Algeciras Conference: Internationalisation of the Moroccan question and the interest of Spain", Clave: A. Spanish Yearbook of International Law, Volumen XII (2006), Leyden (The Netherlands), pp. 1-18. ISSN: 90-04-13977-X

8. REQUENA CASANOVA, M., "De nuevo el Asunto *Avena* ante la Corte Internacional de Justicia (CIJ): los límites de la jurisdicción de la CIJ para determinar en un proceso de interpretación el incumplimiento de sus sentencias (y de sus consecuencias jurídicas)", Anuario Español de Derecho Internacional, volumen XXV (2009), pp. 263-295. ISSN: 0212-0747

9. REQUENA CASANOVA, M., "Adaptación de la asignatura Instituciones de Derecho Comunitario al EEES: nuevas metodologías de aprendizaje", *La calidad del proceso de enseñanza/aprendizaje desde la perspectiva del cambio*, VII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria, Universidad de Alicante, Tortosa Ibáñez, M.T., Álvarez Teruel, J.D., y Peillín Buades, N. (Coords.), Alicante, 2009, pp. 402-411.

10. REQUENA CASANOVA, M., "TEDH – Sentencia de 08.12.2009, Muñoz Díaz c. España, 49151/07 –

Artículos 12 y 14 CEDH – Derecho a contraer matrimonio – Discriminación por motivos étnicos – Matrimonio gitano – Artículo 1 del Protocolo nº 1– Pensión de viudedad”, A: Revista de Derecho Comunitario Europeo, n. 36 (2010), mayo-agosto, pp. 563-578. ISSN: 1138-4026

11. PASCUAL VIVES, F.J. (Dir.); BJÖRN, A.; LOZANO CONTRERAS, F.; REQUENA CASANOVA, M.; VÁZQUEZ SERRANO, I.; “Crónica sobre la solución de controversias en materia de inversiones extranjeras”, Clave: A. Revista Electrónica de Estudios Internacionales, vol. 20 (2010), pp. 1-55. ISSN: 1697-5197.

12. JIMÉNEZ PIERNAS, C. (Dir.); FERRER LLORET, J. (Coord.); CRESPO NAVARRO, E.; REQUENA CASANOVA, M.; AURA Y LARIOS DE MEDRANO, A.; LOZANO CONTRERAS, J. F.; & PASCUAL VIVES, F.J.; “*Spanish Diplomatic and Parliamentary Practice in Public International Law*”, Clave: A. Spanish Yearbook of International Law, Volumen XV (2009), Leyden/Boston, pp. 173-314. ISSN: 0928-0643

13. JIMÉNEZ PIERNAS, C. (Dir.); FERRER LLORET, J. (Coord.); CRESPO NAVARRO, E.; REQUENA CASANOVA, M.; PASCUAL VIVES, F.J.; LOZANO CONTRERAS, J. F.; & AURA Y LARIOS DE MEDRANO, A.; “*Spanish Diplomatic and Parliamentary Practice in Public International Law*”, Clave: A. Spanish Yearbook of International Law, Volumen XVI (2010), Leyden/Boston, pp. 95-199. ISSN: 0928-0643.
DOI: 10.1163/9789004264755_006

14. JIMÉNEZ PIERNAS, C. (Dir.); FERRER LLORET, J.; CRESPO NAVARRO, E.; REQUENA CASANOVA, M.; PASCUAL VIVES, F.J.; LOZANO CONTRERAS, J. F.; & AURA Y LARIOS DE MEDRANO, A.; “*Spanish Diplomatic and Parliamentary Practice in Public International Law, 2011-June 2012*”, Clave: A. Spanish Yearbook of International Law, Volumen XVII (2011-2012); páginas 95-170. ISSN: 0928-0643.
DOI: 10.1163/9789004264755_006

15. REQUENA CASANOVA, M., “La tutela judicial del principio general de igualdad de trato en la Unión Europea: una jurisprudencia expansiva basada en una jerarquía de motivos discriminatorios”, Revista de Derecho Comunitario Europeo, n. 40 (2011), septiembre-diciembre, pp. 767-793. ISSN: 1138-4026

16. F.J. PASCUAL VIVES (Dir.); B. ARP; F. LOZANO CONTRERAS; M. REQUENA CASANOVA; VÁZQUEZ SERRANO, I.; “Crónica sobre la solución de controversias en materia de inversiones extranjeras (Enero-Diciembre 2011)”, Clave: A. Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 23 (2012), pp. 6-30. ISSN: 1697-5197.

17. F.J. PASCUAL VIVES. (Dir.); B. ARP; F. LOZANO CONTRERAS; M. REQUENA CASANOVA; J.Á. RUEDA GARCÍA; “Crónica sobre la solución de controversias en materia de inversiones extranjeras (Enero-Diciembre 2012)”, Clave: A. Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 25 (2013), pp. 6-41. ISSN: 1697-5197.

18. REQUENA CASANOVA, M., “La solución de controversias en los modelos de APPRI: Cláusulas tradicionales y nuevas tendencias”, Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 24 (2012), pp.1-35. ISSN: 1697-5197.

19. REQUENA CASANOVA, M., “Cláusulas compromisorias, derechos humanos y jurisdicción de la Corte Internacional de Justicia”, *El Arreglo pacífico de controversias internacionales*, XXIV Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales/Tirant lo Blanch, Córdoba, 2013, pp. 113-127. ISBN:

20. REQUENA CASANOVA, M., “La discriminación por razón de la edad en la Unión Europea: la expansión del principio de no discriminación a través de la jurisprudencia”, Revista General de Derecho Europeo, n. 31 (2013), pp. 1-30. ISSN: 1696-9634.

21. F.J. PASCUAL VIVES. (Dir.); L. ARAGONÉS MOLINA; B. ARP; F. LOZANO CONTRERAS; M. REQUENA CASANOVA, M.; J.Á. RUEDA GARCÍA; “Crónica sobre la solución de controversias en materia de

inversiones extranjeras (Enero-Diciembre 2013)", Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 27 (2014), pp. 6-27. ISSN: 1697-5197.

22. REQUENA CASANOVA, M., "La recepción de la jurisprudencia de la CIJ en las decisiones de los tribunales del CIADI: especial referencia a las cuestiones de jurisdicción", Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 30 (2015), *forthcoming*. ISSN: 1697-5197.

1.2. Libros y capítulos de libros (Autores, Nº de autores, Posición que ocupe el solicitante entre ellos, Título, Clave: L= Libro completo – CL= Capítulo de libro – E= Editor – P= Prólogos, introducciones y anotaciones a textos de reconocido valor científico, Volumen, Colección, Páginas, Editorial, País de publicación, Año de publicación, ISBN, Indicios de calidad: nº de citas – reseñas en revistas científicas especializadas – traducciones a otras lenguas – otros)

1.2. Libros y capítulos de libro

1. REQUENA CASANOVA, M., *El arreglo pacífico de controversias en los convenios multilaterales de codificación*, L. Ed. Tirant Lo Blanch, Valencia, 2009, 352 pp. ISBN: 978-84-9876-160-3.

2. REQUENA CASANOVA, M., "La protección jurídica comunitaria contra la discriminación racial y su aplicación a los inmigrantes legales en la UE: fundamento de una 'política de integración' de carácter reactivo". CL. *La protección de los grupos vulnerables en el Derecho internacional y europeo*, FERRER LLORET, J. y SANZ CABALLERO, S. (Coord.). Ed. Tirant lo Blanch, Valencia, 2008, pp. 297-327. ISBN: 978-84-8456-995-4.

3. (coautor) JIMÉNEZ PIERNAS, C., (Dir.), FERRER LLORET, J., CARREÑO GUALDE, V., DE ALMEIDA NASCIMENTO, M^a. A., CRESPO NAVARRO, E., REQUENA CASANOVA, M., AURA y LARIOS DE MEDRANO, A., LOZANO CONTRERAS, F., ARP, B., PACUAL VIVES, F., ANTÓN GUARDIOLA, C., *Introducción al Derecho Internacional Público. Práctica española, Adaptado al EEES*, Tecnos, Madrid, 2009, 514 p. ISBN: 978-84-3009-5005-9

4. (coautor) JIMÉNEZ PIERNAS, C., (Dir.), FERRER LLORET, J., CRESPO NAVARRO, E., REQUENA CASANOVA, M., AURA y LARIOS DE MEDRANO, A., LOZANO CONTRERAS, F., PACUAL VIVES, F., *Introducción al Derecho Internacional Público. Práctica de España y de la Unión Europea*, Tecnos, Madrid, 2011, 528 p.; ISBN: 978-84-309-5334-9.

2. PARTICIPACIÓN EN PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN Y/O EN CONTRATOS DE INVESTIGACIÓN (Título del proyecto o contrato, entidad financiadora, tipo convocatoria: UE – Nacional – CC.AA. – Otros entes, Entidades participantes, Duración, Investigador principal, Nº de investigadores participantes, Aportación del solicitante al proyecto, Grado de responsabilidad del participante: Investigador principal – Investigador colaborador – Otro, Dedicación: completa - compartida)

A) Participación en Proyectos de investigación obtenidos en convocatorias públicas competitivas

1. Título del proyecto: "LA PROTECCIÓN DE GRUPOS VULNERABLES EN EL DERECHO INTERNACIONAL Y EN EL DERECHO EUROPEO" (ref. GV04B/534).

Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA. Tipo de convocatoria: Autonómica.

Entidades participantes: UNIVERSIDAD DE ALICANTE/JAUME I DE CASTELLÓN/CARDENAL HERRERA-CEU; Duración: 2 años (1/09/2004-1/09/2005)

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret;

Número de investigadores participantes: 7

Grado de responsabilidad del participante: Dedicación completa

2. Título del proyecto: "EL DERECHO DE LA RESPONSABILIDAD INTERNACIONAL DEL ESTADO Y LOS

INTERESES DE ESPAÑA: UN ANÁLISIS DESDE NUESTRA PRÁCTICA MÁS RECIENTE (II) (ref. SEJ2005-08744-C02/JUR)

Entidad financiadora: MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA. Tipo de convocatoria: Nacional

Entidades participantes: UNIVERSIDAD DE ALCALÁ/UNIVERSIDAD DE ALICANTE

Duración: 3 años (2005-2008)

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret (Coordinador del proyecto e investigador principal)

Número de investigadores participantes: 7 (en el subproyecto de Alicante)

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

3. Título del proyecto: "DERECHO INTERNACIONAL PÚBLICO, DERECHO DE LA UNIÓN EUROPEA Y RELACIONES INTERNACIONALES" (ref. VIGROB-139).

Entidad financiadora: UNIVERSIDAD DE ALICANTE. VICERRECTORADO DE INVESTIGACIÓN

Entidades participantes: UA

Duración: 2 años. Desde 01/07/2006 hasta: 30/06/2008

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret

Número de investigadores participantes: 7

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

4. Título del proyecto: "LA POLÍTICA MEDITERRÁNEA DE LA UE EN PERSPECTIVA: EL PROCESO DE BARCELONA, LA UNIÓN POR EL MEDITERRÁNEO Y LOS INTERESES DE ESPAÑA" (ref. DER2009-14238-C02-01 (subprograma JURI)

Entidad financiadora: MICINN

Entidades participantes: Universidad de Alicante y Universidad de Oviedo.

Duración: 3 años

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret

Número de investigadores participantes: 18

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

5. Título del proyecto: "PAZ Y SEGURIDAD EN EL MEDITERRÁNEO: ANÁLISIS JURÍDICO DESDE UNA PERSPECTIVA ESPAÑOLA (I)" (ref. DER2012-39061-C02-01)

Entidad financiadora: Ministerio de Economía y Competitividad

Duración: 3 años (31 diciembre 2012-31 diciembre 2015).

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret

Número de investigadores participantes: 6

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

Cantidad total: 21.000 €.

6. Título del proyecto: "LA PROTECCIÓN DE DERECHOS HUMANOS Y DEL MEDIO AMBIENTE EN EL ARBITRAJE INTERNACIONAL SOBRE INVERSIONES: UN ESTUDIO RECIENTE DE LA PRÁCTICA INTERNACIONAL EN LA UNIÓN EUROPEA Y ESTADOS UNIDOS" (ref. CCG10-UAH/HUM-5954).

Entidad financiadora: Comunidad de Madrid. UNIVERSIDAD DE ALCALÁ (8000 €)

Duración: 1 año (01/01/2011-31/12/2011)

Investigador responsable: Fernando Lozano Contreras

Número de investigadores participantes: 5

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

Cantidad total: 8000 €.

7. Título del proyecto: "ES NECESARIA UNA AUTORIDAD NACIONAL DEL AGUA EN ESPAÑA? PROBLEMÁTICA ACTUAL DERIVADA DE LA APLICACIÓN DE LA DIRECTIVA MARCO DE AGUAS Y DE LAS REFORMAS ESTATUTARIAS" (ref. GV/2011/101)

Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA. Proyectos I+D para grupos de investigación emergentes

Duración: 1 año (12.000 €)

Investigador responsable: Adela M. Larios de Medrano

Número de investigadores participantes: 4

Grado de <i>responsabilidad del participante</i>: Dedicación completa 8. Título del proyecto: "La definición del régimen europeo de protección de las inversiones extranjeras: un examen desde el derecho internacional público" Entidad financiadora: Universidad de Alcalá. Concesión de ayudas para la creación y consolidación de grupos de investigación. Duración: 1 año (02/12/13 – 01/12/14) Investigador responsable: Francisco J. Pascual Vives Número de investigadores participantes: 5 Grado de <i>responsabilidad del participante</i>: Dedicación completa Cantidad total concedida: 6.000 €.
B) Investigador Principal en Proyectos europeos obtenidos en convocatorias públicas 1. Título del proyecto: Programa Lifelong Learning: Jean Monnet: Title "<i>Immigration Policies and Third Country Nationals' Rights in the European Union</i>" (ref. 200624-LLP-1-2011-1-ES-AJM-MO). Grant Decision n. 2011-3253/001-001. Entidad financiadora: UEa-Comisión Europea (Education, Audiovisual and Culture Agency (EACEA) Duración: 3 años (1/09/2011-31/08/2014) Investigador responsable: Millán Requena Casanova Número de participantes: 4 Grado de <i>responsabilidad del participante</i>: Coordinator Cantidad: 21.000 €. 2. Título del proyecto: ERASMUS + Programme – Jean Monnet Action. Jean Monnet Module title: "<i>Equal Treatment and Non-Discrimination Law in the European Union</i>" (Ref.: 553174-EPP-1-ES-EPPJMO-MODULE). Entidad financiadora: UE-Comisión Europea (Education, Audiovisual and Culture Agency (EACEA) Duración: 3 años (1/09/2014-31/08/2017). Grant Decision n.º: 2014-2092/ 001 - 001 Investigador responsable: Millán Requena Casanova Número de participantes: 5 Grado de <i>responsabilidad del participante</i>: Coordinator Cantidad: 20.286,00 €
3. PATENTES, DISEÑOS y otros resultados de la investigación (Inventores, Título, Nº y fecha de solicitud, Descripción breve de su contenido y objetivos, País de prioridad, Nº de patente, Fecha de concesión, Entidad titular, Países a los que se ha extendido, Tipo de protección: nacional – europea – tratado de cooperación de patentes, Empresa(s) que la está(n) explotando)
4. TESIS DOCTORALES DIRIGIDAS (Título, Doctorando, Universidad, Fecha de lectura, Calificación, Doctorado europeo, Mención de calidad del programa)
5. OBRAS ARTÍSTICAS (Autor(es), Descripción de la obra, Fecha, Lugar de exposición, Reconocimiento y repercusión: exposición con catálogo - título de la exposición – monográfico – catalogación – premios - publicación: impacto en la literatura especializada - otras, Participación como comisario de la exposición)
6. CONTRIBUCIONES A CONGRESOS Y CONFERENCIAS CIENTÍFICAS (Autores, Título, Entidad organizadora, Congreso, Tipo de participación: ponencia invitada – ponencia – póster – participación en su organización o en el comité científico, Publicación: ISSN – ISBN, Volumen, Páginas, Lugar de celebración, Fecha)

1. REQUENA CASANOVA, M., "La aplicación de la Directiva 2000/43 del Consejo, de 29 de junio, relativa a la aplicación del principio de trato de las personas independientemente de su origen racial o étnico a los nacionales de terceros Estados: un paso hacia delante en su integración en la UE", *La Unión Europea después de Niza. XIX Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*.

Tipo de participación: Comunicación.

Lugar celebración: Santander

Fecha: 20-21 de septiembre de 2001

Publicación: *Actas de las XIX jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*, Ministerio de la Presidencia/BOE, Madrid, 2003, pp. 141-151.

2. REQUENA CASANOVA, M., "La protección contra la discriminación por origen étnico o racial en el Derecho Comunitario: especial referencia a la minoría romaní", *I Congreso Internacional sobre Cooperación al Desarrollo: Cooperación y Grupos vulnerables*, pp. 501-517

Tipo de participación: Comunicación.

Lugar celebración: Valencia

Fecha: 17-20 de noviembre de 2005

Publicación: Guada Impresores S.L

ISBN: 10 84-370-6662-X

(Depósito Legal: V-5290-2006)

3. JIMÉNEZ PIERNAS, C., y REQUENA CASANOVA, M., "El papel de España en la Conferencia de Algeciras de 1906", *Congreso Internacional del Centenario: la Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*

Tipo de participación: Ponencia

Lugar celebración: Algeciras

Fecha: 17-19 de mayo de 2006

Publicación: *Actas del Congreso Internacional del Centenario: la Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Fundación Tres Culturas del Mediterráneo/Junta de Andalucía, J.M. DE FARAMIÑÁN GILBERT y V.L. GUTIÉRREZ CASTILLO (Coords.), Sevilla, 2007, pp. 243-265.

4. REQUENA CASANOVA, M., "Adaptación de la asignatura Instituciones de Derecho Comunitario al EEES: nuevas metodologías de aprendizaje", *VII Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. La calidad del proceso enseñanza/aprendizaje desde la perspectiva del cambio. Organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE)*.

Tipo de participación: Comunicación oral

Lugar celebración: Alicante

Fecha: 4-5 de junio de 2009

Publicación: "La calidad del proceso de enseñanza/aprendizaje desde la perspectiva del cambio", *VII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*, Universidad de Alicante, TORTOSA IBÁÑEZ, M.T., ÁLVAREZ TERUEL, J.D., y PELLÍN BUADES, N. (Coords.), Alicante, 2009, pp. 402-411. ISBN: 978-84-692-5510-0.

5. REQUENA CASANOVA, M., "La docencia del Derecho a través de instrumentos interactivos: enseñar Derecho de la Unión Europea a través de la red", *IX Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. Diseño de buenas prácticas docentes en el contexto actual. Organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE)*.

Tipo de participación: Comunicación oral

Lugar celebración: Alicante

Fecha: 16-17 de junio de 2011.

Publicación: *IX Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. Diseño de buenas prácticas docentes en el contexto actual*. ISBN: 978-84-694-9813-2

6. REQUENA CASANOVA, M., "Planificación estratégica en el postgrado en Derecho: una experiencia en el Master en Integración Regional", *X Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. La*

participación y el compromiso de la comunidad universitaria, organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE).

Tipo de participación: Comunicación oral.

Lugar celebración: Alicante (Universidad de Alicante)

Fecha: 7-8 de junio de 2012.

Publicación: *X Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. La participación y el compromiso de la comunidad universitaria*, TORTOSA IBÁÑEZ, M^a.T., ÁLVAREZ TERUEL, J.D., y PELLÚN BUADES, N. (Coords.), Alicante, 2012, pp. 1940-1955. ISBN: 978-84-695-2877-8

7. REQUENA CASANOVA, M., "Cláusulas compromisorias, derechos humanos y jurisdicción de la Corte Internacional de Justicia (CIJ): A propósito de la Sentencia de la CIJ, de 1 de abril de 2011, en el Caso de la Aplicación de la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial (Georgia c. Federación de Rusia)", *El Arreglo Pacífico de Controversias Internacionales, XXIV Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*.

Tipo de participación: Comunicación oral.

Lugar celebración: Córdoba

Fecha: 20-22 de octubre de 2011

Publicación: *Actas de las XXIV Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*

7. OTROS MÉRITOS RELEVANTES DE INVESTIGACIÓN NO INCLUIDOS EN LOS APARTADOS ANTERIORES

1. Título del Congreso: *XVIII Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, "Iberoamérica ante los procesos de integración"*, Cáceres 23-25 de septiembre de 1999.
2. Título del Congreso: *XIX Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, "La Unión Europea después de Niza"*, Santander, 21-23 de septiembre de 2001, Universidad de Cantabria.
3. Título del Congreso: *XXII Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, "El Agua como factor de Cooperación y Conflicto"*, celebradas en Murcia los días 20, 21 y 22 de septiembre de 2007, con una duración de 20 horas (2 créditos.)
4. Título del Congreso: *XXIV Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, "El Arreglo Pacífico de Controversias Internacionales"*, celebradas en Córdoba los días 20, 21 y 22 de octubre de 2011, con una duración de 20 horas (2 créditos.).
5. Título del Congreso: *VII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*, organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el ICE, celebradas en Alicante los días 4 y 5 de junio de 2009, con una duración de veinte (20) horas.
6. Título del Congreso: *IX Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*, organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el ICE, celebradas los días 16 y 17 de junio de 2011, con una duración de veinte (20) horas.
7. Título del Congreso: *X Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*, organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE), celebradas los días 7 y 8 de junio de 2012, con una duración de veinte (20) horas.
8. Título del Congreso: *"XII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria"*, organizadas por el Vicerrectorado de Estudios, Formación y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE), celebradas los días 3 y 4 de julio de 2014, con una duración de veinte (20) horas.

9. Título del Congreso: "*Jean Monnet Conference/ECSA World Conference 2012*", organised by TEAMWORK on behalf of DG EAC on Tuesday 13 November and Wednesday 14 November 2012, held in Brussels. EUROPEAN COMMISSION.
10. Título del Congreso: "I Congreso Internacional de Cooperación al Desarrollo: Cooperación y Grupos Vulnerables", 17, 18 y 19 de noviembre de 2005, Valencia (duración: 24 horas).
11. Miembro del Equipo de Redacción de la publicación *Spanish Yearbook of International Law*, desde vol. IV (1995-1996) hasta volumen VIII (2001-2002), Anuario editado por la Editorial "*Martinus Nijhoff Publishers*" (Grupo Brill).
12. Miembro del Equipo de Redacción de la publicación *Anuario del Instituto Hispano-Americano de Derecho Internacional* (Anuario IHLADI), editado por el Instituto Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional, desde volumen 19 (2009) hasta la actualidad. Anuario editado por la Editorial Tecnos (Grupo Anaya). ISSN: 0570-4316
13. Título del Congreso: "*Jean Monnet/ECSA Conference 2014, The future of EU studies*", organised by Teamwork on behalf of DG EAC on Wednesday 1 October & Thursday 2 October 2014, held in Brussels. EUROPEAN COMMISSION.
14. Evaluador externo: *Revista Electrónica de Estudios Internacionales* (ISSN 1697-5197), publicación de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, en la modalidad de *doble ciego*, durante el año 2014.
15. Evaluador externo: *Revista de Derecho Privado de la Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes*, Nº 51, (2014) como evaluador del artículo titulado "ARBITRAJE DE INVERSIÓN: ¿UN INCENTIVO PARA LA INVERSIÓN EXTRANJERA DIRECTA?"
16. Recensiones:
 - a) ARENAS HIDALGO, N., *El sistema de protección temporal de desplazados en la Europa comunitaria*, Huelva, 2005, 393 pp., en *Revista Española Derecho Internacional*, Vol. LVIII (2006), n. 2, pp. 1125-1126.
17. Sexenios/tramos de investigación:
 - ✓ Valoración positiva para el tramo solicitado (2005-2012). Fecha concesión: 28/11/2013

II. EXPERIÈNCIA DOCENT/ EXPERIENCIA DOCENTE

8. PUESTOS OCUPADOS Y DOCENCIA IMPARTIDA (Denominación del puesto, Departamento, Centro, Institución, Localidad, País, Tipo de programa: diplomatura – licenciatura – doctorado – postgrado oficial – otros postgrados, Asignatura impartida, Curso de la titulación en el que se imparte la asignatura, Tipo de asignatura: troncal – obligatoria – optativa – libre configuración, Tipo de docencia: teórica – práctica – teórico-práctico, Nº de horas impartidas por curso, Periodos de impartición, Evaluación sobre la calidad de la docencia: calificación obtenida – calificación máxima posible – organismo que la emite, Tipo de evaluación: encuesta – evaluación interna – evaluación externa – otros)

A) Puestos ocupados:

- Ayudante de Escuela Universitaria, Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 1.10.1996 – 30.09.2000.

- Ayudante de Universidad, Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 30.09.2000 – 18.12.2001.
- Profesor Asociado Tiempo Completo (Tipo 2), Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 19.12.2001–31/08/2007.
- Profesor Colaborador LOU, Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 1.09.2007– hasta 19.10.2008.
- Profesor Contratado Doctor LOU, Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 20.10.2008– hasta la actualidad.

B) Docencia impartida:

- **Curso académico 1996-1997:**
Introducción a las Relaciones Internacionales Licenciatura en Derecho. Optativa.
- **Curso académico 1997-1998:**
Derecho de las Organizaciones Internacionales Licenciatura en Derecho. Obligatoria.
- **Curso académico 1998-1999:**
Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.
- **Curso académico 1999-2000:**
Introducción a las Relaciones Internacionales Licenciatura en Derecho. Optativa.
La Unión Europea en el Orden Internacional Licenciatura en Derecho. Optativa.
- **Curso académico 2000-2001:**
Derecho Internacional Público Diplomatura en Gestión y Administración Pública. Troncal.
La Unión Europea en el Orden Internacional Licenciatura en Derecho. Optativa.
- **Curso académico 2001-2002:**
Derecho Internacional Público Diplomatura en Gestión y Administración Pública. Troncal.
Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.
Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.
La Política Exterior de la Unión Europea. Profesor invitado. Diplomatura sobre Política Exterior. Módulo sobre "La Política Exterior de la Unión Europea". Institución: Unión Nacional de Juristas. Universidad de La Habana (Cuba). 1-10 diciembre de 2001.
- **Curso académico 2002-2003:**
Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.
Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.
- **Curso académico 2003-2004:**
Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.
Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.
- **Curso académico 2004-2005:**
Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.
Derecho Internacional Público Diplomatura en Gestión y Administración Pública. Troncal.
Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.
- **Curso académico 2005-2006:**
Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.
- **Curso académico 2006-2007:**
Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.
Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.
Introducción a las Relaciones Internacionales Licenciatura en Sociología. Optativa.
Políticas Ambientales y de la sostenibilidad de la Unión Europea. Postgrado oficial: *Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS)*. Universidad de Alicante.
La Unión Europea tras 50 años de integración: situación actual y perspectivas de futuro/Evaluación y clausura. La Unión Europea, 50 años después: del Tratado de Roma al Tratado Constitucional. Tipo de programa. Curso de la Universidad de Verano Rafael Altamira. Universidad de Alicante.
- **Curso académico 2007-2008:**
Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.
Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.
Metodología y Fuentes del Derecho Internacional Público y del Derecho Comunitario. programa:

Doctorado (5 horas).

Políticas Ambientales y de la Sostenibilidad nacionales, regionales e internacionales. Tipo de programa: Máster Universitario.

➤ Curso académico 2008-2009:

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.

Metodología y Fuentes del Derecho Internacional Público y del Derecho Comunitario. Tipo de programa: Doctorado (5 horas).

Cooperación Multilateral (II): la Unión Europea (8 hrs.). Curso de postgrado de especialista Universitario en Cooperación internacional para el Desarrollo. Título Propio de la UA.

➤ Curso académico 2009-2010:

Derecho Internacional Público. Licenciatura en Derecho. Troncal.

Instituciones de Derecho Comunitario. Licenciatura en Derecho. Troncal.

Cooperación Multilateral (III): la Unión Europea (8 hrs.). Curso de Postgrado de Especialista Universitario en Cooperación internacional para el Desarrollo. Título Propio de la UA.

Políticas Ambientales y de la Sostenibilidad nacionales, regionales e internacionales. Tipo de programa: *Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad* (MADAS). Universidad de Alicante.

➤ Curso académico 2010-2011:

Derecho Internacional Público. Licenciatura en Derecho. Troncal.

"Génesis, instituciones y fuentes del Derecho comunitario". *Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad* (MADAS). Universidad de Alicante.

Cooperación Multilateral (I): Naciones Unidas (4 hrs.). Curso de postgrado de especialista Universitario en Cooperación internacional para el Desarrollo. Título Propio de la UA.

Cooperación Multilateral (II): la Unión Europea (8 hrs.). Curso de postgrado de especialista Universitario en Cooperación internacional para el Desarrollo. Título Propio de la UA.

➤ Curso académico 2011-2012:

Instituciones de Derecho Comunitario (Grupos 3 y 4; 45 hrs.). Licenciatura en Derecho. Troncal.

Las libertades y garantías comunitarias en los procesos de integración regional (5 créditos ECTS). Master Oficial Universitario en Integración Regional. Obligatoria.

Inmigración y extranjería (2 créditos ECTS). Master Oficial Universitario en Integración Regional. Obligatoria.

➤ Curso académico 2012-2013:

Derecho Internacional Público. Grado en Derecho. Obligatoria.

Génesis, instituciones y fuentes del Derecho comunitario y política ambiental comunitaria (4 horas lectivas). Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS). Departamento de Estudios Jurídicos del Estado. UA.

Las libertades y garantías comunitarias en los procesos de integración regional (5 créditos ECTS). Master Oficial Universitario en Integración Regional. Obligatoria.

"Estrategias de defensa y especialidades en el ejercicio de la abogacía" (3 horas lectivas). Master Universitario en Abogacía. Universidad Miguel Hernández de Elche/Ilustre Colegio de Abogados de Elche. Optativa.

➤ Curso académico 2013-2014:

"Fuentes del Derecho Comunitario Europeo" (Grupo 1). Master Universitario en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS). Departamento de Estudios Jurídicos del Estado. Universidad de Alicante.

Derecho Internacional Público (Grupo 51). Programa simultáneo en Derecho y Administración y Dirección de empresas (DADE). Obligatoria.

"Estrategias de defensa y especialidades en el Ejercicio de la abogacía". Master Universitario en Abogacía. Universidad Miguel Hernández de Elche/Ilustre Colegio de Abogados de Elche. Optativa.

➤ Curso académico 2014-2015:

Derecho de la Unión Europea. Grado en Derecho. Obligatoria.

Derecho Internacional Público. Programa Simultáneo en Derecho y Administración y Dirección de Empresas (DADE). Obligatoria.

✓ "Génesis e instituciones del Derecho Comunitario europeo". Master Universitario en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS). Departamento de Estudios Jurídicos del Estado.

Universidad de Alicante.

- ✓ XI Máster Universitario en Protección Internacional de los Derechos Humanos, organizado por la Universidad de Alcalá, impartiendo Seminario titulado "*Litigación Internacional ante los tribunales regionales de derechos humanos: La Corte Interamericana de Derechos Humanos*", 5 horas lectivas (0,5 ECTS), el 18/12/2014.
- ✓ XI Máster Universitario en Protección Internacional de los Derechos Humanos, organizado por la Universidad de Alcalá, participando en las simulaciones de juicio desarrolladas en el contexto del Máster entre los días 17-18/12/2014.

C) Evaluación sobre la calidad de la docencia:

- ✓ Curso 1999-2000. Asignatura: Introducción a las Relaciones Internacionales, Grupos 1 y 4. Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: evaluación interna.
- ✓ Curso 1999-2000. Asignatura: La Unión Europea en el Orden internacional. Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: evaluación interna.
- ✓ Curso 2001-2002. Asignatura: Instituciones de Derecho Comunitario, Grupo 2. Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: evaluación interna.
- ✓ Curso 2005-2006. Asignatura: Derecho Internacional Público, Grupo 3 (Valenciano). Grupo teórico-práctico. Calificación obtenida: FAVORABLE, 4,15. Calificación máxima posible: 5. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: evaluación interna.
- ✓ Curso 2006-2007. Asignatura: Derecho Internacional Público, Grupo 3 (Valenciano). Grupo de Teoría: Calificación obtenida: FAVORABLE, 3,52. Calificación máxima posible: 5. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: encuesta interna. Grupo de Práctica: 3,37.
- ✓ Curso 2008-2009. Asignatura: Derecho Internacional Público, Grupo 3 (Valenciano). Grupo de Teoría: Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa Docencia). Tipo de evaluación: encuesta.
- ✓ Curso 2009-2010. Asignatura: Instituciones de Derecho Comunitario, Grupo 1. Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Programa Docencia). Tipo de evaluación: encuesta interna.
- ✓ Curso 2010-2011. Asignatura: Derecho Internacional Público, Grupo 3 (Valenciano). Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Programa Docencia). Tipo de evaluación: encuesta interna. Asignatura: "Fuentes del Derecho Comunitario Europeo" (Grupo 1). Tipo de programa: Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad. Universidad de Alicante. Tipo de docencia: teórico-práctica (4 hrs; 0,4 créd.). Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Programa Docencia). Tipo de evaluación: encuesta interna.
- ✓ Curso 2013-2014. Asignatura: "Fuentes del Derecho Comunitario Europeo" (Grupo 1). Tipo de programa: Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad. Universidad de Alicante. Tipo de docencia: teórico-práctica (4 hrs; 0,4 créd.). Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Programa Docencia). Tipo de evaluación: encuesta interna.
- ✓ Curso 2014-2015. Asignatura: Derecho Internacional Público: Programa simultáneo Derecho y Administración y Dirección de Empresas (DADE). Universidad de Alicante. Tipo de docencia: teórico-práctica (7,5 ECTS). Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Programa Docencia). Tipo de evaluación: encuesta interna.

9. CURSOS Y SEMINARIOS IMPARTIDOS ORIENTADOS A LA FORMACIÓN DOCENTE UNIVERSITARIA
(Título, Objetivos del curso y perfil de los destinatarios, Nº de horas impartidas por curso, Entidad organizadora, Tipo de participación: ponencia invitada – ponencia – póster – participación en su organización o en el comité científico, Publicación: ISSN – ISBN, Lugar de celebración, Fecha)

10. CURSOS Y SEMINARIOS RECIBIDOS Y PARTICIPACIÓN EN CONGRESOS ORIENTADOS A LA FORMACIÓN DOCENTE UNIVERSITARIA (Título, Objetivos del curso y perfil de los destinatarios, Duración, Entidad organizadora, Lugar de celebración, Fecha)

1. *Navegando por Internet: Servicios de información y correo electrónico*, celebrado en Universidad de Alicante, Duración: 6 horas. Lugar: Universidad de Alicante, Fecha: 22-23/10/96.
2. *Autopistas de Información, Búsqueda de información Bibliográfica a través de Internet*, Universidad de Alicante; Duración: 6 horas. Lugar: Universidad de Alicante, Fecha: 16 y 17/12/96.
3. *El Portfolio Discente: un instrumento de apoyo a los Créditos ECTS*, Duración: 10 horas, Lugar: Universidad de Alicante, Fecha: 1-3 de diciembre de 2003.
4. *Jornada: XX Aniversario de la Llei d'ús i Ensenyament del Valencià*, Universidad de Alicante, Duración: 30 horas, Lugar: Sede de Alicante, Fecha: 13 al 17 de octubre de 2003.
5. *Aprovechamiento docente de las presentaciones power point*. Duración: 20 horas. Universidad de Alicante. 27/03/2003.
6. *Proyectos de Innovación Educativa: Materiales en Red para los créditos ECTS* (c. 95-2004), Universidad de Alicante. Duración: 20 horas, Fecha: 2004/2005.
7. Taller de publicación web. Duración: 3 horas. Universidad de Alicante. 2/02/2006. Objeto: orientación para utilizar la web como herramienta de interacción docente
8. *Diploma de Tutor EEES*. Curso de formación a distancia sobre el *Espacio Europeo de Educación Superior y su adaptación a la UNED*, así como el *Uso y Administración de la Plataforma Educativa aLF de la UNED*, curso académico 2009/2010. Duración: 25 horas. Título que habilita como Tutor de los nuevos Títulos de Grados.
9. Curso sobre "El impacto del cambio del Espacio Europeo de Educación Superior". Análisis y valoración de los aspectos más relevantes para la docencia de la Implantación del EEES. UNIVERSIDAD DE ALICANTE. Duración: 20 horas. 17/10/2005-09/11/2005
10. *Seminario diseño de Guías docentes*. Grupo 2. Objeto: Elaboración de Guías docentes de las asignaturas de la titulación correspondiente adaptadas al EEES. UNIVERSIDAD DE ALICANTE. 20 horas. 30/10/2007-20/05/2008
11. *Uso de la herramienta AVIP para profesores-tutores: Módulo I*. Organizado por INTECCA (Innovación y desarrollo tecnológico de los Centros Asociados de la UNED). Objeto: promover el conocimiento y uso de las aulas AVIP en la docencia virtual en el ámbito de la docencia universitaria. UNED. Duración: 50 horas. 02/02/2009-02/03/2009.
12. Título del Congreso: "VII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria", organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el ICE, celebradas en Alicante los días 4 y 5 de junio de 2009, con una duración de 20 horas.
13. Título del Congreso: "IX Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria", organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el ICE, celebradas los días 16 y 17 de junio de 2011, con una duración de veinte (20) horas.
14. Título del Congreso: "X Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria", organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE), celebradas los días 7 y 8 de junio de 2012, con una duración de veinte (20) horas.
15. Título del Congreso: "XII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria", organizadas por el Vicerrectorado de Estudios, Formación y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE), celebradas los días 3 y 4 de julio de 2014, con una duración de veinte (20) horas.

11. ELABORACIÓN DE MATERIAL DOCENTE (Destinatarios y justificación del material elaborado, Autores, Nº de autores, Posición que ocupa el solicitante entre ellos, Título, Clave: L= Libro completo – CL= Capítulo de libro – A= Artículo – R= Revista – E= Editor – Ap= Apuntes, Nombre de la publicación, Páginas, Editorial, País de la publicación, Año, ISSN/ISBN)

➤ Material docente *on line* puesto disposición de los alumnos en formato abierto a través del

Repositorio Institucional de la UA (RUA): "Curso General sobre Políticas de inmigración y extranjería de la Unión Europea". <http://hal.handle.net/10045/40314>. El RUA es el 4 repositorio español, figurando en el puesto 31 de los 2154 repositorios recogidos a nivel mundial.

12. PARTICIPACIÓN EN PROYECTOS DE INNOVACIÓN DOCENTE, PARTICIPACIÓN EN PLANES Y EQUIPOS DE TRABAJO RELACIONADOS CON EL ESPACIO EUROPEO DE EDUCACIÓN SUPERIOR (Título del proyecto, Entidad Financiadora, Tipo de convocatoria: UE – Nacional – CC.AA – Otros entes, Entidades participantes, Duración, Investigador principal, Nº de investigadores participantes, Aportación del solicitante, Grado de responsabilidad: coordinador – colaborador – otros, Dedicación: completa – compartida)

1. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad II: Red de investigación en el diseño curricular interdisciplinar para estudios de postgrado. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2007-2008). Investigador coordinador: Salvador Forner Muñoz. Nº investigadores participantes: 8. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa.
2. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación- EEES. Red de investigación docente de tercer curso de la Licenciatura de Derecho. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2008-2009). Investigador coordinador: María Almodóvar Iñesta. Nº investigadores participantes: 14. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa.
3. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación-EEES. Red de investigación en docencia de Cuarto Curso del nuevo Grado en Derecho. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2009-2010). Investigador coordinador: Luís Alfonso Martínez Giner. Nº investigadores participantes: 7. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa.
4. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación-EEES. Red de investigación en docencia del segundo curso del Grado en Gestión y Administración Pública. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2010-2011). Investigador coordinador: Mercedes Núñez Grañón. Nº investigadores participantes: 5. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa.
5. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación-EEES. Red para elaborar una normativa sobre los Trabajos de Fin de Grado/Trabajos de Fin de Master en la Facultad de Derecho. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2012-2013). Investigador coordinador: Millán Requena Casanova. Nº investigadores participantes: 8. Grado de responsabilidad: Coordinador del proyecto. Dedicación: Completa. La participación equivale a 45 horas.
6. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación-EEES. Red de Prácticas Externas de la Facultad de Derecho. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2012-2013). Investigador coordinador: Cristina Fernández-Pacheco Estrada. Nº investigadores participantes: 7. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa. La participación equivale a 45 horas.
7. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria. Modalidad I: Redes de investigación en docencia universitaria de titulación-EEES. "Mecanismos de coordinación docente en la Facultad de Derecho". Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2013-14). Investigador coordinador: María Almodóvar Iñesta. Nº investigadores participantes: 17. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa. La participación equivale a 45 horas.
8. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria. Modalidad I: Redes de investigación en docencia universitaria de titulación-EEES. "Red de seguimiento y profundización en Trabajo Fin de Grado en Derecho". Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2013-14). Investigador coordinador: Luís Alfonso Martínez Giner. Nº investigadores participantes: 7. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa. La participación equivale a 45 horas.

9. Programa Lifelong Learning: Jean Monnet: Titular del Módulo "Immigration Policies and Third Country Nationals' Rights in the European Union" (ref. 200624-LLP-1-2011-1-ES-AJM-MO). Entidad financiadora: Unión Europea (Education, Audiovisual and Culture Agency (EACEA)- Comisión Europea); Grant Decision n. 2011-3253/001-001. Duración: 3 años. Responsable del Módulo: Millán Requena Casanova. Grado de responsabilidad: Titular del Proyecto. Dedicación: Completa.
10. Programa ERASMUS +: ERASMUS + Programme – Jean Monnet Action. Jean Monnet Module Project title: "Equal Treatment and Non-Discrimination Law in the European Union". Entidad financiadora: Education, Audiovisual and Culture Agency (EACEA), Comisión Europea; Grant Decision for an Action nº 2014 – 2092/001 - 001: Duración: 3 años (1-09-2014/31-08-2017). Responsable-Coordenador del Módulo: Millán Requena Casanova. Grado de responsabilidad: Titular del Proyecto (IP). Dedicación: Completa. (Ref.: 553174-EPP-1-2014-ES-EPPJMO-MODULE).

13. OTROS MÉRITOS DOCENTES NO INCLUIDOS EN LOS APARTADOS ANTERIORES

- ✓ Codirector y docente del Curso de la Universidad de Verano Rafael Altamira *"España en la Unión Europea, veinte años después"*, Universidad de Alicante, 3 al 7 de julio 2006 (5 horas).
- ✓ Codirector y docente del Curso de la Universidad de Verano Rafael Altamira *"La Unión Europea, 50 años después: del Tratado de Roma al Tratado Constitucional"*, del 9 al 13 de julio de 2007, en la Universidad de Alicante (5 horas).
- ✓ Codirector y docente (4 horas) del Curso de la Universidad de Verano Rafael Altamira *"El conflicto del Sahara Occidental"*, celebrado del 18 al 21 de julio de 2011, en la Universidad de Alicante.
- ✓ Director y docente del Curso de libre elección curricular (CECLEC) "Políticas de inmigración y extranjería de la Unión Europea", celebrado en la Universidad de Alicante del 28/02/2012 hasta el 29/03/2012, con una duración de 48 horas (4 créditos de libre elección).
- ✓ Director y docente del Curso de libre elección curricular (CECLEC) "Políticas de inmigración y extranjería de la Unión Europea", celebrado en la Universidad de Alicante del 25/09/2012 hasta el 26/10/2012, con una duración de 48 horas (4 créditos de libre elección).
- ✓ Director y docente del Curso de libre elección curricular (CECLEC) "Políticas de inmigración y extranjería de la Unión Europea", celebrado en la Universidad de Alicante del 29/10/2013 hasta el 29/11/2013, con una duración de 48 horas (4 créditos ECTS de libre elección).
- ✓ Director y docente del Curso de libre elección curricular (CECLEC) *"Igualdad de trato y no discriminación en la Unión Europea: minorías, grupos vulnerables y migrantes"*, del 5/02/2015 hasta el 6/03/2015, con una duración de 40 horas (4 créditos ECTS de libre elección).
- ✓ Coordinador de Docència en Valencià del Àrea de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad de Alicante, desde el 1 de octubre de 2003 hasta la actualidad.
- ✓ Profesor-formador de funcionarios de la Generalitat Valenciana (Grupo C) impartiendo el curso relativo a la *Constitución Europea* (7,5 hrs).
- ✓ Ponencia sobre *"L'Espai Europeu de Llibertat, Seguritat i Justícia en la Constitució Europea"*, impartida dentro del Curso de Verano *L'Europa dels Ciutadans*, organizado en la Seu Universitària de Benissa, Universitat d'Alacant, 18-22 de julio de 2005.
- ✓ Conferencia sobre *"La política d'inmigració europea davant l'ampliació"*, impartida en el Centro de Congresos Ciutat d'Elx el 27.4.2004, dentro del Ciclo de Conferencias de Extensión Universitaria de la Universidad de Alicante
- ✓ Conferencia sobre *"Las Naciones Unidas después de la crisis de Irak"*, impartida en la Casa de Cultura de Villena el 1.4.2004, dentro del Ciclo de Conferencias de Extensión Universitaria de la Universidad de Alicante.
- ✓ Conferencia sobre *"Los ámbitos materiales del Espacio de Libertad, Seguridad y Justicia: fronteras, asilo e inmigración"*, impartida en la Universidad de Alcalá, realizada el 11.05.2005.
- ✓ Conferencia sobre *"Un nuevo objetivo global de la UE: la consecución del Espacio Europeo de Libertad, Seguridad y Justicia"*, impartida en la Universidad de Alcalá, el 16.05.2006.
- ✓ Seminario interdisciplinar de profesores de la Facultad Derecho UA: *"Inmigración, derechos*

- humanos y Espacio de Libertad, Seguridad y Justicia en la Unión Europea*", 30.01.2009
- ✓ Ponente en el *Curso de introducción a los Estudios de Derecho y de Derecho-Administración y Dirección de Empresas*, celebrado entre el 19 y el 23 de septiembre de 2005, organizado por la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante.
 - ✓ Ponente en el *Curso de introducción a los Estudios de Derecho y de Derecho-Administración y Dirección de Empresas*, celebrado entre el 18 y el 22 de septiembre de 2006, organizado por la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante.
 - ✓ Ponente en el *Curso de introducción a los Estudios de Derecho y de Derecho-Administración y Dirección de Empresas*, celebrado entre el 17 y el 21 de septiembre de 2007, organizado por la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante.
 - ✓ Ponente en el *Curso de introducción a los Estudios de Derecho y de Derecho-Administración y Dirección de Empresas*, celebrado entre el 7 y el 11 de septiembre de 2009, organizado por la Facultad de Derecho de la UA.
 - ✓ Ponencia sobre *"La gobernanza económica de la Unión Europea"*, enmarcada en el ciclo "Estudios sobre la Unión Europea en la Enseñanza secundaria. Ámbitos temáticos específicos", celebrada en la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante el día 18 de marzo de 2014, de 12:00 a 14:00 horas.
 - ✓ Ponencia invitada sobre *"La Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea"*, enmarcada en el *Primer Seminario Jean Monnet sobre Derechos Fundamentales en la Unión Europea* celebrada en la Facultad de Derecho de la Universitat de València, el 4 de abril de 2014, dentro de las actividades programadas en el marco del Módulo *Jean Monnet "Fundamental Rights in the European Union"* (Ref: 542951-LLP-1-2013-1-ES-AJM-MO).
 - Ponencia invitada titulada *"La Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea"*, enmarcada en los Seminarios *Jean Monnet* sobre los Derechos Fundamentales en la Unión Europea, curso 2014-2015, como actividad docente en el marco del Módulo *Jean Monnet "Fundamental Rights in the European Union"* (Ref: 542951-LLP-1-2013-1-ES-AJM-MO, impartida el 27 de abril de 2015 en la Facultad de Derecho de la Universitat de València.
 - ✓ Moderador de la mesa redonda titulada *"La acción exterior de la Unión Europea en materia de protección de los derechos humanos: principales instrumentos utilizados"*, enmarcada en las *I Jornadas sobre la Unión Europea en materia de protección de los derechos humanos*, celebrada en la Universidad Miguel Hernández de Elche el lunes 31 de marzo de 2014 a las 19:00 hrs.
 - ✓ Moderador de la mesa redonda titulada *"Los derechos humanos en la Política Exterior y de Seguridad Común de la Unión Europea"*, enmarcada en las *I Jornadas sobre la Unión Europea en materia de protección de los derechos humanos*, celebrada en la Universidad Miguel Hernández de Elche el jueves 22 de mayo de 2014 a las 16:00 hrs.
 - ✓ Ponente en el *Seminario* titulado *"La Comisión Europea"*, celebrado el 27 de mayo de 2014, a las 10:00 hrs., en la Universidad Miguel Hernández de Elche, enmarcado en el curso *¿Qué es y cómo funciona la Unión Europea?*, organizado por el Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales en el marco del Programa *Aulas Universitarias de la Experiencia*, con la financiación del Programa de Acción en el ámbito del aprendizaje permanente de la UE.
 - ✓ Ponente en el taller titulado *"La aplicación judicial de los derechos reconocidos en la Carta de Derechos Fundamentales de la Unión Europea"*, celebrado el 14 de julio de 2014, a las 16:00 horas (3 horas), en la Universidad Miguel Hernández de Elche, enmarcado en el curso de verano *"El individuo en la Unión Europea"*, organizado por el Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales (del 14 al 16 de julio de 2014) y financiado por el "Programa de Acción en el ámbito del aprendizaje permanente de la UE".
 - ✓ Ponente de la Conferencia titulada *"La política común de asilo de la Unión Europea"*, celebrado el 16 de julio de 2014, a las 13:00 horas (2 horas), en la Universidad Miguel Hernández de Elche, enmarcado en el curso de verano *"El individuo en la Unión Europea"*, organizado por el Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales (del 14 al 16 de julio de 2014) y financiado por el "Programa de Acción en el ámbito del aprendizaje permanente de la UE". Ponente en el taller titulado *"La política común de control de fronteras y el respeto de los derechos humanos: especial referencia a la frontera hispano-marroquí"*, celebrado el 16 de julio de 2014, a las 17:30 horas (3 horas), en la Universidad Miguel Hernández de Elche, enmarcado en el curso de verano *"El individuo en la Unión Europea"*, organizado por el Área de Derecho

Internacional Público y Relaciones Internacionales (del 14 al 15 de julio de 2014) y financiado por el "Programa de Acción en el ámbito del aprendizaje permanente de la UE".

Conferencia: "Las relaciones entre la Unión Europea y España y Marruecos: la política de inmigración", el 22/10/2014, a las 11:15 horas (2 horas), en la Universidad de Alicante, enmarcado en las "V Jornadas sobre Relaciones Euromediterráneas: la política exterior de España en el Mediterráneo", 21, 22 y 30 de octubre, financiadas por el Centro Interuniversitario de Estudios Europeos de la UA y el MICNN (DER2012-39061-C02-01).

✓ Profesor-tutor del Programa de Acción Tutorial (PAT) de la Facultad de Derecho de la UA, ediciones 2008/2009; 2009/2010.

✓ Coordinador Académico del Máster Oficial en Integración Regional en la Universidad Alicante.

✓ Director del Trabajo de Fin de Máster en el marco del Máster Oficial en Integración Regional:

* Alumno: Julio René Aguilar Albizúrez; fecha de lectura: 9 de septiembre de 2012; título del proyecto: *La libre circulación de mercancías en el SICA: una aproximación crítica desde la Unión Europea*. Nota: 9,5 (Sobresaliente). Tribunal: Millán Requena Casanova, Fernando Lozano Contreras, Francisco Pascual Vives.

✓ Director del Trabajo de FM en el marco del Máster en Abogacía de la Universidad de Alicante:

* Alumna: Ángeles Jorro Gómez; fecha de lectura: 10 de octubre de 2013;

Título del trabajo: *"La expulsión de los extranjeros en la Unión Europea"*.

Nota: 7.5 (Notable).

Tribunal evaluador: Millán Requena Casanova, Jaume Ferrer Lloret y A. Bertomeu Navarro.

- Director del Trabajo de FM en el marco del Máster en Abogacía de la Universidad de Alicante:

* Alumna: Mariana Yñurriagarro; fecha de lectura: 2-10-2014

Título del trabajo: *"Una aproximación al concepto de los llamados "refugiados medioambientales" en el Derecho internacional"*. Tribunal evaluador: Jaume Ferrer Lloret, Gabriel Echávarri Fernández y Elena Crespo Navarro.

✓ Secretario del Tribunal de las Pruebas de Acceso para Mayores de 40 años del curso 2010-2011.

✓ Vocal Titular del Tribunal de las Pruebas de Acceso para Mayores de 25 años del curso 1997-1998.

✓ Miembro titular (secretario) de la Comisión de selección de una plaza de Profesor Contratado Doctor en la Universidad de Alcalá.

✓ IDIOMAS:

✓ b) Inglés Intermedio: Universidad de Alicante (APTO)

III. FORMACIÓ ACADÈMICA/ FORMACIÓN ACADÉMICA

14. TITULACIÓN UNIVERSITARIA (Diplomatura/ Licenciatura/ Ingeniería, Universidad, Fecha, Titulaciones extranjeras: título homologado – fecha, Nota media del expediente)

Licenciatura en Derecho por la Universidad de Alicante. Título expedido el 1.08.1996.

Nota media del expediente: 7.40.

15. DOCTORADO (Programa de doctorado, Doctorado europeo, Mención de calidad del programa - año, Universidad, Fecha, Titulaciones extranjeras: título homologado – fecha, Director(es) de tesis, Título, Calificación)

✓ Programa de Doctorado titulado *"Metodología, Fuentes e Instituciones Jurídicas"*, cursado en los años 1996/1997, y 1997/1998. Organismo: Universidad de Alicante. Departamento: Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Suficiencia Investigadora obtenida el 4.12.1998. Calificación obtenida: 9

✓ Doctor en Derecho por la Universidad de Alicante. Tesis doctoral leída el 10.06.2005.

• Título de la tesis: <i>"La codificación y el desarrollo progresivo del principio de arreglo pacífico de controversias: su incidencia en los distintos medios de arreglo"</i>. Director: Dr. D. Carlos Jiménez Piernas. Calificación: SOBRESALIENTE CUM LAUDE (9)
16. OTROS TÍTULOS DE POSTGRADO (Denominación del título, Centro e institución, Fecha, Calificación)
17. AYUDAS Y BECAS (Predoctoral – Postdoctoral, Finalidad, Entidad financiadora, Duración, Centro e institución)
Postdoctoral: ✓ <i>Beca del programa propio para el Fomento de Relaciones Internacionales e Institucionales de la Universidad de Alicante (2008): Estancias entre 1 y 4 semanas en centros vinculados a la educación superior o a la investigación: Entidad financiadora: UA (Resolución de 19 de mayo de 2008 del Vicerrectorado de Relaciones Internacionales e Institucionales). Duración: un mes Centro: Biblioteca del Instituto de Altos Estudios Internacionales y Cooperación Institución: Instituto de Altos Estudios Internacionales y Cooperación.</i> ✓ <i>Beca postdoctoral para estancias en Centros de investigación situados fuera de la Comunidad Valenciana. Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA (Resolución 26 de marzo de 2007, DOGV 5.292, de 30 de junio de 2006). Duración: 1 mes (20 agosto- 19 septiembre 2007). Centro: Biblioteca Instituto Universitario Europeo de Florencia (EUI Library). Institución: Instituto Universitario Europeo de Florencia</i> ✓ <i>Beca postdoctoral para estancias en Centros de investigación situados fuera de la Comunidad Valenciana. Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA (Resolución 26 de mayo de 2009, DOGV Duración: 1 mes (08.08.2009/08.09.2009). Centro: Centro sobre Derechos Humanos y Conflictos. Institución: Universidad del Este de Londres (Londres)</i> ✓ <i>Beca postdoctoral para estancias en Centros de investigación situados fuera de la Comunidad Valenciana. Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA (Resolución de 24 de febrero de 2010, DOGV Duración: 2 meses (31 mayo - 31 julio 2010). Centro: Departamento de "Teoria dello Stato" de la Facoltà de Scienze Politiche. Institución: Università degli Studi di Roma "La Sapienza" (Roma).</i>
18. ESTANCIAS EN CENTROS ESPAÑOLES Y EXTRANJEROS (Centro e institución, Localidad, País, Duración, Programa y entidad financiadora, Objetivo de la estancia, Carácter de la estancia: predoctoral – postdoctoral – invitado – contratado – otros)
➤ <i>Centro: ACADEMIA Y BIBLIOTECA DEL PALACIO DE LA PAZ DE LA HAYA (Holanda). Institución: ACADEMIA DE LA HAYA DE DERECHO INTERNACIONAL. La Haya (Países Bajos). Duración: 3 semanas (26.07.1998/14.08.1998). Objetivo de la estancia: Estancia investigación para realización tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Asistencia Cursos de la Academia de Derecho Internacional. Carácter de la estancia: predoctoral.</i> ➤ <i>Centro: Biblioteca de las NACIONES UNIDAS (sede de Ginebra). Institución: NACIONES UNIDAS (sede de GINEBRA). Duración: 4 semanas (25.07.2000/24.08.2000. Objetivo de la estancia: Estancia investigación para realización tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: predoctoral.</i> ➤ <i>Centro: BIBLIOTECA DE LAS NACIONES UNIDAS (sede GINEBRA) Y BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Institución: NACIONES UNIDAS E INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Duración: 8 semanas 31.07.2003/30.09.2003. Objetivo de la estancia: Estancia investigación para realización tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: predoctoral.</i> ➤ <i>Centro: BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Ginebra. (Suiza). Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Duración: 8 semanas 19.09.2004/19.11.2004. Objetivo de la estancia: Estancia investigación para realización tesis</i>

doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: predoctoral.

- Centro: BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Ginebra (Suiza). Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Duración: 4 semanas 30.07.2005/31.08.2005. Objetivo de la estancia: Estancia investigación para revisión de tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- Centro: BIBLIOTECA DEL INSTITUTO UNIVERSITARIO EUROPEO. Florencia (ITALIA). Institución: INSTITUTO UNIVERSITARIO EUROPEO (EUI). Duración: 4 semanas (20.08.2007/21.09.2007). Objetivo de la estancia: Estancia investigación para revisión de la tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- Centro: BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Ginebra. Suiza. Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Duración: 8 semanas (16.10.2008/16.12.2008). Objetivo de la estancia: Investigación sobre Derecho de la UE contra la discriminación. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- Centro: Biblioteca de la sede de las NACIONES UNIDAS (Ginebra). Institución: SEDE DE LAS NACIONES UNIDAS EN GINEBRA. Duración: 4 semanas (04.08.2009/04.09.2009). Objetivo de la estancia: Investigación sobre la ejecución de sentencias internacionales en los ordenamientos internos y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- Centro: BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Ginebra. (Suiza). Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Duración: 4 semanas (03.08.2009/05.09.2009). Objetivo de la estancia: Investigación sobre la ejecución de sentencias internacionales en los ordenamientos internos. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- Centro: Dipartimento di "Teoria dello Stato" della Facoltà de Scienze Politiche. Roma (ITALIA). Institución: UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI ROMA "LA SAPIENZA". Duración: 8 semanas (31.05.2010/31.07.2010). Objetivo de la estancia: Investigación sobre Derecho de la Unión Europea contra la discriminación étnica o racial y participación en paneles de expertos y seminarios. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- Centro: BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Ginebra. (Suiza). Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Duración: 8 semanas (01.07.2011/02.09.2011). Objetivo de la estancia: Investigación sobre Arbitrajes de Inversiones en el Derecho Internacional Económico. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- Centro: Biblioteca de la sede de las NACIONES UNIDAS (Ginebra). Institución: SEDE DE LAS NACIONES UNIDAS (GINEBRA). Duración: 4 semanas (29.07.2011/02.09.2011). Objetivo de la estancia: Investigación sobre Arbitraje de Inversiones en el Derecho Internacional Económico. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- Centro: Center on International Commercial Arbitration. Institución: AMERICAN UNIVERSITY, Washington College of Law, Washington DC (USA). Curso "Arbitraje Comercial Internacional", Programa de Verano 2013 en Arbitraje Comercial Internacional, mayo-junio 2013.
- Curso Arbitraje Comercial Internacional (LAW-789-002), 12 horas: Máxima Calificación A = 4.0

Teaching staff:

- Centro: Facultad de Derecho de la Universidad de Lisboa. Institución: Universidade de Lisboa (Portugal). Teaching staff (estancia docente) sobre el tema "*International Dispute Settlement*" realizado como encargo docente en el marco de una beca concedida a través del Programa

LLP/ERASMUS (convocatoria 2013), que tuvo lugar la semana del 16 al 20 de diciembre de 2013, con una duración de 10 horas lectivas.

- **Centro:** Facultad de Derecho de la Universidad de Lisboa. **Institución:** Universidade de Lisboa (Portugal). **Teaching staff** (estancia docente) sobre el tema "*Litigation in Economic International Law: Consent to International Commercial Arbitration & to Investment Arbitration*", realizado en el marco de los cursos intensivos que organiza dicha Universidad (Grado y Máster), que tuvo lugar la semana del 24 al 28 de noviembre de 2014, con una duración de 10 horas lectivas.
- **Centro:** Center on International Commercial Arbitration. **Institución:** American University. Washington College of Law. Washington D.C. (USA). 1. Curso "*Arbitraje Inversionista-Estado*", Programa de Verano 2014 en Arbitraje Comercial Internacional, mayo-junio 2014 (LAW-795-018S), 12 horas: Máxima Calificación A = 4.0. 2. Curso "*international Arbitration and Choice-of-Law Issues*", Programa de Verano 2014 en Arbitraje Comercial Internacional, mayo-junio 2014 (LAW-795-017), 12 horas. Máxima Calificación A - = 3.7
- **Investigación en cuestiones relativas a Arbitraje Internacional**, *Pence Library of American University Washington College of Law*, como parte del Programa de Verano en Arbitraje Comercial Internacional, mayo-junio 2014, 2 a 6 de junio de 2014.

19. CURSOS Y SEMINARIOS DE ESPECIALIZACIÓN (Título, Objetivos del curso, Duración, Organismo, Lugar de celebración, Fecha)

1. Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz, 1996, UNIVERSIDAD DEL PAÍS VASCO. Fecha: 8-12 Julio 1996 (32 horas).
2. Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz, 2005, UNIVERSIDAD DEL PAÍS VASCO. Fecha: 11-15 julio 2005 (30 horas).
3. Cursos de Derecho Internacional Público de Valladolid, 1996, UNIVERSIDAD DE VALLADOLID. Fecha: 22-27 julio 1996 (30 horas)
4. Cursos de Derecho Internacional, Organizaciones Internacionales y Unión Europea de Zaragoza, 1997, UNIVERSIDAD DE ZARAGOZA-Real Instituto Europeo. Fecha: 7-12 abril 1997 (32 horas)
5. Cursos Euromediterráneos de Derecho Internacional Público BANCAJA, 1997, UNIVERSIDAD JAUME I DE CASTELLÓN. FUNDACIÓN BANCAJA. Fecha: 1-13 septiembre 1997 (50 horas)
6. Cursos de Verano de la Universidad de Cádiz: Gibraltar ¿Hacia el final de la controversia?, San Roque (Cádiz), UNIVERSIDAD DE CÁDIZ. Fecha: 22/24 julio 2002 (15 horas).
7. Curso de la Academia de Derecho Internacional. ACADEMIA DE DERECHO INTERNACIONAL. La Haya. 26/07/1998-14/08/1998.
8. Seminario Internacional especializado en Derecho Internacional Económico: "*The International Law of Financial Markets: Governance, Stability and Security*", celebrado el 22/23 abril de 2010, organizado por el Grupo de Interés Económico de la ESIL (European Society of International Law-ESIL) en la Facultad de Derecho de la UNIVERSIDAD DE GRANADA.
9. DIPLOMA de la AMERICAN UNIVERSITY Washington College of Law/Center on International Commercial Arbitration, *successfully satisfied requirements for the Diploma through completion of the following courses: Arbitraje Comercial Internacional; Arbitraje Inversionista-Estado; International Arbitration and Choice-of-Law Issues*, as part of the 2014 "International Commercial Arbitration Summer Program", Washington D.C., August 1, 2014.

IV. EXPERIÈNCIA PROFESSIONAL/ EXPERIENCIA PROFESIONAL

20. ACTIVIDADES DE CARÁCTER PROFESIONAL (Institución/Empresa/Hospital, Categoría profesional, Actividad desarrollada, Duración, Interés para la docencia y/o la investigación)

- 1. Colaborador externo del Banco Mundial para la elaboración del Informe "Facilitando los negocios en la agricultura en España, Acceso a los mercados a través de Agricultura por contrato y Organizaciones de Productores", 2015, World Bank Group.
- 2. Profesor-Tutor de la UNED. Centro Asociado de Elche. Asignaturas impartidas:
 - ✓ Curso 2007/2008: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Derecho Constitucional I, II, III y IV.
 - ✓ Curso 2008/2009: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Derecho Constitucional I, II, III y IV.
 - ✓ Curso 2009/2010: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Derecho Constitucional I, II, III y IV.
 - ✓ Curso 2010/2011: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Derecho Constitucional I; Derecho Constitucional II, III y IV (Licenciatura en Derecho); Teoría del Estado Constitucional (Grado en Derecho);
 - ✓ Curso 2011/2012: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Teoría del Estado Constitucional (Grado en Derecho); Derecho Constitucional II, III y IV (Licenciatura en Derecho). Derecho Constitucional I y II (Grado en Ciencias Jurídicas y de las Administraciones Públicas)
 - ✓ Curso 2012/2013: Derecho Internacional Público, Instituciones de la Unión Europea, Teoría del Estado Constitucional, Derecho Constitucional I, II y III (Grado en Derecho); Derecho Constitucional I, II y III; Derecho de las Organizaciones Internacionales e Instituciones de la Unión Europea (Grado en Ciencias Jurídicas y de la Administración); Derecho Internacional Privado (Licenciatura en Derecho).
 - ✓ Curso 2013/2014: Derecho Internacional Público, Instituciones de la Unión Europea, Teoría del Estado Constitucional, Derecho Constitucional I, II y III (Grado en Derecho); Derecho Constitucional I, II y III; Derecho de las Organizaciones Internacionales e Instituciones de la Unión Europea (Grado en Ciencias Jurídicas y de la Administración); Derecho Internacional Privado (Licenciatura en Derecho y Grado en Derecho).
 - ✓ Curso 2014/2015: Derecho Internacional Público, Instituciones de la Unión Europea, Teoría del Estado Constitucional, Derecho Constitucional I, II y III (Grado en Derecho); Derecho Constitucional I, II y III; Derecho de las Organizaciones Internacionales e Instituciones de la Unión Europea (Grado en Ciencias Jurídicas y de la Administración); Derecho Internacional Privado (Licenciatura en Derecho y Grado en Derecho).

21. OTRAS ACTIVIDADES PROFESIONALES

V. OTROS MÉRITOS RELEVANTES QUE EL SOLICITANTE DESEA HACER CONSTAR NO INCLUIDOS EN LOS APARTADOS ANTERIORES

1. Certificat Grau Mitjà de Coneiximents en Valencià de la Junta Qualificadora (1998)
2. Certificado de idiomas Inglés Intermedio. 2008/2009. Curso impartido por el Programa de Relaciones Internacionales de la UA (60 horas). APTO.
3. Coordinador del Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales en la Comisión de Usuarios de la Biblioteca del Centro, desde 2003 hasta la actualidad.
4. Tutor de prácticas externas de la Facultad de Derecho, desde el 23/11/2009 hasta la actualidad (Cursos 2009/2010; 2010/2011; 2011/2012; 2012/2013).
5. Tutor del Programa de Acción Tutorial (PAT) de la Universidad de Alicante. Cursos 2008/2009 y 2009/2010.
6. Miembro del Tribunal de acceso para mayores de 25 años (curso 1997/1998).
7. Miembro del Tribunal de acceso para mayores de 40 años (curso 2011/2012)
8. Secretario del Departamento de Derecho Internacional Público y Derecho Penal de la Universidad de Alicante, desde el 02/11/2011 hasta 11/12/2012.
9. Secretario académico de la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante, desde el 11/12/2012 hasta la actualidad (actualizar).

- 10.** Miembro de la Junta de Facultad de Derecho, desde el 16/01/2013 hasta la actualidad (actualizar)
- 11.** Miembro del Claustro de la Facultad de Derecho, desde 01/04/2009 hasta la actualidad (actualizar).
- 12.** Coordinador de Movilidad y prácticas externas de la Facultad de Derecho, desde septiembre 2013 hasta el 17 marzo 2014.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2015

Professor Doutor

Pierre-Henri Prélot

Université
Cergy-Pontoise

BIOÉTICA — BIOETHICS

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**14 A 18
DE DEZEMBRO 2015**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



The lecture will propose a presentation of the main French legal provisions concerning bioethics, such as medically assisted procreation, contraception and abortion, medical researches, care consent, euthanasia.

Topics will be chosen according to the interest of students.

The lecture will include a presentation of the philosophical and political basis of French legislation, expressed in constitutional principles such as dignity, public order or health protection.

It will also take into account the decisions of the European court, and some other national provisions.

The aim is to provide students with informations about French rules, so that they can compare with what they know about their own country, considering that we are all facing the same questions, whenever the answers may sometimes be different.

Pierre-Henri PRELOT

**Adresse personnelle : 8 Allée de la Treille
78700 Conflans Ste Honorine**

**Adresse professionnelle : Faculté de droit
33, Bd du Port
95011 Cergy-Pontoise Cedex**

Téléphone personnel : 01 39 19 52 99

Téléphone professionnel : 01 34 25 67 03 (ou 62 12)

Fax : 01 34 25 60 32

E-mail : pierre-henri.prelot@droit.u-cergy.fr

Nationalité française,

Né le 7 avril 1959

Activité professionnelle : Professeur de droit public (Université de Cergy Pontoise)

Enseignements :

- Droit constitutionnel : théorie générale de l'Etat, droit constitutionnel français, droit constitutionnel approfondi
- Libertés publiques : théorie générale et régimes de protection

Recherches : travaux de recherche en droit constitutionnel, en libertés publiques et en droit des relations Eglises Etat (droit des religions et de la laïcité).

Publications :

- Traité de droit français des religions, Litec, 2003, 1417p. (ouvrage codirigé avec Francis Messner et Jean-Marie Woehrling)
- Droit des libertés fondamentales, Hachette, 2007, 317 p.
- Nombreux articles en droit constitutionnel, droit des libertés fondamentales et droit des religions.

Activités administratives :

- Directeur de l'Ecole doctorale de Droit et Sciences humaines.
- Ancien membre du Conseil national des Universités (section 02) (2003 à 2006).
- Doyen honoraire de la faculté de droit de l'Université de Cergy-Pontoise, de juin 1997 à juin 2002.
- Membre élu du Conseil d'administration de l'Université.

CV

Prof. Dr. Dres. h. c. Rainer ARNOLD

1. 1976 Professor at University of Konstanz (Wiss. Rat and Professor, C3)
Subjects: Constitutional and Administrative Law, EC Law and International Law
Nomination 1978 Full Professor (C4) at the Univ. of Regensburg, Chair of Public Law, in particular Comparative Law, EC Law, Economic Administrative Law, Public Law of Foreign Countries
2. 1981 -1983 Dean of the Law Faculty of the University of Regensburg
3. 1999 Nomination as a Holder of the Jean Monnet Chair of EC Law
4. 2000 Nomination as a permanent Visiting Professor at the Charles University of Prague (hostující profesor Univerzity Karlovy)
5. 2008 Nomination as the Holder of the Jean Monnet Chair ad personam "Legal Relations of the EU with Central, Eastern and South-Eastern Europe"
6. European Law Institute, Paris
Fellow since 2010
7. 2002 - 2012 Director of the German Law Studies Programme DAAD (DSG) at Moscow Lomonossov State University
8. Nomination of the German Director of the EU Law Center at Istanbul Bahcesehir University
9. Visiting Professor:
Charles University of Prague (permanently since 2000)
University of Paris I (Panthéon-Sorbonne) (frequently)
University of Paris II (Panthéon-Assas) (frequently)
University of Paris XIII
University of Aix-en-Provence
University of Pau (Faculté Pluridisciplinaire Bayonne-Anglet-Biarritz)
University of Strasbourg (Collège doctoral européen)
University of Toulouse
University of Trento
University of Rome (La Sapienza)
University of Bologna
University of Lisbon (State University)
Universidad de los Andes, Santiago de Chile
10. Conferences or Seminars at the Universities of

Paris I, Paris II, Montpellier, Aix-en-Provence, Toulouse, Strasbourg, Lyon II, Toulouse, Lille, Poitiers, Pau (Bayonne)

Madrid Complutense, Madrid Autónoma, Madrid Carlos III, Madrid Rey Juan Carlos, Alcalá de Henares, Bilbao, Santiago de Compostela, La Coruña, Vigo, Barcelona Central, Barcelona Autónoma, Valencia, Granada, Córdoba, Málaga, Jaén, Girona, Valladolid

Trieste, Roma La Sapienza, Roma Tre, Bologna, Verona, Trento, Cosenza, Palermo, Catania, Salerno, Perugia, Modena, Como, Milano Statale, Milano Cattolica

Warsaw, Wrocław, Cracow, Torun, Łódź, Szczecin

Salzburg, Vienna, Oslo, Örebro, Tampere, Riga, Vilna, Tartu, Tallinn, St. Petersburg, Moscow, Chisinau, Prishtina

Tiflis State University, Eriwan, Baku, Tunis, Seoul, Xi'an (China)

Santiago de Chile (Universidad de los Andes, Diego Portales, Universidad de Chile), Valparaíso

Oxford Institute of European and Comparative Law, McGill University

Montreal, George Washington University, Georgetown University (2010, World Congress of the International Academy of Comparative Law).

Speeches at the Constitutional Courts of Bulgaria, Poland, Czech Republic, Albania, Roumania, Moldova, Slovenia, Ukraine.

11. European University Institute (Fiesole/ Florence)

Fernand Braudel Fellow 2008 (3 months)

Visiting Fellow: 2003/2004 (2 months), 2006

12..Oxford European and Comparative Law Institute:

Research 2004 (2 months), 2005, 2006, 2008

13. Harvard Law School: Research 2008 (1 month)

14. International Association of Constitutional Law

Individual member

Co-Director of workshops at the World Congresses in Athens (2006) (together with Cesare Pinelli, Rome) and Mexico City (2010) (together with Evgenij Tanchev, then President of the Bulgarian Constitutional Court)

15. Académie internationale de droit comparé

Membre associé (since 2002); General Reporter at the World

Congresses in Utrecht (2006) on European Constitutional Law and in Washington (2010) on Human Rights

16. Academy of Science of Bologna
Corresponding Member since 2002

17. National Associations of Constitutional Law and European Law

Honorary member of the Slovenian Association of Constitutional Law
Honorary member of the Russian Association of Constitutional Law
Member of the Polish Association of Constitutional Law
Member of the French Association of Constitutionalists
Member of the Czech European Studies Association
Member of the German Staatsrechtslehrervereinigung, the German Association of Comparative Law, the German Association of EU Law, the German Association of International Law

18. Organization of 15 International Congresses on European and Comparative Constitutional Law at Regensburg,
with internationally renowned academics and Judges of Constitutional Courts in Central, Eastern and South Eastern Europe

Creation of an International Research Network in 2008

19. Member of the Board of Editors or Advisory Board/Scientific Council of various international journals/book series

Tulane European & Civil Law Forum, New Orleans,
Revue française de droit constitutionnel, Paris,
Annuaire de Justice Constitutionnelle, Paris
Revista Europeo de Derechos Fundamentales, Madrid,
Revista de Derecho Constitucional Europeo, Granada,
Rivista Diritto Pubblico Comparato ed Europeo, Torino,
Revista Jurídica, Lisbon
Právní Rozhledy (for 10 years until 2011), Prague
European Review of Public Law, Paris, Athens
Law and Justice Review, Ankara (Justice Academy of Turkey)
Bahcesehir Üniversitesi Hukuk Fakültesi Kazancı, Istanbul
Anayasa Hukuku Dergisi (Journal of Constitutional Law), Istanbul
Studia Prawa Publicznego, Poznan
European Studies. The Review of European Law, Economics and Politics, ECSA
Czech Republic.
Ricerche di diritto comparato-Diritto Pubblico, Bologna
Journal Legal and Administrative Studies, Pitesti
University of Warsaw Journal of Comparative Law
Temi comparatistici - I diritti e le istituzioni, Roma (collana)
Diritto pubblico contemporaneo – gli ordinamenti costituzionali, Torino (collana)
Diritto e Processo. Derecho y Proceso. Rights & Remedies, Perugia
Acta Universitatis George Bacovia. Juridica, Romania (edit. Board)

20. Distinctions

Honour Medal in memory of the 650 years anniversary of the Charles University
Prague 1998

Election of a corresponding member of the Academy of Sciences of Bologna 2002

Election of a Membre associé de l'Académie internationale de droit comparé 2002

Award ECSA Czech Republic 2011

Premio de Excelencia científica " Abate Juan Ignacio Molina" 2012 awarded by
CONYCIT (Government of Chile) and Humboldt Foundation/Germany

Award of Doctor Honoris Causa by the Kiev University of Law of the National
Academy of Sciences of Ukraine 2012

Award of Doctor Honoris Causa by the University "1 Decembrie 1918" Alba Iulia,
Romania (2013)

Award of Doctor Honoris Causa by the University of Pitesti, Romania (2014)

23. Publications: more than 400 publications (books and articles) in international
publishing houses and journals in the fields of German and Comparative
Law, EC/EU Law, Constitutional and Administrative Law (see list of publications)

Editor

Developments in European Law / Développements en droit
européen/ Entwicklungen im Europäischen Recht,

Vol. 1 – 4 by University Publishing House Regensburg; Vol. 1 – 36 by Jean Monnet
Chair R. Arnold, Regensburg

German – Ukrainian Law Discussions (Deutsch-Ukrainische
Rechtsgespräche), Vol. 1 – 3, Jean Monnet Chair R. Arnold, Regensburg.

24. Languages

English, French, Italian, Spanish, Russian, reading knowledge in Portuguese and
Czech



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professora Doutora

Marine Toullier

University
of Rouen



GLOBALIZAÇÃO E PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

GLOBALIZATION AND INTERNATIONAL
PROTECTION OF HUMAN RIGHTS

Idioma: Inglês

(2ª EDIÇÃO)

**15 A 19
DE FEVEREIRO 2016**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



GERI



Erasmus+



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2016

Professor Doutor

Jaap de Zwaan

Erasmus University
Rotterdam

COOPERAÇÃO DA JUSTIÇA E DOS ASSUNTOS INTERNS DA UNIÃO EUROPEIA

THE AREA OF FREEDOM, SECURITY AND JUSTICE: JUSTICE
AND HOME AFFAIRS COOPERATION IN THE EUROPEAN UNION

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**22 A 26
DE FEVEREIRO 2016**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



Course title	<i>The Area of Freedom, Security and Justice: Justice and Home Affairs cooperation in the European Union</i>
Duration	4 days of 2.5 hours each – 10 hours
Dates	23 February – 26 February 2015
Lecturer	Prof. Dr. Jaap W. de Zwaan Professor of the Law of the European Union Erasmus University Rotterdam The Netherlands dezwaan@law.eur.nl
Course objectives	
In the Course an analysis will be provided regarding all essential dimensions of the Area of Freedom, Security and Justice. The Area is a concept introduced by the <i>Treaty of Amsterdam</i> (1999) as the successor text of the Schengen Implementing Convention (1995) respectively the Maastricht Treaty (1993). All dimensions of the Area are now embedded in the texts of the Treaty on European Union and the Treaty on the Functioning of the European Union, as amended by the <i>Lisbon Treaty</i> (2009). The content of the <i>acquis</i> in all relevant areas (free movement of persons, border controls and visa policy, asylum and immigration policy as well as police and criminal law cooperation) will also be discussed.	
Course Description	
The concept of the Area, Freedom and Security (AFSJ) has been introduced in the EU treaties by the Amsterdam Treaty which entered into force on 1 May 1999. The AFSJ builds further on the principle of freedom of movement, one of the fundamental freedoms of the internal market and introduced by the EEC Treaty of 1958. The AFSJ includes a number of subject matters: free movement of persons, abolishment of internal border controls, the organisation of common external border controls, a common visa policy, common policies regarding asylum and immigration, criminal law cooperation and police cooperation.	

The AFSJ is connected to the working of the internal market as well as to the Schengen cooperation originally developed in an intergovernmental context, so outside the EU framework.

What does *free movement* imply and why is it under discussion at the moment (connected to the expiration –in January 2014- of the transitional period for workers coming from Bulgaria and Romania)?

The abolishment of *internal border controls*, originally achieved in the context of the Schengen cooperation, requires the existence of common arrangements regarding the *control of external borders*.

Free movement of persons also implies the establishment of a *common visa policy* as well as common policies regarding *asylum* and *immigration*. What has been achieved so far and what are the future objectives regarding these policy fields? At the same time measures have to be taken to 'share' burdens with regard to the reception of -sometimes massive- inflows of groups of refugees and other migrants coming from Africa, the Middle East (Syria) and Asia looking for a better future in Europe (the Mediterranean, Lampedusa/Malta, the ghost/phantom-ships).

Finally but not least, free movement of persons may provide opportunities to commit crime and other irregular activities. For that purpose, next to bilateral cooperation, common approaches have to be developed regarding *criminal law* and *police cooperation*, especially regarding acts of international crime: terrorism, fraud, corruption, human trafficking, sexual abuse, cyber-crime and the like. Also in this respect the question is: what is needed in the EU context, what has been achieved so far and what are the future plans in these areas?

As to the *regional scope of the cooperation* it is noted that Denmark does not participate in the AFSJ cooperation, whereas the United Kingdom as well as Ireland have been granted opt outs in these areas. On the contrary a number of third countries (Norway, Iceland, Liechtenstein and Switzerland) do participate in -what formerly was called- the Schengen cooperation. What are the consequences of these forms of differentiated cooperation?

Course Outline

The Course will start –*first lecture*- with an analysis of the rationale and origins of Justice and Home Affairs cooperation (JHA) at EU level, and the relevant texts which have been drawn up over the time in this area. Whereas Justice and Home Affairs as a new domain of cooperation has been introduced in the treaties by the Maastricht Treaty, the treaty concept of the Area of Freedom, Security and Justice dates back to the Amsterdam Treaty which entered into force on 1 May 1999. Both concepts –JHA and the Area- built further on the principle of free movement of persons, one of the fundamental freedoms of the internal market.

In the *second lecture* first of all the essentials of the fundamental principle of free

movement of persons will be discussed, as well as the relevant acquis in that regard. In this context also the position of family members and the concept of European citizenship will be dealt with. Secondly the basic principles of the common system of external border controls will be discussed, as well as the essentials of the common visa policy. In the last context notably the list of countries the nationals of which have to be in the possession of a visa before coming to the European Union, is of importance.

In the *third lecture* the essentials of the common asylum and immigration policy are on the programme. As to the first subject matter of course the acquis of the UN Refugee Convention of Geneva of 1951 has to be respected. The second subject matter will focus on the position of legal as well as of illegal immigrants coming from third countries.

The *fourth and final lecture* will deal with the achievements so far of the common policies in the areas of police and criminal law cooperation, and will take a look in the future. As to police cooperation the existence and responsibilities of Europol and Eurojust are of importance. As to criminal law cooperation the focus will be on the most important instruments developed in the combat of acts of crime characterised by their cross boundary character (such as terrorism, human trafficking, corruption and fraud). The discussion about the future perspectives will focus on the priorities established by the European Council in its Conclusions of 27 June 2014.

Educational Outcomes

At the end of the course student will have acquired insight in the origin of the Justice and Home Affairs cooperation of the EU, the relevant dimensions of the Area of Freedom, Security and Justice as well as the acquis –legislation and policy- which has been developed on the basis of the Treaties of Amsterdam (1999), Nice (2003) and Lisbon (2009).

Basic Bibliography

Freedom, Security and Justice – After Lisbon and Stockholm

**Sarah Wolff, Flora Goudappel, Jaap de Zwaan (Editors),
T.M.C. Asser Press – 2011 – The Hague
ISBN 978-90-6704-317-5, € 29**

-  Treaty on European Union
-  Title V Third Part - Treaty on the Functioning of the European Union – Area of Freedom, Security and Justice
-  Charter of Fundamental Rights of the European Union

Conclusions European Council 26/27 June 2014, notably under I, par. 1-13 (Freedom, Security and Justice)
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/143478.pdf

Monday 23 February	Introduction: Area of Freedom, Security and Justice Book Freedom, Security and Justice – After Lisbon and Stockholm, Chapter 2 (digital version available)  Title V Third Part - Treaty on the Functioning of the European Union – Area of Freedom, Security and Justice
Tuesday 24 February	Movement of Persons: internal market, family members, European Citizenship and third country nationals Book Freedom, Security and Justice – After Lisbon and Stockholm, Chapter 3 (digital version available) Directive 2004/38, http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2004:158:0077:0123:en:PDF Borders and Visa Legislation, http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/policies/borders-and-visas/schengen/index_en.htm Council regulation Third countries and nationals in possession of visa and nationals exempt from that requirement, http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:2001R0539:20110111:EN:PDF
Wednesday 25 February	Asylum and Immigration Book Freedom, Security and Justice – After Lisbon and Stockholm, Chapters 5 and 6 (digital versions available)  Dublin III directive  Asylum procedures directive  Reception directive  Qualification directive  Long term residence directive  Family reunification directive  Blue card directive Police and Criminal Law Cooperation

Thursday 26 February	Book Freedom, Security and Justice – After Lisbon and Stockholm, Chapters 9 and 10 (digital versions available)  Council decision European Police Office  Council decision European Arrest Warrant  Council framework decision organised crime Council framework decision Joint Investigation Teams, http://www.legislationline.org/documents/action/popup/id/8659 Proposal for a Council Regulation on the establishment of the European Public Prosecutor's Office http://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?isessionid=hLdXTzvLQvm3nVJDzWkLVrJQ7rhh3bVmGy30CLKvt4vLnK2TMTt8!-795314181?uri=CELEX:52013PC0534 Future Perspectives Commission Communication, An Open and Secure Europe: making it happen, COM(2014) 154final, 11 March 2014, http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/basic-documents/docs/an-open-and-secure-europe-making-it-happen-en.pdf Conclusions European Council 26/27 June 2014, notably under I, par. 1-13 (Freedom, Security and Justice) http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/143478.pdf
Language	English

Curriculum Vitae

Janez Kranjc was born in 1949 in Ljubljana, Slovenia.

Education:

Elementary and secondary school in Ljubljana, where he graduated from the Faculty of Law, University of Ljubljana, in 1971. In 1974 he acquired the LL. M. at the Faculty of Law, University of Ljubljana and in 1980 the doctorate at the same university.

Study abroad:

During the academic year 1975/76 he studied at the University of Vienna (Austria) preparing the doctoral thesis (mentor Professor Walter Selb).

Academic career:

In 1980 he became lecturer, in 1987 Associate Professor and in 1992 Full Professor of Law. He has been teaching Roman Law and German Legal Terminology, as well as some elective subjects at the Faculty of Law of the University in Ljubljana and Roman Law at the University of Maribor.

From 1993 until 1995 and from 2001 until 2003 he was Vice Dean and from 1995 until 2001 he was three mandates Dean of the Faculty of Law.

In 1994 he founded the International Forum of the University of Ljubljana Faculty of Law. Since then he has been its chairman.

Teaching abroad:

Visiting Professor at the University of Poitiers (France) in 2005, 2009 and in 2013 (each time one month).

Visiting Professor at the Karl-Franzens University in Graz (Austria) during the summer semester of the academic year 2005/2006.

Visiting Professor at the State University of Irkutsk (Russian Federation) in 2010 and in 2014 (each time teaching a ten days course).

Researching abroad:

He spent the Easter term of 1987 at the University of Cambridge (Fitzwilliam College, hosts Professors Peter Stein and John Crook).

In 1988 he obtained a one month scholarship of the Italian government for a research work at the University of Rome La Sapienza (host Professor Luigi Capogrossi-Colognesi).

In 1989 he was awarded the Alexander von Humboldt Stiftung research fellowship and spent six months of at the University of Cologne (Köln), Germany (host Professor Andreas Wacke).

Research Fellow at the Straus Institute for Advanced Study of Law and Justice, New York University School of Law during the academic year 2011/2012.

In 2015 he was awarded a six month Chair of excellence at the University Carlos III de Madrid.

Memberships and distinctions:

2006 Honorary doctorate at the University of Poitiers (France)
2006 Chevalier de l'ordre des palmes académiques.
2010 Slovenian Zois Prize for top achievements in science, research and development.
2012 Member of the "The Academy of Europe
2012 Österreichisches Ehrenkreuz für Wissenschaft und Kunst I. Klasse
2012 Chevalier dans l'Ordre national de la Légion d'honneur

Non-academic activities:

From 2003 until 2005 member of the Council of Europe's expert team working on the project "Law Faculty Reviews in Bosnia and Herzegovina".
From 2004 until 2014 editor in chief of the new international legal journal Slovenian Law Review, published in English, French and German.
From 2004 until 2009 he was member of the High Judicial Council of the Republic of Slovenia; from 2007 until 2009 he was its President.
2009 President of the Board of ELFA (European Law Faculties Association)
In 2010 he was elected member of the Council for environmental protection of the Republic of Slovenia.

CURRICULUM VITAE

Prof Dr JAAP WILLEM DE ZWAAN



Born on 9 February 1949 in Amsterdam

Married, three children

Professional activities

- | | |
|-----------|--|
| 2005- | Director of the Netherlands Institute of International Relations ('Clingendael') in The Hague |
| 1998- | Erasmus University Rotterdam |
| 1998- | Professor of the Law of the European Union at the Law School of Erasmus University Rotterdam. Due to his appointment, in 2005, as Director of the Clingendael Institute in The Hague, the position of professor is practised as from 1 September 2005 on a part-time basis |
| 1998- | Jean Monnet Chair 'Future developments of the European Union' |
| 1999-2001 | Dean of International Relations of the Law School of Erasmus University Rotterdam |
| 2001-2004 | Dean of the Law School of Erasmus University Rotterdam |
| 1979-1998 | Ministry of Foreign Affairs |
| 1979-1981 | Staff member of the Department on European Integration, The Hague |
| 1981-1983 | Member of the Legal Service, The Hague |
| 1983-1988 | Legal Advisor of the Netherlands Permanent Representation to the European Communities, Brussels |
| 1988-1995 | Senior Member of the Legal Service, The Hague |

- 1995-1998 Legal Advisor and Head of Division Justice and Home Affairs of the Netherlands Permanent Representation to the European Union, Brussels
- 1979- Substitute Judge in the District Court of the Hague (practised in the period 1979-1983)
- 1973-1979 Barrister at the Bar of The Hague (Office Pels Rijcken & Droogleever Fortuijn)

Acted during his work as barrister (1973-1979) and as member of the Legal Service of the Ministry of Foreign Affairs (1981-1983 and 1988-1995) as Agent for the Netherlands Government in numerous cases, covering all aspects of the institutional and substantive Law of the European Union, before the Court of Justice of the European Communities in Luxembourg.

Was involved as Legal Advisor of the Permanent Representation (1983-1988) in the negotiations on and the drafting of the Single European Act. Was furthermore involved in the negotiations on and the drafting of the Treaties of Accession of Spain and Portugal to the European Communities.

Was involved as Legal Advisor of the Permanent Representation (1995-1998) in the negotiations on and the drafting of the Treaty of Amsterdam. Chaired during the Netherlands Presidency (first half of 1997) the Group 'Friends of the Presidency'/Amis de la Présidence'. Was involved as Head of Division Justice and Home Affairs in the development of the Third Pillar cooperation.

Education

- 1993 Doctor's degree in Law at the University of Groningen ('The Permanent Representatives Committee, its role in European Union decision making')
- 1972-1973 Postgraduate studies at the College of Europe, Bruges in Belgium. Main courses in European Law (Institutional law, Substantive law, Legal protection, Competition law), optional courses: Political Sciences and Economy
- 1972 Traineeship at the Commission of the EC, Brussels, Belgium (DG VI, Agriculture)
- 1967-1972 Study at the Law School of the University of Leiden. Main courses in Dutch Civil Law, optional courses: European Law and Public Finances
- 1961-1967 Secondary Education (Gymnasium B) at 'Het Amsterdams Lyceum' in Amsterdam

Other activities

- 2007- Member of the Board of the Amsterdam Institute of German Studies in Amsterdam ('Duitsland Instituut Amsterdam')
- 2006- Member of the Governing Board of the European Studies Institute, established by the European Union and the Russian Federation in the framework of the PCA-cooperation EU-Russia, in Moscow, Russia
- 2005- Editor-in-chief of the 'Internationale Spectator', a monthly periodical for international affairs published on behalf of the Netherlands Institute of International Relations ('Clingendael') in The Hague
- 2005- Member of the French-Dutch Cooperation Council ('Conseil de coopération franco-néerlandais')
- 2005- Member of the Board of the Netherlands Association for European Law ('Nederlandse Vereniging voor Europees Recht')
- 2004- Member of the General Board of the 'Europese Beweging Nederland' ('EBN', European Movement, section of The Netherlands
- 2004 Member of the Commission 'European Union' instituted in January 2004 by the Government of the Kingdom of the Netherlands to review the modalities of cooperation between the Dutch Antilles and Aruba on the one hand, and the European Union on the other
- 2002- Member of the Board of the 'Rotterdams Juridisch Genootschap' (Rotterdam Law Association)
- 2002- Member of the Board of the Foundation 'Nederland-Roemenië' (The Netherlands - Romania)
- 2002- 2005 Vice President of the Executive Board ('Dagelijks Bestuur') of the T.M.C. Asser Instituut, Institute for International Private and Public Law and European Law, in The Hague
- 2002- 2005 Member of the General Board ('Algemeen Bestuur') of the T.M.C. Asser Instituut, Institute for International Private and Public Law and European Law, in The Hague
- 2000- Member of the Commission on European Integration (CEI), which is one of the committees of the Advisory Council on International Affairs (AIV) of the Minister of Foreign Affairs
- 1999-2002 President of the Scientific Council (Wetenschappelijke Raad) of the T.M.C. Asser Instituut, Institute for International Private and Public Law and European Law, in The Hague

- 1998- 2000 Member of the Administrative Council of the Salvador Madariaga Foundation, research foundation for the College of Europe in Bruges (Belgium)
- 1997-2002 Member of the Advisory Board (Curatorium) of the Europa Institute of the Law School of the University of Leiden
- 1984-1988 President of the Association of Former Students of the College of Europe in Bruges (Belgium). In the period 1988-1995 regional representative of the Association in the Netherlands
- 1976-1978 Member respectively President of the Board of the Young Bar Association to the Supreme Court in The Hague
- 1967-1972 Several functions in student associations, such as President of the Liberal Student Association in Leiden (1969-1971)

Foreign languages

French fluent: orally and in writing

English fluent: orally and in writing

German good: orally and in writing

Miscellaneous

- 2004 Decorated, on 21 April 2004, with the 'Imrich Karvas' medal of the University of Economics in Bratislava, Slovak Republic
- 2001 Certificate Leergang 'Human Resource Management 2000-2001', organised jointly by the Technical University Delft, Erasmus University Rotterdam and University Leiden.
- 1998 Decorated with the 'Diplôme d'Officier dans l'Ordre du mérite français', signed by the President of the French Republic, Mr Jacques Chirac
- 1991-1994 Lecturer in the European Law courses of the Rijks Opleidingsinstituut ('State Training School') in The Hague. Main target group: members of the Legal and Legislative Departments of all Ministries of the Government in The Hague

LIST OF PUBLICATIONS

Prof Dr Jaap Willem de Zwaan

- The Single European Act: conclusion of a unique document, *Common Market Law Review* 1986, pp. 747-765
- Le Collège d'Europe, pionnier de l'éducation européenne, *Septentrion, Revue de culture néerlandaise*, Rekkem België, 20e année, numéro 4 1991, pp. 17-22
- Eindredacteur van de bijdrage van de Nederlandse Vereniging Europees Recht voor het FIDE-Congres te Lissabon 1992 inzake het onderwerp: 'The imposition of sanctions for breaches of Community Law' (redacteuren: J.C.M. Montijn-Swinkels, K. Sevinga, T.M. Snoep en G. van der Wal), gepubliceerd in *SEW* april 1992, 40e jaargang no. 4, pp. 256-276
- Institutional problems and free movement of persons, the legal and political framework for cooperation, in: *Free movement of persons in Europe, Legal problems and experiences*, Asser Instituut, The Hague 1993, pp. 335-352.
- Het Comité van Permanente Vertegenwoordigers, Ontstaan, Werkwijze en Rol in de besluitvorming van de Europese Gemeenschappen, *Europese Monografieën* nr 42, Kluwer Deventer 1993 (proefschrift)
- Europees Parlement en Uitbreiding: de ontwikkeling van het democratisch karakter van het besluitvormingsproces van de Unie. Het belang van Nederland, in: *Institutionele toekomstverkenningen, de plaats van Nederland in de Europese Gemeenschap (EG) bij de toetreding van nieuwe leden*, Sdu Uitgeverij, Den Haag 1993, pp. 29-36
- The configuration of the European Union, The Community dimensions of institutional interaction (co-auteur Prof Dr T. Heukels), in: *Institutional Dynamics of European Integration, Essays in Honour of Henry G. Schermers, Volume II*, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht Boston London 1994, pp. 195-228
- Het voorstel van de European Constitutional Group voor een Europese Grondwet: blauwdruk voor een intergouvernementeel Europa, *SEW* april 1995, 43e jaargang no. 4, pp. 252-267
- Diversiteit van besluitvormingsprocedures in de Europese Unie: de Raad en het Comité van Permanente Vertegenwoordigers, in: *Diversiteit van de besluitvorming van de Europese Unie. Enkele suggesties voor de IGC 1996*, T.M.C. Asser Instituut, Den Haag 1995, pp. 17-33
- The Permanent Representatives Committee: Its role in the decision-making of the

European Union, T.M.C. Asser Institute – The Hague, Elsevier - North Holland, 1995
(Engelse vertaling/bewerking van het proefschrift van 1993)

- De Intergouvernementele Conferentie van 1996, Nederlands Tijdschrift voor Europees Recht, maart 1996, nr 3, pp. 29-33
- Het Verdrag van Amsterdam: een overzicht, Nederlands Tijdschrift voor Europees Recht, januari/februari 1998, nr 1/2, pp. 30-40
- Een ruimte van vrijheid, veiligheid en rechtvaardigheid, en het Europese Burgerschap, Contribution to the Colloquium 'The European Union after Amsterdam' organised by the International Foundation 'Christians for Europe', 25 September 1997, Brussels, published by the Christians for Europe Foundation, 1998
- Negotiating the Amsterdam Treaty, Contribution to the Seminar 'Legal and Constitutional Implications of the Amsterdam Treaty', 27 November 1997, published by Institute of European Studies, Dublin, Ireland, 1998
- The future of the Third Pillar and the Fight against EU Fraud: Evaluation of the IGC and the Treaty of Amsterdam, Contribution to the 'Conference on Legal Instruments against EU Fraud in the Post-Maastricht Period', 23-24 October 1997, published in: J.A.E. Vervaele (ed.), Transnational Enforcement of the Financial Interests of the European Union, Developments in the Treaty of Amsterdam and the Corpus Juris, Intersentia Law Publishers, Antwerpen-Groningen-Oxford, 1999, pp. 13-28
- Community Dimensions of the Second Pillar, Contribution to the 40th Anniversary Colloquium of the Europa Institute of the University of Leiden 'Institutional and Constitutional Dimensions of European Integration: the legal Debate after Amsterdam', 6-7 November 1997, The Hague, published by the Europa Institute: T. Heukels, N. Blokker and M. Brus (Eds), The European Union after Amsterdam, A legal Analysis, Kluwer Law International 1998, pp. 179-193
- The future of the Third Pillar: an evaluation of the Treaty of Amsterdam (co-author M. Vrouenraets), Contribution to the 40th Anniversary Colloquium of the Europa Institute of the University of Leiden 'Institutional and Constitutional Dimensions of European Integration: the legal Debate after Amsterdam', 6-7 November 1997, The Hague, published by the Europa Institute: T. Heukels, N. Blokker and M. Brus (Eds), The European Union after Amsterdam, A legal Analysis, Kluwer Law International 1998, pp. 203-214
- Schengen and its incorporation into the new Treaty: the negotiating process, contribution to the Sixth Colloquium of the European Institute of Public Administration (EIPA) "Schengen's final days? Incorporation in the New TEU, External Borders and Information Systems", 5-6 February 1998, published by EIPA, Maastricht, 1998, pp. 13-25
- Wat betekent Europees burgerschap voor gemeenteraadsverkiezingen?, Staatscourant 39

van 26 februari 1998, pp. 6-7

- Het recht als fundament van de Europese Unie, Schets van belangrijke beginselen en recente vernieuwingen, rede uitgesproken bij de aanvaarding van het ambt van gewoon hoogleraar in het Recht van de Europese Unie aan de Faculteit der Rechtsgeleerdheid van de Erasmus Universiteit Rotterdam op vrijdag 8 mei 1998, Kluwer Deventer 1998
- Opting out and Opting in: problems and practical arrangements, Contribution to the Conference Implementing Schengen, organised by the Centre for European Legal Studies (CELS) of the Faculty of Law of the University of Cambridge, 20 June 1998, published in the A. Dashwood and A. Ward (eds), Cambridge Yearbook of European Legal Studies, Volume 1 1998, Hart Publishing 1999
- Haagse Post-Securitel coördinatie, De doorwerking van de Securitel-affaire op de Haagse coördinatie met betrekking tot Europees recht, SEW oktober 1998, 46e jaargang no. 10, pp. 362-367
- Gavin Barrett (Ed.), Justice cooperation in the European Union, Institute of European Affairs, Dublin, Ireland, 1997, 237 pages, ISBN 1-874109-33-8 (bookreview), Common Market Law Review, Vol.36 No.1 February 1999, pp. 249-250
- Kroniek Europees Recht, verslagperiode januari-augustus 1998 (co-author Mr A.J. Bultena), NJB 11 september 1998, afl. 32, pp. 1441-1447.
- Flexibiliteit en het Verdrag van Amsterdam, contribution to the Asser Instituut Colloquium Europees Recht -28th Session- 'Flexibiliteit en het Verdrag van Amsterdam,' 4 September 1998, 1999 T.M.C. Asser Press The Hague.
- Martti Koskeniemi (Ed.), International Law Aspects of the European Union, Kluwer International Law, 1998, The Hague/London/Boston, ISBN 90-4110488-7 (bookreview), Maastricht Journal of European and Comparative Law 1998, Volume 5 Number 4, pp. 415-419.
- Case note on C-345/95 French Republic v. European Parliament, Judgment of 1 October 1997 [1997] I-5215 (seat of the European Parliament - European Parliament - part-sessions), Common Market Law Review, Vol.36 No.2 April 1999, pp. 463-470
- Het Verdrag van Amsterdam, Etappe in het proces van Europese Integratie, NJB 19 maart 1999, afl. 11, pp. 492-500.
- Rechtsvraag (276) Europees recht, Sancties tegen Moldonië, Ars Aequi 1999, Jaargang 48 - 3/maart 1999, pp. 194-195
- De publieke en private verantwoordelijkheid van de overheid; een aantal Europeesrechtelijke beschouwingen, in: Derksen e.a. (red.), Over publieke en private verantwoordelijkheden, Voorstudies and Achtergronden, Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid, Sdu Uitgevers Den Haag 1999, pp. 175-204.

- Annotatie arrest EG-Hof van Justitie van 17 september 1997 in de Zaak C-54/96, Dorsch Consult, Jur. 1997 I-4961, SEW november 1999, 47e jaargang no. 11, pp. 423-426
- Beantwoording Rechtsvraag (276) Europees recht, De sancties tegen Moldonië, Jaargang 48 - 12/december 1999, pp. 949-954
- De totstandkoming van artikel 95 EG-Verdrag: de onderhandelingen van het Verdrag van Amsterdam, in: Artikel 95 EG-Verdrag, De (on)mogelijkheden voor lidstaten om af te wijken van geharmoniseerd EG-beleid, Publicaties van de Vereniging voor Milieurecht, Boom Juridische uitgevers, Den Haag 2000, pp. 11-25
- Boekbespreking 'J.W. van de Gronden, De implementatie van het EG-milieurecht door Nederlandse decentrale overheden', Rechtsgeleerd Magazijn Themis, Jaargang 161 maart 2000, pp. 118-120
- The Netherlands (judiciary and authorities) and Article 10 of the EC-Treaty, contribution to the FIDE-Congress in Helsinki of June 2000, SEW april 2000, 48e jaargang no. 4, pp. 132-154
- The legal personality of the European Communities and the European Union, in: Netherlands Yearbook of International Law, Volume XXX 1999, Martinus Nijhoff Publishers 2000, pp. 75-113
- Het Comité van Permanente Vertegenwoordigers, Onmisbare schakel in de Raadsorganisatie, in: M. Krop en H. Swarttouw (red.), De Groothoeklens, Europa in dertien bedrijven, Liber amicorum Ronald van Beuge, Scorpio Eckelrade 2001, pp. 81-92
- De toekomst van de Derde Pijler: intergouvernementele of communautaire samenwerking?, in: Grensverkenningen in het recht, SI-EUR reeks deel 26, Sanders Instituut 2001, pp. 101-108
- Het Verdrag van Nice, Een bescheiden stap in het proces van Europese Integratie, SEW februari 2001, 49e jaargang no. 2, pp. 42-52
- De toekomst van de Europese Unie, Een aantal constitutionele kanttekeningen, Ars Aequi 2001, Jaargang 50 - 3/mei 2001 (Bijzonder nummer 'De toekomst van de Europese Integratie'), pp. 5-15
- Alfred E. Kellermann, Jaap W. de Zwaan, Jenő Czuczai (ed.), EU Enlargement, The Constitutional Impact at EU and National Level, T.M.C. Asser Press, The Hague 2001. In this book also: Foreword, p. V-VI as well as Summing-up and Conclusions, pp. 481-498
- J.W. de Zwaan en A.J. Bultena, Ruimte van Vrijheid, Veiligheid en Rechtvaardigheid, De samenwerking op het gebied van Justitie en Binnenlandse Zaken in de Europese Unie, Sdu Den Haag 2002, 545 pagina's, ISBN 90 1209 69 87

- The Common Foreign and Security Policy of the European Union, Characteristics and Prospects, in: A. Petchsiri, P. Sutthisripok, P. Thontiravong (eds), *Comparative Regional Integration: ASEAN and the EU*, Monographs Series Vol. 2 (2002), Chulalongkorn University, Bangkok, Thailand, pp. 185-194
- Annotatie bij: Hoge Raad 10 september 1999, nr C98/012HR, *Emesa Sugar (Free Zone) NV tegen de Staat der Nederlanden*; en Hoge Raad 10 september 1999, nr C98/013HR, *De Nederlandse Antillen tegen 1. de Staat der Nederlanden en 2. Emesa Sugar (Free Zone) NV*, *Nederlandse Jurisprudentie*, Jaargang 2003 - 15 februari 2003, Aflevering 7, nrs. 94 en 95. Annotatie afgedrukt op pp. 652-655
- *Nederlandse Staatscourant*, Officiële uitgave van het Koninkrijk der Nederlanden sinds 1814. Bijdragen aan de rubriek 'Staat van de Unie':
 - Kwestie Oostenrijk toont aan dat EU worstelt met mensenrechten, dinsdag 15 februari 2000, nr 32, p. 6
 - Gezond verstand volstaat om de Europese Gemeenschap te behouden, vrijdag 31 maart 2000, nr 65, p. 6
 - Het Europese Hof van Justitie en het Verdrag van Nice, vrijdag 1 december 2000, nr 234, p. 5
 - Het Nederlandse parlement en zijn recht van instemming met Europese besluitvorming, vrijdag 23 maart 2001, nr 59, p. 5
 - Nationale parlementen en de Europese Unie, maandag 23 april 2001, nr 78, p. 5
 - Unie zonder gekozen Commissievoorzitter, maandag 18 juni 2001, nr 114, p. 5
 - De toetreding: nieuwe kansen voor een 'Europa van de burger', maandag 16 juli 2001, nr 134, p. 5
 - Een forum voor de Europese Unie, vrijdag 7 september 2001, nr 173, p. 5
 - Terrorismebestrijding vereist coherent beleid, dinsdag 2 oktober 2001, nr 190, p. 5
 - De 'rule of law' in een uitgebreide Unie, vrijdag 2 november 2001, nr 213, p. 4
 - Unie na 2004 op weg naar een federatie?, dinsdag 27 november 2001, nr 230, p. 6
 - Europese Raad als 'schakel', maandag 7 januari 2002, nr 4, p. 5
 - Supranationaal of intergouvernementeel, dinsdag 29 januari 2002, nr 20, p. 6
 - Het halfjaarlijks roulerend voorzitterschap, dinsdag 26 februari 2002, nr 40, p. 5
 - Randvoorwaarden voor Europese Unie, dinsdag 26 maart 2002, nr 60, p. 5
 - Srebrenica en het GBVB, dinsdag 23 april 2002, nr 78, p. 5
 - Een ontwerp voor de Europese Unie, dinsdag 4 juni 2002, nr 103, p. 6
 - EU moet slagvaardiger en democratischer, maandag 9 september 2002, nr 172, p. 5
 - Europa: een vitaal belang voor Nederland, maandag 21 oktober 2002, nr 202, p. 5
 - Europese Grondwet is geen 'doel op zich', dinsdag 26 november 2002, nr 228, p. 7
 - Wisselend voorzitterschap zo gek nog niet, donderdag 2 januari 2003, nr 1, p. 3
 - Een president voor Europa?, vrijdag 31 januari 2003, nr 22, p. 5
 - Ook gestuntel met 'grote' voorzitter, dinsdag 18 maart 2003, nr 54, p. 5
 - Wordt de Europese Commissie overbodig?, dinsdag 10 juni 2003, nr. 108, p. 4
- Na de Gemeenschap een Unie: Hoe verder?, in: I. de Jong, B.J. Drijber, D. Kopmels, C. Kole (red), *Liber Amicorum Bernard Bot, Rêves européens face aux réalités*

quotidiennes, Opmeer/De Bink/TDS vof (OBT), maart 2003, pp. 81-95

- J.W. de Zwaan en F.A.N.J. Goudappel, 'Een Europese Grondwet: het onderscheid tussen primaire en secundaire teksten in de Europese Unie', in: J. Pelkmans, M. Sie Dhian Ho en B. Limonard, Nederland en de Europese grondwet, uitgave van de Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid (serie WRR Verkenningen nr 1), Amsterdam University Press 2003, pp. 19-49
- De Europese Grondwet: bijdrage aan het Europa van de burger? Ars Aequi, Jaargang 53, April 2004, pp 253-258
- Gemeenschappelijk asiel- en immigratiebeleid, De relevantie van het jaar 2004, Studie in opdracht van de Adviescommissie voor Vreemdelingenzaken en de Adviesraad voor Internationale Vraagstukken, 38 pagina's, uitgave van de Adviescommissie voor Vreemdelingenzaken, Den Haag 2004, ISBN 90-8521-008-9, ook op website www.acvz.com
- De bestuurbaarheid van de Europese Unie, Efficiency Voorop, Publiek Management jaargang 7 nummer 4/2004, p. 25
- De Europese Unie en de Burger: Het belang van een hecht partnerschap, in: P.L. Meurs en M. Sie Dhian Ho (red.), Democraat met Beleid, Liber Amicorum ter gelegenheid van het afscheid van Michiel Scheltema als Voorzitter van de WRR, Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid, Den Haag 2004, ISBN 90 808997 1 2, pp. 183-198
- EU-wetgeving, rechtspraak en documentatie, deel 14 A en B: Strafrecht, Prof R. Barents, SEW, 52^e jaargang, nr 11 van november 2004, pp. 488-498
- The role of the European Commission over the years: changes and challenges, in: Jaap W. de Zwaan, Jan H. Jans, Frans A. Nelissen and Steven Blockmans (eds), The European Union, An Ongoing Process of Integration, Liber Amicorum Alfred A. Kellermann, T.M.C. Asser Press The Hague 2004, ISBN 90 6704 187 4, pp. 53-70
- Jaap W. de Zwaan, Jan H. Jans, Frans A. Nelissen and Steven Blockmans (eds), The European Union, An Ongoing Process of Integration, Liber Amicorum Alfred A. Kellermann, T.M.C. Asser Press The Hague 2004, ISBN 90 6704 187 4, 371 pages
- European Citizenship: origin, contents and perspectives, in: Deirdre Curtin, Alfred E. Kellermann and Steven Blockmans (eds), The EU Constitution: the best way forward?, T.M.C. Asser Press The Hague 2005, ISBN 90 6704 200 5, pp. 245-264
- De Europese Grondwet, verantwoorde stap in het integratieproces, Internationale Spectator, Jaargang 59, nr 3, maart 2005, pp. 123-131
- De samenwerking tussen de Nederlandse Antillen, Aruba en de Europese Unie, in: Rogier en Hoogers (redactie), 50 jaar Statuut voor het Koninkrijk der Nederlanden, uitgegeven door Ministerie van Binnenlandse Zaken en Koninkrijksrelaties in Den Haag,

2005, pp. 123-138

- Grondwet verbetert samenwerking, NRC-Handelsblad, vrijdag 29 april 2005, p. 7
- Even pauze, veel debat en wie weet toch nog een ja, De Verdieping, Trouw/Podium, zaterdag 18 juni 2005, p. 17
- Europese Unie moet beter op de kaart, Internationale Spectator, Jaargang 59, nr 9, september 2005, pp. 448-451
- De Europese Unie en het draagvlak bij de burger (column), Internationale Spectator, Jaargang 60, nr 1, januari 2006, pp. 1-2
- CDA doet te moeilijk over uitbreiding EU. Hoe meer lidstaten, hoe meer welvaart, NRC.Next, maandag 20 maart 2006, p. 19
- Jaap W. de Zwaan en Flora A.N.J. Goudappel (eds), Freedom, Security and Justice in the European Union, Implementation of the Hague Programme, TMC Asser Press – The Hague, 2006 ISBN 10: 90-6704-225-0, 280 pages
- EU asylum and immigration law and policy: state of affairs in 2005, in: Jaap W. de Zwaan en Flora A.N.J. Goudappel (eds), Freedom, Security and Justice in the European Union, Implementation of the Hague Programme, TMC Asser Press – The Hague, 2006 ISBN 10: 90-6704-225-0, pp. 91-150
- Trapsgewijs toetreden tot de Unie (column), Internationale Spectator, Jaargang 60, nr 6, juni 2006, pp. 289-290
- Bij een jubileum, Ten geleide bij jubileumnummer Internationale Spectator, Jaargang 60, nr 11, november 2006, pp. 545-546
- Ramen open naar 't buitenland, NRC-Handelsblad, woensdag 22 november 2006, p. 7
- Nieuw elan voor het Europa-debat? (column), Internationale Spectator, Jaargang 61, nr 3, maart 2007, pp. 125-126



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professora Doutora

Rute Saraiva

Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa



DIREITO E ECONOMIA SOCIAL

LAW AND ECONOMICS OF SOLIDARITY

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**29 DE FEV.
A 04 DE MAR. 2016**

Horário:
11h00 às 13h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



GERI





Syllabus

Law and Economics of Solidarity

An introduction

Professor Rute Saraiva

In collaboration with Dra. Teresa Morais Leitão* - *Direito Pro Bono*¹

FDUL

Office: Room 22.22

Email: rutesaraiva@fd.ul.pt

Seminar Description

The aim of this seminar is to introduce the students to the legal and economic dynamics of the third sector and enhance their solidarity. The course will therefore begin with conceptual clarifications. Then, it offers an overview of the legal (national and international) framework of the third sector and explores the theory of social economy. With the help of the new insights from behavioural economics, it gives clues to a more effective and efficient solidarity policy. The course ends with the presentation of real

*subject to confirmation



examples of third sector activities that will demand the students' legal expertise in order to solve concrete problems and institutional needs.

Expectations of Students and Grading:

Students don't need to have an extensive law and economics background.

The class requires active and regular participation and preparation for daily discussions. This includes attending each class on time, listening, contributing in class and preparing to answer questions by reading and analyzing the required bibliography.

Grades will be based exclusively on:

- a group (2 to 3 students) writing assignment involving the construction of a solidarity kit; or
- an individual paper on a topic of the course
to be directly emailed to rutesaraiva@fd.ul.pt before 4th April.

No exam will be given.

Course Materials:

Most of the readings for the seminar can be downloaded or found at the FDUL library.

All legal materials are available online.



Program

Session 1: Solidarity Law

- (1) Conceptual terminology
- (2) Constitutional law
- (3) Volunteering law
- (4) Social Economy law
- (5) Misericords, Co-operative, Foundational, Mutual and Associative law

See *infra* the legal materials

- Jacques Defourny, Victor Pestoff (eds.) (2008). *Images and concepts of the third sector in Europe*, EMES Working Papers no. 08/02.
<http://orbi.ulg.ac.be/bitstream/2268/10247/1/WP-08%2002%20images%20%26%20concepts%20of%20the%20third%20sector%20in%20Europe.pdf>
- Raquel Campos Franco [et al.] (2005). *O Sector Não Lucrativo Português Numa Perspectiva Comparada*, Católica & John Hopkins.
<http://www.uc.pt/feuc/ceces/recursos/Franco2005>
- AAVV. (2003). *Estudos de Direito Público - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Almedina.
- Rui Namorado (2000). *Introdução ao Direito Cooperativo*, Almedina.

Session 2: The Economics of Solidarity

- (1) Market and Government Failures
- (2) Poverty and Inequality



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (3) The Economics of Giving
- (4) The Social Economics and Entrepreneurship in European Economies
- (5) Microfinance & Social Stock Exchange

- Fernando Araújo (2014). *Introdução à Economia*, reimpr. 3.ª ed., Almedina – Chapter 1 and 13.
- Robert H. Frank, Thomas Gilovich, Dennis T. Regan (1993). *Does Studying Economics Inhibit Cooperation?* Journal of Economic Perspectives, Vol. 7, n.º 2. <http://node101.psych.cornell.edu/sec/pubPeople/tdg1/Frank,Gilo,Regan.93.pdf>
- Paulo Reis Mourão, (2007). *Charity donations and the Temporary Local Income – the Northern Portuguese case*, http://www.fep.up.pt/conferencias/caepe2007/Papers%20and%20abstracts_CD/Mourao.pdf
- Paulo Reis Mourão (2008). *What has the Economics of Giving given to Economics?*, Journal of Economic and Social Research, vol. 10, n. 1. <http://jesr.journal.fatih.edu.tr/jesr.paulo.pdf>
- Henry Hansmann (1987). *Economic Theories of Non-Profit Organization*, in W. Powell (ed.) *The Nonprofit Sector*, Yale University Press. <http://www.law.yale.edu/documents/pdf/Faculty/Hansmanneconomictheories.pdf>
- Filipe M. Santos (2009). *A positive theory of social entrepreneurship*, INSEAD, Fontainebleau. <http://www.insead.edu/facultyresearch/research/doc.cfm?did=41727>
- Beatriz Armendáriz de Aghion, Jonathan Morduch (2005). *The Economics of Microfinance*, MIT. http://www.fgda.org/dati/ContentManager/files/Documenti_microfinanza/Economics-of-Microfinance.pdf

Session 3: Behavioural Law and Economics of Solidarity

- (1) Irrationality of bounded self-interest
 - (2) The Robin Hood effect
 - (3) Psychic numbing
 - (4) Implications for national and international policy
-
- Ernst Fehr, Klaus M. Schmidt (2006). *The Economics of Fairness, Reciprocity and Altruism – Experimental Evidence and New Theories*, in Serge-Christophe Kolm & Jean Mercier Ythier (eds.) *Handbook of the Economics of Giving, Altruism and Reciprocity*, Volume 1. <http://www.et.vwl.uni-muenchen.de/personen/professor/schmidt/publikationen/papers/reciprocalt.pdf>
 - Francesca Gino, Shahar Ayal, Dan Ariely (2012). *Self-Serving Altruism? When Unethical Actions That Benefit Others Do Not Trigger Guilt*, Harvard Business School Working Paper n. 13-028. <http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/13-028.pdf>
 - Paul Slovic [et al.] (2007). *Psychic Numbing and Mass Atrocity*, in E. Shafir (Ed.), *The Behavioral Foundations of Policy*, Russell Sage Foundation and Princeton University Press. <http://www.genocidescholars.org/sites/default/files/document%09%5Bcurrent-page%3A1%5D/documents/IAGS%202011%20Paul%20Slovic.pdf>
 - Daniel Västfjäll, Paul Slovic, Marcus Mayorga (2014). *Whoever Saves One Life Saves the World: Confronting the Challenge of Pseudoinefficacy* <http://globaljustice.uoregon.edu/files/2014/07/Whoever-Saves-One-Life-Saves-the-World-1wda5u6.pdf>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Session 4: *Practical examples²**

- (1) Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado: National and international volunteering networks
- (2) CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
- (3) Banco Alimentar & Entrajuda
- (4) Comunidade Vida e Paz
- (5) Direito Pro Bono

- Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado - <http://www.voluntariado.pt/default.asp>
- CASES - <http://www.cases.pt/>
- Banco Alimentar - <http://www.bancoalimentar.pt/>
- Entrajuda - <http://www.entrajuda.pt/>
- Comunidade Vida e Paz - <http://www.cvidaepaz.pt/site/>
- Direito Pro Bono - <http://www.probono.org.pt/>

Optional Readings

- AAVV (2009). *Os desafios da economia solidária*, n.º temático da Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 84, org. Pedro Hespanha e Rui Namorado. <http://rccs.revues.org/378>
- B. Atkinson (1983). *The Economics of Inequality*, Oxford University Press.

*subject to confirmation



- Berhanu Nega, Geoffrey Schneider (2013). *Social Entrepreneurship, Microfinance and Economic Development in Africa*, Association for Evolutionary Economics.
- Charles T. Clotfelter (2002). *The Economics of Giving*, Duke University. <http://philvol.sanford.duke.edu/documents/giving.pdf>
- David Bornstein (2004). *How to Change the World: Social Entrepreneurs and the Power of New Ideas*, Oxford University Press.
- David Bornstein, Susan Davis (2010). *Social Entrepreneurship: What Everyone Needs to Know*, Oxford U. Press.
- David Roodman, Jonathan Morduch (2009). *The Impact of Microcredit on the Poor in Bangladesh: Revisiting the Evidence*, Center for Global Development Working Paper 174, Washington, D.C. <http://www.cgdev.org/content/publications/detail/1422302>
- Deborah A. Small, George Loewenstein (2003). *Helping a Victim or Helping the Victim: Altruism and Identifiability*, The Journal of Risk and Uncertainty, 26:1. <http://www.cmu.edu/dietrich/sds/docs/loewenstein/helpvictimAltruism.pdf>
- Ernst Fehr, Klaus M. Schmidt (2003). *Theories of Fairness and Reciprocity - Evidence and Economic Applications*, in Mathias Dewatripont, Lars Peter Hansen & Stephen J Turnovsky (eds.), *Advances in Economics and Econometrics, Econometric Society Monographs*, Eighth World Congress, Volume 1. <http://web.mit.edu/14.193/www/WorldCongress-IEW-Version6Oct03.pdf>
- Fernando da Silva Correia (1999). *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Livros Horizonte.
- Gary Becker (1974). *A Theory of Social Interactions*, Journal of Political Economy, Vol. 82.
- H. Glennerster (2009). *Understanding the Finance of Welfare*, The Policy Press.
- J. Hills (2004). *Inequality and the State*, Oxford University Press.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- J. Le Grand, C. Propper & R. Robinson (2008). *The Economics of Social Problem*, 4th Ed., Palgrave
- J. Le Grand, W. Bartlett (1993). *Quasi-markets and Social Policy*, Macmillan.
- Jeffrey Carpenter, Caitlin Knowles Myers (2010). *Why Volunteer? Evidence on the Role of Altruism, Image, and Incentives*, Middlebury College Economics Discussion Paper n.º 1023, <http://sandcat.middlebury.edu/econ/repec/mdl/ancoec/1023.pdf>
- Maria Antónia Lopes, Isabel dos Guimarães Sá (2008). *História Breve das Misericórdias Portuguesas*, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Max Burton-Chellew (2014). *Does behavioral economics show people are altruistic or just confused?*, The Conversation, <http://phys.org/news/2015-01-behavioral-economics-people-altruistic.html>
- Muhammad Yunus, A. Jolis (1998). *Banker to the poor*, Aurum Press, London.
- Mukesh Sud, Craig V. VanSandt, Amanda M. Baugous (2009). *Social Entrepreneurship: The Role of Institutions*, Journal of Business Ethics, 85.
- N. Barr (2012). *Economics of the Welfare State*, Oxford University Press.
- Paul Slovic (2008). *Thinking and Deciding Rationally About Catastrophic Losses of Human Lives*, in E. Michel-Kerjan and P. Slovic (eds.) *The Irrational Economist: Future Directions in Behavioral Economics and Risk Management*. http://opim.wharton.upenn.edu/risk/tie3/abstracts/Slovic_Thinking.pdf
- Paulo Reis Mourão, (2007). *Portuguese public collections and the economic cycle: a seminal study*, International Journal of Social Economics, Vol. 34: 12.
- R. Steinberg, W. Powells (eds) (2006). *The Nonprofit Sector*, Yale Press.
- Raquel Campos Franco, Rui Hermenegildo Gonçalves (2006). *Sector não lucrativo: compilação de legislação sobre as organizações da sociedade civil*, Universidade Católica, Porto.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Roberto Di Meglio, Martin Gasser, Valentina Verz (2014). *Economia Social e Solidária: para um desenvolvimento inclusivo e sustentável*, OIT.
<http://socialeconomy.itoilo.org/en/files/docs/documento-de-trabalho-aess2014.pdf/view>
- Roger L. Martin, Sally Osberg (2007). *Social Entrepreneurship: The Case for Definition, Innovation Review*.
http://www.ssireview.org/articles/entry/social_entrepreneurship_the_case_for_definition
- Rui Namorado (2014). *Economia Social em Ação*, Almedina.
- Rui Namorado (2013). *O Mistério do Cooperativismo - Da Cooperação ao Movimento Cooperativo*, Almedina.
- Rui Namorado (2005). *Cooperatividade e Direito Cooperativo, estudos e pareceres*, Almedina.
- S. Christophe-Kolm & J. Mercier-Ythier (eds) (2006). *Handbook of the Economics of Giving, Altruism and Reciprocity*, North-Holland.
- S. Kolm (2000). *Introduction to the economics of altruism, giving, and reciprocity*, Norwegian School of Economics and Business Administration
Equality Exchange Paper.
<http://mora.rente.nhh.no/projects/EqualityExchange/Portals/0/articles/kolm11.pdf>
- Sérgio Pratas, Maria João Santos (2012). *Manual do Dirigente Associativo Voluntário - 100 Perguntas - 100 Respostas*, Rui Costa Pinto Ed.
- Sílvia Ferreira (2005). *O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal*, CES, Universidade de Coimbra.
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/527_2005%20Oficina%20do%20CES%20n.223.pdf
- Susan Rose-Ackerman (1986). *The Economics of Nonprofit Institutions*, Oxford University Press



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Susan Rose-Ackerman (1996). *Altruism, Nonprofits and Economic Theory*, Journal of Economic Literature, Vol. 34.
[http://www.altruists.org/static/files/Altruism.%20non-Profits%20and%20Economic%20Theory%20\(Rose-Ackerman,%201996\).pdf](http://www.altruists.org/static/files/Altruism.%20non-Profits%20and%20Economic%20Theory%20(Rose-Ackerman,%201996).pdf)
- U. Gneezy, J. List (2006). *Putting behavioral economics to work: testing for gift exchange in labor markets using field experiments*, NBER Working Paper 12063.
- Yunus Muhammad (2010). *Building Social Business*, Public Affairs, New York.

Others

- Bolsa do Voluntariado - <http://bolsadovoluntariado.pt/>
- Centre international de recherches et d'information sur l'économie publique, sociale et cooperative (CIRIEC) (2005). *The European Economic and Social Committee, The Social Economy in the European Union*.
<http://www.uc.pt/feuc/ceces/recursos/CESE2005>
- Comissão Europeia (2014). *A map of social enterprises and their eco-systems in Europe. Country Report: Portugal*.
<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=2149>
- Comité Económico e Social Europeu (2007). *A Economia Social na União Europeia*, Bruxelas. <http://www.uc.pt/feuc/ceces/recursos/CESE2007>
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade -
<http://novo.cnis.pt/index.php>
- Entreatajuda -- Perguntas frequentes sobre voluntariado
<http://bolsadovoluntariado.pt/Content/Documents/Perguntas-Frequentes-sobre-Voluntariado.pdf>
- Light Omega (2005). *The economics of giving*.
<http://www.omegastar.org/NL/2005-01-12.html>.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento www.plataformaongd.pt
- Rachel McCloy (2013). *The Psychology of Volunteering: Motivating Behaviour Change*, University of Reading. http://www.reading.ac.uk/web/FILES/chaplaincy/McCloy_talk_2013.pdf
- REDTESS (2011). *Ano Europeu do Voluntariado – Contributos Bibliográficos*. http://www.igfse.pt/upload/docs/2012/REDTESS_catalogo2011_Voluntariado.pdf
- ResponsAbility. *Microfinance Market Outlook 2014*, http://www.responsability.com/domains/responsability_ch/14data/free_docs/rA_Microfinance_Market_Outlook_2014_EN.pdf
- Schwab Foundation for Social Entrepreneurship <http://www.schwabfound.org/>
- The UN Nonprofit Handbook Project, Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts <http://www.ihu.edu/ccss/unhandbook/handbookdraft.html>
- União das Misericórdias Portuguesas - <http://www.ump.pt/>
- União das Mutualidades Portuguesas - <http://www.mutualismo.pt/portal/>

Law:

- Law n. 71/98, 3rd november - Legal framework of volunteering
- Decree-Law n. 389/99, 30th September - regulates Law n. 71/98.
- Council of Ministres Resolution n.º 50/2000, de 30th March (D.R., II série, n. 94, de 20th April) - Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
- Decree-Law n. 40/89, 12nd February + Decree-Law n. 389/99, 30th de September + Decree-Law n. 176/2005, 25th October - Social Insurance for volunteers
- Ordinance n. 87/2006, 24th January – Volunteer Identification Card



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Council of Ministres Resolution n. 62/2010, 25th August – 2011 as the European Year for Volunteering
- Law n. 30/2013, 8th May – Framework law of Social Economy
- Council of Ministres Resolution n.º 55/2010 - National Council for the Social Economy (CNES - Conselho Nacional para a Economia Social)
- Decree-law n. 282/2009 - establishment of CASES
- Council of Ministres Resolution n. 16/2010 – Program to support the development of Social Economy
- Decree-Law n. 120/2015, 30th June – Cooperation between State and third sector
- Resolution of the European Parliament (2008/2250(INI)), 19th February 2009 – Social Economy
- Council of Ministres Resolution n. 95-A/2013, 27th December – funding of the Fundo de Reestruturação do Sector Solidário
- Dispatch n. 1025/2014, 22nd January – solidarity funding
- Ordinance n. 31/2014, 5th February – functioning of the Social Sector Restructuring Fund (Fundo de Reestruturação do Sector Social).
- Decree-Law n. 119/83, 25th February, altered by Decrees-Laws n.s 9/85, 9th January; 89/85, 1st April, 402/85, 11th October; 29/86, 19th February; 172-A/2014, 14th November – Statue of the Private Institutions of Social Solidarity (IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social).
- Decree-Law n. 72/90, 3rd de March – Code of the Mutual Associations
- Law n. 20/2004, 5th June – Statue of the Voluntary Association Leader
- Decree-Law n. 124/2009, 21st May – Voluntary work in schools by retired teachers.
- Law n. 32/2007, 13th August – Humanitarian Associations of Firemen.

- Dispatch n. 4456/2005, 1st March – Necessary procedures for time account for teachers who contract volunteer work with NGO and private social economy institutions.
- Law n. 13/2004, 14th April – Legal framework of the Portuguese Cooperation Agent.
- Decree-Law n. 198/96, 17th October – Legal framework of Youth Programs, including volunteering
- Council of Ministers Resolution n. 15/2014, 24th February – national agencies for Erasmus+ in Portugal.
- Council of Ministres Resolution n. 17/2014, 7th March – new Strategic Concept of Portuguese Cooperation 2014-2020.
- Resolution 52/17 UN General Assembly - 2001 as the Volunteering International Year
- Resolution 40/212 UN General Assembly, 17th December 1985 – invites all governments to annually celebrate, on 5th December, the Volunteering International Day.
- Universal Declaration of Volunteering, January 2001 – IAVE, Amsterdam.
- European Law on Social Economy
http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/legislacao_comunitaria/02LC-Parte-I-EcoSocial-Geral.pdf
- European Law on Social Economy, Single Market and Social Economy Firms
http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/legislacao_comunitaria/07LC-Parte-II-ES-MU-Geral.pdf
- European Law on Social Innovation and Entrepreneurship
http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/legislacao_comunitaria/11LC-Parte-III-ES-PDE-Inov-Emp-social.pdf



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- European Law on Development Cooperation -
http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/legislacao_comunitaria/10LC-Parte-III-ES-PDE-Coop-Desenv.pdf
- European Law on Social Support Programs
http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/legislacao_comunitaria/13LC-Parte-IV-Outras-Ref-Doc-Programas-Apoios.pdf
- European Law on Cooperatives
http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/legislacao_comunitaria/04LC-Parte-I-EcoSocial-Cooperativas.pdf
- European Law on Associations
http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/legislacao_comunitaria/03LC-Parte-I-EcoSocial-Associacoes.pdf
- European Law on Foundations
http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/legislacao_comunitaria/05LC-Parte-I-EcoSocial-Fundacoes.pdf
- European Comparative Social Economy Law <http://www.cases.pt/sobre-nos/economia-social-e-solidaria/leis-de-bases-internacionais/europeias>
- Global Comparative Social Economy Law <http://www.cases.pt/sobre-nos/economia-social-e-solidaria/leis-de-bases-internacionais/outras>



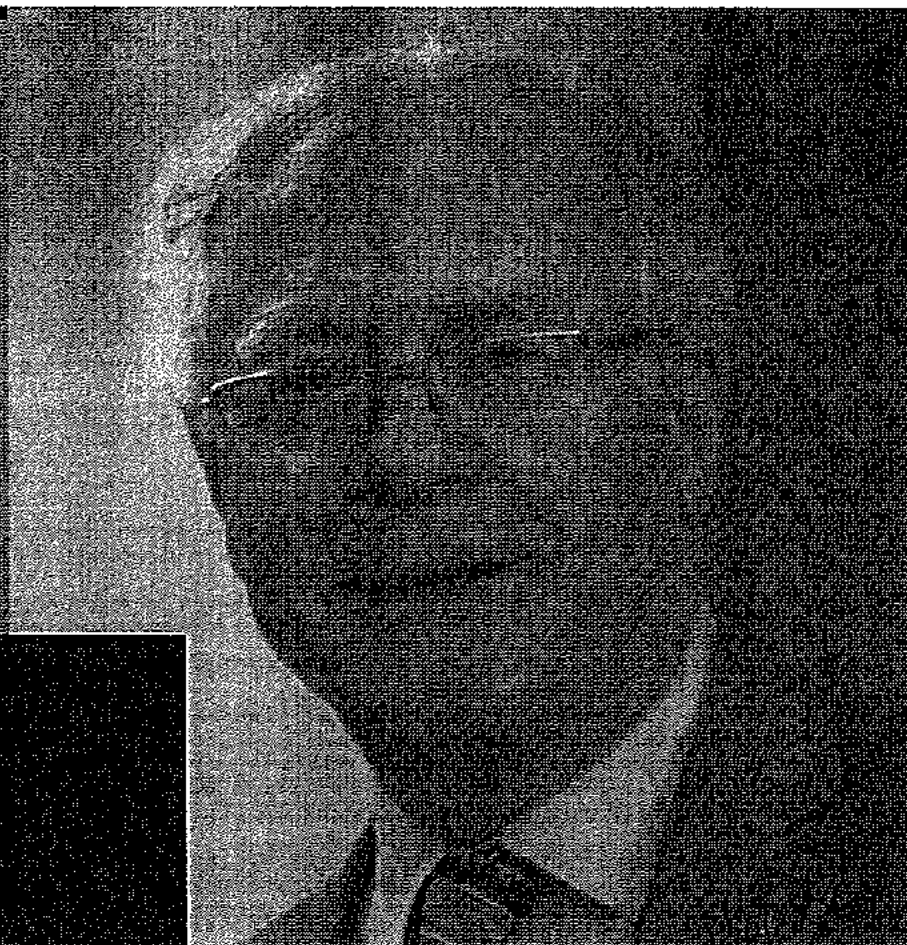
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professor Doutor

Seul Otmar

University of Paris
Ouest-Nanterre-La Défense



**LOCAL DE TRABALHO E REPRESENTAÇÃO AO NÍVEL DE ADMINISTRAÇÃO:
STANDARDS MÍNIMOS EUROPEUS PARA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES
NA TOMADA DE DECISÃO (DIREITOS DE INFORMAÇÃO E CONSULTA NOS
ESTADOS-MEMBROS DA EU)**

**WORKPLACE AND BOARD-LEVEL REPRESENTATION: EUROPEAN MINIMUM
STANDARDS FOR LABOUR PARTICIPATION IN DECISION MAKING (INFORMATION
AND CONSULTATION RIGHTS IN MEMBER STATES OF THE EU)**

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**07 A 11
DE MARÇO 2016**

Horário:
11h00 às 13h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



II.

Syllabus

Workplace and Board-level Representation : European minimum standards for Labour Participation in Decision Making (Information and Consultation Rights in Member States of the European Union)

The narrow definition of corporate governance focuses on the control of management by shareholders. The broader definition looks at the role of stakeholders in making and implementing strategic decisions in the company: especially from the trade union perspective, employees should have a "voice" in the decision-making process to ensure that a reasonable balance is achieved in the goals pursued by the company, not just the maximization of shareholder profits. Corporate governance must be understood as a system in which there is an interplay of different regulations and market forces. Therefore corporate governance deals with multiple issues in the field of corporate law, securities regulation, corporate finance and industrial relations. In 17 of the 27 EU member states employees are represented in the companies' supervisory or administrative board.

Each time proposals for legislation creating company forms at the European level or for regulating cross-border company restructuring are made, the issue of *worker involvement* is raised. Significantly different provisions for information, consultation and participation rights for employees are contained in the legislation proposed or already passed. The European trade union movement has therefore raised the demand of creating a *European minimum standard* for worker involvement, which would apply to all European company legal forms and to cross-border restructurings regulated at the European level.

1. Trade Unions

1.1 Union density

1.2 Union structures

2. Collective Bargaining

2.1 Collective bargaining coverage

2.2 The level of collective bargaining

3. Workplace Representation

3.1 The formal structures

3.2 The role of unions

4. Board-level Representation

4.1 Employee representatives at board level

4.2 Employee participation and corporate governance

5. Health and Safety

6. European-level Representation - Worker involvement and European company law

UFR Droit et Science Politique

Otmar Seul, *Professeur des universités émérite*

Master bilingue des droits de l'Europe – spécialisation « Droit allemand »

Cursus intégrés franco-allemands en sciences juridiques (*Université Franco-Allemande*)

Université Paris Ouest-Nanterre-La Défense

UFR LCE / UFR Droit et Science politique

200 Avenue de la République, F. 305

F-92 001 Nanterre

FRANCE

Tel. 00 33 1 40 97 77 70 (Secrétariat)

FAX 00 33 1 40 97 76 57

Mail : otmar.seul@hotmail.com

<http://www.droit-fi-all-paris-ouest.fr/>

em. Professor Dr. Dr. h. c. Otmar SEUL

born: August 30, 1943 in Trier (Germany)

**I.
C.V.**

***Educational and scientific activities
at the University of Paris Ouest-Nanterre-La Defense
(Paris X-Nanterre)
since 1989***

Director of bilingual Masters' Program:

French Law / German Law : 1989-2011

Coordinator of integrated courses French-German in Law Paris Ouest/Potsdam (Germany)

(French-German University) : 1993-2011

1.

Principal Studies, diplomas and Titles

-Doctor in Economics and Social Sciences (Dr. rer. pol.); Carl-von Ossietzky University, Oldenburg/Germany: 1988 : specialization in *economics and law*

-Habilitation for direction of research (HDR); Université de Paris X–Nanterre/France: 1998 : specialization: *Law and practice of worker involvement in company decision-making*

-Doctor of Law *honoris causa* (Dr. jur. h. c.); Law Faculty of the University of Potsdam/Germany: 2002

2.

Main Courses at Paris Ouest-Nanterre-La Défense :

- Legal German
- Collective Labor Law : Labor Relations and Collective Bargaining
- German and European Civilization.

3.

Principal Works (books) in the field of *industrial democracy and Rights and Practices of Employee Participation in Decision Making.*

-*Arbeitnehmerpartizipation im Urteil der französischen Gewerkschaften: Sozialreformen unter der Präsidentschaft François Mitterrands (1982-1985)*, Südwestdeutscher Verlag für Hochschulschriften, Saarbrücken 2012 (réédition *thèse* 1986);

-*La solidarité dans l'Union européenne* (direction en collaboration avec Tomas Davulis), Actes de l'Université d'été franco-allemande et européenne Vilnius/Lituanie, juin/juillet 2008), Ed. Peter Lang Berne, Francfort s. M., New York, Oxford, Vienne, 300 pages 2012 ;

-*Théories, droits et pratiques de la participation directe des salariés aux décisions dans l'entreprise en France et en Allemagne : synthèse des travaux 1970-2000*, Editions universitaires européennes, Sarrebruck, 2011, 122 pages ;

-*L'Europe élargie : la participation des salariés aux décisions dans l'entreprise. Traditions à l'Ouest, innovations à l'Est ?* (dir. en coll. avec Peter Jansen), Ed. Peter Lang Berne, Francfort s. M., New York, Oxford, Vienne, 2009, 430 pages;

-Information, Consultation et Cogestion : droits et pratiques de la participation des salariés aux décisions dans l'entreprise en France et en Allemagne / Unterrichtung, Anhörung und Mitbestimmung : Rechte und Praktiken der Beteiligung der Arbeitnehmer an der Entscheidungsfindung im Unternehmen in Deutschland und Frankreich. Recueil de textes en langues française et allemande (dir. en coll. avec Peter Jansen) ; no. 15 de la collection *Allemand juridique-Langues et cultures juridiques et politiques européennes* ; publications des Formations « Droit allemand » de l'Université Paris Ouest-Nanterre-La Défense, 2008, 235 pages ;

-De la communication interculturelle dans les relations franco-allemandes : Institutions – Enseignement – Entreprises (dir. en coll. avec Bernd Zielinski et Uta Dupuy), Ed. Peter Lang, Berne, Francfort s. M., New York, Oxford, Vienne, 2003, 344 pages;

-Les nouveaux Länder dans le processus d'unification (dir.), Actes des 2èmes et 4èmes *Rencontres franco-allemandes de Nanterre sur l'Allemagne unifiée*, Editions Chlorofeuilles, Nanterre 2000, 2 volumes, 561 pages;

-Implications juridiques et politiques de l'unification allemande (dir.), textes choisis des 1ères *Journées d'information sur l'Allemagne unifiée*, Editions Chlorofeuilles (Collection *L'Allemagne unifiée*), Nanterre 1998, 184 pages;

-Démarches participatives et travail en groupe : l'impact du modèle japonais sur l'organisation du travail et les relations de travail en France et en Allemagne (dir.), Editions Chlorofeuilles (Collection *La France et l'Allemagne en Europe*), Nanterre 1998, 441 pages;

-Participation par délégation et participation directe des salariés dans l'entreprise. Aspects juridiques et socio-économiques de la modernisation des relations industrielles en Allemagne, en France et dans d'autres pays de l'Union européenne (dir.), Editions Chlorofeuilles (Collection *La France et l'Allemagne en Europe*), Nanterre 1994, 365 pages;

-Gewerkschaften in Frankreich : Geschichte, Organisation und Programmatik (en coll. avec Peter Jansen, Leo Kießler, Peter Kühne, Claus Leggewie), Editions Campus (*Deutsch-französische Studien zur Industriegesellschaft*), tome 2, Francfort-sur-le-Main et New York 1986, 288 pages.

4.

Editorial activities:

-Founder (1994) and Director of the collection *Legal German/Languages and legal cultures and European politics*, published by the French-German program in legal sciences at the University of Paris Ouest-Nanterre–La Défense.

-Co-founder (2010) and Codirector of the collection *Legal and Political Cultures* published by Peter Lang in Bern, Berlin, Frankfurt a. M., New York, Oxford, Vienna.

5.

Activities regarding French–German and European university cooperation:

- (1) Since 1990, creation and direction of more than 40 ERASMUS / SOCRATES programs (Germany, Austria, Switzerland, Baltic countries, Poland, Turkey) in Law and Politics (<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/echanges-erasmus-socrates>)
- (2) In 1990, the initiator and then coordinator of the **European Network of University Cooperation in Law and Political Science** established on the ERASMUS / SOCRATES partnerships: Today it encompasses more than 35 European universities and gives occasion for the **Annual Meeting** of those responsible for the before-mentioned network (Zurich 2015, Dresden 2014, Vienna 2013, Lisbon 2012, Berlin 2011, Barcelona/Andorra 2009, Seville 2009, Florence 2008, Istanbul 2007, Fribourg/Switzerland 2006, Nanterre 2005...). The network takes the initiative in favoring the harmonization of studies in Europe (<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/reseau-europeen-de-cooperation-universitaire>)
- (3) Creation of **introductory programs to French law** in 3 partner Universities: Münster (Germany) 1991, Potsdam (Germany) 1994, Vilnius (Lithuania) 2003 favoring the mobility of the students from Paris Ouest-Nanterre-La Défense and partner universities.
- (4) Creation and co-direction of 2 **integrated French-German Courses** in law in cooperation with the University of Potsdam (Germany), under the tutelage of the *Collège Franco-Allemand pour l'Enseignement supérieur* (since 1995/1996) and finally of *Université Franco-Allemande (UFA)* (since 2000/2001) (<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/les-cursus-bilingues-franco-allemands>)
- (5) Organization / co-organization, direction / co-direction of more than 20 **French-German and European Colloquies** since 1990, at Paris X-Nanterre and at the European partner universities: Especially on German unification, Franco-German relations, European integration, harmonization of studies and of law in Europe, labor relations in Europe (<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/journees-etudes-et-colloques>)
- (6) In July of 2004 creation and then co-direction of a **tri-national Summer University** (French-German-Lithuanian and European) in law at the University of Vilnius (Lithuania) applying to doctorates and students at the Masters' level (first *Université d'été* created by Paris Ouest-Nanterre

<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/universite-dete-franco-germano-lituanienne-vilniuslituanie-depuis-2004/>

- (7) In June 2011, creation and then co-direction of a **French-German and European Summer University** in Law applying to doctorates and students at the Masters' level at the **University of Minsk (Belarus)**; themes:
<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/universite-dete-franco-germano-bielorusse-minskbelarus-depuis-2011/>

- (8) Other creations of **French-German and European Summer Universities** in Law :
<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/universites-dete-et-ateliers-de-recherche-franco-allemands-et-europeens/>
-

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2016

Professor Doutor

Janez Kranjc

University
of Ljubljana

A CORRUPÇÃO COMO UM PROBLEMA DA NOSSA SOCIEDADE

CORRUPTION AS A PROBLEM OF OUR SOCIETY

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**14 A 18
DE MARÇO 2016**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online

Title of the course: Corruption as a Problem of our Society

Type of course: Intensive course

Language: English

Date of the course: from 14 March 2016 to 18 March 2016.

Time: from 16:00 until 18:00.

Teacher: Janez Kranjc, University of Ljubljana, Slovenia

Syllabus of the course:

1. First unit: What is corruption? Definition of Corruption.
2. Second unit: Corruption as a social phenomenon. Corruption in the past. Is corruption a deviation or an inherent part of human society?
3. Third unit: The mechanism of corruption. Categorization of corruption. Systemic political corruption and the state capture.
4. Fourth unit: The fight against corruption – international anti-corruption instruments.
5. Fifth unit: What to do? The example of the Transparency International.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2016

Professor Doutor

Jacques Ziller

Universidade
de Évora

DIREITO ADMINISTRATIVO EUROPEU: FUNDAÇÕES E QUESTÕES ATUAIS

EUROPEAN ADMINISTRATIVE LAW:
FOUNDATIONS AND CURRENT ISSUES

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**21 A 23
DE MARÇO**

Horário:

Dia 21 - 14h00 às 18h00

Dias 22 e 23 - 14h00 às 17h00

Duração do Curso:

10 horas

Sala:

A indicar

Inscrição online:



European Administrative Law: Foundations and Current Issues

Professor Jacques Ziller
Università degli Studi di Pavia

The course will consist in four sessions (each of 2 hours 30 minutes), in which we will explore the following topics.

1. **The Right to good administration.** Article 41 of the Charter of fundamental rights and correlated fundamental rights: contents, sources and developments.

Students are advised to read Articles 41, 42, 43, 47, 51 and 52 of the Charter as well as the relevant official explanations (available at <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=OJ%3AC%3A2007%3A303%3ATOC> in English, Portuguese and in the 22 other EU official languages). As supplementary reading the following is recommended: The General Principles of EU Administrative Procedural Law – In - depth Analysis for the European Parliament’s Committee on legal affairs (available at http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/519224/IPOL_IDA%282015%29519224_EN.pdf)

2. **EU centralised administration and EU shared administration.** The law of executive action of the EU institutions, bodies, offices and agencies and the law of implementation of EU policies by Member State's authorities: sources of law, judicial review and non-judicial review of administrative action. The limits to organisational and procedural autonomy of Member States.

Students are advised to refresh their knowledge and understanding of EU institutions for instance by reading the booklet *How the European Union works - Your guide to the EU institutions* available for free on <http://bookshop.europa.eu/en/how-the-european-union-works-pbNA0414810/> in English, Portuguese and in the 22 other EU official languages). The *Oleificio Borelli* case will be examined in class as an example of the difficulties due to a lack of coordination of the legal frameworks for shared administration (see the Ruling of the ECJ of 3 December 1992 and the Opinion of Advocate general Darmon in *Oleificio Borelli SpA v Commission of the European Communities* Case C-97/91, ECR 1992 I-06313 available at <http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?pro=&lgrec=it&nat=or&ogp=&dates=&lg=&language=en&jur=C%2CT%2CF&cit=none%252CC%252CCJ%252CR%252C2008E%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252Ctrue%252Cfalse%252Cfalse&num=C-97%252F91&td=%3BALL&pcs=Oor&avg=&page=1&mat=or&jgc=&for=&cid=158917#> in English, Portuguese and other EU official languages.

- 3. Normative execution of EU policies and administrative application of EU legislation and general norms.** With the Lisbon Treaty, the legal framework of the EU executive function has been clarified, but only to some extent. The new definition of delegated and implementing acts in articles 290 and 291 of the TFEU, and the new definition of standing for individuals in proceedings for annulment of EU acts under article 263 TFEU leads to a complex framework of rules and procedures of EU administrative law. The case law on articles 290 and 291 TFEU as well as on article 263 par.

Course title	<i>The Area of Freedom, Security and Justice: Justice and Home Affairs cooperation in the European Union</i>
Duration	4 days of 2.5 hours each – 10 hours
Dates	23 February – 26 February 2015
Lecturer	Prof. Dr. Jaap W. de Zwaan Professor of the Law of the European Union Erasmus University Rotterdam The Netherlands dezwaan@law.eur.nl
Course objectives	
In the Course an analysis will be provided regarding all essential dimensions of the Area of Freedom, Security and Justice. The Area is a concept introduced by the <i>Treaty of Amsterdam</i> (1999) as the successor text of the Schengen Implementing Convention (1995) respectively the Maastricht Treaty (1993). All dimensions of the Area are now embedded in the texts of the Treaty on European Union and the Treaty on the Functioning of the European Union, as amended by the <i>Lisbon Treaty</i> (2009). The content of the <i>acquis</i> in all relevant areas (free movement of persons, border controls and visa policy, asylum and immigration policy as well as police and criminal law cooperation) will also be discussed.	
Course Description	
The concept of the Area, Freedom and Security (AFSJ) has been introduced in the EU treaties by the Amsterdam Treaty which entered into force on 1 May 1999. The AFSJ builds further on the principle of freedom of movement, one of the fundamental freedoms of the internal market and introduced by the EEC Treaty of 1958. The AFSJ includes a number of subject matters: free movement of persons, abolishment of internal border controls, the organisation of common external border controls, a common visa policy, common policies regarding asylum and immigration, criminal law cooperation and police cooperation.	

movement of persons will be discussed, as well as the relevant acquis in that regard. In this context also the position of family members and the concept of European citizenship will be dealt with. Secondly the basic principles of the common system of external border controls will be discussed, as well as the essentials of the common visa policy. In the last context notably the list of countries the nationals of which have to be in the possession of a visa before coming to the European Union, is of importance.

In the *third lecture* the essentials of the common asylum and immigration policy are on the programme. As to the first subject matter of course the acquis of the UN Refugee Convention of Geneva of 1951 has to be respected. The second subject matter will focus on the position of legal as well as of illegal immigrants coming from third countries.

The *fourth and final lecture* will deal with the achievements so far of the common policies in the areas of police and criminal law cooperation, and will take a look in the future. As to police cooperation the existence and responsibilities of Europol and Eurojust are of importance. As to criminal law cooperation the focus will be on the most important instruments developed in the combat of acts of crime characterised by their cross boundary character (such as terrorism, human trafficking, corruption and fraud). The discussion about the future perspectives will focus on the priorities established by the European Council in its Conclusions of 27 June 2014.

Educational Outcomes

At the end of the course student will have acquired insight in the origin of the Justice and Home Affairs cooperation of the EU, the relevant dimensions of the Area of Freedom, Security and Justice as well as the acquis –legislation and policy- which has been developed on the basis of the Treaties of Amsterdam (1999), Nice (2003) and Lisbon (2009).

Basic Bibliography

Freedom, Security and Justice – After Lisbon and Stockholm
 Sarah Wolff, Flora Goudappel, Jaap de Zwaan (Editors),
 T.M.C. Asser Press – 2011 – The Hague
 ISBN 978-90-6704-317-5, € 29

- 📖 Treaty on European Union
- 📖 Title V Third Part - Treaty on the Functioning of the European Union – Area of Freedom, Security and Justice
- 📖 Charter of Fundamental Rights of the European Union

Conclusions European Council 26/27 June 2014, notably under I, par. 1-13 (Freedom, Security and Justice)
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/143478.pdf

Thursday 26 February	Book Freedom, Security and Justice – After Lisbon and Stockholm, Chapters 9 and 10 (digital versions available)  Council decision European Police Office  Council decision European Arrest Warrant  Council framework decision organised crime Council framework decision Joint Investigation Teams, http://www.legislationline.org/documents/action/popup/id/8659 Proposal for a Council Regulation on the establishment of the European Public Prosecutor's Office http://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?qid=hLdXTzvLQvm3nVJDzWkLVrJQ7rh3bVmGy30CLKvt4vLnK2TMTt8l-795314181?uri=CELEX:52013PC0534 Future Perspectives Commission Communication, An Open and Secure Europe: making it happen, COM(2014) 154final, 11 March 2014, http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/basic-documents/docs/an-open-and-secure-europe-making-it-happen-en.pdf Conclusions European Council 26/27 June 2014, notably under I, par. 1-13 (Freedom, Security and Justice) http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/143478.pdf
Language	English



Dr. Jacques Ziller, PhD

Born 1951, French nationality, Full Professor of European Union Law at the University of Pavia, Department of Political and Social Sciences.
Coordinator of the PhD programme Istituzioni, Amministrazione e Politiche Regionali IAPB.
Member of the Consiglio di Gestione and the Direzione Scientifica, Fondazione Universitaria per la Formazione delle Amministrazioni Pubbliche FUAP.
Member of the Consiglio scientifico, Fondazione Romagnoli

Studied at Paris II and Paris IV Universities as well as at the Paris Institute of Political Studies (*Sciences Po*). Doctor's degree in law from Paris II University (*Doctorat d'Etat en droit*), post-graduate diplomas (*Dipômes d'Etudes supérieures*) in public law and political science, graduate diploma of the Paris Institute of Political Studies (*Dipômes de l'IEP de Paris*), as well as a graduate diploma (*Licence ès lettres*) in German language and literature.

Has been teaching French public law and comparative public law, European community law and international law, as well as public administration as an assistant professor at Paris II University (1980-1985), as an associate professor at ESSEC Business School (Cergy-Pontoise, 1980-1985) and later as a professor at the University of French West-Indies and Guyana (Guadeloupe-FWI, 1989-1991) and at University Paris I, Panthéon-Sorbonne (1992-2007 – on secondment from 1/09/1998 to 30/09/2007). Professor of Comparative Public Law the European University Institute, Florence from September 1st 1998 until 2008. Head of the Law Department from 1 October 1999 to 31 October 2003.

Specialized in research and training for senior civil servants in the fields of comparative public administration and management and also in the field of European affairs and regional integration when working as a lecturer and later an associate professor at the European Institute of Public Administration (IEAP/EIPA-Maastricht, The Netherlands, 1986-1989) and Director of research and publications at the International Institute of Public Administration (IIAP, Paris, France, 1992-1995). Chief Editor of the Revue française d'Administration publique from January 1992 to September 1995. Visiting Professor at the College of Europe (Bruges, Belgium) from 1993 to 1998, and at the Universitat Autònoma (Barcelona, Spain) from 1994 to 1997.

Member of the Scientific Council of the Deutsches Forschungsinstitut für öffentliche Verwaltung bei der deutschen Hochschule für Verwaltungswissenschaften Speyer, of the Academic Advisory Board, Salzburg Centre of European Union Studies, of the Steering Committee of Euro-Latin Study Network on Integration and Trade – ELSNT.

Member of the Executive Committee of Societas Iuris Publici Europaea (SIPLE), Coordinator and Member of the Steering Committee of ReNEUAL (Research Network on EU Administrative Law). Former member of the Steering Committee of the European Group for Public Administration (EGPA, GLAP, Bruxelles) : 1993-1996 and 2004-2010 and of the Program Committee of the International Association of Schools and Institutes of Administration (IASIA)

Consultant to the European Parliament, to the European Commission and to the Committee of the Regions of the European Union. Consultant to OECD (Puma and Senna programs). Member of the working group which produced the reports A Basic Treaty for the European Union, (FUI-Robert Schuman Centre), 15 May 2000 and Reforming the Treaties' Amendment Procedures, 31 July 2000. Expert for the Committee of Regions for the European Convention on (2002-2003).

Member of the Association française de Droit Constitutionnel, Associazione Italiana Giuristi Europei (AIGE, member of the Scientific council), Associazione Italiana dei Professori di Diritto amministrativo, Comité pour l'Etude des Communautés européennes (CEDEC), Institut Français

des Sciences Administratives (IFSA), Societas Iuris Publici Europaei (SIPE, Member of the Executive Committee), and the Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer

Member of the Editing board or Scientific council of: Revista de Derecho de la Unión Europea, Revista de Estudios Autonómicos y federales, Revue française d'Administration publique, Revue Internationale de droit économique, Revue Juridique, Politique et Economique de la Nouvelle Calédonie, Rivista Cittadinanza europea, Rivista Diritto della Cultura , Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario, Maastricht Journal of European and Comparative Law, Uprawa – Administration, del Yearbook of Polish European Studies, Zeitschrift für öffentliches Recht e della collana Réflexe Europe, la Documentation française.

Languages :

French (native speaker), Dutch, English, German, Italian, Spanish, Portuguese

Curriculum Vitae

Janez Kranjc was born in 1949 in Ljubljana, Slovenia.

Education:

Elementary and secondary school in Ljubljana, where he graduated from the Faculty of Law, University of Ljubljana, in 1971. In 1974 he acquired the LL. M. at the Faculty of Law, University of Ljubljana and in 1980 the doctorate at the same university.

Study abroad:

During the academic year 1975/76 he studied at the University of Vienna (Austria) preparing the doctoral thesis (mentor Professor Walter Selb).

Academic career:

In 1980 he became lecturer, in 1987 Associate Professor and in 1992 Full Professor of Law. He has been teaching Roman Law and German Legal Terminology, as well as some elective subjects at the Faculty of Law of the University in Ljubljana and Roman Law at the University of Maribor.

From 1993 until 1995 and from 2001 until 2003 he was Vice Dean and from 1995 until 2001 he was three mandates Dean of the Faculty of Law.

In 1994 he founded the International Forum of the University of Ljubljana Faculty of Law. Since then he has been its chairman.

Teaching abroad:

Visiting Professor at the University of Poitiers (France) in 2005, 2009 and in 2013 (each time one month).

Visiting Professor at the Karl-Franzens University in Graz (Austria) during the summer semester of the academic year 2005/2006.

Visiting Professor at the State University of Irkutsk (Russian Federation) in 2010 and in 2014 (each time teaching a ten days course).

Researching abroad:

He spent the Easter term of 1987 at the University of Cambridge (Fitzwilliam College, hosts Professors Peter Stein and John Crook).

In 1988 he obtained a one month scholarship of the Italian government for a research work at the University of Rome La Sapienza (host Professor Luigi Capogrossi-Colognesi).

In 1989 he was awarded the Alexander von Humboldt Stiftung research fellowship and spent six months of at the University of Cologne (Köln), Germany (host Professor Andreas Wacke).

Research Fellow at the Straus Institute for Advanced Study of Law and Justice, New York University School of Law during the academic year 2011/2012.

In 2015 he was awarded a six month Chair of excellence at the University Carlos III de Madrid.

Memberships and distinctions:

2006 Honorary doctorate at the University of Poitiers (France)
2006 Chevalier de l'ordre des palmes académiques.
2010 Slovenian Zois Prize for top achievements in science, research and development.
2012 Member of the "The Academy of Europe
2012 Österreichisches Ehrenkreuz für Wissenschaft und Kunst I. Klasse
2012 Chevalier dans l'Ordre national de la Légion d'honneur

Non-academic activities:

From 2003 until 2005 member of the Council of Europe's expert team working on the project "Law Faculty Reviews in Bosnia and Herzegovina".
From 2004 until 2014 editor in chief of the new international legal journal Slovenian Law Review, published in English, French and German.
From 2004 until 2009 he was member of the High Judicial Council of the Republic of Slovenia; from 2007 until 2009 he was its President.
2009 President of the Board of ELFA (European Law Faculties Association)
In 2010 he was elected member of the Council for environmental protection of the Republic of Slovenia.



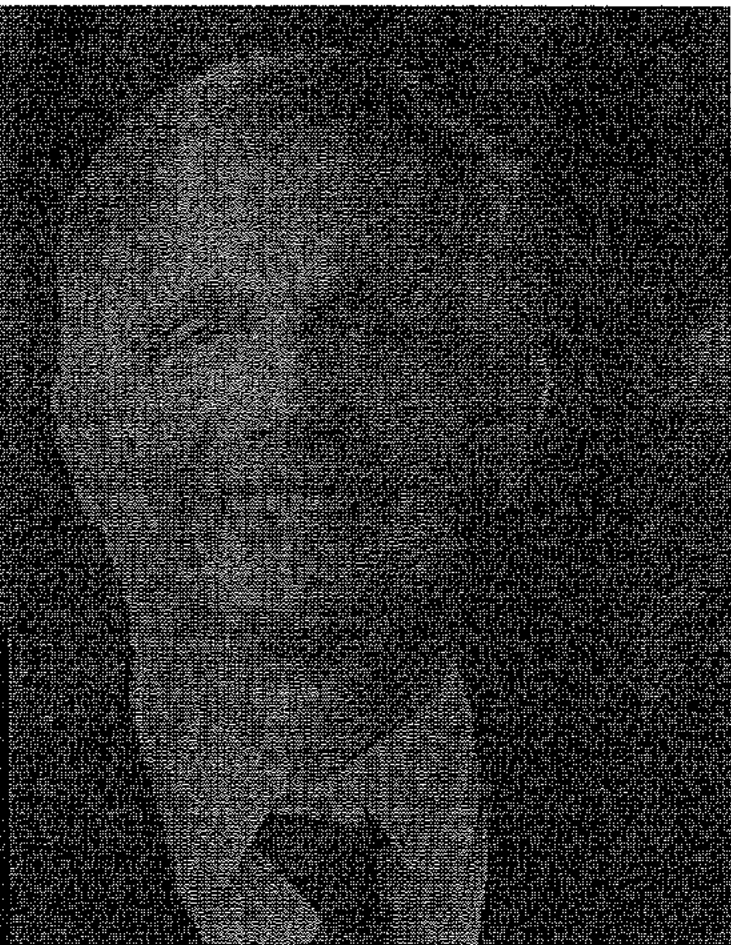
CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2016

Professor Doutor

Bernd Oppermann

Hannover
University



DIREITO DA CONCORRÊNCIA EUROPEU I: A LEI DA ESTRUTURA DE MERCADO

EUROPEAN COMPETITION LAW I:
THE LAW OF MARKET STRUCTURE

Idioma: Inglês

(2ª EDIÇÃO)

**28 DE MAR.
A 01 DE ABR. 2016**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



COURSE SYLLABUS
COMPARATIVE COMPETITION LAW
(Univ. Lisbon)

European Competition Law I: The Law of Market Structure

1. Course Description

Basic understanding of law of market structure and of unfair competition law; introduction into European and national competition procedure including the leniency programs.

2. Daily course outline

Class 1 Monday, March 28, 2016, Prof. Bernd Oppermann

Topic A: personal introduction, general introduction (intro on the course structure; introduction to European competition law; methods of legal reasoning in Europe; TEU and TFEU, competence, conferral, subsidiarity, proportionality, and other principles of European law and its relationship to national law of EU member states; The EU freedom of market, competition on the market, and economic policy).

Topic B: Economic and legal concepts of competition; markets and market structure; competition theory; history of European competition law. Relationship to the law of consumer protection. Relationship to SME policy. Relationship to the law of state aid.

Topic C: European competition law as a part of European law; European competition law and National competition law.

Topic D: The so-called Airline Cargo Cartel as a more recent example of theoretically possible horizontal trade restraints

Assigned reading: course script, introductory part, essay on the political content of competition law

Class 2 Tuesday, March 29, 2016, Prof. Bernd Oppermann

Topic A: Competition law and cartel law: horizontal trade restraints, concerted practices. The structure of a European statute (Art. 101 TFEU) under the Lisbon Treaty.

Topic B: Exemptions and block exemption of Art. 101 (1) in European and national cartel law.

Topic C: Legal consequences of Art. 101 in administrative cartel law, criminal law, and private law (some basics in competition procedure).

Topic D: European cartel law: vertical trade restraints, distribution systems, licensing.

Assigned reading: course script, provisions of the Lisbon Treaty (TEU, TFEU), provisions of Reg. 1/2003, more cases on cartels, case on vertical trade restraints

Seminário:

História da Teoria do Crime: *da formação da dogmática ao direito constitucional penal*

Professor Doutor GLÁUDIO BRANDÃO

Programa:

Aula 1 – História e Trajetória do Direito Penal: *linhas mestras*.

- a) Sociedades simples e o seu Direito Penal: características e principais sanções.
- b) Direito Penal Romano.
- c) Direito Penal no Medievo. Características da alta e da baixa Idade Média. O sistema penal da inquisição. Glosadores e Comentaristas.
- d) Conclusão da aula: *Comentaristas e formação da primeira parte geral do direito penal. Elementos da trajetória penal e sua utilização hodierna.*

Aula 2 – História e Trajetória do Direito Penal: *iluminismo penal e construção conceitual da dogmática*.

- a) Características do Direito e do Direito Penal na Modernidade.
- b) O Iluminismo Penal: *postulados, princípios e formação política do princípio da legalidade*.
- c) Formação Jurídica do Princípio da Legalidade Penal.
- d) Construção da Nomenclatura da Teoria do Crime: *culpa, ilícito e tipo*.
- e) Conclusão da aula: *Consequências do iluminismo para o direito penal atual, sua face política e o papel do Princípio da Legalidade*.

Aula 3 – Tipicidade Penal e Antijuridicidade.

- a) A tipicidade como conceito equivalente ao crime e como elemento constitutivo do delito.
- b) A tipicidade como condição para os elementos da teoria do crime
- c) O tipo como continente da ação
- d) Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.
- e) Conclusão da aula: *Antinormatividade e bem jurídico*.

Aula 4 – Bem Jurídico.

- a) Nascedouro do conceito de bem jurídico: a tese de Johann Birnbaum sobre a necessidade da lesão de direitos.
- b) O bem jurídico no positivismo normativo de Binding.
- c) O bem jurídico no positivismo sociológico de von Liszt.
- d) A construção do bem jurídico a partir do neokantismo.
- e) Conclusão da aula: *A função do bem jurídico no direito penal atual*.

Aula 5 – Culpa. Aplicação Constitucional da Teoria do Crime.

- a) Trajetória da Culpa: *características do positivismo, do neokantismo e do finalismo*.
- b) Concepções Funcionalistas e Finalistas da Culpa.
- c) Método Constitucional de Aplicação da Teoria do Crime.
- d) Conclusão da aula: *Princípios e valores constitucionais e sua função na aplicação da teoria do crime*.

WELZEL, Hans. *El nuevo sistema del derecho penal*. Montevideo:BdF. 2002.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et alli*, *Derecho Penal. Parte General*. Buenos Aires:Ediar. 2002.
ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em torno de la cuestión penal*. Buenos Aires:BdeF. 2005
ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Tratado de derecho penal*. T. III. Buenos Aires:Ediar. 1981.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professor Doutor

Sílvia Beltrão

Universidade
Federal de Pernambuco



DIREITOS DA PERSONALIDADE

PERSONALITY RIGHTS

Idioma: Português

(4ª EDIÇÃO)

**04 A 08
DE ABRIL 2016**

Horário:
11h00 às 13h00

Duração do Curso:
10 horas

Salas:
A indicar

Inscrições online:

DISCIPLINA: DIREITOS DA PERSONALIDADE.

Área: Direito Privado – Neoconstitucionalismo.

Linha de Pesquisa: Transformações das relações jurídicas privadas e sociais.

PROFESSOR: Doutor Silvio Romero Beltrão

CARGA HORÁRIA: 10 h/a

EMENTA

Direito Civil. Direitos da Personalidade. A pessoa humana no ordenamento jurídico civil. Sujeito de Direitos. Objeto do Direito. Conceito de Direito da Personalidade. Características. Natureza jurídica. Direitos fundamentais e direitos da personalidade. Categoria. Tutela jurídica. Personalidade humana pré-natal. A proteção pos-mortem da personalidade humana. Pessoa Jurídica e os direitos da personalidade. Direito à vida e à integridade física. Direito ao nome. Direito à imagem, escritos pessoais e voz. Direito à intimidade e à privacidade. Direito da personalidade e autonomia privada.

OBJETIVOS

O Estudo dos direitos da personalidade visa percorrer os aspectos jurídicos que envolvem a pessoa humana, desde a análise dos conflitos relativos ao embrião como sujeito de direitos, o desenvolvimento da pessoa humana e o seu relacionamento social, culminando com a morte, como fim da personalidade e as suas repercussões no direito.

A pessoa humana, em sua realidade e experiência, representa um valor a tutelar em suas inúmeras formas de expressão, em seu interesse moral e material e no desenvolvimento de sua personalidade. Representa, de acordo com um reconhecimento unânime, o fim último da norma jurídica, daí que o estudo dos direitos da personalidade visa discutir os problemas e as dúvidas que são suscitadas a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, que levantam questões ambíguas entre a promoção e a ameaça ao ser humano.

Do ponto de vista do direito positivo, a individualização do fundamento real do conceito jurídico de pessoa humana reporta-se às experiências da vida que constituem a base de qualquer valor da realidade humana; contudo, põe-se

- 14- Direito ao nome.
- 15- Direito à imagem, aos escritos pessoais e à voz.
- 16- Direito à vida privada.

METODOLOGIA

As aulas serão ministradas de forma expositiva, apresentando o conteúdo teórico dos direitos da personalidade, promovendo discussões com os alunos sobre os aspectos práticos e teóricos da disciplina.

Serão analisados textos de autores nacionais e internacionais, com a realização de seminários e debates.

Será feito estudo de casos práticos envolvendo os direitos da personalidade e o seu reconhecimento perante os Tribunais Superiores.

Os alunos serão avaliados através de seu desenvolvimento em sala de aula, bem como pela elaboração de monografia sobre conteúdo constante no plano do curso.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Aline Mignon de. Bioética e Biodireito. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2000.

ALMEIDA, Silmara J. A. Chinelato e. Tutela Civil do Nascituro. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALONSO, Eduardo Serrano. Derecho de la Persona. Madrid: Actualidade, 1996.

ALVES, Jones Figueiredo; DELGADO, Mário Luiz. Novo Código Civil. Questões Controvertidas. São Paulo: Método, 2003.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de. Teoria Geral da Relação Jurídica. vol.1. Coimbra: Almedina, 1974.



- _____, Lições de direito de família e das sucessões.
Belo Horizonte: Del Rey, 1997.
- _____, Nós, Estudos sobre o direito das pessoas.
Coimbra: Ed. Coimbra, 2004.
- CANOTILHO, J.J. Gomes.** Direito Constitucional e Teoria da
Constituição. Coimbra: Ed Coimbra, 1998.
- CEDON, Paolo.** Le Persone. Diritti della Personalità. Torino:
Utet, 2000.
- CENEVIVA, Walter.** Lei de Registros Públicos Comentada.
São Paulo: Saraiva, 2003.
- CHAVES, Antônio.** Tratado de Direito Civil. Parte Geral.
Tomo 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
- _____. Tratado de Direito Civil. Responsabilidade Civil.
São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.
- _____. Direitos da Personalidade e Dano Moral,
disponível em *Júris Síntese Millennium*, Síntese
Publicações. nº 44, nov. dez. 2003.
- CUNHA, Antônio Geraldo da.** Dicionário Etimológico. Rio de
Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- CUPIS, Adriano de.** I Diritti della Personalità. Milano: Dott. A.
Giuffrè, 1959.
- DIAS, João Alvaro,** Procriação Assistida e Responsabilidade
Médica. Coimbra: Ed. Coimbra, 1996.
- DIAS, Maria Berenice. PEREIRA, Eduardo da Cunha.** Direito
de Família e o novo Código Civil. Belo Horizonte: Del Rey,
2001.
- DINIZ, Maria Helena.** Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria
Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2002.
- _____. O Estado Atual do Biodireito, São Paulo: Saraiva,
2002.



- sobre Técnicas de Reproducción Humana Asistida. Pamplona: Aranzadi, 2007.
- GUIMARÃES, Ana Paula.** Alguns Problemas Jurídico-Criminais da Procriação Medicamente Assistida. Coimbra: Ed. Coimbra, 1999.
- KRELL, Olga Jubert Gouveia,** Reprodução Humana Assistida e Filiação Civil. Curitiba: Juruá, 2006.
- LARENZ, Karl.** Metodología da ciência do direito. Lisboa: Gulbenkian, 1997.
- LEAL, Ana Cristina Ferreira de Souza.** A legítima do cônjuge sobrevivente. Coimbra: Almedina, 2004.
- LEÃO, Adroaldo; Pamplona Filho, Rodolfo Mário Veiga.** Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- LENZA, Pedro.** Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2008.
- LOBO, Paulo Luiz Netto.** Direito das Obrigações. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
- _____. Danos morais e direitos da personalidade. Revista Trimestral de Direito Civil. Rio de Janeiro: Patmas, nº 6:79-97/jun 2001.
- _____. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus. Revista de direito de família. Porto Alegre: Síntese, 2002.
- LOTUFO Renan.** Código Civil Comentado. Parte Geral. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MARTINEZ, Gregório Peces-Barba.** La dignidad de la Persona desde la Filosofía del Derecho. Madrid: Dykinson, 2002.
- MESSINEO, Francesco.** Manuale di Diritto Civile e Commerciale. Vol. II. Parte. I Milano: Dott. A. Giuffrè, 1950.



- PEREIRA, Rodrigo da Cunha.** Afeto, ética, família e o novo Código Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- PERLINGIERI, Pietro.** Manual di Diritto Civile. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2002.
- PESINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de,** Problemas Atuais de Bioética. São Paulo: Loyola, 2007.
- PINTO, Carlos Alberto da Mota.** Teoria Geral do Direito Civil. Coimbra: Ed. Coimbra, 1996.
- PITÃO, José António de França.** A posição do cônjuge sobrevivente no actual direito sucessório português. Coimbra: Almedina, 1994.
- PORTO, Sérgio Gilberto. USTÁRROZ, Daniel.** Tendências Constitucionais no direito de família. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2003.
- PUECHE, José Enrique Bustos.** Manual sobre Bienes y Derechos de la Personalidad. Madrid: Dykinson, 1997.
- RABENHORST, Eduardo Ramalho.** Dignidade Humana e Moralidade Democrática. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- RADBRUCH, Gustav.** Filosofia do Direito. Coimbra: Armênio Amado, 1979.
- RÁO, Vicente.** O Direito e a Vida dos Direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- REIS, Clayton.** Avaliação do Dano Moral. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- RIO, José M. Lete del.** Derecho de la Persona. Madrid: Tecnos, 2000.
- RIOS, Roger Raupp.** A homossexualidade no direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- RUIZ, Yolanda Garcia.** Reproducción humana asistida. Granada: Comares, 2004.



- SILVA**, Edson Ferreira da, Direito à Intimidade, Editora Oliveira Mendes, São Paulo, 1998.
- SOUZA**, Zelita da Silva; **MORAES**, Maria Isabel Dias Miorim. A Ética Médica e o Respeito às Crenças Religiosas. **BIOÉTICA**. Revista do Conselho Federal de Medicina, vol. 6, Brasília, 1998.
- SOUZA**, Rabindranath V. A. Capelo de. O Direito Geral de Personalidade. Coimbra: Ed. Coimbra, 1995.
- STOCO**, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- TALAVERA**, Glauber Moreno. União civil entre pessoas do mesmo sexo. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- TEDEPINO**, Gustavo. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- _____. Problemas de Direito Civil – Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- TEIXEIRA DE FREITAS**, Augusto. Consolidação das leis civis. Anotada por Martinho Garcez. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1915.
- VARJÃO**, Luiz Augusto Gomes. União Estável, São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.
- VASCONCELOS**, Cristiane Beuren. A proteção jurídica do ser humano in vitro na era da biotecnologia. São Paulo: Atlas, 2006.
- VENOSA**, Sílvio Salvo. Direito Civil. Parte Geral. São Paulo: Atlas, 2003.
- VIDE**, Carlos Rogel. Derecho de la Persona. Barcelona: Cálamo, 2002.
- VIEIRA**, Tereza Rodrigues. Bioética e Direito. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1999.

Silvio Romero Beltrão

- Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3476926796268243>
- Última atualização do currículo em 11/06/2015

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1993), Mestrado(2004) e Doutorado(2010) em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Doutorado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2014) com projeto de estudo sobre "Os aspectos jurídicos do consentimento informado - uma visão em face dos planos de validade e eficácia dos negócios jurídicos". Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, professor da Faculdade Marista Recife, professor da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco. É Juiz de Direito, Titular da 18a. Vara Cível - Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Foi Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral e é Desembargador Substituto do Tribunal de Justiça de Pernambuco. É Coordenador de Estudos Internacionais da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Autor do Livro "Direitos da Personalidade" publicado pela Editora Atlas. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado, atuando principalmente nos seguintes temas: direito civil, direito da personalidade, Direito Médico, bioética e responsabilidade civil. Bolsista da Capes. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Silvio Romero Beltrão

Nome em citações bibliográficas

Beltrão, Silvio Romero

Endereço

Endereço Profissional

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Jurídicas.

Praça Adolfo Cirne, S/N

Boa Vista

50050-060 - Recife, PE - Brasil

Telefone: (081) 21267862

Ramal: 7856

Fax: (081) 21267880

Formação acadêmica/titulação

2005 - 2010

Doutorado em Direito (Conceito CAPES 4).

Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Título: Reprodução Humana Assistida - Efeitos Éticos e Legais - Legislar é necessário,
Ano de obtenção: 2010.

Orientador: Fabiola Santos Albuquerque.

Palavras-chave: direito civil; bioética; Reprodução humana Assistida; personalidade.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

Setores de atividade: Saúde humana e serviços sociais.

2001 - 2004

Mestrado em Direito (Conceito CAPES 4).

Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Título: Direito da Personalidade e o Novo Código Civil, Ano de Obtenção: 2004.

Orientador: Geraldo de Oliveira Santos Neves.

Palavras-chave: direito civil; personalidade; responsabilidade; teoria geral.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado.

Setores de atividade: Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Justiça.

2013 - 2014

Especialização em Curso Pós-Graduado de Direito Médico. (Carga Horária: 60h).

Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

Título: A dinâmica do Consentimento Informado na relação médico paciente.

Orientador: André Dias Pereira.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

1998 - 1999

Especialização em Direito Público e Privado.

Faculdade de Direito de Caruaru.

1998 - 1999

Especialização em Direito Público e Privado.

Faculdade de Direito de Olinda.

1988 - 1993

Graduação em Direito.

Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Pós-doutorado

2013 - 2014

Pós-Doutorado.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Bioética.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: DIREITO
MÉDICO.

Formação Complementar

2014 - 2014

Pós-Graduação em Consentimento Informado. (Carga horária: 15h).
Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

2014 - 2014

Pós-Graduação em Direito da Investigação Clínica. (Carga horária: 15h).
Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

2013 - 2014

Extensão universitária em Pós Doutorado.
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2013 - 2013

Direito comparado. (Carga horária: 40h).
Fordham University.

2013 - 2013

Responsabilidade Civil. (Carga horária: 25h).
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2013 - 2013

Pós-Graduação em Responsabilidade Médica. (Carga horária: 20h).
Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

2013 - 2013

Pós Graduação em Processo Clínico e Segredo. (Carga horária: 10h).
Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

2012 - 2012

Direito comparado. (Carga horária: 40h).
Fordham University.

2012 - 2012

Bioética e Direito Médico. (Carga horária: 25h).
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2011 - 2011

Direito comparado. (Carga horária: 40h).
Fordham University.

2010 - 2010

Direito comparado. (Carga horária: 40h).
Fordham University.

2009 - 2009

Curso de Inverno. (Carga horária: 20h).
Faculdade Direito de Lisboa.

2009 - 2009

Direito comparado. (Carga horária: 40h).
Fordham University.

2008 - 2008

Administração Judiciária. (Carga horária: 80h).
Athens State College.

2007 - 2007

Bioética. (Carga horária: 2007h).

Faculdade Direito de Lisboa.

2007 - 2007

Sociedade da informação. (Carga horária: 20h).

Faculdade Direito de Lisboa.

Atuação Profissional

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, TJ/PE, Brasil.

Vínculo institucional

1994 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Juiz de Direito, Carga horária: 40

Atividades

2005 - Atual

Serviços técnicos especializados , Tribunal de Justiça de Pernambuco, .

Serviço realizado

Juiz da 18ª Vara Cível.

Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, ESMAPE, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual

Vínculo: Contratado, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 4

Outras informações

Professor de Direito Empresarial

Vínculo institucional

2002 - 2006

Vínculo: Contratado, Enquadramento Funcional: Coordenador/Supervisor, Carga horária: 10

Outras informações

Supervisor Geral da ESMAPE

Atividades

02/2004 - Atual

Ensino, Especialização em Direito Privado, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

Títulos de Crédito

Responsabilidade Civil

Teoria Geral do Direito Civil

02/2001 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Empresarial

Direito Civil

Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 20

Vínculo institucional

2000 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 20

Atividades

08/2014 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento , Centro de Ciências Jurídicas, .

Linhas de pesquisa

Direito Médico e Da Saúde

2004 - Atual

Ensino, Especialização em Direito Privado, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

Direito das sucessões

Direitos da Personalidade

02/2003 - Atual

Direção e administração, Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Teoria Geral do Direito e do Direito Privado.

Cargo ou função

Chefe de Departamento.

02/2003 - Atual

Direção e administração, .

Cargo ou função

Coordenador de Monitoria.

01/2000 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Direito da Personalidade
Direito das Sucessões
Direito de Família
Direito das Coisas
Teoria Geral dos Contratos
Direito das Obrigações
teoria Geral do Direito Civil

Escola Superior da Advocacia do Piauí, ESAPI, Brasil.
Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor

Atividades

07/2005 - 08/2005

Ensino, Direito, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Direito das Sucessões

Faculdade de Direito de Caruaru, FDC, Brasil.
Vínculo institucional

1995 - 1999

Vínculo: Contratado, Enquadramento Funcional: Professor Assistente

Atividades

1995 - 1999

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Direito comercial I

Faculdade Marista Recife, MARISTA, Brasil.
Vínculo institucional

2004 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 8

Outras informações
Professor de Direito Civil

Atividades

02/2004 - 02/2012

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Teoria Geral do Direito Civil

Faculdade Mauricio de Nassau, FMN, Brasil.
Vínculo institucional

2005 - 2007

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 4

Atividades

08/2005 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Direito de Família

Direitos Reais

02/2004 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Teoria Geral do Direito Civil

Sopece, SOPECE, Brasil.
Vínculo institucional

1999 - 1999

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 4

Outras informações

Professor de Direito Civil

Atividades

02/1999 - 12/1999

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Teoria Geral do Direito Civil

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PE, TRE-PE, Brasil.
Vínculo institucional

2007 - 2009

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Desembargador Eleitoral, Carga horária: 4

Uniceuma-Maranhão, UNICEUMA, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2006

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor

Outras informações

Colaborador do Curso de Pós-graduação

Atividades

02/2003 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

Falência e Concordatas

Títulos de Crédito

Direito Reais

Linhas de pesquisa

1.

Direito Médico e Da Saúde

Revisor de periódico

2014 - Atual

Periódico: Revista de Direito Sanitário

2014 - Atual

Periódico: Scientia Juris (UEL)

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Bioética.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea:
Bioética/Especialidade: DIREITO MÉDICO.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito da
Personalidade.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Italiano

Lê Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2003

Concurso de Monografia do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Tribunal de Justiça de Pernambuco.

2001

Comenda Justiça e Cidadania, Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

1.

Beltrão, Silvio Romero . A Adequação da Relação Médico Paciente aos
Requisitos de Validade do Negócio Jurídico: A Relação Médico Paciente como
Fenômeno Jurídico. Scientia Iuris (online), v. 19, p. 63-89, 2015.

2.

Beltrão, Silvio Romero . A Fenomenologia do Consentimento Informado na Relação
Médico Paciente: Estudo Baseado na Teoria Geral do Direito Civil. Revista do Instituto
do Direito Brasileiro, v. 7, p. 4751-4816, 2014.

3.

Beltrão, Silvio Romero . O Consentimento Informado e Sua Dinâmica na relação Médico-Paciente: Natureza, Jurídica, Estrutura e Crise.. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir./UFRGS, v. 9, p. 1, 2014.

4.

Beltrão, Silvio Romero . DIREITO DA PERSONALIDADE NATUREZA JURIDICA, DELIMITAÇÃO DO OBJETO E RELAÇÕES COM O DIREITO CONSTITUCIONAL. Revista do Instituto do Direito Brasileiro, v. 1, p. 203-228, 2013.

5.

Beltrão, Silvio Romero . O médico e o respeito as crenças religiosas. Revista Argumentum- Faculdade Marista, v. 1, p. 249-271, 2005.

6.

Beltrão, Silvio Romero . Tutela Jurídica dos Direitos da Personalidade. Novo Código Civil - Questões Controvertidas, v. 02, p. 449-463, 2004.

7.

Beltrão, Silvio Romero . Interpretação dos Contratos. Teoria do Contrato e o Novo Código Civil, v. 01, p. 101-124, 2003.

8.

Beltrão, Silvio Romero . Revisão de cláusula Contratual no Código de Defesa do Consumidor. Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, v. 57, p. 159-192, 2000.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

Beltrão, Silvio Romero (Org.) ; SIMAO, J. F. (Org.) . DIREITO CIVIL ESTUDOS EM HOMENAGEM A JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO VOLUME I. 1. ed. SÃO PAULO: ATLAS, 2015. v. 2.

2.

Beltrão, Silvio Romero (Org.) ; SIMAO, J. F. (Org.) . DIREITO CIVIL ESTUDOS EM HOMENAGEM A JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO volume II. 1. ed. SÃO PAULO: ATLAS, 2015. v. 2.

3.

Beltrão, Silvio Romero . Direitos da Personalidade - 2a. Edição. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1. 210p .

4.

Beltrão, Silvio Romero . Direitos da Personalidade - De acordo com o novo Código Civil.. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 01. 153p .

Capítulos de livros publicados

1.

Beltrão, Silvio Romero . LIMITES AO LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE e o estudo de um caso concreto.. In: Silvio Romero Beltrão; José Fernando Simão. (Org.). Direito Civil Estudos em Homenagem a José de Oliveira Ascensão. 1a.ed.São Paulo: Atlas, 2015, v. 1, p. 1-.

2.

Beltrão, Silvio Romero . Direito da Personalidade e Consentimento Informado do Paciente. In: Alvaro Vílaca Azevedo;Wilson Ricardo Ligjera. (Org.). Direito do Paciente. 1ed.São Paulo: , 2012, v. 01, p. 225-246.

3.

Beltrão, Silvio Romero . Direito da Personalidade: Natureza Jurídica, Delimitação do Objeto, Relações com o Direito Constitucional. In: Joyceane Bezerra de Menezes. (Org.). Dimensões Jurídicas da Personalidade na Ordem Constitucional Brasileira. 1ed.Florianópolis: Conceito, 2010, v. 1, p. 471-489.

4.

Beltrão, Silvio Romero . Investigação Judicial Eleitoral por Abuso de Poder Econômico ou Abuso de Poder Político. In: Marcus Vinícios Furtado Coelho; Walber de Moura Agra. (Org.). Direito Eleitoral e Democracia. Brasília: OAB Conselho Federal Editora, 2010, v. 01, p. 269-286.

5.

Beltrão, Silvio Romero . Tutela Jurídica dos Direitos da Personalidade. In: Enoque Feitosa; Fernando Joaquim Maia;Lorena Freitas; Andréa Barbosa. (Org.). O Direito como Atividade Judicial. 01ed.Recife: Bagaço, 2009, v. 01, p. 245-272.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

Beltrão, Silvio Romero . O respeito da imagem da pessoa como tutela da sua personalidade. Revista TJPE, Pernambuco, p. 82 - 83, 15 dez. 2012.

Apresentações de Trabalho

1.

Beltrão, Silvio Romero . Limites ao Livre Desenvolvimento da Personalidade. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

2.

Beltrão, Silvio Romero . A Comprovação do Dano Moral: uma análise jurídica do bem tutelado. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

3.

Beltrão, Silvio Romero . A crise do Consentimento informado na Relação médico-paciente. 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

4.

Beltrão, Silvio Romero . A fenomenologia do Consentimento informado. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

5.

Beltrão, Silvio Romero . Interpretação dos Contratos: da preservação do princípio da igualdade contratual. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

Beltrão, Silvio Romero . Dano Moral e Direitos da Personalidade. 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

7.

Beltrão, Silvio Romero . A dinâmica do Consentimento Informado na relação médico paciente. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Demais tipos de produção técnica

1.

Beltrão, Silvio Romero . Direitos da Personalidade - Programa Erasmus Mundo. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

2.

Beltrão, Silvio Romero . Responsabilidade Civil e Direitos da Personalidade - Erasmus. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

3.

Beltrão, Silvio Romero . Direitos da Personalidade Erasmus. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

4.

Beltrão, Silvio Romero . Direito da Personalidade - Erasmus. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

ARAÚJO, F. B.; Beltrão, Silvio Romero; FREIRE, P. V., Participação em banca de Angelika Aparecida Buch, Análise Econômica da Cópia Privada. 2013. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2.

ARAUJO, F. B.; Beltrão, Silvio Romero; LOBO, C.; MARTINS, G. O.. Participação em banca de Maria Cristina Pacheco Rodrigues. Contributo Fiscal para a Sustentabilidade dos Comuns. 2013 - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Cynthia Mariana Silva Almeida. A União Estável e o Matrimônio entre pessoas do mesmo sexo: A tutela do direito a diferença.. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Fernando Gonçalves de Freitas. Cláusulas abusiva: nos contratos de adesão. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

2.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Marília Araújo Soares de Lima. A emenda constitucional n. 66-2010 e seus principais efeitos: a extinção da separação judicial e da discussão da culpa para efeitos de concessão de divórcio. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

3.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Carlos Santana do Nascimento. A filiação socio-afetiva e a obrigação de prestar alimentos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

4.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Carlos Santana do Nascimento. A filiação socioafetiva e a obrigação de prestar alimentos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

5.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Marília Nadir de Albuquerque Cordeiro. Guarda Compartilhada: aspectos teóricos e práticos dessa nova modalidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

6.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Tali de Lima Simis. O confronto entre o direito à origem genética de filhos havidos pelas técnicas de reprodução assistida heterólogas e o direito ao anonimato do doador. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

7.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Ana Carolina Carneiro de Albuquerque Nunes Pereira. Adoção à Brasileira: Família, abandono e responsabilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

8.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Camila Buarque Cabral. Alienação parental: Morte em vida. Uma análise da atuação do Poder Judiciário frente a essa problemática. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

9.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Gabriela Soares Linhares Machado. Da responsabilidade civil por dano moral decorrente do abandono afetivo na filiação. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

10.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Cláudia Ferreira Lapenda Figueirôa. A verdade biológica versus a paternidade socioafetiva nas ações de negativa de paternidade. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

11.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Cristovão Hélio Cavalcante Freire. Direito de sucessão do companheiro sobrevivente nas relações homoafetivas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

12.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Raissa Teles Duarte. A culpa na separação judicial à luz dos princípios constitucionais. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

13.

Beltrão, Silvio Romero. Participação em banca de Ana Karina Ciríaco Fragoso. Do Dano Afetivo em Crianças e Adolescentes. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Colóquio FDUSP - FDUL. 2014. (Seminário).

2.

Jornadas de Direito Privado. 2014. (Simpósio).

3.
Jornadas de Direito de Família. 2014. (Simpósio).
4.
Congresso Luso-Brasileiro de Direito Constitucional. 2013. (Congresso).
5.
Responsabilidade Civil - Uma perspectiva Luso Brasileira.Direitos da Personalidade e Dano Moral. 2013. (Seminário).
6.
Novas Perspectivas Luso-Brasileira sobre o Contrato.Interpretação dos contratos: Da preservação do princípio da igualdade contratual. 2013. (Seminário).
7.
Curso Intensivo de Verão do Direito da Bioética.Dinâmica do Consentimento Informado na Relação Médico-Paciente. 2013. (Seminário).
8.
Palestras de Direito Civil e Direito Penal. 2013. (Simpósio).
9.
Jornadas Internacionais de Direitos Fundamentais. 2013. (Simpósio).
10.
10. Encontro de Magistrados Judiciais do Rio Grande do Sul. 2013. (Encontro).
11.
Encontro Luso-Brasileiro. 2013. (Encontro).
12.
Bioética.Direito da Personalidade e o Consentimento Informado do Paciente. 2012. (Seminário).
13.
Direito da Saúde e Bioética.Direito da Personalidade e o Direito Informado do Paciente. 2012. (Simpósio).
14.
Direito e Bioetica - Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.Direito da Personalidade e Consentimento Informado. 2012. (Outra).
15.
Seminario Juricio da Associação Pernambucana de Shopping Center.Locação em Shopping Center. 2011. (Seminário).
16.
Internacional Judicial Reserach and Training Program. 2011. (Outra).
- 17.

Aula Inaugural Faculdade Christus.Os Direitos da Personalidade na Primeira Decada do Codigo Civil. 2011. (Outra).

18.

Internacional Judicial Reserach and Training Program. 2010. (Outra).

19.

Semana do Direito.Tutela Juridica dos Direitos da Personalidade. 2009. (Seminário).

20.

Internacional Judicial Research and Training Program, 2009. (Outra).

21.

Congresso Internacional de Direito Constitucional. Direito Civil Constitucional. 2007. (Congresso).

22.

II Congresso de Direito Civil Professor Torquato de Castro. Interpretação dos Contratos no Codigo Civil. 2007. (Congresso).

23.

Direito 2007. Tutela Juridica dos Direitos da Personalidade. 2007. (Congresso).

24.

Encoge - Encontro Nacional do Colegio de Corregedores Gerais da Justiça. 2007. (Encontro).

25.

5o. Forum de Direito da Faculdade Boa Viagem.Responsabilidade Civil. 2007. (Outra).

26.

Congresso de Direito do Consumidor - Adecon. Interpretação dos contratos nas relações de consumo. 2006. (Congresso).

27.

Congresso Nacional de Direito do Consumidor. Contratos no Codigo de Defesa do Consumidor. 2006. (Congresso).

28.

Congresso de Direito Civil Professor Torquato de Castro. Direitos da Personalidade. 2004. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Beltrão, Silvio Romero ; ARAUJO, F. B. . O PODER JUDICIÁRIO E OS DESAFIOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2015. (Outro).

2.

Beltrão, Silvio Romero ; RAMOS, J. L. . Da prova no Direito. 2014. (Congresso).

3.

Beltrão, Silvio Romero ; ARAUJO, F. B. . Reflexões Contemporâneas sobre o direito. 2014. (Congresso).

4.

Beltrão, Silvio Romero . I Jornada de Direito Médico. 2014. (Outro).

5.

Beltrão, Silvio Romero ; ARAUJO, F. B. . Responsabilidade Civil - Uma perspectiva luso-brasileira. 2013. (Congresso).

6.

Beltrão, Silvio Romero ; ARAUJO, F. B. . Curso de Inverno - Bioética e Direito Médico. 2012. (Outro).

7.

Beltrão, Silvio Romero ; FINE, T. . Curso de Intercâmbio em Direito Comparado nos Estados Unidos. 2012. (Outro).

8.

Beltrão, Silvio Romero ; ARAUJO, F. B. . Curso de Inverno - Processo Civil. 2011. (Outro).

9.

Beltrão, Silvio Romero ; FINE, T. . Curso de Intercâmbio em Direito Comparado nos Estados Unidos. 2011. (Outro).

10.

Beltrão, Silvio Romero ; FINE, T. . Curso de Intercâmbio em Direito Comparado nos Estados Unidos. 2010. (Outro).

11.

Beltrão, Silvio Romero . Intercâmbio em Direito Comparado. 2009. (Outro).

12.

Beltrão, Silvio Romero ; FINE, T. . Curso de Intercâmbio em Direito Comparado nos Estados Unidos. 2009. (Outro).

13.

Beltrão, Silvio Romero ; NEVES, F. R. A. . Primeiro Curso de Inverso de Direito Aplicado - Faculdade de Direito de Lisboa. 2008. (Congresso).

14.

Beltrão, Silvio Romero ; NEVES, F. R. A. . Quarto Simpósio de Direito Civil e Processual Civil do Centro de Estudos Judiciários do TJPE. 2007. (Congresso).

15.

Beltrão, Silvio Romero ; NEVES, F. R. A. . Terceiro Simpósio de Direito Civil e Processual Civil do Centro de Estudos Judiciários do TJPE. 2006. (Congresso).

16.

Beltrão, Silvio Romero ; NEVES, F. R. A. . Segundo Simposio de Direito Civil e Processual Civil do Centro de Estudos Judiciários do TJPE. 2005. (Congresso).

17.

Beltrão, Silvio Romero ; NEVES, F. R. A. . Primeiro Simpósio de Direito Civil e Processual Civil do Centro de Estudos Judiciários do TJPE. 2004. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1.

Renata Oliveira Almeida Menezes. O recurso à distanásia como consequência da falta de positivação do direito subjetivo à morte digna. Início: 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

2.

Luis Eduardo e Silva Lessa Ferreira. O direito ao esquecimento como corolário da dignidade da pessoa humana na era digital. Início: 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

Catarina Cavalcanti de Carvalho da Fonte. Pesquisa com seres humanos: um enfoque ético acerca da proteção aos sujeitos da pesquisa. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, . Orientador: Silvio Romero Beltrão.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Emily Caroline Marcelino dos Santos Silva. Aspectos éticos e jurídicos da exploração de animais não-humanos para o entretenimento humano. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Silvio Romero Beltrão.

2.

Débora Oliveira de Medeiros. O Direito Sucessório do Cônjuge Supérstite. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Silvio Romero Beltrão.

3.

Amanda Galindo de Miranda. O Direito á gravidez de substituição e suas implicações no orçamento jurídico.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Silvio Romero Beltrão.

4.

Sheyla Mafra Holanda Maia. Uniões Homoafetivas: Evolução historico-social e principios fundamntadores de uma nova configuração familiar. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Silvio Romero Beltrão.

5.

Carolina Maria Fernandes Bastos. Procriação Medicamente Assistida: Direito ao anonimato do doador do gameta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Silvio Romero Beltrão.

6.

Ana Paula Vargas de Alcântara. Perda do Poder Familiar. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Silvio Romero Beltrão.

7.

Mayane Umberta de Souza Leite. Novas Entidades Familiares: Situações explicita e implicitamente reconhecidas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Silvio Romero Beltrão.

8.

Kilma de Sá Cavalcanti. Da antecipação terapêutica do parto de anecefalia fetal: Direito de escolha da mulher como proteção à sua dignidade.. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Silvio Romero Beltrão.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1.

Beltrão, Silvio Romero . Direito da Personalidade - Erasmus. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

2.

Beltrão, Silvio Romero . Responsabilidade Civil e Direitos da Personalidade - Erasmus. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

3.

Beltrão, Silvio Romero . Direitos da Personalidade Erasmus. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

4.

Beltrão, Silvio Romero . Direitos da Personalidade - Programa Erasmus Mundo. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professor Doutor

Vicente Sanjurjo

Universidade de
Santiago de Compostela

TEORIA GERAL DO FEDERALISMO. PROBLEMAS E DESAFIOS. ESPECIAL REFERÊNCIA A ESPANHA E AO PROBLEMA CATALÃO.

GENERAL THEORY ON FEDERALISM. PROBLEMS
AND CHALLENGES. SPECIAL REFERENCE TO SPAIN
AND THE CATALAN PROBLEM.

Idioma: Espanhol

(1ª EDIÇÃO)

**11 A 15
DE ABRIL 2016**

Horário:
11h00 às 13h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



**TEORÍA XERAL DO FEDERALISMO. PROBLEMAS E DESAFÍOS. ESPECIAL REFERENCIA A ESPAÑA E AO
PROBLEMA CATALÁN**

Vicente A. Sanjurjo Rivo. Prof. Dr. de Dereito Constitucional da Universidade de Santiago de Compostela.

Duración: 10 horas

Idioma: galego

Obxectivos do curso:

Este curso pretende ofrecer unha formación básica con relación ao federalismo como forma de organización política. Na primeira parte do curso se abordarán as cuestións relacionadas coa teoría xeral do federalismo e mesmo tamén con aspectos históricos relativos á súa orixe e evolución posterior.

Baixo a forma federal se organizan unha grande diversidade de países que, a súa vez, gardan moitas diferenzas entre si dende o punto de vista demográfico, social, económico, cultural, xeopolítico ou de extensión territorial. Sen perder de vista esa gran heteroxeneidade dos países que se organizan de xeito federal, se analizan os elementos comúns a todos eles de orden institucional e funcional e as súas variantes, que a súa vez definen ao federalismo e ás súas distintas modalidades.

Dende o punto de vista metodolóxico, se analizarán ao longo do curso o modo en que eses distintos elementos teóricos e as súas distintas particularidades se plasman no funcionamento dos países que se organizan de xeito federal. Ao respecto, e ante a imposibilidade de abranguer todos os países de corte federal, se reducirá o campo de análise, e por razóns que se xustificarán ao longo do curso, a un grupo de países, sinaladamente, Estados Unidos, Australia, Brasil, México, Alemaña, Bélxica e España.

A globalización leva aparellada a formación e consolidación de organizacións de ámbito supraestatal que pretenden dar resposta aos novos retos que aquela presenta. Aínda que na súa orixe respondeu a outro tipo de necesidades, se analizará a Unión Europea como forma de organización federal difusa, e os problemas de integración que comporta para os países membros que comparten estruturas de tipo federal.

A pesar da súa expansión e do seu éxito como forma de organización política, o federalismo non está exento de riscos. Se estudarán algúns dos máis significativos, e entre eles e de forma moi sinalada, os desafíos nacionalistas á unidade federal. Neste senso, se fará unha pormenorizada análise dos casos de Canadá, Bélxica e, en especial, de España.

BIBLIOGRAFÍA BÁSICA

- AJA, E., (2014): *Estado autonómico y reforma federal*. Madrid: Alianza Editorial.
- ALBERTINI, M. et al, (1979): *Il federalismo*. Bologna: Il Mulino.
- BEER, S., (1993): *To Make a Nation. The Rediscovery of American Federalism*. Cambridge-Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press.
- BIRD, R. A., (1986): *Federal Finance in Comparative Perspective*. Toronto: Canadian Tax Foundation.
- BLANCO VALDÉS, R. L., (2012): *Los rostros del federalismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- BURGESS, M., (2006): *Comparative Federalism in Theory and Practice*. London: Routledge.
- CRUZ VILLALÓN, P., (1982): «La estructura del Estado o la curiosidad del jurista persa», *RDUCM*, núm. 4: 53-63.
- DUCHACEK, I., (1987): *Comparative Federalism*. Lanham: University Press of America.
- ELAZAR, D. J., (1994): *Federal Systems of the World. A Handbook of Federal, Confederal and Autonomy Arrangements*, 2.ª ed. London: Longman.
- FLÓREZ TURRADO, F. J., (2012): *¿Hacia un Estado autonómico desconstitucionalizado? El futuro del modelo territorial español en el marco de la integración europea*. Oñati: Instituto Vasco de Administración Pública.
- GRIFFITHS, A. Y NERENBERG, K. (eds.), (2002): *Handbook of Federal Countries*. Montreal-Kingston: McGill Queen's University Press.
- HAMILTON, A; MADISON, J. y JAY, J., (1957): *El federalista*. México: FCE.
- RUBIO LLORENTE, F., (1993): *La forma del poder*. Madrid: CEC.
- TARLTON, CH. D., (1965): «Symmetry and Asymmetry as Elements of Federalism: a Theoretical Speculation», *The Journal of Politics*, 27 (4): 861-874.
- TUDELA ARANDA, J. y KNÜPLING, F. (eds.), (2010): *España y modelos de federalismo*. Madrid: Fundación Manuel Giménez Abad, Centro de Estudios Políticos y Consitucionales.
- WATTS, R. L., (2006): *Sistemas federales comparados*. Madrid: Marcial Pons.

CURRICULUM VITAE
(Vicente A. Sanjurjo Rivo)

1.- TÍTULOS ACADÉMICOS

Licenciado en Derecho por la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela, habiendo realizado los estudios entre los cursos 1989-90 y 1993-1994. Título expedido el 29 de julio de 1994.

Graduado en Derecho por la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela, a través de la lectura de la memoria de licenciatura el 23 de octubre de 1996, habiendo obtenido la máxima calificación por unanimidad de los miembros del Tribunal.

Doctor en Derecho por la Universidad de Santiago de Compostela tras haber realizado el acto de defensa de la tesis doctoral, bajo la modalidad de doctorado europeo, el 20 de diciembre de 2002, habiendo obtenido la calificación de Sobresaliente cum laude por unanimidad de los miembros del Tribunal. Fecha de expedición del título: 11 de febrero de 2003.

Licenciado en Ciencias Políticas y de la Administración por la Universidad de Santiago de Compostela. Certificación del título expedido el 19 de febrero de 2003.

Diplomado en Docencia Universitaria (13-10-2008) tras acreditar la realización de más de 100 horas de actividades incorporadas al Programa de Formación e Innovación Docente de la USC organizado por el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE).

2.- ACTIVIDAD INVESTIGADORA DESEMPEÑADA

Investigador contratado en virtud de resolución rectoral de selección de personal para colaborar en actividades de investigación (convocatoria 1/2003), en el marco del proyecto de investigación «O proceso de Unión Europea e as súas consecuencias para o funcionamento dos poderes do Estado: problemas e perspectivas» (PGIDIT02CSO20201PR), siendo el investigador principal el Prof. Dr. D. Roberto L. Blanco Valdés.

3.- PUBLICACIONES (libros)

a) Individuales

Descentralización territorial y bicameralismo: un estudio comparado de las experiencias constituyentes española e italiana, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Universidade de Santiago de Compostela (edición en formato CD-ROM), Santiago de Compostela, 2002 (ISBN: 84-9750-166-7).

Senado y modelo territorial, Temas del Senado, Secretaría General del Senado, Dirección de Estudios y Documentación, Departamento de Publicaciones, Madrid, 2004 (ISBN: 84-88802-98-6).

b) Colectivos

Roberto L. Blanco Valdés y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Dov'è la democrazia? Il principio democratico fra ordinamento costituzionale spagnolo ed ordinamento europeo (riflessioni)», en *Il Diritto costituzionale comune europeo. Principi e*

diritti fondamentali, coordinado por Michele Scudiero, vol. II, t. I, Jovene Editore, Napoli, 2002, pp. 1-30, (ISBN: 88-243-1446-5).

Roberto L. Blanco Valdés y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Per comprendere la transizione política spagnola (un contributo)», en *Costituzionalismo europeo e transizioni democratiche*, coordinado por Silvio Gambino, Giuffrè Editore, Milano, 2003, pp. 447-465, (ISBN: 88-14-10492-1).

José Julio Fernández Rodríguez y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Las competencias de la comunidad autónoma de Galicia: perspectivas de reforma», en *Repensando o autogoberno: Estudos sobre a reforma do estatuto de Galicia*, coordinado por Xosé Antón Sarmiento Méndez, Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo, Vigo, 2005, pp. 181-216, (ISBN: 84-8158-288-3).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «¿Por qué es difícil reformar nuestro Senado?», en *El Estado Autonómico in fieri. La Reforma de los Estatutos de Autonomía*, coordinado por Manuel José Terol Becerra, Instituto Andaluz de Administración Pública, Sevilla, 2005, pp. 347-365, (ISBN: 84-8333-282-5).

José Julio Fernández Rodríguez y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Acceder o no acceder: ésa es la cuestión», en *Administración electrónica (La ley 11/2007, de 22 de junio, de acceso electrónico de los ciudadanos a los Servicios Públicos y los retos jurídicos del e-gobierno en España)*, Lorenzo Cotino Hueso y Julián Valero Torrijos (coords.), Tirant lo Blanch, Valencia, 2010, pp. 263-289, (ISBN: 978-84-9876-997-5).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Constitutional law», en *Bilingual legal dictionary (english-spanish)*, Miguel Abel Souto (coordinator); Luis Iglesias Rábade (Linguistic supervisor), Universidad de Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico, Santiago de Compostela, 2011, pp. 58-

73, (ISBN: 978-84-9887-820-2). (Disponible también en <http://hdl.handle.net/10347/3599>).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Constitutional law», en *Multilingual legal dictionary (english-spanish-galician)*, Miguel Abel Souto (coordinator); Luis Iglesias Rábade (Linguistic supervisor), Meubook, Santiago de Compostela, 2012, pp. 17-22, (ISBN: 978-84-15141-69-3).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Docencia del futuro, recursos del pasado, y resultados de siempre, o de cuando Bolonia llegó a Santiago», en *El Espacio Europeo de Educación Superior y la educación por competencias*, Pedro Membiela, Natalia Casado y M.^a Isabel Cebreiros (eds.), Educación Editora, Ourense, 2012, pp. 89-94, (ISBN: 978-84-15524-01-4). También en formato eBook, (ISBN-13: 978-84-15524-06-9).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, Begoña López Portas y Ana Gude Fernández, «El estudio del Derecho constitucional: un análisis comparativo entre la licenciatura y el grado», en *FECIES 2012*, Loreto Del Río Bermúdez e Inmaculada Teva Álvarez (comps.), Asociación Española de Psicología Conductual (AEPC), Granada, 2012, pp. 1623-1629, (ISBN-13: 978-84-695-6734-0).

Ana Gude Fernández, Begoña López Portas, Vicente A. Sanjurjo Rivo, «La LO 1/2004, de 28 de diciembre, de medidas de protección integral contra la violencia de género: algunas consideraciones desde el punto de vista jurídico-constitucional», en *La violencia de género. Aspectos médico-legales y jurídico-penales*, María Sol Rodríguez Calvo y Fernando Vázquez-Portomeñe Seijas (dirs.); Gumersindo Guinarte Cabada y José Ignacio Muñoz Barús (coords.), 1^a edic., Tirant lo Blanch, Valencia, 2013, pp. 185-213. (ISBN: 978-84-9033-887-2); (ISBN13:9788490338865).

4.- PUBLICACIONES (artículos)

«Federalismo y procedimiento legislativo en Alemania: el peculiar caso del *Bundesrat*», en *Revista de las Cortes Generales*, núm. 40 (1997), pp. 9-37 (ISSN: 0213-0130).

«La Cámara de los Lores: "La persistencia del Antiguo Régimen"», en *Dereito, Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela*, vol. 6, núm. 1/1997, pp. 197-218 (ISSN: 1132-9947).

«El Parlamento italiano: ¿bicameralismo perfecto o bicameralismo ilusorio?», en *Revista Huarte de San Juan de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Pública de Navarra*, núms.3-4/1996-1997, pp. 75-108 (ISSN: 1134-8267).

«Ausencia de modelo territorial y segundas cámaras: los casos de España e Italia», en *Boletín de la Facultad de Derecho de la UNED (Segunda Época)*, núm. 22 (2003), pp. 27-53 (ISSN: 1133-1259).

«Interacción entre Política y Derecho en la configuración de las segundas cámaras española e italiana», en *Revista de Derecho de la Universidad Católica del Norte (Chile)*, vol. 11, núm. 1/2004, pp. 113-132 (ISSN: 0717-5345).

«Diritto costituzionale e storia del diritto: il Senato nel processo costituente spagnolo ed in quello italiano», en *Politica del diritto*, vol. XXXV, núm. 2/2004, pp. 323-346 (ISBN 88-15-10042-3).

«Nuevas instituciones estatutarias ante una eventual reforma del Estatuto de Autonomía de Galicia», en *Dereito, Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela*, vol. 17, núm. 2/2008, pp. 171-185 (ISSN 1132-9947).

«La detención de menores inmigrantes no acompañados en la experiencia de los Estados Unidos», en *Revista Española de Derecho Constitucional*, núm. 93 (2011), pp. 107-156 (ISSN: 0211-5743).

«El proceso de Bolonia: mito y realidad», en *Revista Jurídica de Investigación e Innovación Educativa (REJIE)*, núm. 5 (2012), pp. 121-146. (ISSN: 1989-8754). Disponible en <http://www.eumed.net/rev/rejie>

«El nuevo Espacio Europeo de Educación Superior: desafíos e incertidumbres», en *Revista de Derecho UNED (RDUNED)*, núm. 10 (2012), pp. 585-609. (ISSN: 1886-9912).

«Estado constitucional y derecho a la libertad religiosa: especial atención a la manifestación de símbolos religiosos en el ámbito educativo», en *Dereito: Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela*, vol. 22, núm. Extra (2013), pp. 653-672 (ISSN 1132-9947).

«El via crucis de los menores inmigrantes no acompañados en los Estados Unidos: breve recorrido histórico de su regulación jurídica», en *Revista de Derecho y Ciencia Política. UNMSM*, vol. 71, núm. 1, (2014), pp. 189-242 (ISSN 0034-7949).

5.- OTRAS PUBLICACIONES

a) Traducciones

«Presidencialismo y semi-presidencialismo: algunas reflexiones a propósito del proyecto de reforma de la Constitución italiana», de S. Gambino (traducción del italiano), en *Dereito, Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela*, vol. 7, núm. 1/1998, pp. 67-79. (ISSN: 1132-9947)

«El nuevo ordenamiento local en Italia (entre innovaciones legislativas y "constituyentes" locales)», de S. Gambino (traducción del italiano), en *Revista de Estudios de la Administración Local y Autonómica* (REALA), núm. 284 (2000), pp. 617-648 (ISSN: 1699-7476).

«La reforma regional italiana», de S. Gambino (traducción del italiano de Vicente A. Sanjurjo Rivo y Manuel Núñez Poblete), en *El Estado Autonómico in fieri. La Reforma de los Estatutos de Autonomía*, coordinado por Manuel José Terol Becerra, Instituto Andaluz de Administración Pública, Sevilla, 2005, pp. 113-163, (ISBN 84-8333-282-5).

«La transformación del Estado regional italiano. Las modificaciones introducidas por las últimas reformas constitucionales (I)», de S. Gambino (traducción del italiano de Vicente A. Sanjurjo Rivo y Manuel Núñez Poblete), en *Revista de Derecho de la Universidad Católica del Norte (Chile)*, vol. 12, núm. 1/2005, pp. 45-89. (ISSN: 0717-5345).

«La transformación del Estado regional italiano. Las modificaciones introducidas por las últimas reformas constitucionales (II)», de S. Gambino (traducción del italiano de Vicente A. Sanjurjo Rivo y Manuel Núñez Poblete), en *Revista de Derecho de la Universidad Católica del Norte (Chile)*, vol. 12, núm. 2/2005, pp. 93-130. (ISSN: 0717-5345).

b) Comentarios a la jurisprudencia

«La protección del desamparo de una menor inmigrante no acompañada y su familia por el Tribunal Europeo de Derechos Humanos: el caso Mubilanzila Mayeka y Kaniki Mitunga contra Bélgica», en *Estudios Penales y Criminológicos*, vol. XXIX (2009), pp. 491-507 (ISSN 1137-7550).

c) Diccionarios jurídicos

Voz «Justicia», en *Diccionario Iberoamericano de Derechos Humanos y Fundamentales*, Guillermo Escobar Roca (dir.), publicación financiada por la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), en el marco del Proyecto *Programa Regional de Apoyo a las Defensorías del Pueblo de Iberoamérica*, núm. de proyecto 401.143A.486.05 (BOE de 29 de septiembre de 2009). Disponible en www.portalfio.org.

Voz «Pluralismo», en *Diccionario Iberoamericano de Derechos Humanos y Fundamentales*, Guillermo Escobar Roca (dir.), publicación financiada por la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), en el marco del Proyecto *Programa Regional de Apoyo a las Defensorías del Pueblo de Iberoamérica*, núm. de proyecto 401.143A.486.05 (BOE de 29 de septiembre de 2009). Disponible en www.portalfio.org.

d) Guías docentes

Vicente A. Sanjurjo Rivo, Guía docente de la asignatura de Derecho Constitucional I para el curso académico 2007-2008, editada por el Servicio de Edición Digital de la Universidad de Santiago de Compostela, 2007 (ISBN 978-84-690-8877-7).

Ana Gude Fernández, Vicente A. Sanjurjo Rivo, Guía docente de la asignatura de Derecho Constitucional I para el curso académico 2009-2010, editada por el Servicio de Edición Digital de la Universidad de Santiago de Compostela, 2009 (ISBN 978-84-692-7981-6).

Ana Gude Fernández, Vicente A. Sanjurjo Rivo, Guía docente de la asignatura de Derecho Constitucional II para el curso académico 2009-2010, editada por el Servicio de Edición Digital de la Universidad de Santiago de Compostela, 2009 (ISBN 978-84-692-7982-3).

Ana Gude Fernández, Vicente A. Sanjurjo Rivo, Guía docente de la asignatura de Derecho Constitucional I: «Definición del Estado y sistema de fuentes» para el curso académico 2010-2011, editada por el Servicio de Edición Digital de la Universidad de Santiago de Compostela, 2010 (ISBN 978-84-693-7612-6).

Ana Gude Fernández, Vicente A. Sanjurjo Rivo, Guía docente de la asignatura de Derecho Constitucional I: «Órganos del Estado democrático» para el curso académico 2010-2011, editada por el Servicio de Edición Digital de la Universidad de Santiago de Compostela, 2010 (ISBN 978-84-693-7610-2).

Ana Gude Fernández, Vicente A. Sanjurjo Rivo, Begoña López Portas, Guía docente de la asignatura de Derecho Constitucional I: «Definición del Estado y sistema de fuentes» para el curso académico 2011-2012, editada por Unidixital, Santiago de Compostela, 2011 (ISBN 987-84-615-4885-9).

Disponible en
http://www.unidixital.com/documentos/Gude_Sanjurjo_Lopez_1/index.html

Ana Gude Fernández, Vicente A. Sanjurjo Rivo, Begoña López Portas, Guía docente de la asignatura de Derecho Constitucional I: «Órganos del Estado democrático» para el curso académico 2011-2012, editada por Unidixital, Santiago de Compostela, 2011 (ISBN 987-84-615-4884-2). Disponible en
http://www.unidixital.com/documentos/Gude_Sanjurjo_Lopez_2/index.html

Vicente A. Sanjurjo Rivo, Begoña López Portas, Ana Gude Fernández, Guía docente y material didáctico de la asignatura de Derecho Constitucional I: «Definición del Estado y sistema de fuentes» para el curso académico 2012-2013, editada por Unidixital, Santiago de Compostela, 2012 (ISBN 978-84-695-5553-8).

Disponible en
http://www.unidixital.com/publicaciones/derecho_guiasHTML/DC1DES_VS-BL-AG/index.html

Vicente A. Sanjurjo Rivo, Begoña López Portas, Ana Gude Fernández, Guía docente y material didáctico de la asignatura de Derecho Constitucional I: «Órganos del Estado democrático» para el curso académico 2012-2013, editada por Unidixital, Santiago de Compostela, 2012 (ISBN 978-84-695-5554-5). Disponible en http://www.unidixital.com/publicaciones/derecho_quiasHTML/DC1OED_VS-BL-AG/index.html

Vicente A. Sanjurjo Rivo, Begoña López Portas, Ana Gude Fernández, Guía docente y material didáctico de la asignatura de Derecho Constitucional II: «Los derechos y las libertades y su protección» para el curso académico 2012-2013, editada por Unidixital, Santiago de Compostela, 2012 (ISBN 978-84-695-5556-9). Disponible en http://www.unidixital.com/publicaciones/derecho_quiasHTML/DC2LDLP_VS-BL-AG/index.html

e) Temario oposiciones

Autor de los temas 1 y 2 (Bloque I: Derecho Constitucional) correspondientes al temario del programa que rige las pruebas selectivas para el ingreso en el cuerpo superior de la Administración de la Xunta de Galicia, subgrupo A1 (DOG núm. 142, del 26 de julio de 2011). Publicado en [http://egap.xunta.es/Documentos/Temarios/\[1327918549\]A1%20-%20Temario%20Especifico%20\(Castellano\).pdf](http://egap.xunta.es/Documentos/Temarios/[1327918549]A1%20-%20Temario%20Especifico%20(Castellano).pdf). (Último acceso: 2012)

6.- OTROS TRABAJOS DE INVESTIGACIÓN

«Estado, nación y nacionalismo», realizado en el curso organizado por el departamento de Derecho Público y Teoría del Estado (Área de Derecho Constitucional) de la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela, bajo la dirección del Prof. Dr. D. Ramón Maiz.

Colaborador en la elaboración del *Informe Comunidades Autónomas 2002*, Instituto de Derecho Público, Barcelona, 2003. (ISBN 84-95097-09-5).

Colaborador en la elaboración del *Informe Comunidades Autónomas 2003*, Instituto de Derecho Público, Barcelona, 2004. (ISBN 84-95097-10-9).

Colaborador en la elaboración del *Informe Comunidades Autónomas 2004*, Instituto de Derecho Público, Barcelona, 2005. (ISBN 84-95097-11-7).

7.- PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN SUBVENCIONADOS

Proyecto de investigación que lleva por título "El Senado y las Comunidades Autónomas" (XUGA20201A95), del que es su investigador principal el Prof. Dr. D. Francisco Fernández Segado, Catedrático de Derecho Constitucional en la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela. Dicho proyecto fue concedido por resolución de la Dirección Xeral de Universidades e Investigación de la Consellería de Educación e Ordenación Universitaria del 21 de julio de 1995, (DOG 4 de agosto).

Proyecto de investigación relativo a "La participación de las Comunidades Autónomas en el proceso de toma de decisiones del Estado en relación con la Unión Europea" (XUGA20201B97), de quien es su investigador principal el Prof. Dr. D. Francisco Fernández Segado, Catedrático de Derecho Constitucional en la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela. Dicho proyecto fue concedido por resolución de la Dirección Xeral de Universidades e Investigación de la Consellería de Educación e Ordenación Universitaria de 30 de junio de 1997 (DOG de 10 de julio).

Proyecto de investigación relativo a "La federalización del Estado autonómico" (SEJ2006-15277/JUR1), de quien es su investigador principal el Prof. Dr. D. Roberto L. Blanco Valdés, Catedrático de Derecho Constitucional en la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela. Dicho

proyecto fue concedido por Resolución de 21 de noviembre de 2006 de la Secretaría de Estado de Universidades e Investigación, de acuerdo con la Resolución de 30 de noviembre de 2005 (BOE de 9 de diciembre de 2005), de la Secretaría de Estado de Universidades e Investigación por la que se hacía pública la convocatoria de ayudas para la realización de proyectos de investigación, en el marco de algunos Programas Nacionales del Plan Nacional de Investigación Científica, Desarrollo e Innovación Tecnológica 2004-2007.

Proyecto de investigación que lleva por título "El impacto de las políticas de seguridad y defensa en el ámbito de los derechos y libertades" (DER2010-20688), siendo su investigador principal el Prof. Dr. D. Roberto L. Blanco Valdés, Catedrático de Derecho Constitucional en la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela. Este proyecto fue concedido por Resolución definitiva de 14 de diciembre de 2010, de la Secretaría de Estado de Investigación, por la que se conceden ayudas para la realización de Proyectos de Investigación dentro del Subprograma de Proyectos de Investigación Fundamental no Orientada, convocatoria 2010, de acuerdo con la Resolución de 30 de diciembre de 2009 (BOE de 31 de diciembre, núm. 315) de la Secretaría de Estado de Investigación, por la que se aprueba la convocatoria para el año 2010 del procedimiento de concesión de ayudas para la realización de proyectos de investigación y acciones complementarias (subprograma de Proyectos de Investigación Fundamental no Orientada, Programa Nacional de Proyectos de Investigación Fundamental, en el marco del VI Plan Nacional de Investigación Científica, Desarrollo e Innovación Tecnológica 2008-2011).

8.- COMUNICACIONES Y PONENCIAS PRESENTADAS A CONGRESOS

Ponente del seminario "El Estado Federal interminable", celebrado en Madrid el 24 de mayo de 2001 y organizado por la Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales.

«Desacuerdo político y poder constituyente: consecuencias en el diseño de los senados español e italiano», en *Derecho Constitucional para el siglo XXI. Actas del VIII Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional*, t. II, J. Pérez Royo; J. P. Urias Martínez; M. Carrasco Durán (edits.), Thomson Aranzadi, Cizur Menor (Navarra), 2006, pp. 4473-4492 (ISBN 84-8355-005-9, tomo II; 84-8355-006-7, obra completa); comunicación presentada en el VIII Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional celebrado en Sevilla del 3 al 5 de diciembre de 2003.

Ponencia titulada "O modelo territorial na Constitución Europea", presentada en la Jornada sobre "A Constitución Europea no Parlamento de Galicia" celebrada en el Parlamento de Galicia el día 25 de enero de 2005.

José Julio Fernández Rodríguez y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «La ampliación de las competencias autonómicas: una visión desde Galicia», en *La reforma de los estatutos de autonomía. Actas del IV Congreso Nacional de la Asociación de Constitucionalistas de España*, G. Ruiz-Rico Ruiz (coord.), Tirant lo Blanch, Valencia, 2006, pp. 467-484 (ISBN 84-8456-651-X); comunicación presentada en el IV Congreso de la Asociación de Constitucionalistas de España (ACE) bajo el título "La reforma de los Estatutos de Autonomía" celebrado en Baeza (Jaén) los días 17 y 18 de noviembre de 2005.

Ponencia titulada "Las nuevas reformas estatutarias" presentada en la Jornada sobre "La reforma de los Estatutos de Autonomía" organizada por el grupo Vocento y celebrada en Madrid el 22 de junio de 2006.

Comunicación titulada "Libertad de información vs Derecho al honor, a la intimidad y a la propia imagen, a partir de la STC 105/1990", presentada en el curso *Del estudio de casos a la resolución de problemas jurídicos*, celebrado en la Facultad de Derecho de Santiago de Compostela los días 12, 18 y 25 de junio y 2 de julio de 2008, reconocido por el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE) de la Universidad de Santiago de Compostela.

Comunicación presentada en el VII Congreso Extraordinario de la Asociación de Constitucionalistas de España (ACE): "Treinta años de Constitución", celebrado en Madrid, en el Palacio del Senado, los días 22 y 23 de enero de 2009.

Comunicación titulada "Docencia del futuro, recursos del pasado, y resultados de siempre, o de cuando Bolonia llegó a Santiago", presentada en el II Congreso Internacional de Docencia Universitaria, celebrado en el Campus de Vigo entre el 30 de junio y el 2 de julio de 2011.

Vicente A. Sanjurjo Rivo, Begoña López Portas y Ana Gude Fernández, "El tránsito del antiguo al nuevo modelo docente en la enseñanza del derecho constitucional: instrumentos, consecuencias y alcance en una concreta experiencia docente", comunicación presentada en el IX Foro Internacional sobre Evaluación de la Calidad de la Investigación y la Educación Superior (FECIES), celebrado en Santiago de Compostela los días 12, 13, 14 y 15 de junio de 2012, en *Evaluación de la Calidad de la Investigación y de la Educación Superior (IX Foro)*, M.^a Teresa Ramiro, M.^a Paz Bermúdez e Inmaculada Teva (comps.), Asociación Española de Psicología Conductual (AEPC), Granada, 2012, p. 602, (ISBN: 978-84-695-3701-5).

Ponencia titulada «La educación universitaria en centro penitenciario. ¿Cómo afrontamos Bolonia?», presentada en el curso "Prisión, Educación y Sociedad: el reto de la reinserción", organizado por la Universidad Nacional de Educación

a Distancia (UNED) y celebrado en A Coruña los días 9, 10 y 11 de julio de 2012.

Ponencia titulada «El show de Truman», presentada el 13 de diciembre de 2012 en el curso *Influencia de los derechos fundamentales en el cine*, celebrado en la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela entre los días 10 y 17 de diciembre de 2012.

Comunicación titulada "Principios de laicidad y neutralidad y libertad religiosa: la exhibición de símbolos religiosos en el ámbito educativo", presentada en el XI Congreso de la Asociación de Constitucionalistas de España (ACE): "La tutela judicial de los derechos fundamentales", que ha tenido lugar en Barcelona los días 21 y 22 de febrero de 2013.

Ponencia titulada «Los derechos económicos, sociales y culturales en el sistema constitucional español», presentada en el *II Curso sobre Derechos Humanos y Fundamentales*, organizado por la Asociación Foro Alumnos de Derecho (FAD) y celebrado en la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela los días 7 y 8 de mayo de 2013.

Comunicación titulada "La utilización de los medios de comunicación como herramienta docente en la enseñanza del derecho constitucional", presentada en el III Congreso Internacional de Docencia Universitaria, celebrado en el Campus de Vigo entre el 20 y 22 de junio de 2013.

Comunicación titulada "Crisis económica y representación: la propuesta de reducción de escaños del Parlamento de Galicia", presentada en el XII Congreso de la Asociación de Constitucionalistas de España (ACE): "Participación, representación y democracia", celebrado en Salamanca los días 3 y 4 de abril de 2014.

Comunicación titulada "Algunas reflexiones sobre la reforma de la iniciativa legislativa popular ante el Parlamento de Galicia", presentada en el XIII Congreso de la Asociación de Constitucionalistas de España (ACE): "La organización territorial del Estado, hoy", celebrado en Zaragoza los días 19 y 20 de febrero de 2015.

Comunicación titulada "El Estado autonómico cooperativo como modelo desconstitucionalizado", presentada en el XIII Congreso de la Asociación de Constitucionalistas de España (ACE): "La organización territorial del Estado, hoy", celebrado en Zaragoza los días 19 y 20 de febrero de 2015.

9.- OTROS MÉRITOS DOCENTES O DE INVESTIGACIÓN

a) Estancias de investigación

Estancia de investigación realizada en el Departamento de *Organizzazione Aziendale e Amministrazione Pubblica* de la *Università degli Studi della Calabria* (Italia) en el período comprendido entre el 17 de agosto y el 18 de noviembre de 1998.

Estancia de investigación realizada en el *Institut für Öffentliches Recht* de la *Albert-Ludwigs-Universität Freiburg* (Alemania) durante el período comprendido entre el 4 de octubre y el 24 de noviembre de 2004.

Estancia de investigación realizada en el *Institut für Öffentliches Recht* de la *Albert-Ludwigs-Universität Freiburg* (Alemania) durante el período comprendido entre el 26 de septiembre y el 29 de octubre de 2005.

Estancia de investigación realizada en la Universidad de Oxford, *The Queen's College* (Reino Unido) durante el período comprendido entre el 18 de noviembre y el 23 de diciembre de 2006.

Estancia de investigación realizada en el Real Colegio Complutense de la Universidad de Harvard (Cambridge, Estados Unidos) durante el período comprendido entre el 19 de noviembre y el 22 de diciembre de 2007.

Estancia de investigación realizada en la *London School of Economics and Political Science* (Londres, Reino Unido) durante el período comprendido entre el 17 de noviembre y el 19 de diciembre de 2008.

Estancia de investigación realizada en el *Institute of Advanced Legal Studies* de la Universidad de Londres (Londres, Reino Unido) durante el período comprendido entre el 17 de noviembre y el 19 de diciembre de 2008.

Estancia de investigación realizada en el *Center for Constitutional Studies and Democratic Development* (CCSDD), centro interuniversitario de la Facultad de Derecho de la Universidad de Bolonia (Italia) y del *Bologna Center* de la *Johns Hopkins University*, durante el período comprendido entre el 16 de noviembre y el 18 de diciembre de 2009.

Estancia de investigación realizada en el *Dipartimento de Scienze Giuridiche "A. Cicu"* de la Universidad de Bolonia (Italia) durante el período comprendido entre el 16 de noviembre y el 18 de diciembre de 2009.

Estancia de investigación realizada en el *Institut für Öffentliches Recht* de la *Albert-Ludwigs-Universität Freiburg* (Alemania) durante el período comprendido entre el 11 de octubre y el 12 de noviembre de 2010.

b) Estancias en centros docentes

Estancia en la Facultad de Derecho de la Universidad de Lisboa al objeto de impartir 5 horas lectivas de docencia en el marco del "LLP-Erasmus Programme. Individual Programme for Teaching Staff Mobility", y en el período comprendido entre el 25 de febrero y el 1 de marzo de 2013.

Estancia en la Facultad de Derecho de la Universidad de Lisboa al objeto de impartir 5 horas lectivas de docencia en el marco del "LLP-Erasmus Programme. Individual Programme for Teaching Staff Mobility", y en el período comprendido entre el 7 y el 11 de abril de 2014.

Estancia en la Facultad de Derecho de la Universidad de Lisboa al objeto de impartir 10 horas lectivas de docencia en el marco del "LLP-Erasmus Programme. Individual Programme for Teaching Staff Mobility", y en el período comprendido entre el 13 y el 17 de abril de 2015.

c) Tesis doctorales dirigidas

Xermán Estévez Janeiro, «Incendios forestais en Galicia: O seu réxime xurídico». Directores: José Julio Fernández Rodríguez, Ana M. Gude Fernández y Vicente A. Sanjurjo Rivo. Departamento: Derecho Público y Teoría del Estado de la USC. Defendida en la Facultad de Derecho de la USC el 13/01/2012, habiendo obtenido la calificación de Sobresaliente Cum Laude.

d) Experiencia en gestión de actividades académicas

Responsable académico del curso "Influencia e consecuencias do cambio climático en Galicia" celebrado en el C.M. Fonseca de la USC entre el 24 de marzo y el 17 de abril de 2008.

Responsable académico del curso "A realidade actual: novas tecnoloxías, novos estilos de vida" celebrado en el C.M Fonseca de la USC entre el 21 de abril y el 22 de mayo de 2008.

e) Participación en comités de investigación

Miembro del Comité Científico del II Congreso sobre Seguridad, Defensa e Internet, organizado por el Seminario de Estudios de Defensa de la

Universidad de Santiago de Compostela-CESEDEN, que se celebró los días 22, 23 y 24 de noviembre de 2006 en la Facultad de Derecho de dicha Universidad.

Evaluador de proyectos presentados al Concurso Regular 2012, en virtud de nombramiento de la Directora del Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDECYT) de la Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT) de Chile.

Evaluador de proyectos presentados al Concurso Regular 2014, en virtud de nombramiento de la Directora del Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDECYT) de la Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT) de Chile.

f) Grupos de investigación

Miembro del grupo de investigación "Grupo de Derecho Constitucional" (GRUDECO), con código GI-1140, adscrito al Departamento de Derecho Público y Teoría del Estado y cuyo coordinador es el profesor Roberto L. Blanco Valdés.

Miembro del Grupo de Innovación Docente del Programa de Formación e Innovación Docente (PFID) de la USC, GID-38-Grupo de Innovación Docente en Criminología (GIC), coordinado por D. Fernando Vázquez-Portomeñe Seljas, y creado en el año 2012 para desarrollar acciones dirigidas a la formación, a la innovación y a la mejora continua de la docencia universitaria.

10.- OTROS MÉRITOS

a) Idiomas

Curso de Iniciación y Perfeccionamiento de la lengua gallega, organizado por la Dirección General de Política Lingüística de la Consellería de Educación y Ordenación Universitaria. (Xunta de Galicia).

Certificación que otorga la convalidación del nivel de competencia en lengua gallega equivalente a un Celga 4 en virtud de la Orden de 16 de julio de 2007 por la que se regulan los certificados oficiales acreditativos de los niveles de conocimiento de la lengua gallega (Celga) (DOG núm. 146 de 30 de julio de 2007).

Certificado de conocimiento de la lengua italiana (*II Cell2*) de la Universidad para extranjeros de Perugia.

Certificado expedido por el Centro de Lengua y Cultura Italiana Torre di Babele acreditativo de la asistencia y buen aprovechamiento del curso de lengua y cultura italiana (nivel intermedio) de 40 horas de duración, realizado en Roma entre los días 17 y 28 de agosto de 1998.

Certificación expedida por el Instituto de idiomas de la Universidad de Santiago de Compostela, en la que se acredita haber asistido al curso de alemán (80 horas) impartido en Santiago de Compostela durante el curso académico 1995-96, habiendo superado las pruebas finales correspondientes al primer nivel con la calificación de sobresaliente.

Certificación expedida por el Instituto de idiomas de la Universidad de Santiago de Compostela, en la que se acredita haber asistido al curso de alemán (80 horas) impartido en Santiago de Compostela durante el curso académico 1996-97, habiendo superado las pruebas finales correspondientes al segundo nivel con la calificación de sobresaliente.

Certificación expedida por el Instituto de idiomas de la Universidad de Santiago de Compostela, en la que se acredita haber asistido al curso de alemán (80

horas) impartido en Santiago de Compostela durante el curso académico 1997-98, habiendo superado las pruebas finales correspondientes al tercer nivel con la calificación de sobresaliente.

Certificación expedida por el Instituto de idiomas de la Universidad de Santiago de Compostela, en la que se acredita haber asistido al curso de alemán (80 horas) impartido en Santiago de Compostela durante el curso académico 1998-99, habiendo superado las pruebas finales correspondientes al cuarto nivel con la calificación de aprobado.

Certificación expedida por el Instituto de idiomas de la Universidad de Santiago de Compostela, en la que se acredita haber asistido al curso de alemán (80 horas) impartido en Santiago de Compostela durante el curso académico 1999-2000, habiendo superado las pruebas finales correspondientes al quinto nivel con la calificación de sobresaliente.

Certificación expedida por el Goethe-Institut acreditativa de la asistencia y buen aprovechamiento del curso de alemán [Intensivkurs 18, nivel A2 (A2.2)] realizado en Friburgo (Alemania) en el periodo comprendido entre el 4 de octubre y el 24 de noviembre de 2004.

Certificación expedida por la Sprachschule Kramer acreditativa de la asistencia y buen aprovechamiento del curso de alemán (IntensivKurs für Deutsch als Fremdsprache, Grundstufe 3, B1) realizado en Friburgo (Alemania) en el periodo comprendido entre el 26 de septiembre y el 28 de octubre de 2005.

Zertifikat expedido por la Sprachschule Kramer (Friburgo, Alemania) que acredita haber superado el nivel Grundstufe 3 (B1).

Diploma expedido por el Centro Universitario de Idiomas a Distancia (CUID) de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) que acredita haber

superado el nivel AVANZADO de ALEMÁN equivalente a 150 horas, correspondiente al curso académico 2005-2006.

Certificación expedida por el Goethe-Institut acreditativa de la asistencia y buen aprovechamiento del curso de alemán que consta de 95 sesiones de 45 minutos cada una de ellas (Intensivkurs I4, nivel B1), realizado en Friburgo (Alemania) en el período comprendido entre el 11 de octubre y el 5 de noviembre de 2010.

Certificación expedida por el Oxford House College que acredita la asistencia y buen aprovechamiento del curso de inglés (General English) realizado en Oxford (Gran Bretaña) en el período comprendido entre el 20 de noviembre y el 15 de diciembre de 2006.

Certificación expedida por el Centro de Lenguas Modernas de la Universidad de Santiago de Compostela que acredita haber superado las pruebas correspondientes al curso de Inglés, de 80 horas, nivel B2.1 (correspondiente al marco común europeo de referencia), en el periodo anual de 2011-2012, con una calificación de notable.

Certificación expedida por el Centro de Lenguas Modernas de la Universidad de Santiago de Compostela que acredita haber superado las pruebas correspondientes al curso de Inglés, de 80 horas, nivel B2.2 (correspondiente al Marco Común Europeo de Referencia), en el período anual de 2012-2013, con una calificación de notable.

Certificación expedida por el Centro de Lenguas Modernas de la Universidad de Santiago de Compostela que acredita haber superado las pruebas correspondientes al curso de Inglés, de 80 horas, nivel C1.1 (correspondiente al Marco Común Europeo de Referencia), en el período anual de 2013-2014, con una calificación de notable.

b) Cargos académicos de gestión

Director del C. M. Fonseca de la Universidad de Santiago de Compostela en virtud de resolución rectoral de 26 de septiembre de 2002. (Cese: 15 de abril de 2012).

Director accidental del área de Residencias (SUR) de la Universidad de Santiago de Compostela desde el 1 de julio de 2007 hasta el 30 de septiembre de 2007.

Director de Área de Residencias (SUR) de la Universidad de Santiago de Compostela en virtud de resolución rectoral de 16 de abril de 2012.

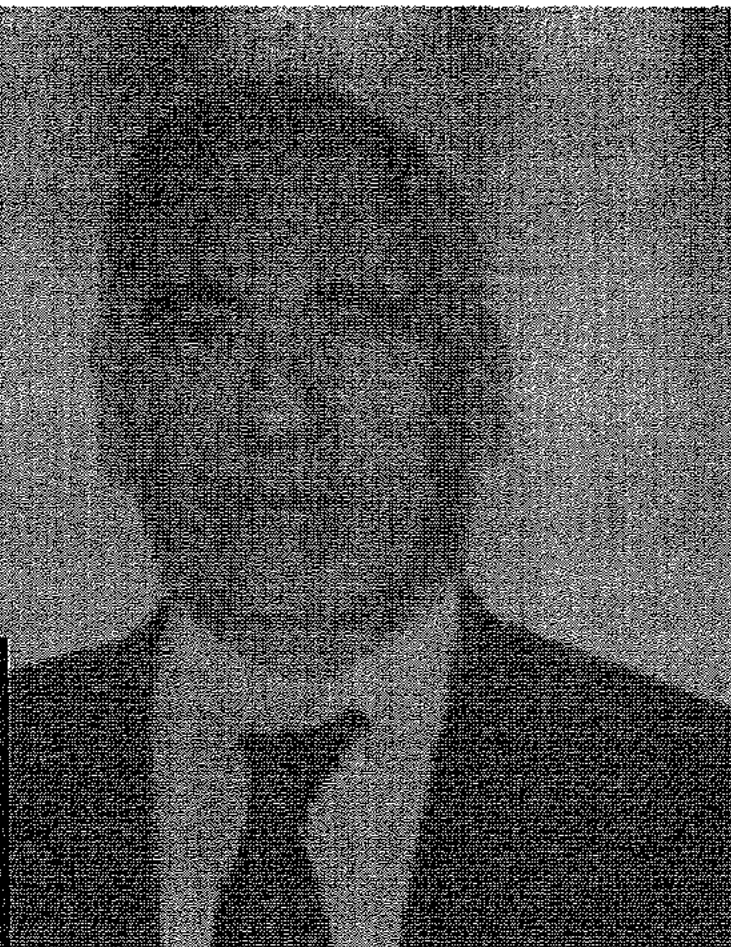


CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professor Doutor

Pierre-Henri Prélot

Université
Cergy-Pontoise



BIOÉTICA

BIOETHICS

Idioma: Inglês

(4ª EDIÇÃO)

**11 A 15
DE ABRIL 2016**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



The lecture will propose a presentation of the main French legal provisions concerning bioethics, such as medically assisted procreation, contraception and abortion, medical researches, care consent, euthanasia.

Topics will be chosen according to the interest of students.

The lecture will include a presentation of the philosophical and political basis of French legislation, expressed in constitutional principles such as dignity, public order or health protection.

It will also take into account the decisions of the European court, and some other national provisions.

The aim is to provide students with informations about French rules, so that they can compare with what they know about their own country, considering that we are all facing the same questions, whenever the answers may sometimes be different.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2016

Professor Doutor

Fausto Vecchio

Università degli
Studi di Enna "Kora"



DIREITO CONSTITUCIONAL EUROPEU

EUROPEAN CONSTITUTIONAL LAW

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**18 A 22
DE ABRIL** 2016

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professor Doutor

Cláudio Brandão

Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais



HISTÓRIA DA TEORIA DO CRIME: DA FORMAÇÃO DA DOGMÁTICA AO DIREITO CONSTITUCIONAL PENAL

HISTORY OF CRIME THEORY: FORMATION OF DOGMATICS
IN CONSTITUTIONAL CRIMINAL LAW

Idioma: Português

(4ª EDIÇÃO)

**26 A 29
DE ABRIL 2016**

Horário:
11h00 às 13h30

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



Seminário:

História da Teoria do Crime: *da formação da dogmática ao direito constitucional penal*

Professor Doutor CLAUDIO BRANDÃO

Programa:

Aula 1 – História e Trajetória do Direito Penal: *linhas mestras*.

- a) Sociedades simples e o seu Direito Penal: características e principais sanções.
- b) Direito Penal Romano.
- c) Direito Penal no Medievo. Características da alta e da baixa Idade Média. O sistema penal da inquisição. Glosadores e Comentaristas.
- d) Conclusão da aula: *Comentaristas e formação da primeira parte geral do direito penal. Elementos da trajetória penal e sua utilização hodierna.*

Aula 2 – História e Trajetória do Direito Penal: *iluminismo penal e construção conceitual da dogmática*.

- a) Características do Direito e do Direito Penal na Modernidade.
- b) O Iluminismo Penal: *postulados, princípios e formação política do princípio da legalidade*.
- c) Formação Jurídica do Princípio da Legalidade Penal.
- d) Construção da Nomenclatura da Teoria do Crime: *culpa, ilícito e tipo*.
- e) Conclusão da aula: *Consequências do iluminismo para o direito penal atual, sua face política e o papel do Princípio da Legalidade*.

Aula 3 – Tipicidade Penal e Antijuridicidade.

- a) A tipicidade como conceito equivalente ao crime e como elemento constitutivo do delito.
- b) A tipicidade como condição para os elementos da teoria do crime
- c) O tipo como continente da ação
- d) Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.
- e) Conclusão da aula: *Antinormatividade e bem jurídico*.

Aula 4 – Bem Jurídico.

- a) Nascedouro do conceito de bem jurídico: a tese de Johann Birnbaum sobre a necessidade da lesão de direitos.
- b) O bem jurídico no positivismo normativo de Binding.
- c) O bem jurídico no positivismo sociológico de von Liszt.
- d) A construção do bem jurídico a partir do neokantismo.
- e) Conclusão da aula: *A função do bem jurídico no direito penal atual*.

Aula 5 – Culpa. Aplicação Constitucional da Teoria do Crime.

- a) Trajetória da Culpa: *características do positivismo, do neokantismo e do finalismo*.
- b) Concepções Funcionalistas e Finalistas da Culpa.
- c) Método Constitucional de Aplicação da Teoria do Crime.
- d) Conclusão da aula: *Princípios e valores constitucionais e sua função na aplicação da teoria do crime*.

Bibliografia básica:

- ALVES, Sílvia. "A pena de morte no pensamento jurídico setecentista". *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva* (BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nélson; FREITAS, Ricardo, coordenadores), São Paulo:Atlas. 2012.
- BRANDÃO, Cláudio. "Culpabilidade: sua análise na dogmática penal e no direito penal brasileiro". *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Coimbra: Coimbra editora. A.15. N.2. Abril-junho, 2005.
- BRANDÃO, Cláudio. *Curso de Direito Penal*. Rio de Janeiro:Forense. 2008.
- BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nélson; FREITAS, Ricardo (coordenadores). *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva*. São Paulo:Atlas. 2012.
- BRANDÃO, Cláudio. "Inconsciência de antijuridicidade – sua visão na dogmática penal e nos tribunais brasileiros". *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Coimbra:Coimbra editora. A.XLI. N.1. 2000.
- BRANDÃO, Cláudio. "Interpretação constitucional do direito penal". *Portugal, Brasil e o Mundo do Direito*. (Vasco Pereira da Silva e Ingo Wolfgang Sarlett, organizadores). Coimbra:Almedina. 2009.
- BRANDÃO, Cláudio. *Tipicidade Penal: dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático*. Coleção: O Tempo e a Norma. Coimbra: Almedina. 2012.
- PALMA, Maria Fernanda. *Direito Constitucional Penal*. Coimbra:Almedina. 2011.

Bibliografia complementar:

- BIRNBAUM, Johann Michael Franz. "Ueber das Erfordeniss einer Rechtsverletzung zum Begriffe der Verbrechen". *Archiv des Criminalrechts*. Halle:Schwetschte und Sohn. 1934.
- DIAS, Augusto Silva. *Delicta in se e delicta mere prohibita*. Coimbra:Coimbra editora. 2008.
- FEUERBACH, Paul Johann Anselm Ritter von. *Tratado de Derecho Penal*. Buenos Aires:Hammurabi. 1989.
- JESCHESCK, Hans-Heinrich. *Lehrbuch des Strafrechts*. Berlin:Duncker und Humblot. 1988.
- KAUFMANN, Arthur. *Schuld und Strafe*. Köln:Heymann. 1983.
- LISZT, Franz von. *Lehrbuch des Deutschen Strafrechts*. Berlin u. Leipzig:VWV. 1922.
- MENDES, Paulo de Sousa. *O torto intrinsecamente culposos como condição necessária da imputação da pena*. Coimbra:Coimbra. 2007
- MEGZER, Edmund. *Strafrecht*. Berlin u. München:Duncker u. Humblot. 1949
- MERKEL, Adolf. *Lehrbuch des Deutschen Strafrechts*. Goldbach:Keip. 1996.
- MIR PUIG, Santiago. "Bien jurídico y bien jurídico penal como límites del *Ius puniendi*". *Estudios Penales y Criminológicos*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Nº14. Jan-dez. 1991.
- MIR PUIG, Santiago. *Derecho Penal. Parte General*. Barcelona:Edição do Autor. 1998.
- MOMMSEN, Theodor. *Römisches Strafrechts*. Leipzig:Duncker & Humblot. 1899.
- PALMA, Maria Fernanda. *O princípio da desculpa em direito penal*. Coimbra:Almedina. 2005.
- PETROCELLI, Biagio. *Principi di Diritto Penale*.Napoli:Eugenio Joveni. 1950.
- POLAINO NAVARRETE, Miguel. *Derecho Penal. Modernas bases dogmaticas*. Buenos Aires:Grijley. 2004.
- POLAINO NAVARRETE, Miguel. *El injusto típico en la teoría del delito*. Corrientes:Mave. 2000.
- ROXIN, Claus. *Problemas fundamentais de direito penal*. Lisboa:Vega. 1993.
- ROXIN, Claus. *Strafrecht Allgemeiner Teil*. München: Beck. 2006.
- SABADELL, Ana Lucia. *Tormenta juris permissione*. Rio de Janeiro:Revan. 2006.
- TAVARES, Juarez. *Teoria do Injusto Penal*. Belo Horizonte:Del Rey. 2000.
- WELZEL, Hans. *Das Deutsche Strafrecht. Eine systematische Darstellung*. Berlin: De Gruyter. 1958.

WELZEL, Hans. *El nuevo sistema del derecho penal*. Montevideo:BdF. 2002.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et alii*. *Derecho Penal. Parte General*. Buenos Aires:Ediar. 2002.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *En torno de la cuestión penal*. Buenos Aires:BdeF. 2005
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Tratado de derecho penal*. T. III. Buenos Aires:Ediar. 1981.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professor Doutor

Antonio D'Atena

Università degli
Studi di Roma Tor Vergata



PRINCÍPIOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

PRINCIPIO DEL DIRITTO
CONSTITUZIONALE

Idioma: Italiano

1ª EDIÇÃO

**02 A 06
DE MAIO 2016**

Horário:
11h00 às 13h00

Duração do Curso:
10 horas

Sala:
A indicar

Inscrições online



ANTONIO D'ATENA

"curso intensivo in lingua italiana"

PRINCIPI DI DIRITTO COSTITUZIONALE

- Costituzionalismo e tutela dei diritti fondamentali
- I principi e i valori costituzionali
- Il principio democratico nel sistema dei principi costituzionali
- Il principio di sussidiarietà
- Federalismo e regionalismo
- Le trasformazioni del regionalismo in Italia
- Il sistema delle fonti tra gerarchia e competenza
- Le pubblicazioni normative
- L'adattamento del diritto interno al diritto internazionale
- In che senso può parlarsi di una Costituzione europea

Prof. Antonio D'Atena
datena@juris.uniroma2.it

Nato a Roma il 21.11.1942 e formatosi alla scuola di Vezio Crisafulli e Aldo M. Sandulli, è prof. emerito di diritto costituzionale nell'Università di Roma "Tor Vergata", in cui ha insegnato per un trentennio, in qualità di professore ordinario, inizialmente di diritto regionale e dal 1° novembre 1992, di diritto costituzionale. Insegna, altresì, diritto delle autonomie territoriali nella LUISS di Roma e fa parte, in qualità di *Profesor Invitado*, del 'Profesorado' del *Master oficial con mención de calidad* in "Derecho constitucional europeo" dell'Università di Granada. Dal gennaio 2003 al maggio 2010 ha diretto l'ISSIRFA-CNR: *Istituto di studi sui sistemi regionali, federali e sulle autonomie "Massimo Severo Giannini"* (www.issirfa.cnr.it).

Dal 1972 al 1983 ha insegnato diritto costituzionale nella Facoltà giuridica dell'Università di Catania.

Membro fondatore e già Presidente dell'*Associazione italiana dei costituzionalisti* (AIC), membro fondatore e già componente del Direttivo (*Vorstand*) della *Societas Iuris Publici Europaei* (SIPE), fondata a Francoforte nel 2003, e membro fondatore e già Presidente della *Conferenza delle Associazioni Scientifiche di Area Giuridica* (CASAG), componente del comitato scientifico del *Centro di ricerca sui sistemi costituzionali comparati* dell'Università di Genova e già componente del *Centro interdipartimentale di ricerca e formazione sul diritto pubblico europeo e comparato* (DIPEC) dell'Università di Siena. È membro onorario dell'*Instituto Mexicano del Amparo*, A.C. È stato inoltre membro del Comitato scientifico di *Ernst & Young*, dell'*Osservatorio su Istituzioni Decentramento e Sussidiarietà* dell'Unioncamere, nonché, durante la sua direzione dell'ISSIRFA-CNR, del *Board of Directors* dell'*International Association of Centers for Federal Studies* (IACFS).

È condirettore della collana "*Studi e materiali di diritto costituzionale*" (Giuffrè editore, Milano), direttore di *Italian Papers on Federalism* (Rivista giuridica online dell'ISSIRFA-CNR), membro del comitato di direzione delle Riviste "*Giurisprudenza costituzionale*" e "*Diritto e società*", nonché del comitato scientifico delle Riviste "*Consulta online*", "*Rassegna parlamentare*", "*Teoria del diritto e dello Stato*", "*Lo Stato*", "*Revista Costarricense de Derecho Constitucional*", "*Revista de Derecho Constitucional Europeo*", "*Revista Catalana de Dret Public*", "*Revista de la Facultat de Derecho de la Universidad de Granada*", "*Rivista di diritto dello sport*", "*Diritto della Navigazione*".

È stato Presidente dell'*Authority* nazionale sullo sciopero (la Commissione di Garanzia per l'attuazione della legge sullo sciopero nei servizi pubblici essenziali) [1992-1996].

Ha partecipato, come relatore, a numerosissimi convegni nazionali ed internazionali, in Italia ed all'estero.

È autore di circa 300 pubblicazioni, in materia di diritto costituzionale, regionalismo e federalismo, fonti del diritto, diritto europeo e comparato (per l'elenco completo, v.: <http://www.issirfa.cnr.it/8,2.html>). Sue opere sono pubblicate in Germania, Spagna, Austria, Portogallo, Francia, Belgio, Grecia, Lituania, Polonia, Brasile, Costa Rica.

Tra le sue pubblicazioni più recenti:

Diritto regionale, II edizione, Torino 2013; *Lezioni di diritto costituzionale*, III edizione, Torino 2012; *La Constitución oculta de Europa (antes y después de Lisboa)*, in *Revista de derecho const. europeo* (13), 2010; *Subsidiariedade vertical e subsidiariedade horizontal na experiência constitucional italiana*, in *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, n. 14 (2010); *Staatszielbestimmungen und Verfassungswerte als Problem des Verfassungsrechts*, in *Jahrbuch des öffentlichen Rechts* (59), 2011; *Ausgestaltungen des Subsidiaritätsprinzips vornehmlich in Italien*, in P. CZARNY, P. TULEJA, K. WOJTYCZEK (a cura di), *Verfassung im Zeitalter der Europäisierung und Globalisierung*, Kraków 2011; *The European Constitution's Prospects*, in BLANKE, MANGIAMELI (a cura di), *The European Union after Lisbon. Constitutional Basis, Economic Order and External Action*, Heidelberg, Dordrecht, London, New York 2011; *La articulación tipológica de las garantías del pluralismo territorial en los estados federales y regionales*, in BIGLINO CAMPOS, MAPELLI MARCHENA (a cura di), *Garantías del pluralismo territorial*, Madrid 2011; *Regionale Finanzhoheit und Fiskalföderalismus in Italien*, in KAHN (a cura di), *Nachhaltige Finanzstrukturen im Bundestaats*, Tübingen 2011, *A propósito das sentenças interpretativas da Corte constitucional italiana*, in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Volume 1, Lisboa 2012; *Regionalism in Italy*, in *Italian Papers on Federalism*, 1/2013; *Between Spain and Germany. The Italian Models of Italian Regionalism*, in *Italian Papers on Federalism*, 2/2013 *Le Régionalisme italien et ses racines culturelles*, in *Civitas Europa* (Nancy), 2013, *Passato, presente ... e futuro delle autonomie regionali speciali*, in *Rivista AIC*, 4/2014 (nonché in *dir. e soc.*, 2014); *National Unity between Supranational Integration and Regional Governments*, in *Italian Papers on Federalism*, 1/2014; *El principio de subsidiariedad "horizontal" en Italia*, in *Derecho Constitucional Contemporáneo. Homenaje al Profesor Rubén Hernández Valle*, San José, Costa Rica, 2015; *"Jedermannsrechte", "Bürgerrechte" ed immigrazione. Note minime*, in PEREIRA DA SILVA, BALAGUER CALLEJÓN (a cura di) *O Constitucionalismo do sec. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global*, Lisboa 2015, *Luci ed ombre della riforma costituzionale Renzi-Monti*, in *Rivista AIC*, 2/2015.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

2016

Professor Doutor

Gábor Hamza

Eotvos Lorand
University



DESENVOLVIMENTO DO DIREITO PRIVADO NA EUROPA

DEVELOPMENT OF PRIVATE
LAW IN EUROPE

Idioma: Inglês

(1ª EDIÇÃO)

**09 A 13
DE MAIO** 2016

Horário:
11h00 às 13h00

Duração do Curso:
10 horas

Salário:
A indicar

Inscrições online



DR. GÁBOR HAMZA
Chair Professor of Law, ordinary (full) member of the Hungarian Academy of Sciences
"Eötvös Loránd" University Budapest, Faculty of Law
e-mail: gabor.hamza@ajk.elte.hu

DEVELOPMENT OF PRIVATE LAW IN EUROPE (Outline)

PART I. ROMAN LAW AS FUNDAMENT OF THE EUROPEAN PRIVATE LAW SYSTEMS

1. Development of Roman law. Causes of fundamental significance of Roman law.
2. Sources of Roman law with special regard to the codification of emperor Justinian I (527-568).
3. Survival of Roman law and its influence on the development of private law in Europe. — Roman-Dutch law.
4. Institutions of Roman law
 - a) Procedural law with special regard to the way of thinking of Roman jurists.
 - b) Law of persons, law of family.
 - c) Law of things with special regard to the ownership (property).
 - d) Law of obligations with special regard to the contractual system and the liability rules.
 - e) Law of succession.

PART II. ELEMENTS OF COMPARATIVE LAW

1. Historical antecedents of comparative law.
2. Object of comparative private law.
3. Main systems of private law.

PART III. MODERN CODIFIED SYSTEMS OF PRIVATE LAW

1. Germany
 - a) Development of private law in Germany from the reception of Roman law (1495) to the age of codification.
 - b) System (structure) of the German Civil Code (BGB).
 - c) Influence of the German Civil Code (BGB) on the development of private law in countries both in Europe and outside Europe.
2. Austria
 - a) History of codification of the Austrian private law.
 - b) System (structure) of the Austrian General Civil Code (ABGB).
 - c) Influence of the Austrian General Civil Code (ABGB) on the development of private law in countries both in Europe and outside Europe.

3. Switzerland

- a) System of the Swiss Civil Code (ZGB) and the Swiss Code of Obligations (OR).
- b) Influence of the Swiss private law (both civil and commercial law) on the development of private law in countries both in Europe and outside Europe.

4. France

- a) The development of the French law until 1804.
- b) System (structure) and Characteristics of the French Civil Code (Code civil) and the French Commercial Code (Code de commerce).
- c) Influence of the Code civil and the Code de commerce on the development of private law (both civil and commercial law) in countries both in Europe and outside Europe.

5. Italy

- a) Italian Civil Code (Codice civile) of 1865.
- b) Italian Civil Code (Codice civile) of 1942.
- c) Influence of the Italian private law (both civil and commercial law) on the development of private law (both civil and commercial law) in countries both in Europe and outside Europe.

6. Development of private law (both civil and commercial law) in Central and Eastern Europe.

7. Private law (both civil and commercial law) in the Scandinavian (Northern European) countries.

APPENDIX: A COMPARATIVE OUTLOOK

PART IV. COUNTRIES OF "COMMON LAW".

1. English law

- a) Development of English law.
- b) Statute law, judge made law, equity and jurisprudence.

2. Private law in the United States of America

- a) Features of "common law" in the USA.
- b) Tendency towards the harmonization of state laws (Uniform Commercial Code – UCC).

Dr. Gábor Hamza

Chair Professor of Law, ordinary (full) member of the Hungarian Academy of Sciences

„Eötvös Loránd” University (Budapest), Faculty of Law

E-mail: gabor.hamza@aik.elte.hu

Development of Private Law in Europe

Erasmus Course

Reading materials

- Hamza G., The Subsequent Fate of Roman Law in a Comparative Legal Approach. Reading Materials. (co-editor: Á. Boóc) Eotvos University Press, Budapest, 2007. 138 p. (compulsory)
- Földi A. – Hamza G., A római jog története és intézményei. (History and Institutes of Roman Law), Twentieth revised and enlarged edition. Budapest, 2015. XL+720 p.
- Hamza G., Az európai magánjog fejlődése. A modern magánjogi rendszerek kialakulása a római jogi hagyományok alapján. (Trends of the Development of Private Law in Europe. The Role of the Civilian Tradition in the Shaping of Modern Systems of Private Law) Nemzeti Tankönyvkiadó, Budapest, 2002. 362 p.
- A római jog és hatása a modern jogok fejlődésére. (Roman Law and its Influence on the Development of the Contemporary Legal Systems) ELTE – Eötvös Kiadó, Budapest, 2013. 302 p.
- Hamza G., Comparative Law and Antiquity. Akadémiai Kiadó, Budapest, 1991. 286 p.
- Hamza G., Die Entwicklung des Privatrechts auf römischrechtlicher Grundlage unter besonderer Berücksichtigung der Rechtsentwicklung in Deutschland, Österreich, der Schweiz und Ungarn. Andrassy Gyula Deutschsprachige Universität, Budapest, 2002. 282 p.
- Hamza G., Le développement du droit privé européen. Le rôle de la tradition romaniste dans la formation du droit privé moderne. Publications de la Faculté de Droit de l'Université Eötvös Loránd, Budapest, 2005. 228 p.
- Hamza G., Wege der Entwicklung des Privatrechts in Europa. Römischrechtliche Grundlagen der Privatrechtsentwicklung in den deutschsprachigen Ländern und ihre Ausstrahlung auf Mittel- und Osteuropa. Schenk Verlag, Passau, 2007. 264 p.

- Hamza G., Entstehung und Entwicklung der modernen Privatrechtsordnungen und die römischrechtliche Tradition. ELTE – Eötvös Kiadó, Budapest, 2009. 828 p.
- Hamza G., Origine e sviluppo degli ordinamenti giusprivatistici moderni in base alla tradizione del diritto romano. Andavira Editora, Santiago de Compostela, 2013. 714 p.
- Hamza G., *Iura antiqua ac iura moderna methodo comparativa investigata. Opera selecta. Tomus primus* – Ausgewählte Schriften zur antiken Rechtsgeschichte, zur Rechtsvergleichung und zum geltenden Recht. Erster Band. ELTE – Eötvös Kiadó, Budapest, 2010. 337 p.
- Hamza G., *Iura antiqua ac iura moderna methodo comparativa investigata. Opera selecta. Tomus secundus* – Ausgewählte Schriften zur antiken Rechtsgeschichte, zur Rechtsvergleichung und zum geltenden Recht. Zweiter Band. ELTE – Eötvös Kiadó, Budapest, 2011. 214 p.
- Hamza G., *Iura antiqua ac iura moderna methodo comparativa investigata. Opera selecta. Tomus tertius* – Ausgewählte Schriften zur antiken Rechtsgeschichte, zur Rechtsvergleichung und zum geltenden Recht. Dritter Band. ELTE – Eötvös Kiadó, Budapest, 2013. 281 p.
- Hamza G., *Iura antiqua ac iura moderna methodo comparativa investigata. Opera selecta. Tomus tertius* – Ausgewählte Schriften zur antiken Rechtsgeschichte, zur Rechtsvergleichung und zum geltenden Recht. Vierter Band. ELTE – Eötvös Kiadó, Budapest, 2014. 326 p.

Dr. Gábor HAMZA
Chair Professor of Law
Ordinary (Full) Member of the Hungarian Academy of Sciences

Expertise:

Civil (Roman) law, EU law, Comparative law and Eastern European legal systems. Listed arbitrator of the Budapest Chamber of Commerce Arbitration Center

Date of Birth:

February 22, 1949, in Budapest, Hungary

Home Address:

Fadrusz u. 28. H-1114 Budapest, Phone: (361) 466-2343

Office Address:

ELTE Római Jogi Tanszék, Egyetem tér 1-3., H-1053 Budapest, Phone: (+36 1) 411-6506; Fax: (+36 1) 411-6515; E-mail: gabor.hamza@ajk.elte.hu

Current Position:

Professor at the Department of Civil (Roman) Law at the Eötvös Loránd University Faculty of Law; President of the Civil Law and Comparative Law Section of the Academy of European Law

Degrees:

J. D. (Budapest, 1973), Diplôme at Faculté Internationale pour l'Enseignement de Droit Comparé (Amsterdam, 1973), Candidatus Rerum Politicarum et Juridicarum (Hungarian Academy of Sciences, 1979), Doctor Rerum Politicarum et Juridicarum (Hungarian Academy of Sciences, 1983)

Professional:

In 1972, completed all of educational and professional training required to become a Hungarian attorney-at-law. Member of the Budapest Bar

University Career:

Chair Professor of the Department of Civil (Roman) Law, Eötvös Loránd University, 1984- Associate Professor of Law, Eötvös Loránd University, 1980-1984, Senior Assistant Professor of Law, Eötvös Loránd University, 1977-1980 Assistant Professor of Law, Eötvös Loránd University, 1971-1977

Research and publication:

20 books, 1213 partly autonomous, partly co-authored, partly edited or co-edited volumes, articles and

review articles on Roman law, legal history, comparative law, EU law, legal philosophy and constitutional law

Visiting Professorships:

Universidad del Salvador (Buenos Aires), April-May 2014; Universidad John F. Kennedy (Buenos Aires) April 2014; Kazakh Abylai Khan University of International Relations and World Languages (Almaty), December 2013, University Le Havre, January-February 2011, November 2009; University of Savoie, March 2009; University of Paris V, March 2008; University of Toulouse, February 2008, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (PUCV), May 2007, University of Paris V, March 2007; Université Paul Cézanne-Aix-Marseille III, February 2007; Seinan Gakuin University (Fukuoka), September 2006; University of Paris II, March 2006; University of Paris V, February 2006; Faculty of Law (UNISA-Pretoria), January 2006, University of Paris XII, on a regular basis since 1993 in March and October every academic year; University of Rome (Università Roma Tre), May 2004, November 2003, May 2003, May 2002, April 2001; University of Rotterdam, September 2002; Michelle Pitard Wynne Professorship, Loyola University School of Law (New Orleans) February 2000; University of Helsinki, December 1999; University of Liège, October 1999; University Rey Juan Carlos (Madrid), April 1999; University of Milan, November-December 1998; University of Memphis, February 1995; University of Pisa, April-May 1994; University of Paris V, February 2006, February 1995, February 1994; Syracuse University College of Law, August-September 1991; European University Institute at Florence fall semester 1990; Fulbright Visiting Professor, Benjamin N. Cardozo School of Law (New York City), academic year 1989/1990; University of Rome ("La Sapienza"), spring semester 1989, spring semester 1988, spring semester 1987, spring semester 1986; University of Salerno, May-June 1989; University of Parma, May 1988

Research Fellowships:

Freie Universität Berlin, July 2013, Lisboa Academy of Sciences, August 2013, University of Lisboa, December 2012, University of Munich, August 2012, University of Munich, July-August 2011, Yeditepe Üniversitesi (Istanbul) September 2010, Institut für Zeitgeschichte (München) August 2008, October 2009 and December 2010, Max-Planck-Institut für Geschichte (Göttingen), July 2001, July 2003 and April 2004, Max-Planck-Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (Heidelberg), July-August 2002, July-August 2004, August 2006, August 2007, September 2008, July 2009 and August 2010, University of Cologne, July-September 2000, Oriel College (Oxford), July 1998, Swiss Institute of Comparative Law (Lausanne), August-September 1996 and July-August 1995, University of Amsterdam, August 1993, University of Thessaloniki, March 1993, University of Munich, July 1992, University of Nancy, April 1992, University of Torino, July 1991, Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte (Frankfurt am Main), February-March 1989 and January 1993, University of Cologne, 1980-1981, University of Rome, fall semester 1979, University of Munich, 1976-1977

Guest Lectures:

Lectures at numerous universities in Turkey, United States of America (USA), France, Germany, United Kingdom, Italy, Austria, Poland, Peru, Spain, Belgium, Finland, Romania, Serbia, Slovenia, Slovakia, Israel, The Netherlands, South Africa, Greece, Switzerland, Japan, China, Brazil, Chile, Mexico, Argentina, Portugal, Australia, Thailand, Kazakhstan and Russia.

Academic and Professional:

Member of the Arbitration Court attached to the Hungarian Chamber of Commerce and Industry, Foreign member of the Academy of European Private Lawyers (Pavia), Institut International du Droit d'Inspiration et d'Expression françaises (IDEF), International Academy of Comparative Law, The American Society of International Law, American Foreign Law Association, Organization of American Historians, Société Jean Bodin, Société Internationale pour l'Histoire du Droit, Association Française des Historiens des Idées Politiques, Association "Henri Capitant", Consejo Europeo de las Investigaciones Sociales sobre America Latina, Centro Internazionale Ricerche Giuridiche, Laboratorio di Storia Costituzionale "Antoine Barnave", Vereinigung für Verfassungsgeschichte, Group of Groningen (group of Roman law specialists of Germany, Hungary, Italy, The Netherlands and the United Kingdom), Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho (Buenos Aires), Sociedad Española de Derecho Romano, Sociedad Latinoamericana de Derecho Romano, Columbia University Center for European Studies (USA), Instituto de Estudios Jurídicos Internacionales "Conde de Aranda" (Madrid), Grupo de Trabajo de Jurisprudencia de CEISAL, Société d'Histoire du Droit (SIHDA), Centre pour l'Histoire du Droit Européen (CEPHIDE) de la Faculté de Droit de l'Université Paul Cézanne-Aix-Marseille III and Hungarian Lawyers' Association

Awards/Prizes/Decorations:

Scientific Prize (Rome) « Oriens Arca Iuris » (2014), Commandor's Cross of the Order of Merit of Hungary (2014), Ordinary member of the Hungarian Academy of Sciences (2010), Scientific Prize « Albert Szent-Györgyi » (2005), Corresponding member of the Hungarian Academy of Sciences (2004), Officer's Cross of the Order of Merit of the Republic of Hungary (2000), Scientific Prize « Ferenc Deák » (2000), Honorary Medal « Petrus Pázmány » (1994), Graduation « Sub Auspiciis Praesidentis Rei Publicae » (1973)

Editorial Activity

Editor-in-chief or editor of *Acta Facultatis Politico-Iuridicae Universitatis Budapestinensis de Rolando Eötvös nominatae*, *Publicationes Instituti Iuris Romani Budapestinensis*, *Studien zum römischen Recht in Europa*, *Tanulmányok a római jog és továbbélése köréből* /*Studies from Roman Law and its Continuity*/, *Studien zum Römischen Recht in Europa* and *Magyar Jogtudósok* /*Hungarian Legal Scholars*/

Member of the editorial council of *Jogtudományi Közlöny* /*Review of Jurisprudence*/, *Acta Juridica Hungarica* – *Hungarian Journal of Legal Studies*, *Állam- és Jogtudomány* /*Review of Legal and Political Science*/ and *Magyar Tudomány* /*Hungarian Science* – *Review of the Hungarian Academy of Sciences*/

President or member of the International Scientific Council of the IUS ROMANUM, Network ELR – *European Legal Roots* y *Rivista Legal Roots*, *ANNAEUS* (*Anales de la Tradición Romanística*), *IUSTEL* (*Revista General de Derecho Romano*), *Revista de Derecho Romano*, *Revista General de Derecho Romano*, *Revista virtual Cartapacio* (*Escuela Superior de Derecho* (UNICEN – *Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires*), *Revista Crítica de Historia de las Relaciones Laborales y de la Política Social* (RCHRLPS), *Revista Europea de Historia de las Ideas Políticas y de las Instituciones Públicas* (REHIPI), *Revista Eletrónica da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo*, *Revista Europea de Derecho de Navegación Marítima y Aeronáutica*, *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, *Revista de Investigación e Innovación Educativa*, *Revista Internacional de Derecho Canónico y Derecho Eclesiástico*, *Revista de Derecho y Ciencias Jurídica DIXI* – *Journal of Legal Studies* (*Universidad Cooperativa de Colombia*), *FUNDAMINA. A Journal of Legal History*, *Revue européenne d'Histoire des idées politiques et les institutions publiques*, *Revue de l'histoire des relations du travail et de la politique sociale*, *The Western Australian Jurist* (*Murdoch University, Australia*), *Journal of International Commercial Law and Technology*, *ROMA E AMERICA*.

DIRITTO ROMANO COMUNE. Rivista di diritto dell'integrazione e unificazione del diritto in Eurasia e in America Latina, **IVRA – Rivista Internazionale di Diritto Romano e Antico** (Catania), **JUS – Rivista di scienze giuridiche**, Università Cattolica del Sacro Cuore (Milano), **Studium iuris.** Rivista per la formazione nelle professioni giuridiche, **Il danno – responsabilità extracontrattuale e da inadempimento**, **Schriften zur Europäischen Integration und Mitteleuropa** (SEIMOE), **Colección Ciencia y Pensamiento Jurídico** (España, Andavira Editora), **Rivista di Diritto Pubblico Comparato ed Europeo** (DPCE), **Rassegna di diritto civile**, **Journal on European History of Law** (Brno) and **Kazakh Abylai Khan University of International Relations and World Languages**

Languages:

Regularly lecturing in English, French, German, Italian, Portuguese, Russian and Spanish, reading Dutch, Latin and classical Greek

List of Publications

Number of publications: 1213

1. Monographies: 15
2. Textbooks (scripts): 3 (2 plus 20 editions) and 10 scripts in English
 - a) Scripts (1993 and 1995 /revised and enlarged edition/), Scripts in English (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 and 2016) /all editions from 1997 onwards are revised and enlarged ones/
 - b) Textbooks (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 and 2015) /all editions from 1997 onwards are revised and enlarged ones/
3. Collected-papers (published in autonomous volumes): 5
4. Essay-books: 20
5. Inaugural lectures: 15
6. Cited lectures: 24
7. Other autonomous works: 52
8. Cited manuscripts: 1
9. Studies
 - a) Roman law, Byzantine law, ancient laws: 102
 - b) Studies on Cicero: 31
 - c) Contemporary (modern) law (private law and public law): 174
 - d) Comparative law: 61
 - e) Medieval legal history and history of law in modern times: 144
 - f) European law: 18
 - g) Canon law: 2
10. Essays in relation to the Academies of Sciences (both in Hungary and abroad): 6
11. Small essays, necrologies, forewords, educational essays, conference contributions, conference reviews, encyclopaedia-entries, interviews: 160
12. Book reviews: 210
13. Translations: 8
14. Editing of books and articles in foreign languages: 9
15. Monographies (articles) in print: 123



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS

Professor Doutor

**Guilherme
d' Oliveira Martins**

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

FINANÇAS PÚBLICAS GLOBAIS: NOVOS DESAFIOS

GLOBAL PUBLIC FINANCE:
NEW CHALLENGES

Idioma: Inglês

(2ª EDIÇÃO)

**09 A 13
DE MAIO**

**Horário:
18h00 às 20h00**

**Participação:
10 horas**

**Local:
A indicar**

Inscrições online:



Global Public Finance: New Challenges

Prof. Doutor Guilherme W. d'Oliveira Martins

{10 HOURS}

- 1. THE NEW NATIONAL PUBLIC FINANCE TAKING THE OUTSIDE WORLD INTO ACCOUNT:
BLENDING EXTERNAL AND DOMESTIC POLICY DEMANDS - THE RISE OF THE
INTERMEDIARY STATE**
- 2. FISCAL CONSOLIDATION AND NEW FINANCIAL RULES**
 - a. OECD AND IMF CONCEPTS**
 - b. NATIONAL EXPERIENCES**
 - c. TRANSNATIONAL EXPERIENCES**
- 3. PUBLIC AUDIT AND RISK ASSESSMENT**
 - a. INTOSAI AND EUROSAI EXPERIENCE**
 - b. NATIONAL AUDIT COURTS EXPERIENCE**
- 4. CASE STUDIES**
 - a. RELYING ON PUBLIC-PRIVATE COOPERATION AND COMPETITION:
ACCOMMODATING NEW ACTORS AND NEW PURPOSES IN
INTERNATIONAL COOPERATION THE GROWING DIVERSIFICATION OF
FINANCING MECHANISMS**
 - b. INVESTING IN GLOBAL PUBLIC GOODS PROVISION ABROAD**
 - c. ENHANCING AID EFFICIENCY**
 - d. DEPTH ANALYSIS OF AUDIT COURT DECISIONS**



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professor Doutor

Andreas Schwartz

University
of Innsbruck

INTRODUÇÃO AO DIREITO PRIVADO EUROPEU

INTRODUCTION TO EUROPEAN
PRIVATE LAW

Idioma: Inglês

(2ª EDIÇÃO)

**16 A 20
DE MAIO 2016**

Horário:
11h00 às 13h00

Duração do Curso:
10 horas

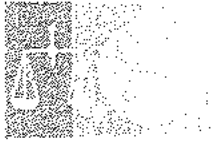
Sala:
A indicar

Inscrições online



GERI





Univ.-Prof. Dr. Andreas Schwartze, LL.M. (EUI)
Head of Department / Department of Private Law
Faculty of Law, University of Innsbruck



Erasmus Intensive Course – Law Faculty of Lisbon University

– 11th to 15th of May - 11 a.m. to 1 p.m. –

Introduction to European Private Law - From national rules on Contract and Tort to supranational European Union Obligation Law

Course syllabus

Class 1 Monday, May 11, 2015

Introduction: Differences of national private laws in Europe / legal families / Common Law – Civil Law; the problems of diverging legal rules within the EU

Class 2 Tuesday, May 12, 2015

Approximation of Private Law – Competences and instruments of EU-law

Class 3 Wednesday, May 13, 2015

Traditional European Contract Law – Harmonization by directives;
an example: Unfair Contract Terms Directive 93/13/EEC

Class 4 Thursday, May 14, 2015

A new Strategy: Development, format and functions of the (Draft) Common Frame of Reference/DCFR; Structure and contents of the DCFR; the four Principles and the General Part of the DCFR

Class 5 Friday, May 15, 2015

Unified EU Principles on Contracts and Tort: DCFR Book IV.A “Sales” / Proposal of Common European Sales Law (CESL); Principles of European Tort Law (PETL) vs. DCFR Book VI “Non-contractual liability arising out of damage caused to another”

Reading List

Antoniolli/Fiorentini (Eds), A factual assessment of the draft common frame of reference (2011)

Bussani/Werro (Eds), European Private Law: A Handbook (2009)

Hartkamp/Hondius (Eds), Towards a European civil code, 4th ed. (2011)

Howells/Schulze (Eds), Modernising and Harmonising Consumer Contract Law (2009)

Micklitz/Cafaggi (Eds), European Private Law after The Common Frame Of Reference (2010)

Larouche (Ed), Economic analysis of the DCFR - The work of the Economic Impact Group within CoPECL (2010)

Schulze (Ed.), Common Frame of Reference and Existing EC Contract Law² (2009)

Schulte-Nölke/Tichy (Eds), Perspectives for European Consumer Law - Towards a Directive on Consumer Rights and Beyond (2010)

Twigg-Flesner (Ed), European Union Private Law (2010)



CURRICULUM VITAE

SCHWARTZE, Univ.-Prof. Dr. Andreas

Born 1956, Germany.

Law Studies in Germany at the University of Hannover, with State Examination in 1982.

Practicing lawyer in Hannover, 1982 - 1984.

LL.M.-Studies at the European University Institute (EUI), Florence, Italy, with Master of Legal Studies in Comparative, European and International Law in 1990.

1990 Doctorate (*summa cum laude*), and 1997 Habilitation, both again at the University of Hannover.

After several Guest Professorships in Germany, eg European University Viadrina Frankfurt (Oder), University of Magdeburg, University of Rostock, and a Full Professorship for Private and Business Law at Bergische Universität Wuppertal,

since 2002 holder of the Chair of European Private Law, Comparative Law and Private International Law and

since 2006 Head of the of the Department of Private Law at the University of Innsbruck, Austria.



CURRICULUM VITAE

SCHWARTZE, Univ.-Prof. Dr. Andreas

27th of April 1956 (Celle, Germany)

DEGREES AND DIPLOMAS:

Habilitation - *venia legendi*: Bürgerliches Recht, Zivilprozessrecht, Deutsches und Europäisches Wirtschaftsrecht, Rechtsvergleichung und Internationales Privatrecht
University of Hannover, 1997

Doctorate (*summa cum laude*)
University of Hannover
1990

LL.M. (Master of Legal Studies in Comparative, European and International Law)
European University Institute, Florence, Italy
1990

State Examination
Judicial Authorities of Lower Saxony / University of Hannover
1982

PRESENT POSITION:

Professor, Chair of European Private Law, Comparative Law and Private International Law,
University of Innsbruck (A) since 2002

Head of the of the Department of Private Law, University of Innsbruck (A) since 2006

PROFESSIONAL EXPERIENCE:

Guest Professor, Chair of Civil Law, Commercial Law and Company Law,
University of Rostock (D) 2001 / 2002

University Professor, Professorship for Private and Business Law
Bergische Universität Wuppertal (D) 2000 / 2001

Guest Professor, Professorship for Private and Business Law,
University of Magdeburg (D) 1999 / 2000

Guest Professor, Professorship for Civil Law
European University Viadrina Frankfurt (Oder) (D) 1997 / 1999

Assistant / since 1991 Assistant Professor, Law Faculty
University of Hannover (D) 1984 - 1997

Practicing lawyer – Rechtsanwalt, Hannover (D) 1982 – 1984

CURSOS INTENSIVOS ERASMUS 2016

Professor Doutor

Russel Weaver

University
of Louisville



INTRODUÇÃO À CONSTITUIÇÃO NORTE-AMERICANA

INTRODUCTION TO THE NORTH-AMERICAN
CONSTITUTION

Idioma: Inglês

(3ª EDIÇÃO)

**16 A 20
DE MAIO 2016**

Horário:
16h00 às 18h00

Duração do Curso:
10 horas

Salas:
A indicar

Inscrições online

Russell L. Weaver
3014 Shallcross Way
Louisville, KY 40222
(502) 852-6559 (W)

TEACHING EXPERIENCE

Current Position: Professor of Law and Distinguished University Scholar, Louis D. Brandeis School of Law, University of Louisville (1999-present) (at the University of Louisville since 1982). Associate Dean for Faculty Research & Development (2012-2013).

Courses: Administrative Law; Advanced Constitutional Law; Constitutional Law I & II; Comparative Constitutional Law; Criminal Law; Criminal Procedure I & II; First Amendment; Negotiations; Remedies; & Trial Practice.

Visitorships: Judge Spurgeon Bell Distinguished Visiting Professor, S. Texas College of Law (1998-99); Herbert Herff Chair of Excellence, Cecil C. Humphreys School of Law, University of Memphis (1992).

Awards: Distinguished University Scholar (University of Louisville) (1999-present); President's Award (University of Louisville) for Outstanding Research, Scholarship and Creative Activity in the Career Achievement category (2002); President's Award for Distinguished Service (1998); President's Award for Outstanding Research, Scholarship and Creative Activity in the Social Sciences (1993); Louis D. Brandeis School of Law awards for scholarship (1992, 1993, 2001 & 2002), teaching (1995), & service (1998); Brown, Todd & Heyburn Fellow (1995-97 & 1998-99); Honorary Associate, Macquarie University School of Law (Sydney, Australia. 1998).

EDUCATION

Legal

Degree: J.D., *cum laude*, University of Missouri, 1978.

Honors and Activities: Order of the Coif; Missouri Law Review; Judge Roy Harper Prize; Omar E. Robinson & Edward Jayne scholarships; & various American Jurisprudence prizes.

Undergraduate

Degree: B.A., University of Missouri, 1974.

Honors and Activities: University of Missouri Speech and Debate Team; speech and forensics scholarships.

PUBLICATIONS (*selected*)

2015: R. Weaver, "*Advice and Consent*" in *Historical Context*, ____ DUKE L.J. ____ (2015) (forthcoming as part of Duke's annual Administrative Law Symposium).

R. Weaver, *Governmental Cyber-Surveillance in a Democratic Society*, ____ W & L. L. REV. ____ (2015) (forthcoming as part of the Washington & Lee L. Rev's cybersurveillance symposium).

R. Weaver, *Defamation and Democracy*, published in A. KENYON, DEFAMATION AND PRIVACY: COMPARATIVE LAW, MEDIA AND PUBLIC SPEECH ____ (Oxford U. Press 2015) (this paper will be published as part of the University of Melbourne's symposium on defamation and privacy).

R. Weaver, *Free Speech and Democracy in an Internet Era*, in A. SARA-LIND, I. OSTERDAHL & J. REICHEL, FREEDOM OF SPEECH, THE INTERNET, PRIVACY AND DEMOCRACY ____ (Liber 2015) (forthcoming).

I. BOUDAHANA, W. GILLES & R. WEAVER, GOVERNMENTAL TRANSPARENCY IN THE OPEN GOVERNMENT ERA I- ____ (IMODEV 2015) (forthcoming).

R. Weaver, *Governmental Transparency, Privacy and the Snowden Affair*, I. BOUDAHANA, W. GILLES & R. WEAVER, GOVERNMENTAL TRANSPARENCY IN THE OPEN GOVERNMENT ERA 239-259 (IMODEV 2015) (forthcoming).

R. Weaver, G. Gil & F. Lichere, *Remedies in the Eminent Domain Context: French & American Perspectives*, in F. LICHÈRE, ED., PAPERS FROM THE PROPERTY REMEDIES DISCUSSION FORUM (Presses Université Aix-Marseille 2015) (forthcoming).

R. Weaver, *Renovating Administrative Procedure: Administrative Searches and the Need for Reform*, in CHENGYI, PAPERS FROM THE ADMINISTRATIVE DISCUSSION FORUM ____ (2015) (forthcoming).

R. WEAVER & S. FRIEDLAND, ED., FREE SPEECH, DEFAMATION & CRIMINAL LAW (Carolina Academic Press 2015) (forthcoming).

R. Weaver & S. Friedland, *Introduction*, in R. WEAVER & S. FRIEDLAND, ED., FREE SPEECH, DEFAMATION & CRIMINAL LAW 4 (Carolina Academic Press 2015) (forthcoming).

R. Weaver, *Free Speech and "True Threats" in a Digital Era*, in R. WEAVER & S. FRIEDLAND, ED., FREE SPEECH, DEFAMATION & CRIMINAL LAW 127-137 (Carolina

Academic Press 2015) (forthcoming).

R. Weaver, *Striking the Balance: Free Speech, Defamation & Reputation*, in R. WEAVER & S. FRIEDLAND, ED., *FREE SPEECH, DEFAMATION & CRIMINAL LAW* 158-168 (Carolina Academic Press 2015) (forthcoming).

R. Weaver, *Congress and Transparency*, in IRÈNE BOUHADANA, WILLIAM GILLES & IRIS NGUYEN-DUY, *PARLIAMENTS IN THE OPEN GOVERNMENT ERA* ____ (2015) (forthcoming).

R. Weaver, *Introduction: Parliaments in the Open Government Era*, in IRÈNE BOUHADANA, WILLIAM GILLES & IRIS NGUYEN-DUY, *PARLIAMENTS IN THE OPEN GOVERNMENT ERA* ____ (2015) (forthcoming).

R. WEAVER & S. FRIEDLAND, ED., *RECENT DEVELOPMENTS IN ADMINISTRATIVE LAW & ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION: THE GLOBAL PAPERS SERIES, Vol. I* (Carolina Academic Press 2015) (forthcoming).

R. Weaver & S. Friedland, *Introduction*, in R. WEAVER & S. FRIEDLAND, ED., *RECENT DEVELOPMENTS IN ADMINISTRATIVE LAW & ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION: THE GLOBAL PAPERS SERIES, Vol. I* ____ (Carolina Academic Press 2015) (forthcoming).

R. Weaver & S. Friedland, *Governmental Transparency and the War on Terror*, in R. WEAVER & S. FRIEDLAND, ED., *RECENT DEVELOPMENTS IN ADMINISTRATIVE LAW & ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION: THE GLOBAL PAPERS SERIES, Vol. I* ____ (Carolina Academic Press 2015) (forthcoming).

R. WEAVER, J. BURKOFF, C. HANCOCK, S. FRIEDLAND, J. HOFFEL & S. SINGER, *CRIMINAL PROCEDURE: A CONTEMPORARY APPROACH* (West, 2015) (forthcoming).

2014: R. Weaver, *The Press and Freedom of Expression*, Andra Koltay, Ed., *Media Freedom and Regulation in the New Media World* 29-44 (2014).

C. Walker & R. Weaver, *Libelocracy*, 41 *J. Malaysian & Comparative Law* 69-79 (2014).

R. Weaver, *Driving While "Intoxicated": Texting, Driving & Punishment*, 47 *TEX. TECH L. REV.* 101-111 (2014) (published as part of Texas Tech University's annual criminal law/criminal procedure symposium) (in press).

Russell L. Weaver & Steven I. Friedland, *Privacy and the Fourth Amendment*, in DIETER DORR & RUSSELL L. WEAVER, ED., *PERSPECTIVES ON PRIVACY: INCREASING*

REGULATION IN THE USA, CANADA, AUSTRALIA & EUROPEAN COUNTRIES ____
(DeGruyter Press 2014).

DIETER DORR & RUSSELL L. WEAVER, ED., PERSPECTIVES ON PRIVACY: INCREASING
REGULATION IN THE USA, CANADA, AUSTRALIA & EUROPEAN COUNTRIES
(DeGruyter Press 2014).

Russell L. Weaver, *Structural Decrees & Unintended Consequences: The Louisville
Desegregation Decree*, 38 U.W. AUSTRALIA L. REV. 156-166 (2014).

W. FUNK, S. SHAPIRO, & R. WEAVER, ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE:
PROBLEMS AND CASES (5th ed. 2014).

R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, THE FIRST AMENDMENT:
CASES, MATERIALS & PROBLEMS (4th ed. 2014).

RUSSELL L. WEAVER, DAVID F. PARTLETT, MICHAEL B. KELLY & W. JONATHAN
CARDI, REMEDIES: CASES, PRACTICAL PROBLEMS & EXERCISES (West, 3rd ed.,
2014).

R. WEAVER, UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT (5th ed. 2014).

R. WEAVER, J. BURKOFF, & C. HANCOCK, CRIMINAL LAW: A CONTEMPORARY
APPROACH (2nd ed. 2014).

R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, & R. ROSEN, INSIDE CONSTITUTIONAL
LAW: WHAT MATTERS & WHY (Aspen, 2^d ed., 2014).

R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, B. FAIR, J. KNECHTLE & R. ROSEN, 2014
SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (3rd ed.,
Aspen 2014).

R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, 2014 SUPPLEMENT TO THE
FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (4th ed. 2014).

R. WEAVER, J. BURKOFF, D. LIVELY, C. HANCOCK, J. HOEFFEL, S. FRIEDLAND & S.
SINGER, 2014 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS &
EXERCISES (5th ed., Thomson/West 2014).

2013: R. WEAVER, FROM GUTENBERG TO THE INTERNET: FREE SPEECH, ADVANCING
TECHNOLOGY & THE IMPLICATIONS FOR DEMOCRACY (Carolina Academic Press
2013).

R. Weaver, *Administrative Searches, Technology & Personal Privacy*, 22 WM. & MARY BILL RT. J. 571 (2013).

R. Weaver, Duncan Fairgrieve & F. Lichere, *The Creation of Transnational Structures Governing Internet Communication*, 78 Mo. L. Rev. 527 (2013).

R. Weaver, *Privacy in an Age of Advancing Technology*, 82 Miss. L.J. 975-996 (2013).

R. Weaver & F. Lichere, *The Remedy of Certiorari: French and U.S. Perspectives*, 42 STETSON L. REV. 615 (2013).

R. Weaver, *Enforcement of British Libel Judgments: An American Perspective*, in D. CAPPER (ED.), MODERN DEFAMATION LAW: BALANCING REPUTATION AND FREE EXPRESSION 93-114 (Queen's U. Press 2013).

R. Weaver & D. Partlett, *Teaching Remedies as a Capstone Course*, 57 ST. LOUIS U. L. REV. 609-630 (2013) (this article was published as part of an invited symposium on teaching remedies).

R. Weaver, *NSA Revelations Worth Risk: Debate on Freedoms is One We Must Have*, *The Courier-Journal*, Forum Section (July 4, 2013).

R. WEAVER & F. LICHÈRE (EDS), REMEDIES AND PROPERTY, U. Aix-Marseille Press 1-142 (2013).

R. Weaver & F. Lichere, *Introduction: Seventh Remedies Discussion Forum*, in R. WEAVER & F. LICHÈRE (EDS), REMEDIES AND PROPERTY, U. Aix-Marseille Press 7-8 (2013).

R. Weaver, *Is U.S. Law Definable? The Great Divide Between the U.S. and Europe*, published in P. MBONGO, CONTEMPORARY AMERICAN LAW: IDENTITY, MUTATIONS & DEBATES (U. Poitiers Press 2013) (published as part of the papers from the University of Poitiers's symposium on Contemporary American Law: Identity, Mutations & Debates) (in press).

C. WALKER & R. WEAVER, ED., FREE SPEECH AND MEDIA IN AN INTERNET ERA: PAPERS FROM THE FREE SPEECH DISCUSSION FORUM (Carolina Press 2013).

R. Weaver, C. Walker & G. Bennett, *Can Newspapers Survive in an Internet Era?*, published in R. WEAVER, ED., FREE SPEECH AND MEDIA IN AN INTERNET ERA 3-27 (Carolina Press 2013) (published as part of a symposium that resulted from the Free Speech Discussion Forum).

R. Weaver, Guilhem Gil, Didier Porrachia & Francois Lichere, *The Law of Private*

Nuisance: French and American Perspectives, published in F. LICHÈRE & R. WEAVER, PROPERTY REMEDIES DISCUSSION FORUM 9-42 (U. Aix-Marseille Press 2013) (this publication involves the papers from the Property Remedies Discussion Forum) (in press).

R. Weaver & C. Wells, *U.S. Legal Education: Headwinds and Effects of the Financial Crisis*, published in P. MBONGO, CONTEMPORARY AMERICAN LAW: IDENTITY, MUTATIONS & DEBATES (U. Poitiers Press 2013) (published as part of the papers from the University of Poitiers's symposium on Contemporary American Law: Identity, Mutations & Debates).

R. Weaver, D. Ciolino, M. Kelly & D. Millon, *Teaching & Learning Law in the United States: New Paradigms & Approaches*, published in P. MBONGO, CONTEMPORARY AMERICAN LAW: IDENTITY, MUTATIONS & DEBATES (U. Poitiers Press 2013) (published as part of the papers from the University of Poitiers's symposium on Contemporary American Law: Identity, Mutations & Debates).

R. WEAVER, J. BURKOFF, D. LIVELY, C. HANCOCK, J. HOFFEL, S. FRIEDLAND & S. SINGER, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (5th ed., Thomson/West 2013).

R. WEAVER, J. BURKOFF, D. LIVELY, C. HANCOCK, J. HOFFEL, S. FRIEDLAND & S. SINGER, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES: INVESTIGATIVE PROCESSES (5th ed., Thomson/West 2013).

R. WEAVER, J. BURKOFF, D. LIVELY, C. HANCOCK, J. HOFFEL, S. FRIEDLAND & S. SINGER, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES: ADJUDICATIVE PROCESSES (5th ed., Thomson/West 2013).

R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, B. FAIR, J. KNECHTLE & R. ROSEN, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (3rd ed., Aspen 2013).

R. WEAVER, J. BAUMAN, J. CROSS, A. KLEIN, E. MARTIN & P. ZWIER: TORTS: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES (4th ed., Lexis Nexis 2013).

R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, B. FAIR & R. ROSEN, 2013 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2013).

R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, B. FAIR & R. ROSEN, 2013 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2013).

R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, D. LIVELY, & C. HANCOCK, 2013 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2013).

- 2012: R. Weaver, *British Defamation Reform: An American Perspective*, 63 N. IRELAND L.Q. 97-117 (2012) (published as part of the Queens University (Belfast, N. Ireland) symposium on defamation).
- R. Weaver, D. Partlett & M. Cole, *Privacy in a Digital Age*, published in D. DOERR & U. FINK, *THE RIGHT TO PRIVACY - PERSPECTIVES FROM THREE CONTINENTS* ____ (De Gruyter 2012) (to be published as part of the Privacy Discussion Forum papers).
- R. Weaver, *Gutenberg and Mass Communication*, published in D. DOERR & U. FINK, *BRANDEIS MEETS GUTENBERG GERMAN-AMERICAN CONVERSATIONS ON LAW 1991-2011: ÖFFENTLICHES UND INTERNATIONALES RECHT BAND ____* (Peter Lang 2012) (to be published as part of the celebration of the Mainz-Louisville faculty exchange relationship).
- R. Weaver, E. Klein, D. Doerr & Udo Fink, *Foreword: Honoring and Remembering the Johannes Gutenberg Faculty of Law - University of Louisville Louis D. Brandeis School of Law Exchange Relationship*, published in D. DOERR & U. FINK, *BRANDEIS MEETS GUTENBERG GERMAN-AMERICAN CONVERSATIONS ON LAW 1991-2011: ÖFFENTLICHES UND INTERNATIONALES RECHT BAND ____* (Peter Lang 2012) (to be published as part of the celebration of the Mainz-Louisville faculty exchange relationship).
- R. WEAVER & D. LIVELY, *UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT* (4th ed., LexisNexis 2012).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, J. BURKOFF, & C. HANCOCK, *CONCISE HORNBOOK SERIES: PRINCIPLES OF CRIMINAL PROCEDURE* (4th ed., Thomson/West 2012).
- R. Weaver, *The Fourth Amendment, Privacy & Advancing Technology*, 39 SEARCH & SEIZURE L. REPORT 1-8 (June, 2012).
- R. Weaver, D. Partlett & M. Cole, *Privacy in a Digital Age*, published in D. DOERR & U. FINK, *THE RIGHT TO PRIVACY - PERSPECTIVES FROM THREE CONTINENTS* ____ (De Gruyter 2012) (published as part of the Privacy Discussion Forum papers).
- R. Weaver, *Democracy in an Internet Era*, Aix Law Club Newsletter (June, 2012).
- R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, D. LIVELY, & W. SCOTT, 2012 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2012).
- R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, 2012 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2012).

- R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, D. LIVELY, & C. HANCOCK, 2012 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2012).
- 2011: R. Weaver, THE JAMES OTIS LECTURE: *The Fourth Amendment, Privacy and Advancing Technology*, 80 MISS. L.J. 1131-1227 (2011).
- D. Partlett & R. Weaver, *BP Oil Spill: Compensation, Agency Costs and Restitution*, 68 WASHINGTON & LEE UNIVERSITY LAW REVIEW 1341 (2011) (published as part of the Washington & Lee University Law Review's symposium on restitution).
- R. Weaver, *The Internet, Free Speech and Crime*, 44 TEXAS TECH L. REV. 197-220 (2011) (published as part of the Texas Tech Law Review's criminal law symposium).
- R. Weaver, *Brandenburg & Incitement in a Digital Era*, 80 MISS. L.J. 1263-1288 (2011) (published as part of the Criminal Procedure Discussion Forum).
- R. Weaver & F. Lichere, *Independent Executive Agencies in the French and U.S. Constitutional Systems*, published in R. WEAVER & F. LICHÈRE (EDS.), AIX GLOBAL ISSUES IN ADMINISTRATIVE LAW (U. Aix-Marseille Press 2011).
- R. Weaver & F. Lichere, *Introduction: Aix Global Issues in Administrative Law Forum*, published in R. WEAVER & F. LICHÈRE (EDS.), AIX GLOBAL ISSUES IN ADMINISTRATIVE LAW 8-11 (U. Aix-Marseille Press 2011).
- R. Weaver, *The Roberts Court and Campaign Finance: "Umpire" or "Pro-Business Activism,"* 40 STETSON L. REV. 839-859 (2011) (published as part of the Constitutional Law Discussion Forum papers).
- R. Weaver, D. Lemieux & Laverne Jacobs, *Introduction to the Special Issue of the Windsor Yearbook of Access to Justice: Transnational and Comparative Administrative Law: Papers from the Sixth Administrative Law Discussion Forum, Québec City*, 28 WINDSOR YEARBOOK OF ACCESS TO JUSTICE v-ix (2011).
- R. Weaver & L. Jellum, *Neither Fish Nor Fowl: Administrative Judges in the Modern Administrative State*, 28 WINDSOR YEARBOOK OF ACCESS TO JUSTICE 243-259 (2011) (published as part of the Administrative Law Discussion Forum).
- R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, B. FAIR, J. KNECHTLE & R. ROSEN, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (2d ed., Aspen 2011).
- R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (3rd ed., LexisNexis 2011).

R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, B. FAIR, J. KNECHTLE & R. ROSEN, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (2d ed., Aspen 2011).

R. WEAVER, J. BURKOFF, & C. HANCOCK, CRIMINAL LAW: A CONTEMPORARY APPROACH (West 2011).

HERWIG C.H. HOFFMAN & RUSSELL L. WEAVER (EDS), TRANSATLANTIC PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE LAW (Bruylant 2011).

Herwig C.H. Hoffman & Russell L. Weaver, *Transatlantic Perspectives on Administrative Law – Introduction*, in HERWIG C.H. HOFFMAN & RUSSELL L. WEAVER (EDS), TRANSATLANTIC PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE LAW (Bruylant 2011).

R. Weaver, U. Fink & Francois Lichere, *Protecting Consumers in an Era of World Trade*, in HERWIG C.H. HOFFMAN & RUSSELL L. WEAVER (EDS), TRANSATLANTIC PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE LAW (Bruylant 2011).

R. WEAVER & F. LICHÈRE (EDS.), AIX GLOBAL ISSUES IN ADMINISTRATIVE LAW (U. Aix-Marseille Press 2011).

R. Weaver, *Gutenberg and Mass Communication*, published in D. DOERR & U. FINK, BRANDEIS MEETS GUTENBERG GERMAN-AMERICAN CONVERSATIONS ON LAW 1991-2011: ÖFFENTLICHES UND INTERNATIONALES RECHT BAND ____ (Peter Lang 2012) (to be published as part of the celebration of the Mainz-Louisville faculty exchange relationship).

R. Weaver, E. Klein, D. Doerr & Udo Fink, *Foreword: Honoring and Remembering the Johannes Gutenberg Faculty of Law - University of Louisville Louis D. Brandeis School of Law Exchange Relationship*, published in D. DOERR & U. FINK, BRANDEIS MEETS GUTENBERG GERMAN-AMERICAN CONVERSATIONS ON LAW 1991-2011: ÖFFENTLICHES UND INTERNATIONALES RECHT BAND ____ (Peter Lang 2012) (to be published as part of the celebration of the Mainz-Louisville faculty exchange relationship).

R. Weaver, *Democracy in an Internet Era*, Aix Law Club Newsletter (2012).

R. WEAVER, M. KELLY & E. SHOBEN, PRINCIPLES OF REMEDIES (2d ed., Thomson/West 2011).

J. BURKOFF & R. WEAVER, INSIDE CRIMINAL LAW: WHAT MATTERS & WHY (2d ed., Wolters Kluwer 2011).

R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, D. LIVELY, & W. SCOTT, 2011

SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2011).

R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, 2011 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2011).

R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, D. LIVELY, & C. HANCOCK, 2011 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2011).

2010: W. FUNK, S. SHAPIRO, & R. WEAVER, ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: PROBLEMS AND CASES (4th ed., Thomson/West 2010).

R. WEAVER AND F. LICHÈRE (EDS), REMEDIES AND ECONOMICS (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2010).

R. Weaver, *Free Speech, Democracy and Enforcement of Foreign Defamation Judgments*, published as part of R. WEAVER & F. LICHÈRE (EDS.), RECOGNITION & ENFORCEMENT OF JUDGMENTS 268-317 (U. Aix-Marseille Press 2010) (published as part of the Remedies Discussion Forum symposium).

R. Weaver & D. Partlett, *The Globalization of Defamation*, reprinted in JEFF BERRYMAN & RICK BIGWOOD, THE LAW OF REMEDIES: NEW DIRECTIONS IN THE COMMON LAW 669-694 (2010).

R. Weaver & Francois Lichere, *Introduction: Remedies Discussion Forum*, published as part of R. WEAVER & F. LICHÈRE (EDS.), RECOGNITION & ENFORCEMENT OF JUDGMENTS 8-13 (U. Aix-Marseille Press 2010) (published as part of the Remedies Discussion Forum symposium).

R. Weaver, *Attack Ads Pose Perils*, *Courier-Journal*, Forum Page, A-15 (Nov. 5, 2010).

R. Weaver, *Democracy, Freedom of Speech and PolitiFact*, *Courier-Journal*, Forum Page (Oct. 15, 2010).

R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, D. LIVELY, C. HANCOCK & J. HOFFEL, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (4th ed., Thomson/West 2010).

R. WEAVER, D. PARTLETT, M. KELLY & J. CARDI, REMEDIES: CASES, PRACTICAL PROBLEMS & EXERCISES (2d ed., Thomson/West 2010).

- R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK & D. LIVELY, *ACING CONSTITUTIONAL LAW* (Aspen 2010).
- R. WEAVER & W. ARAIZA, *THE FIRST AMENDMENT: QUESTIONS & ANSWERS* (LexisNexis 2010).
- R. WEAVER & K. JORDAN, *QUESTIONS & ANSWERS: ADMINISTRATIVE LAW* (2d ed., Lexis Nexis 2010).
- R.W EAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, D. LIVELY, & W. SCOTT, 2010 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2010).
- R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, 2010 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2010).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, D. LIVELY, & C. HANCOCK, 2010 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2010).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, J. BURKOFF & C. HANCOCK, 2010 SUPPLEMENT TO CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES (Thomson/West 2010).
- 2009: R. Weaver, N. Delpierre & L. Boissier, *Governmentally Imposed Truth: An Examination of France's Holocaust Denial Law*, 41 TEXAS TECH. U. L. REV. 495-517 (2009).
- R. Weaver, U. Fink & Francois Lichere, *Protecting Consumers in an Era of World Trade*, 61 AD. L. REV. 105-114 (2009).
- R. Weaver, H. Hoffinan, M. Asimow & F. Lichere, *Introduction: Administrative Law Discussion Forum*, 61 AD. L. REV. 1-3 (2009).
- R. Weaver, *Reliability, Justice and Confessions: The Essential Paradox*, 85 CHI.-KENT L. REV. 179-188 (2009).
- R. Weaver, *Frambach v. Dunihue: The Most Underrated Decision*, 42 LOYOLA L. REV. 237 (2009).
- R. Weaver, *Introduction: Fifth Remedies Discussion Forum*, 42 LOYOLA L. REV. 1 (2009).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, J. BURKOFF, & C. HANCOCK, *CRIMINAL LAW: CASES,*

- MATERIALS & PROBLEMS (3d ed., Thomson/West 2009).
- R. WEAVER, J. BAUMAN, J. CROSS, A. KLEIN, E. MARTIN & P. ZWIER: TORTS: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES (3d ed., Lexis Nexis 2009).
- R. WEAVER & D. LIVELY, UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT (2d ed., LexisNexis 2009).
- R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, D. LIVELY & W. SCOTT, INSIDE CONSTITUTIONAL LAW: WHAT MATTERS & WHY (Aspen 2009).
- R. WEAVER, J. BAUMAN, J. CROSS, A. KLEIN, E. MARTIN & P. ZWIER: MASTERING TORTS (Carolina Press 2009).
- R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, D. LIVELY, & W. SCOTT, 2009 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2009).
- R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, 2009 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2009).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, D. LIVELY, & C. HANCOCK, 2009 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2009).
- 2008: R. WEAVER, C. HANCOCK, D., J. KNECHTLE & D. LIVELY, FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS AND PROBLEMS (LexisNexis 2008).
- R. Weaver & D. Partlett, *Remedies as a Capstone Course*, 27 REV. OF LITIGATION 269 (2008) (published as part of a symposium related to the AALS Workshop on Remedies that was held at the 2007 AALS Annual Meeting).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, J. BURKOFF, & C. HANCOCK, CONCISE HORNBOOK SERIES: PRINCIPLES OF CRIMINAL PROCEDURE (3d ed., Thomson/West 2008).
- J. BURKOFF & R. WEAVER, INSIDE CRIMINAL LAW: WHAT MATTERS & WHY (Aspen 2008).
- R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, D. LIVELY, & W. SCOTT, 2008 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2008).
- R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, 2008 SUPPLEMENT TO FIRST

- AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2008).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, D. LIVELY, & C. HANCOCK, 2008 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2008).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, J. BURKOFF & C. HANCOCK, 2008 SUPPLEMENT TO CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES (Thomson/West 2008).
- 2007: R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, D. LIVELY, C. HANCOCK & J. HOEFFEL, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2007).
- R. Weaver, *Miranda at Forty*, 44 SAN DIEGO L. REV. 423 (2007) (published as part of the Criminal Procedure Discussion Forum).
- R. Weaver, *The Myth of "Consent,"* 39 TEX. T. L. REV. 1195 (2007) (published as part of Texas Tech's criminal procedure symposium at which I gave a speech in April, 2007).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, J. BURKOFF, & C. HANCOCK, CONCISE HORNBOOK SERIES: PRINCIPLES OF CRIMINAL PROCEDURE (Thomson/West 2007).
- R. WEAVER, M. KELLY & E. SHOEN, PRINCIPLES OF REMEDIES (Thomson/West 2007).
- W. FUNK, S. SHAPIRO, & R. WEAVER, SELECTED FEDERAL AND STATE ADMINISTRATIVE AND REGULATORY LAWS (Thomson/West 2007).
- R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, D. LIVELY, & W. SCOTT, 2007 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2007).
- R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, 2007 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2007).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, D. LIVELY, & C. HANCOCK, 2007 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2007).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, J. BURKOFF & C. HANCOCK, 2007 SUPPLEMENT TO CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES (Thomson/West 2007).

- 2006: R. WEAVER, A. KENYON, D. PARTLETT & C. WALKER, *THE RIGHT TO SPEAK ILL: DEFAMATION, REPUTATION & FREE SPEECH* (Carolina Press 2006).
- R. Weaver, *Should Hate Speech be Criminalized?*, 3 REVUE INTERNATIONALE DE LANGUES JURIDIQUES ET DE DROIT COMPARE 42-47 (2006) .
- R. Weaver, *Criminal Defense Representation in the United States: Promises and Paradoxes*, 3 REVUE INTERNATIONALE DE LANGUES JURIDIQUES ET DE DROIT COMPARE 50-57 (2006) .
- R. Weaver, *Speech & Technology*, 110 PENN. ST. U. L. REV. 703 (2006) (published as part of the First Amendment Discussion Forum symposium).
- R. Weaver & D. Partlett, *Defamation, Free Speech & Democratic Governance*, 50 N.Y.L.S. L. REV. 57 (2006).
- R. Weaver & L. Jellum, *Chenery II and the Development of Federal Administrative Law*, 58 *Ad. L. Rev.* 815 (2006) (published as part of the Administrative Law Discussion Forum symposium).
- D. Partlett & R. Weaver, *Neutral Rules and Free Speech*, 39 AKRON L. REV. 1183 (2006) (published as part of the Remedies Discussion Forum symposium).
- R. WEAVER, S. FRIEDLAND, C. HANCOCK, D. LIVELY, & W. SCOTT, *CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* (Aspen 2006).
- R. WEAVER, C. HANCOCK, D. LIVELY & J. KNECHTLE, *THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS AND PROBLEMS* (LexisNexis 2006).
- D. LIVELY & R. WEAVER, *LANDMARK SUPREME COURT CASES: 1974-2005* (Greenwood Pub. Group 2006).
- W. FUNK, S. SHAPIRO, & R. WEAVER, *ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: PROBLEMS AND CASES* (3d ed., Thomson/West 2006).
- 2005: R. Weaver, A. Kenyon, D. Partlett & C. Walker, *Defamation Law & Free Speech: Reynolds v. Times Newspapers and the English Media*, 37 VAND. J. TRANS-NAT'L LAW 1255 (2005).
- R. Weaver, *Investigation & Discretion: The Terry Revolution at Forty (almost)*, 109 PENN. ST. U. L. REV. 1205 (2005) (published as part of the Criminal Procedure Discussion Forum symposium).

- R. WEAVER, J. BURKOFF & C. HANCOCK, *CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES* (2d ed., Thomson/West 2005).
- R. WEAVER, J. BAUMAN, J. CROSS, A. KLEIN, E. MARTIN & P. ZWIER: *TORTS: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES* (2d ed., Lexis Nexis 2005).
- R. Weaver, *The Establishment Clause of the United States Constitution*, published in P. RADAN, D. MEYERSON & R. ATHERTON, *LAW AND RELIGION* (Routledge 2005).
- R. Weaver, *The Free Exercise Clause of the United States Constitution*, published in P. RADAN, D. MEYERSON & R. ATHERTON, *LAW AND RELIGION* (Routledge 2005).
- R. Weaver, *The Marketplace of Ideas*, published in DAVID SCHULTZ & JOHN VILE, *II ENCYCLOPEDIA OF CIVIL RIGHTS* 592-93 (2005).
- 2004: R. Weaver & D. Partlett, *Defamation, the Media & Free Speech: Australia's Experiment with Expanded Qualified Privilege*, 36 GEO. WASH. INT'L. L. REV. 377 (2004).
- R. Weaver, *The Rise and Decline of Structural Remedies*, 41 SAN DIEGO L. REV. 1607 (2004) (published as part of the Remedies Discussion Forum symposium).
- R. Weaver, *An APA Provision on Non-Legislative Rules?*, 56 AD. L. REV. 1 (2004) (published as part of the Administrative Law Discussion Forum symposium).
- R. Weaver, *The Perils of Being Poor: Indigent Defense and Effective Assistance*, 42 BRANDEIS L.J. 435 (2004) (published as part of the Criminal Procedure Discussion Forum symposium).
- R. Weaver, *School Busing, Segregation & Structural Injunctions* (U. Grenoble Press 2004) (symposium in honor of Professor Jean-Philippe Colson of the University of Montpellier Faculty of Law).
- R. Weaver, *The Governor's Spending Plan: A Constitutional "Affront,"* *Courier-Journal*, Forum Section (July 1, 2004).
- R. Weaver, *Speech & Technology*, 110 PENN. ST. U. L. REV. 703 (2006).
- R. Weaver & D. Partlett, *Defamation, Free Speech & Democratic Governance*, 10 N.Y.L.S. L. REV. 57 (2006) (published as part of the Defamation Discussion Forum symposium).
- R. Weaver, L. Abramson, J. Burkoff & C. Hancock, *Principles of Criminal Procedure*

- (West 2004).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, C. HANCOCK, D. LIVELY, *CRIMINAL PROCEDURE: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES* (West, 2nd ed., 2004).
- R. WEAVER, D. PARTLETT, D. LIVELY & M. KELLY, *REMEDIES: CASES, PRACTICAL PROBLEMS & EXERCISES* (West 2004).
- 2003: R. Weaver, *Like a Ghoul in a Late Night Horror Movie*, 41 *BRANDEIS L.J.* 587 (2003) (published as part of the First Amendment Discussion Forum symposium).
- D. Partlett & R. Weaver, *Restitution: Ancient Wisdom*, 36 *LOY. L.J.* 975 (2003) (published as part of the Remedies Discussion Forum symposium).
- R. WEAVER & D. LIVELY, *UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT* (LexisNexis 2003).
- R. WEAVER, J. BURKOFF & C. HANCOCK, *CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES* (West 2003).
- R. WEAVER, J. BAUMAN, J. CROSS, A. KLEIN, E. MARTIN & P. ZWIER, *TORTS: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES* (Anderson 2003).
- 2002: R. Weaver, *Heroic Law Teachers: Dean Leonard Gering*, 52 *J. LEGAL EDUC.* 466 (2002).
- R. Weaver, *The Emperor has No Clothes: Christensen, Mead and Dual Deference Standards*, 54 *AD. L. REV.* 173 (2002).
- R. Weaver, *The Undervalued Non-Legislative Rule*, 54 *AD. L. REV.* 871 (2002) (written for the Administrative Law Discussion Forum).
- R. WEAVER & A. HELLMAN, *THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* (LexisNexis 2002).
- J. KNECHTLE & R. WEAVER, *Belarus*, published in, *LEGAL SYSTEMS OF THE WORLD* (2002).
- 2001: D. Partlett & R. Weaver, *Filling Cavities*, 39 *BRANDEIS L.J.* 677 (2001) (published as part of the Remedies Discussion forum).
- R. WEAVER, L. ABRAMSON, R. BACIGAL, J. BURKOFF, C. HANCOCK, D. LIVELY,

- CRIMINAL PROCEDURE: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES (West 2001).
- W. FUNK, S. SHAPIRO, & R. WEAVER, ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: PROBLEMS AND CASES (West, 2d ed., 2001).
- 2000: D. LIVELY, P. HADDON, D. ROBERTS & R. WEAVER, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, HISTORY & DIALOGUES (2d ed., Anderson 2000).
- R. Weaver, *Defamation Law in Turmoil: The Challenges Presented by the Internet*, 2000 J. INFORMATION, L. & TECHNOLOGY.
- R. Weaver, *Justice and the Sleeping Lawyer*, *Courier-Journal*, Forum Section (Nov. 11, 2000).
- C. Walker & R. Weaver, *The United Kingdom Bill of Rights 1998: The Modernisation of Rights in the Old World*, 33 U. MICH. J. OF L. REFORM (2000).
- R. Weaver, *Should Judges Attend Privately Funded Programs?*, *Courier Journal* Forum Section (Oct. 21, 2000).
- R. Weaver, *Free Speech, Crime & the Challenge of Advancing Technology*, 14 INT'L REV. OF LAW, COMPUTERS & TECHNOLOGY 25 (2000) (also published in CD Rom form by the British & Irish Legal Technology Education Association).
- R. Weaver, *Does "Practicality" Have a Place in the "Canon of Constitutional Law?"*, 17 CONSTITUTIONAL COMMENTARY 341 (2000) (written for, and published as part of, Georgetown University's Constitutional Law Discussion Forum).
- 1999: R. Weaver, *Striking a Balance: Hate Speech, Freedom of Expression and Non-Discrimination*, 37 ARCHIV DES VOLKERRECHTS 471 (1999).
- R. Weaver, *Human Liberty and Freedom of Speech*, 37 ARCHIV DES VOLKERRECHTS 472 (1999).
- R. Weaver, *Content Regulation of the Internet* (published as part of the proceedings of the First Asia-Pacific Conference on Cyber-Law) (1999).
- R. Weaver, *Free Speech Doctrine in Turmoil: Defamation and the Internet* (published as part of the proceedings of the First Asia-Pacific Conference on Cyber-Law) (1999).
- 1998: R. Weaver & K. Boehringer, *Implied Rights and the Australian Constitution: A Modified New York Times, Inc. v. Sullivan Goes Down Under*, 8 SETON HALL CONST. L. J. 101 (1998).

- R. WEAVER, J. BURKOFF, C. HANCOCK, A. REED & P. SEAGO, READINGS IN CRIMINAL LAW (Anderson 1998).
- 1997: R. WEAVER, K. STRACHAN, D. PARTLETT, D. LIVELY & W. LAWRENCE, MODERN REMEDIES: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (West 1997).
- R. Weaver, *Hate Speech*, 7 DAITO HOGAKU 291 (1997).
- W. FUNK, S. SHAPIRO, & R. WEAVER, ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: PROBLEMS AND CASES (West 1997).
- D. LIVELY, B. MORANT, A. HAMMOND & R. WEAVER, COMMUNICATIONS LAW: MEDIA, ENTERTAINMENT & REGULATION (Anderson 1997).
- M. GLENNON, D. LIVELY, R. WEAVER, D. ROBERTS & P. HADDON, THE CONSTITUTIONAL LAW ANTHOLOGY (Anderson 1997).
- 1996: D. LIVELY, P. HADDON, D. ROBERTS & R. WEAVER, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, HISTORY & DIALOGUES (Anderson 1996).
- R. Weaver, *Lopez and the Federalization of Criminal Law*, 98 WEST. V. L. REV. 815 (1996).
- R. Weaver, *Appellate Structures in Executive Departments and Agencies*, 48 ADMIN. L. REV. 251 (1996).
- R. Weaver, *The Developing Law of Libel in Central and Eastern Europe*, 1 COMMUNICATIONS LAW 11 (1996) (with J. Knechtle).
- R. Weaver, *ALJ Support Systems: Staff Attorneys and Decision Writers*, 15 J. NAT'L ASS'N OF ALJs 89 (1996) (written for the Administrative Conference of the United States).
- 1995: R. Weaver, *Management of ALJ Offices in Executive Departments and Agencies*, 47 ADMIN. L. REV. 303 (1995) (written for the Administrative Conference of the United States).
- 1994: C. Walker & R. Weaver, *The Downing Street Declaration*, 8 EMORY I.L.R. 817 (1994).
- Organization of Adjudicative Offices in Executive Branch Agencies* (1994) (written for the Administrative Conference of the United States).
- R. Weaver & J. Knechtle, *Constitution Drafting in the Former Soviet Union: The*

- Kyrgyzstan and Belarus Constitutions*, 12 WISC. I.L.R. 29 (1994).
- D. LIVELY, D. ROBERTS & R. WEAVER, *THE FIRST AMENDMENT ANTHOLOGY* (Anderson 1994).
- 1993: R. Weaver, *A Comment on the Draft Constitution of Belarus*, 3 DAITO HOGAKU 203 (1993) (based on a lecture presented at Daito Bunka University, Tokyo, Japan in May, 1993).
- R. Weaver, *Some Realism About Chevron*, 58 MO. L. REV. 129 (1993).
- R. Weaver & G. Bennett, *Is the New York Times "Actual Malice" Standard Really Necessary? A Comparative Perspective*, 53 LA. L. REV. 1153 (1993).
- R. Weaver & G. Bennett, *Defamation and Editorial Decisionmaking*, 14 MEDIA LAW 2 (1993).
- 1992: R. Weaver, *Chevron: Martin, Anthony and Format Requirements*, 40 KAN. L. REV. 587 (1992).
- R. Weaver & E. Klein, *Stoffpräsentation? Zu den Lehrmethoden an Amerikanischen und Deutschen Rechtsfakultäten*, 33 JURISTISCHE SCHULUNG 272 (1992).
- R. Weaver, *A Foolish Consistency Is the Hobgoblin of Little Minds*, 44 BAYLOR L. REV. 529 (1992).
- R. Weaver & G. Bennett, *Broadcasting Bans: A Transatlantic Perspective*, 13 MEDIA LAW 179 (1992).
- R. Weaver, *Evaluating Regulatory Interpretations*, 80 KY. L.J. 987 (1992).
- 1991: *Judicial Deference to Regulatory Interpretations: Inter-Agency Conflicts*, 43 ALA. L. REV. 35 (1991).
- R. Weaver, *Langdell's Legacy: Living With the Case Method*, 36 VILL. L. REV. 517 (1991).
- R. Weaver, *Challenging Regulatory Interpretations*, 23 ARIZ. ST. L. REV. 109 (1991).
- R. Weaver, *Some Reflections on the Case Method*, 11 LEGAL STUDIES 155 (1991).
- 1989: R. Weaver, *The N. Ireland Media Ban: Some Reflections on Judicial Review*, 22 VAND. J. OF TRANSNAT'L LAW 1119 (1989).

R. Weaver & J. Jones, *The Deliberative Process Privilege*, 54 MO. L. REV. 281 (1989).

1988: R. Weaver, *Chenery II: A Forty-Year Retrospective*, 40 AD. L. REV. 161 (1988).

1986: R. Weaver, *Retroactive Regulatory Interpretations: An Analysis of Judicial Responses*, 61 NOTRE DAME L. REV. 167 (1986).

1984: R. Weaver, *Judicial Interpretation of Administrative Regulations: The Deference Rule*, 45 U. PITT. L. REV. 587 (1984).

R. Weaver, *Judicial Interpretation of Administrative Regulations: An Overview*, 53 U. CINN. L. REV. 681 (1984) (reprinted in volume 3 of West's Federal Practice Manual).

R. Weaver, *Contemporaneous Construction Discovery: Its Use and Abuse*, 20 WAKE FOREST L. REV. 367 (1984).

STUDENT PUBLICATIONS

Comment, *The Law of Private Nuisance in Missouri*, 44 MO. L. REV. 20 (1979);

Note, *Quasi-in-Rem Jurisdiction and the International Shoe Minimum Contacts Doctrine*, 42 MO. L. REV. 415 (1977);

Note, *Towards Resolving 42 U.S.C. § 1981 with the Right of Privacy and the Right to Associate*, 42 MO. L. REV. 312 (1977).

SPEECHES (and other presentations)

2015: Snowden, *Transparency, and the U.S. Cybersurveillance Program*, University of Paris I's (Sorbonne) symposium on "Freedom of Information, and Governmental Transparency, in the Open Government Era" symposium (March 11, 2015, Paris, France)

"*Advice and Consent*" in *Historical Perspective*, Duke L.J.'s Administrative Law "Is the Appointments Process Broken? Insights From Practice, Process & Theory" Symposium (Feb. , Durham, N.C.)

Governmental Cybersurveillance in a Free Society, Washington & Lee University Law Review's "Cybersurveillance in the Post-Snowden Age" symposium (Jan. 24, 2015, Lexington, VA).

Congress and Transparency, University of Oslo's "Parliaments in the Era of Open

Government” symposium (Jan. 15, 2014, Oslo, Norway).

2014: *From Gutenberg to the Internet*, Université Paris Dauphine Faculty of Law (Paris, France, Dec. 3, 2014).

U.S. Public Nuisance Law, Université Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, Nov. 12 2014).

Free Speech and Democracy in an Internet Era, University of Uppsala Faculty of Law’s “Free Speech, the Internet, Privacy and Democracy” symposium (Uppsala, Sweden, Sept. 23, 2014).

N.Y. Times v. Sullivan at Fifty, Southeastern Association of Law Schools’ Annual Meeting (Boca Raton, FL, Aug. 1, 2014).

Eminent Domain: French and American Perspectives, Université Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, June 19, 2014).

Renovating Administrative Procedure: Administrative Searches and the Need for Reform, Institutum Iurisprudentiae, Academica Sinica Faculty of Law (Taipei, Taiwan, June 10, 2014).

The Intersection Between Speech and Crime, Luxembourg University Faculty of Law (Luxembourg, May 21, 2014).

The Constitutional Obligation to Comply with Treaties, Mainz Media Institute’s Annual Symposium (Mainz, Germany, May 9, 2014).

Defamation and Democracy, University of Melbourne School of Law’s symposium on Defamation and Privacy (Apr. 23, 2014, Melbourne, Australia).

Driving While Intoxicated, Texas Tech University’s Eighth Annual Law Review Symposium (Lubbock, TX, Apr. 5, 2014).

The Clash Between the Free Exercise Clause and Gay-Lesbian Rights, Pepperdine University School of Law (Malibu, CA, Apr. 2, 2014).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of Mississippi College of Law (Oxford, MI, Feb. 17, 2014).

Transparency, Privacy and the Snowden Revelations, University of Paris I (Sorbonne) (Paris, France Feb. 12, 2014).

Hate Speech: The Dieudonné Case, University of Paris IX (Paris Dauphine) (Paris, France, February 10, 2014).

2012: *The Supreme Court's Affordable Care Act Decision*, Texas Tech University School of Law (Lubbock, Texas, November 8, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Faulkner University School of Law (Montgomery, Alabama, Nov. 5, 2012).

Holocaust Denial: French and American Perspectives, U. Aix-Marseille (Aix, France, Oct. 11, 2012).

The Conflict Between "Human Dignity" and Freedom of Expression, Southeastern Association of Law School's Annual Meeting (Amelia Island, Florida, July 29, 2012).

Is American Law "Unique?" A Transatlantic Perspective, delivered at the conference on American Contemporary Law: Identity, Mutations & Debates (Paris, France, June 1, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, U. Paris I (Sorbonne) (Paris, France, May 31, 2012).

Private and Governmental Threats to Internet Freedom, Mainz Media Institute's Annual Forum (Mainz, Germany, Apr. 26, 2012).

The Establishment Clause and Vouchers, Duquesne University School of Law (Pittsburgh, Pennsylvania, Apr. 16, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Elon University School of Law (Charlotte, N. Carolina, Feb. 28, 2012).

The Fourth Amendment & Privacy, Texas Tech University School of Law (Lubbock, Texas, Feb. 27, 2012).

The Law of Private Nuisance in the United States, University of Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, Feb. 20, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Aix Law Club (Aix, France, Feb. 20, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the

Implications for Democracy, Regent University School of Law (Norfolk, Virginia, Jan. 28, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of Kentucky College of Law (Lexington, Kentucky, Jan. 18, 2012).

2011: *Constitutional Perspectives on the Global Economic Crisis*, University of Montpellier I, Faculty of Law (Montpellier, France, November 24, 2011).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology & the Implications for Democracy, University of Missouri School of Law (Columbia, Missouri, November 18, 2011).

The Underpinnings of Free Expression, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Hilton Head Island, South Carolina, July 24, 2011).

Free Speech in a Period of Excess, at the "Excess in Society & Culture" conference (Poitiers, France, May 20, 2011).

WikiLeaks and Freedom of Expression, Mainz Media Center's annual media law symposium (Mainz, Germany, Apr. 29, 2011).

Free Speech, the Internet and the Criminal Law, Texas Tech University Law Review Symposium (Lubbock, Texas, Apr. 8, 2011).

Freedom of Expression and Speech Repression, Istanbul Bar Association (Istanbul, Turkey, Mar. 29, 2011).

BP Oil Spill: Compensation, Agency Costs and Restitution, Washington & Lee University Law Review's symposium on restitution (Lexington, Virginia, Feb. 25, 2011).

Free Speech, Civility & Tort Liability, Charleston Law Review Symposium on Free Speech & Civil Discourse in the 21st Century (Charleston, S. Carolina, Feb. 18, 2011).

Administrative Agencies and Political Accountability, University of Montpellier Faculty of Law (Montpellier, France, Feb. 4, 2011).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Feb. 3, 2011).

2010: *From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy*, Texas Tech University School of Law (Lubbock, Texas, Nov. 5, 2010).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of Louisville McConnell Center/Federalist Society Forum (Louisville, Kentucky, Sept. 14, 2010).

Media Convergence, Southeastern Association of Law Schools Annual Meeting (Palm Beach, Florida, July 29, 2010).

The Internet, The Decline of Traditional Media, and the Implications for Democracy, University Aix-Marseilles III (Aix, France, Feb. 12, 2010).

Madoff, Ponzi Schemes and Remedies, Association of American Law Schools Annual Meeting (New Orleans, Louisiana, Jan. 8, 2010).

Comparative Research, Association of American Law Schools Annual Meeting (New Orleans, Louisiana, Jan. 7, 2010).

Free Speech, The Internet & Democracy, Federalist Society's Annual Meeting (New Orleans, Louisiana, Jan. 7, 2010).

2009: *Negotiation Techniques in American Culture*, University Paul Valery (Montpellier, France, Nov. 13, 2009).

The Internet, Free Speech and Democracy, University of Louisville's McConnell Center (Louisville, Kentucky, Oct. 28, 2009).

The Fourth Amendment, Technology and Privacy, The James Otis Lecture, University of Mississippi School of Law (Oxford, Mississippi, Sept., 2009).

The Internet, Free Speech and Democracy, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Palm Beach, Florida, Aug. 2, 2009).

The Internet, Free Speech and Democracy, presented to a visiting group of journalists and lawyers from the Republic of Georgia (Louisville, Kentucky, June 26, 2009).

The Internet, Free Speech and Democracy, Mainz Media Institute's annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 3, 2009).

Hate Speech, Pace University School of Law (White Plains, New York, Mar. 4, 2009).

- Holocaust Denial*, University of Louisville Federalist Society symposium (Louisville, Kentucky, Feb. 20, 2009).
- Free Speech, Democracy and Technology*, University of Louisville Law Review's free speech symposium (Louisville, Kentucky, Feb. 20, 2009).
- 2008: *Teaching Constitutional Law*, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Palm Beach, Florida, July 31, 2008).
- Holocaust Denial*, Mainz Media Center's annual symposium (Mainz, Germany, Mar. 28, 2008).
- Hate Speech*, University of Kentucky College of Law (Lexington, Kentucky, Feb. 19, 2008).
- Holocaust Denial*, University of Kansas School of Law (Lawrence, Kansas, Jan. 24, 2008).
- The Promises and Perils of Comparative Research*, Association of American Law Schools' Annual Meeting (New York City, New York, Jan. 3, 2008).
- 2007: *The Perils of Pragmatism: The Legacy of Justice Sandra Day O'Connor*, University of Louisville's Constitution Day webcast (Louisville, Kentucky, Sept. 17, 2007).
- Hate Speech*, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Palm Beach, Florida, July 30, 2007).
- WEPL "State of Affairs" program on the JCPS desegregation case (Louisville, Kentucky, July 3, 2007).
- Free Speech in Times of War or Emergency*, Mainz Media Institute's annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 20, 2006).
- Bolero and Structural Injunctions*, Association of American Law Schools' Annual Meeting (Washington, D.C., Jan. 5, 2007).
- International Student Exchanges*, Association of American Law Schools' Annual Meeting (Washington, D.C., Jan. 5, 2007).
- There Must be 50 Ways to Teach Remedies*, Association of American Law Schools' Annual Meeting (Washington, D.C., Jan. 3, 2007).
- 2006: *Negotiations in the United States* presented at the University of Montpellier III (Montpellier, France, Nov. 13, 2006).

The Religion Clauses of the United States Constitution presented to a visiting delegation from Tajekistan (Louisville, Kentucky, Oct. 13, 2006).

The Danish Cartoons, University of Louisville Federalist Society symposium (Louisville, Kentucky, Sept. 12, 2006).

WFPL "State of Affairs" program on the "The Roberts Court" (Louisville, Kentucky, Sept. 1, 2006).

Defamation and Free Speech, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Palm Beach, Florida, July 17, 2006).

The Danish Cartoons, Mainz Media Institute's annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 27, 2006).

Defamation and Free Speech, Flinders University Faculty of Law (Adelaide, Australia, Mar. 5, 2006).

Free Speech and the Challenge of Advancing Technology, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Feb. 9, 2006).

Religion in the Public Square: Faith in Government and Politics in America Today, Temple Beth-El (St. Petersburg, Florida, Jan. 10, 2006).

2005: *Free Speech, Defamation and the Political Process*, University of Louisville McConnell Center/Federalist Society symposium (Louisville, Kentucky, Sept. 9, 2005).

WFPL "State of Affairs" program on *Free Speech and Defamation* (Louisville, Kentucky, Sept. 8, 2005).

Reflections on the Confirmation Process, Southeastern Association of Law Schools Annual Meeting (Hilton Head Island, South Carolina, July 18, 2005).

Defamation Standards - How to Balance Freedom of the Press and Protection of Personal Reputation, Mainz Media Law Institute's annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 15, 2005).

Drafting Casebook Proposals, Barry University School of Law (Orlando, Florida, Feb. 18, 2005).

WFPL "State of Affairs" program on the death penalty (Louisville, Kentucky, Jan. 13, 2005).

2004: WFPL “State of Affairs” program on the United States Supreme Court (Louisville, Kentucky, Dec. 15, 2004).

WFPL “State of Affairs” program on *Free Speech, the Internet and the Challenge of Advancing Technology* (Louisville, Kentucky, Sept. 9, 2004).

Free Speech, the Internet and the Challenge of Advancing Technology, University of Louisville Federalist Society (Louisville, Kentucky, Sept. 9, 2004).

The Jurisprudence of Justice Sandra Day O’Connor, Southeastern Association of Law Schools Annual Meeting (Kiawah Island, South Carolina, July 31, 2004).

Free Speech, the Internet and the Challenge of Advancing Technology, Mainz Media Law Institute annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 24, 2004).

Free Speech in a Democratic Society, University of Louisville’s Day of Dialogue on Hate in America (Louisville, Kentucky, Mar. 31, 2004).

Constitution Drafting, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Mar. 16, 2004).

2003: *Hate Speech*, University of Louisville’s McConnell Center/ Federalist Society’s Hate Speech Forum (Louisville, Kentucky, Sept. 10, 2003).

Defamation: A Comparative Perspective, Southeastern Association of Law Schools’ Annual Meeting (Amelia Island, Florida, July 25, 2003).

Hate Speech, University of Leeds Faculty of Law’s forum on hate speech (Leeds, England, Apr. 14, 2003).

Hate Speech, Mainz Media Institute’s annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 11, 2003).

Comparative Perspectives on Defamation, University of Sydney Faculty of Law (Sydney, Australia, Mar. 18, 2003).

Hate Speech, University of Western Sydney School of Law (Sydney, Australia, Mar. 14, 2003).

Hate Speech, Macquarie University Division of Law (Sydney, Australia, Mar. 12, 2003).

Hate Speech, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Feb. 3, 2003).

- 2002:** *Hate Speech*, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools' Annual Meeting (Kiawah Island, South Carolina, July 30, 2002).
- Defamation and Property*, Law and Society Annual Meeting (Vancouver, British Columbia, Canada, May 30, 2002).
- Problem Based Teaching*, Kentucky Council on Postsecondary Education, Innovations in Teaching and Learning conference entitled "Meeting 21st Century Challenges" (Louisville, Kentucky, May 21, 2002).
- Implied Rights in Australia*, Socio-Legal Studies Association Annual Meeting (Aberystwyth, Wales, Apr. 4, 2002).
- Writing Casebook Proposals*, Florida Coastal School of Law (Jacksonville, Florida, Feb. 20, 2002).
- 2001:** *A History of the Southeastern Conference of the Association of American Law Schools*, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools Annual Meeting (Hilton Head Island, South Carolina, July 15, 2001).
- Constitution Drafting*, Socio-Legal Studies Association Annual Meeting (Bristol, England, Apr. 6, 2001).
- Defamation and the Internet*, Federalist Society Faculty Conference (San Francisco, Calif., Jan. 4, 2001).
- 2000:** *Campaign Finance Reform*, Kentucky Educational Television's "Kentucky Tonight" (Lexington, Kentucky, May 8, 2000).
- New York Times Co. v. Sullivan: A Forty Year Retrospective*, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools (Captiva Island, Florida, Aug. 3, 2000).
- Judicial Implications: Comparative Perspectives*, SLSA 2000 Conference (Queens University, Belfast, N. Ireland, Apr. 27, 2000).
- Judicial Implications*, University of Leeds (Leeds, England, Apr. 17, 2000).
- Defamation and the Internet*, British-Irish Legal Education Technology Association (Coventry, England, Apr. 13, 2000).
- 1999:** *Content Regulation of the Internet*, First Asia-Pacific Conference on Cyber Law (Putrajaya, Malaysia, Nov. 9, 1999).

Free Speech Doctrine in Turmoil: Defamation and the Internet, First Asia-Pacific Conference on Cyber Law (Putrajaya, Malaysia, Nov. 9, 1999).

Globalization, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools (Hilton Head Island, South Carolina, July 20, 1999).

The President's Power to Wage War, Cadi Ayyad University Faculty of Law (Marrakesh, Morocco, Mar. 16, 1999).

Free Speech, Crime & Advancing Technology, British & Irish Legal Technology Education Association (York, England, Mar. 30, 1999).

N.Y. Times Co. v. Sullivan: Four Decades Later From a Comparative Perspective, S. Texas College of Law (affiliated with Texas A & M University) (Houston, Texas, Feb. 11, 1999).

1997: *Administrative Regulation of Business in the U.S.*, delivered to a visiting delegation of Moldovan judges (Louisville International Cultural Center, Louisville, Kentucky, May 12, 1997).

Defamation and Reporting, University of Leeds Faculty of Law (Leeds, England, Apr. 15, 1997).

1996: *Hate Speech*, Daito Bunka University (Higasi-Matsuyama, Japan, Dec. 3, 1996).

Affirmative Action in the United States, Johannes Gutenberg-Universität's *Should Women be Treated as Minorities?* conference (Mainz, Germany, June 25, 1996).

Constitution Drafting in the Former Soviet Union, Johannes Gutenberg-Universität (Mainz, Germany, June 19, 1996).

The MacCrate Report's Impact on U.S. Legal Education, University of Sydney Faculty of Law (Sydney, Australia, Mar. 14, 1996).

Chevron and Deference, University of Sydney Faculty of Law (Sydney, Australia, Mar. 11, 1996).

Defamation: The Impact of Libel Law on Reporting, Australian National University Faculty of Law (Canberra, Australia, Mar. 8, 1996).

The American Constitutional System, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Mar. 6, 1996).

The Republican Revolution in the United States, University of Montpellier I Faculty

- of Law (Montpellier, France, Mar. 5, 1996).
- 1995: *Constitution Drafting*, Charles University (Prague, Czech Republic, May 13, 1995).
- 1994: *Defamation in Transition*, University of Tasmania School of Law (Tasmania, Australia, Mar. 17, 1994).
- Is the New York Times Actual Malice Standard Really Necessary?*, Macquarie University Faculty of Law's "Defamation in Transition: International Comparisons in a Globalising Era" Conference (Sydney, Australia, Mar. 12, 1994).
- Chevron and Format Requirements*, Association of American Law Schools' Annual Meeting (Orlando, Florida, Jan. 9, 1994).
- 1993: *Constitution Drafting in the Former Soviet Union*, University of Mainz's Constitution Drafting symposium (Mainz, Germany, June 28, 1993).
- The Belarus and Kyrgyzstan Constitutions*, Daito Bunka University Faculty of Law (Tokyo, Japan, May 18, 1993).
- 1992: *Affirmative Action in the United States*, Université de Paris - Sud (Paris, France, May 12, 1992).
- Current Trends in Legal Education*, Memphis State University Law Alumni Association (Memphis, Tennessee, Feb. 27, 1992).
- 1991: *Should Private Clubs Be Allowed to Discriminate?*, Louisville Forum (Louisville, Kentucky, Oct. 9, 1991).
- The University of Louisville School of Law's Pro Bono Service Requirement*, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools' Annual Meeting (The Homestead, Virginia, Aug. 16, 1991).
- Censorship and the Gulf War*, Université Paul Valéry's symposium on the Gulf War (Montpellier, France, May 14, 1991).
- The Northern Ireland Broadcasting Ban*, Université Paul Valéry (Montpellier, France, May, 15, 1991).
- Fetal Rights*, University of Louisville symposium on privacy and fetal rights (Louisville, Kentucky, Mar. 13, 1991).
- 1990: *The Case Method*, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools' Annual Meeting (Nashville, Tennessee, Aug. 18, 1990).

The Case Method, Ohio Northern University College of Law (Ada, Ohio, Sept. 25, 1990).

ORGANIZATION OF DISCUSSION FORA

2014: Property Remedies Discussion Forum (University of Aix-Marseille Faculty of Law, Aix, France, June 18-19, 2014).

Administrative Law Discussion Forum (Institutum Jurisprudentiae, Academia Sinica, Taipei, Taiwan, June 10-11, 2014).

Defamation Discussion Forum (Luxembourg University Faculty of Law, Luxembourg, May 21, 2014).

Free Speech Discussion Forum (Notre Dame London Law Centre, London, England, May 19-20, 2014).

2013: Remedies Discussion Forum (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law, Louisville, Kentucky, Dec. 6, 2013)

Administrative Law Discussion Forum (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law, Louisville, Kentucky, Dec. 5, 2013)

Privacy Discussion Forum (Johannes Gutenberg University Faculty of Law, Mainz, Germany, June 17-18, 2013)

Remedies Discussion Forum (Monash University Faculty of Law (Prato Center), Prato, Italy, June 10-11, 2013)

Free Speech Discussion Forum (Luxembourg University Faculty of Law, Luxembourg, May 22-23, 2013)

2012: *Property Remedies Discussion Forum* (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseilles III Faculty of Law), June 20-21, 2012).

First Amendment Discussion Forum (London, England (Notre Dame London Law Centre), June 12-13, 2012).

Administrative Law Discussion Forum (Luxembourg (Luxembourg University Faculty of Law), June 5-6, 2012).

Criminal Procedure Discussion Forum (Istanbul, Turkey (Yeditepe University Faculty of Law), May 22-23, 2012).

- 2011: *Privacy Discussion Forum* (Johannes Gutenberg University Faculty of Law, Mainz, Germany, June 23-24, 2011).
- Remedies Discussion Forum* (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseilles III Faculty of Law), June 8-9, 2011).
- 2010: *Constitutional Law Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Dec. 15-16, 2010).
- Global Administrative Law Forum* (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseilles III Faculty of Law), June 23-24, 2010).
- Criminal Procedure Discussion Forum* (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseille III Faculty of Law), June 23-24, 2010).
- Administrative Law Discussion Forum* (Quebec City, Canada (Laval University Faculty of Law), May 25-26, 2010).
- 2009: *Remedies Discussion Forum* (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseilles III Faculty of Law), June 4-6, 2009).
- First Amendment Discussion Forum* (Luxembourg (Luxembourg University Faculty of Law), May 20-22, 2009).
- 2008: *Criminal Procedure Discussion Forum* (Atlanta, Georgia (Emory University School of Law), Dec. 8-9, 2008).
- Administrative Law Discussion Forum* (Montpellier, France (University of Montpellier I Faculty of Law), May 25-26, 2008).
- 2007: *Remedies Discussion Forum* (Atlanta, Georgia (Emory University School of Law), May 29-30, 2007).
- 2006: *Criminal Procedure Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Dec. 13-14, 2006).
- Administrative Law Discussion Forum* (Lexington, Virginia (Washington & Lee University School of Law), May 17-18, 2006).
- 2005: *Remedies Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 18-19, 2005).
- Defamation and Privacy Discussion Forum* (Mainz, Germany (Johannes Gutenberg University Faculty of Law), June 8-9, 2005).

First Amendment Discussion Forum (Leeds, England (University of Leeds Faculty of Law), June 1-2, 2005).

2004: *Criminal Procedure Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 12-13, 2004).

Remedies Discussion Forum (Lexington, Virginia (Washington & Lee University School of Law), Nov. 7-8, 2004).

Administrative Law Discussion Forum (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), May 18-19, 2004).

2003: *Remedies Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 7-8, 2003).

Criminal Procedure Discussion Forum (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), May 16-17, 2003).

2002: *First Amendment Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 16-17, 2002).

Remedies Discussion Forum (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Apr. 26-27, 2002).

2001: *Administrative Law Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 16-17, 2001).

2000: *Remedies Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Apr., 2000).

1999: *Administrative Law Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 16-17, 1999).

CALI

Served as a "Remedies Fellow" for the Center for Computer Assisted Legal Education (CALI), and have authored various lessons for CALI (as part of the fellowship and afterwards).

SERVICE

Law School:

- Associate Dean for Faculty Research & Development (2012-2013)
- Personnel Committee (1990-present)

- Curriculum Committee (Chair, 2003, Member 2003-09, & 2012-2015)
- Distance Learning Committee (Chair, 2003-06)
- International Committee (1989-98 & 2006-07, Chair, 1990-95 & 1996-98 & 2013-2015)
- Faculty Recruitment Committee (1983-87 & 1991-93 & 2007-present, & Chair, 1986-87 & 1992-93)
- Dean Search Committee (2015)
- Decanal Review Committee (1987)
- Faculty Development Committee (1990-94)
- Faculty Representative to the AALS House of Delegates (1991-92)
- Advocacy Committee (1990-93, & Chair, 1991-92)
- Distinguished Teaching Committee (1989-90 & 1991-92, & Chair, 1989-90)
- Distinguished Service Committee (1991-92)
- Computer Committee (1989-90)
- Library Committee (1982-84 & 1989-90, Chair, 1983-84)
- Continuing Legal Education Committee (1984-85)
- Financial Aid Committee (1989-90)
- Order of the Coif Committee (1983-86 & 1993-94)
- Student Grievance Committee (1989-90)
- Advocacy Committee (1990-91, & Chair, 1989-90)

University:

- Vice President for Research's Advisory Council (2002-2013)
- Provost's Advisory Committee for the International Center (1994-2005)
- Faculty Grievance Committee (1990-2002 & 2004-06)
- Distinguished Teaching Committee (1989-90 & 2004)
- Distinguished Research Committee (1993-95)
- Southern Association of Colleges and Schools Accreditation Review Committee (1987-88)

Community and Professional:

- Scholar-in-Residence, Washington & Lee University (Jan. 22-23, 2015).
- Expert Witness, United Nations Office on Drugs & Crime (Vienna, Austria, April, 2013).
- Executive Director & Board of Directors, Southeastern Association of Law Schools (SEALS) (2004-present)
- Chair, Scholarship Award Committee, ABA Administrative Law Section (2008-present)
- Editorial Board, Journal of Education and the Law (a British journal)(1993-present)
- Executive Committee, AALS Remedies Section (2002-06)
- Chair, AALS Remedies Section (2005)
- Legal Panel, American Civil Liberties Union of Kentucky (ACLU of Ky.) (1984-2002)
- President, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools

- (SEAALS) (1998-99)
- Treasurer, SEAALS (1994-2004)
- Program Chair; SEAALS (1993-2004)
- Secretary, SEAALS (1994-95)
- Board of Directors, Coalition Against Rape and Sexual Assault (1986-2001)
- Consultant, Central and East European Law Initiative (CEELI) (1991-1993)
- Co-Chair, Montpellier Committee, Sister Cities of Louisville (1997-present)
- Executive Committee, Association of American Law School's (AALS) Criminal Justice Section (1983-1990, & 1992-1999)
- Vice Chair, International Trade Regulation, ABA's Section of Administrative Law and Regulatory Practice (1994-98)
- Comments submitted on the Republic of Georgia's draft anti-terrorism law (1999).
- Comments submitted to the Russian Constitutional Commission (with Dr. Paul Weber) (1993)
- Consultant, Administrative Conference of the United States (1992-94)
- Consultant, Belarus Constitutional Commission (legal specialist for CEELI, Minsk, Belarus, 4/3/93-4/19/93)
- Consultant, Kyrgyzstan Constitutional Commission (acting as a legal specialist for CEELI, Bishkek, Kyrgyzstan, 10/16/92-11/2/92)
- Consultant, Cheechi & Co. (law reform in the former Soviet Union)(1993-98);
- Chair, AALS Criminal Justice Section (1988)
- AALS' Planning Committee for the New Law Teacher's Workshop (1991-1993);
- Board of Directors, ACLU of Ky. (1988 & 1990-96)
- Chair, Louisville Bar Association's (LBA) International Law Committee (1991);
- LBA Professional Responsibility Committee (1984-85)
- LBA Dispute Resolution Committee (1984-85)

FOREIGN VISITORSHIPS

2014: Visiting Professor, U. Paris I Faculty of Law (Sorbonne) (Paris, France, Dec. 2014).

Invited Professor, U. Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, Nov. 2014).

Visiting Professor University of Lisbon (Lisbon, Portugal, Apr., 2014).

Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, May, 2014).

2013: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University Faculty of Law (Mainz, Germany, July, 2013).

Visiting Professor University of Lisbon (Lisbon, Portugal, Apr. 2013).

- Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr. 2013).
- 2012:** U. Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, Oct., 2012).
- Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2012).
- 2011:** Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2011).
- Parsons Fellow, Sydney University (Sydney, Australia, Mar., 2011).
- Invited Professor, University of Montpellier Faculty of Law (Montpellier, France, Feb., 2011).
- 2010:** Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, July, 2010).
- Visiting Professor, Johannes Gutenberg University Faculty of Law (Mainz, Germany, Mar., 2010).
- Invited Professor, University Paul Cezanne - Aix-Marseille III (Aix, France, Feb., 2010).
- 2009:** Visiting Professor, University of Osnabruck Faculty of Law (Osnabruck, Germany, Dec., 2009).
- Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2008).
- 2008:** Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2007).
- 2007:** Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2007).
- 2006:** Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2006).
- 2005:** Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2005).
- 2004:** Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2004).

- 2003:** Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Mainz Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2003).
- Visiting Fellow, Centre for Media Law & Communication, Melbourne University Law School (Melbourne, Australia, Mar., 24-29, 2003).
- Parsons Fellow, Sydney University School of Law (Sydney, Australia, Mar., 2003).
- Visiting Professor, Macquarie University Division of Law (Sydney, Australia, Mar., 2003).
- Visiting Professor, University of Western Sydney School of Law (Sydney, Australia, Mar. 13-20, 2003).
- Invited Professor, University of Montpellier, Faculty of Law (Montpellier, France, Jan.-Feb., 2003).
- 2000:** Visiting Professor, University of Leeds, Leeds, England (Apr., 2000).
- 1999:** Visiting Professor, University of Turku, Faculty of Law, Turku Finland (May, 1999).
- Visiting Professor, Cadi Ayyad University (Marrakesh, Morocco (Mar. 11-22, 1999).
- 1996:** Visiting Professor, Daito Bunka University, Tokyo, Japan (Nov. 25-Dec. 10, 1996).
- Visiting Professor, Johannes Gutenberg-Universität, Mainz, Germany (June, 1996).
- Invited Professor, University of Montpellier, Montpellier, France (Apr., 1996).
- Parsons Fellow, University of Sydney, Sydney, Australia (Mar. 11-15, 1996).
- Visiting Fellow, Australian National University, Canberra, Australia (Mar. 5-9, 1996).
- 1995:** Visiting Professor, Université de Paris - Sud, Paris, France (May 1995).
- 1994:** Visiting Professor, Macquarie University Faculty of Law, Sydney, Australia (Feb.-Mar., 1994).
- 1993:** Visiting Professor, Daito Bunka University, Tokyo, Japan (May 1993).
- 1992:** Visiting Professor, City University, London, England (June 1992).
- Visiting Professor, Université de Paris-Sud, Paris, France (May 1992).

1991: Visiting Professor, Université Paul Valéry, Montpellier, France (May 1991).

1988: Visiting Lecturer, University of Leeds, Leeds, England (1988-89).

PRACTICE EXPERIENCE

U.S. Department of Energy, Washington, D.C. (4/80-7/82)

Regulatory Litigation Section of the Office of General Counsel. Litigation practice before the U.S. District Courts and Courts of Appeal, as well as before the Federal Energy Regulatory Commission.

Watson, Ess, Marshall & Enggas, Kansas City, MO (5/78-4/80)

Responsibilities generally litigation oriented, but included some work for the real estate, labor, corporate, and tax sections of the firm.

BAR MEMBERSHIPS

Missouri Bar (1978-present)

REFERENCES

Available on request.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

University of Lisbon School of Law

Founded in 1913

Volume 19

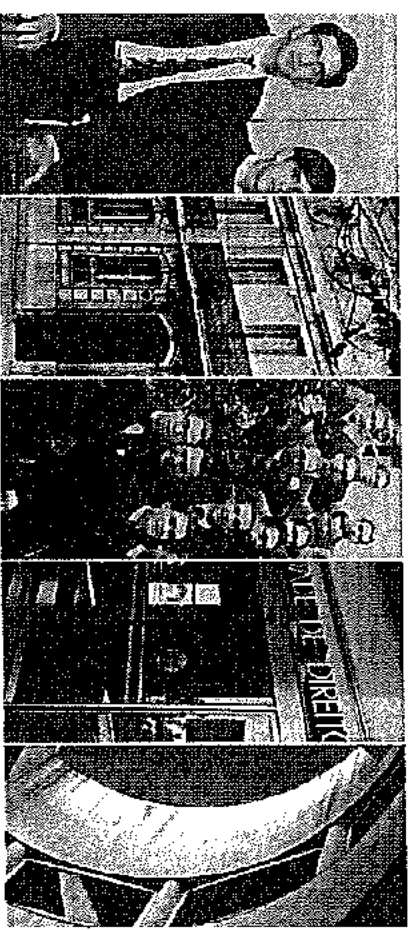


GERI
EUROPEAN ASSOCIATION
OF LAW SCHOOLS
INTERNATIONAL



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mission



The University of Lisbon School of Law is a center of creation, transmission and dissemination of culture and science in the field of legal disciplines and other related disciplines.

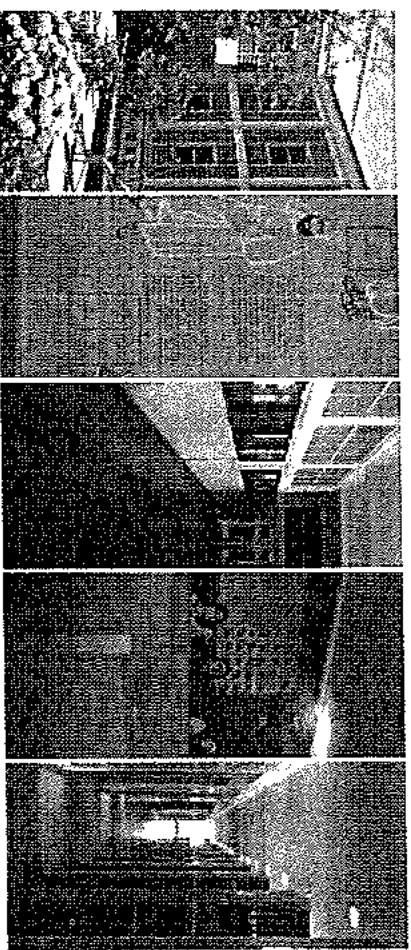
It is the mission of this institution to provide service to the community, in mutual appreciation, to establish cultural, educational and scientific exchanges with public and private, national and foreign entities, and contribute within their activities for the development of the country and international cooperation.





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

History



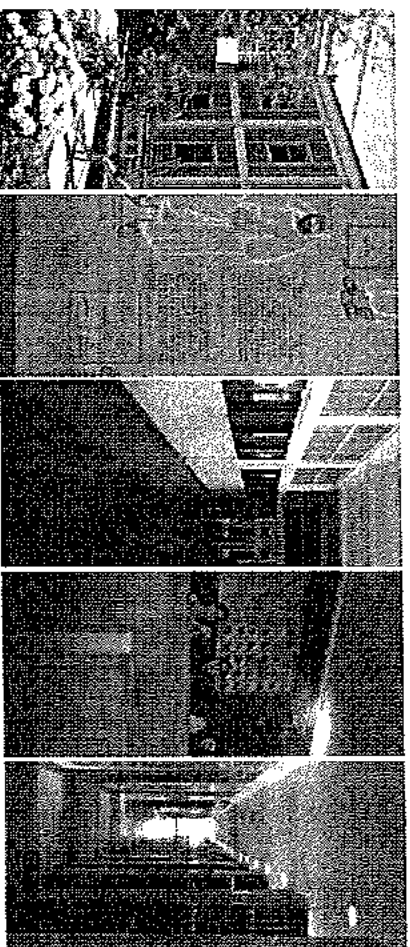
Founded in June 1913 by initiative of Afonso Costa, President of the Ministry of V Government of the Portuguese Republic, the Faculty of Law of Lisbon opened its doors with a small body of teachers - seven doctors and graduates - and with a school attendance of a few dozen students. In 1958 the Faculty moved its headquarters to the campus of *Cidade Universitária*, where it remains housed in a building designed by architect Pardo Monteiro and decorated by great artists of the time, like Almada Negreiros, Lino António, Barata Feyo and António Duarte. In the last years of the twentieth century began the construction of a new building, attached to the first, which has endowed a library, a modern auditorium and a courtroom for trial simulation.





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

History



The University of Lisbon School of Law is fundamentally an area of freedom: freedom of education, research, transmission and dissemination of legal culture.

Major figures of national and international life have set in its classrooms. Among others, it should be noted three presidents of the Republic (António Ramalho Eanes, Mário Soares and Jorge Sampaio), and eight heads of government (Afonso Costa, Marcello Caetano, Adelino da Palma Carlos, Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Mário Soares, José Manuel Barroso and Pedro Santana Lopes).





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Study Cycles



1st Cycle – Undergraduate Law

2nd Cycle – Masters

Law and legal science master
Law and legal practice master
Interior and border relations master
Joint master degree in European Legal
Practice



3rd Cycle – PhD Law





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Facts and Figures **(2015)**



3.157	1st Cycle students
1.021	2nd Cycle students
307	3rd Cycle students

191	Teachers
11	Researchers
47	Administrative Staff





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Facts and Figures

RESEARCH



5	Research Units
10	Research independent Institutes and Associations
101	Books and Chapters with international circulation

RESEARCH UNITS

Institute of Criminal Law and Criminal Sciences
Private Law Research Center
Public Law Research Center
Institute for Economic, Financial and Tax Law
Theory and History of Law, University of Lisbon





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Facts and Figures

LIBRARY

NATIONAL REFERENCE LIBRARY IN LAW AND LEGAL STUDIES



1.500 Titles of legal journals

130.000 Volumes

3 Digital Collections (Legal data bases, electronic journals, CD-ROMs)





OFFICES AND PROTOCOLS (2015)

PROTOCOLS



260 Europe

240 Latin America

19 Africa

7 Asia

Oceania

Legal Cooperation Institute

- ## International Cooperation



GERI
 100% COTTON
 100% COTTON
 100% COTTON



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

International School of Law

FOREIGN STUDENTS AND EXCHANGE AND MOBILITY STUDENTS (2015)

EUROPE

Incoming: 118

Outgoing: 45

ASIA

Incoming: 1

Outgoing: 10

LATIN AMERICA

Incoming: 89

Outgoing: 33



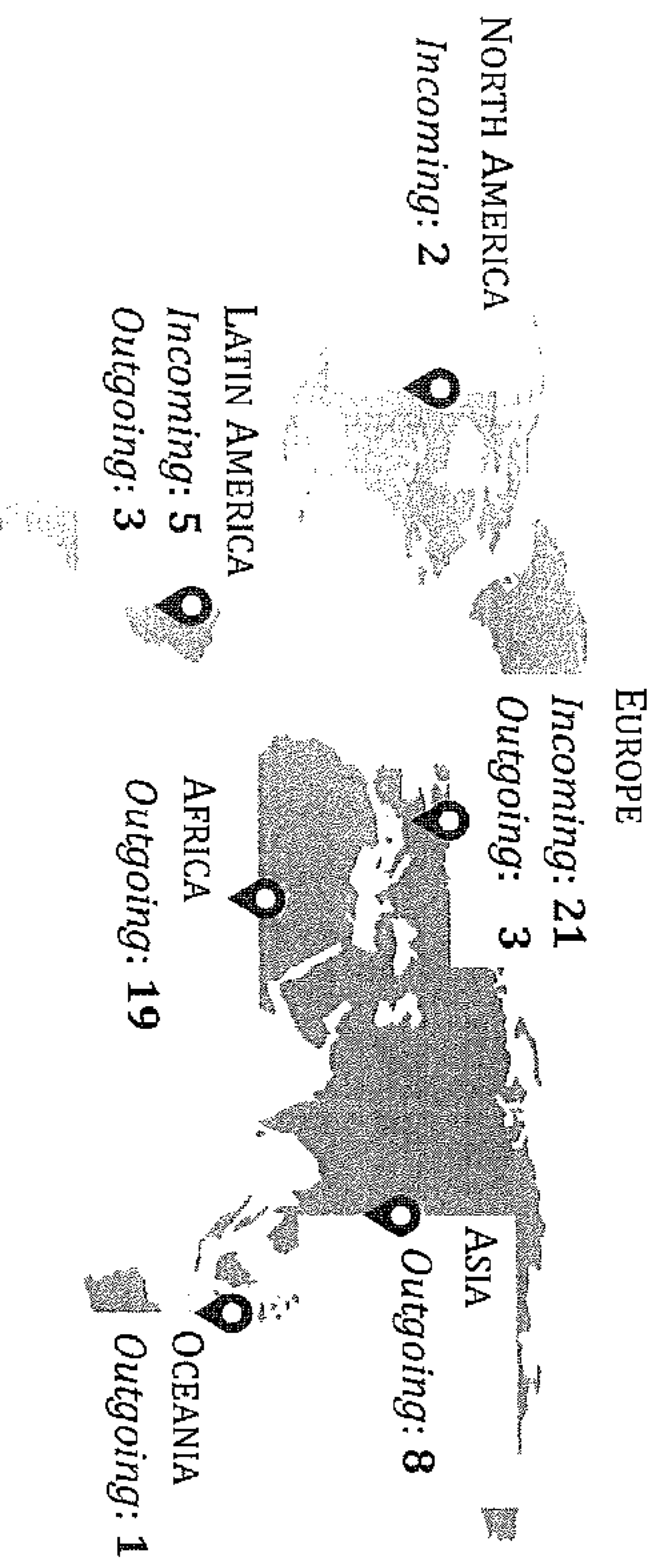
GERI
GABINETE DE ESTUDOS
E DE REL. ACQDES
INTERNACIONAIS



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

International School of Law

TEACHER EXCHANGE AND MOBILITY





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

International School of Law

INTERNATIONAL TEACHING AT THE SCHOOL OF LAW (2015)

23 English taught courses

International Offer

- 2 LLM

- 1 Postgraduation

3

Erasmus Intensive Courses (2015/2016)

23





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

International School of Law

ERASMUS MUNDUS JOINT MASTER DEGREE EUROPEAN LEGAL PRACTICE

Purpose: Promote an integrated in-depth knowledge of at least two languages on a scientific level with the ability to work in different legal systems, with the aim of creating international legal experts.

PARTNERS

Germany

Portugal France

Lithuania





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

International School of Law

ERASMUS INTENSIVE COURSES

Intensive courses of legal subjects, taught in a foreign language by teachers from other universities. Intensive courses last 10 or 20 hours (2 hours per day for 1 or 2 weeks) and allow students to obtain approved 3 (10 hours total) or 6 ECTS (20 hours total).

Purpose: Promote knowledge about different legal systems and contact with different teaching methodologies.





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

International School of Law

POST-GRADUATION UPDATE IN EUROPEAN, GLOBAL AND COMPARED LAW

Specialized Program of the School of Law, with an international approach, taught in several languages.

Study Plan: Set of Erasmus

Intensive Courses offered plus a written work, which must address one of the subjects taught in the taken intensive courses.

